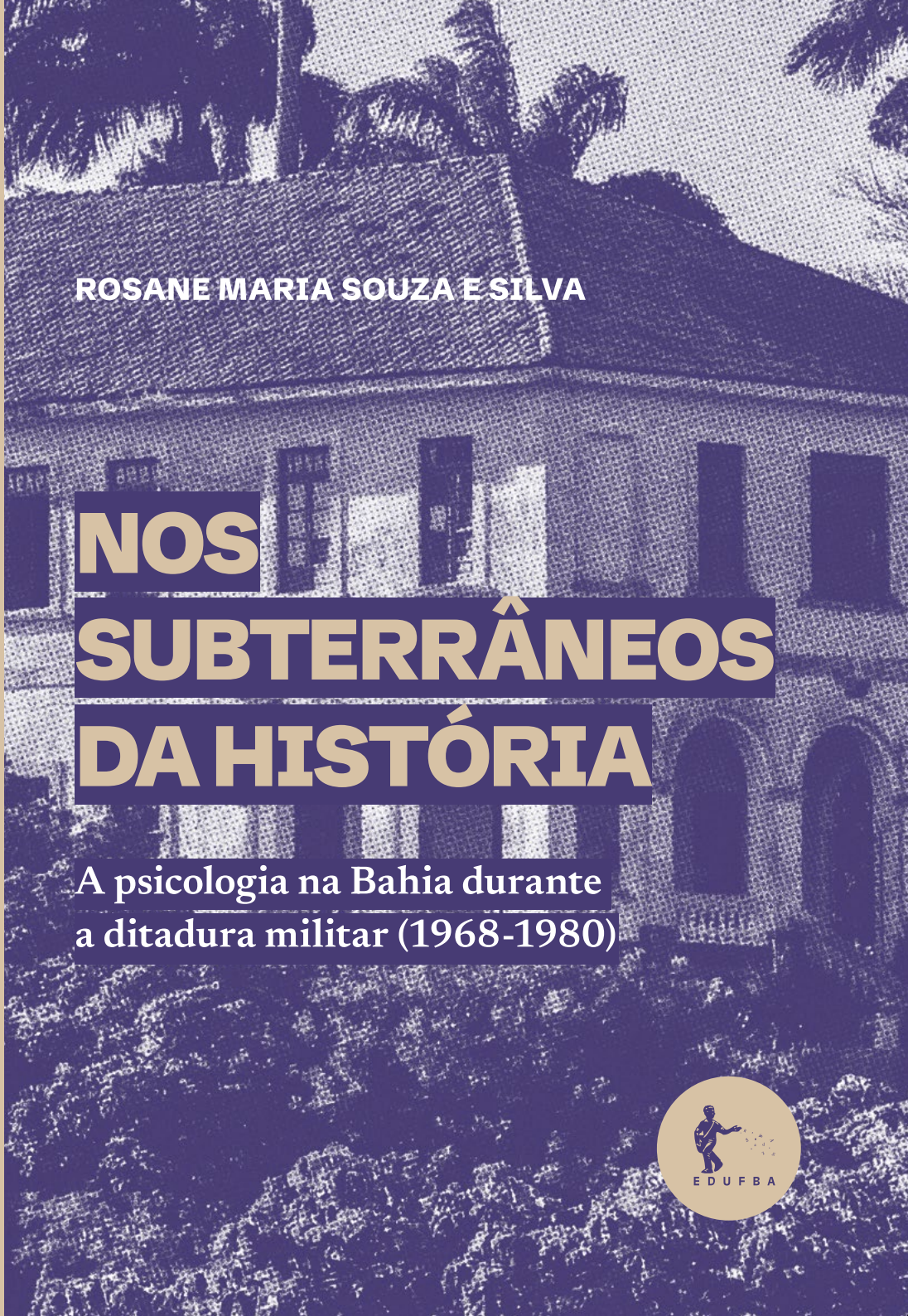


ROSANE MARIA SOUZA E SILVA

NOS SUBTERRÂNEOS DA HISTÓRIA

A psicologia na Bahia durante a ditadura militar (1968-1980)

EDUFBA

Rosane Maria Souza e Silva nasceu em Mutuípe-Bahia. Graduada em História e Psicologia, atuou nas áreas clínica e jurídica. Fez seu mestrado pesquisando no campo da saúde mental e trabalho. Iniciou na docência do ensino superior, ministrando aulas em faculdade particulares e, em 2014, ingressou como docente efetiva no Instituto Federal da Bahia (IFBA). Obteve o doutorado no ano de 2020, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), com a tese que é objeto desta edição. Atua como professora e pesquisadora, lecionando disciplinas de Psicologia e Metodologia da Pesquisa Científica, e pesquisando sobre história e memória da psicologia e educação.

Nos subterrâneos da história: A psicologia na Bahia durante a ditadura militar (1968-1980)

Rosane Maria Souza e Silva

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SILVA, R. M. S. *Nos subterrâneos da história*: a psicologia na Bahia durante a ditadura militar (1968-1980) [online]. Salvador: EDUFBA, 2024, 284 p. ISBN: 978-65-5630-885-2. https://doi.org/10.7476/9786556308852.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International license.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribição 4.0.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimento 4.0.

NOS SUBTERRÂNEOS DA HISTÓRIA

A psicologia na Bahia durante
a ditadura militar (1968-1980)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor
Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Vice-reitor
Penildon Silva Filho

EDUFBA

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora
Susane Santos Barros

Conselho Editorial

Titulares
Angelo Szaniecki Perret Serpa
Caiuby Alves da Costa
Cleise Furtado Mendes
Evelina de Carvalho Sá Hoisel
George Mascarenhas de Oliveira
Mônica de Oliveira Nunes de Torrenté
Mônica Neves Aguiar da Silva

Suplentes
José Amarante Santos Sobrinho
Lorene Pinto
Lúcia Matos
Lynn Alves
Paola Berenstein Jacques
Rafael Moreira Siqueira

fapesb
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

GOVERNO DO ESTADO BAHIA
SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

ROSANE MARIA SOUZA E SILVA

NOS SUBTERRÂNEOS DA HISTÓRIA

A psicologia na Bahia durante a ditadura militar (1968-1980)

Salvador
Edufba
2024

2024, Rosane Maria Souza e Silva.

Direitos para esta edição cedidos à Edufba.
Feito o Depósito Legal.
Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Coordenação editorial
Cristovão Mascarenhas

Coordenação gráfica
Edson Nascimento Sales

Coordenação de produção
Gabriela Nascimento

Assistente editorial
Bianca Rodrigues de Oliveira

Capa e projeto gráfico
Rafa Moo

Revisão
Aline Silva Santos

Normalização
Lívia Souza de Jesus

Fotografia da capa
Paul R. Burley – Creative Commons Attribution-Share Alike 4.0 International

Sistema Universitário de Bibliotecas - UFBA

Silva, Rosane Maria Souza e.
Nos subterrâneos da história : a psicologia na Bahia durante a ditadura militar (1968-1980) / Rosane Maria Souza e Silva. - Salvador : EDUFBA, 2024.
284 p. ; 21 cm.

Possui anexos
ISBN 978-65-5630-612-4

1. Psicologia - Estudo e ensino (Superior) - História - Bahia. 2. Ciência - História. 3. Psicanálise - História. 4. Ditadura - Brasil. 5. Movimentos estudantis. I. Título.

CDD - 150.7

Elaborada por Jamilli Quaresma | CRB-5: BA-001608

Editora afiliada à

ASOCIACION DE EDITORIALES UNIVERSITARIAS DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Editora da UFBA
Rua Barão de Jeremoabo, s/n – *Campus* de Ondina
40170-115 – Salvador, Bahia
Tel.: +55 71 3283-6164 | edufba.ufba.br | edufba@ufba.br

Sumário

13 **Prefácio**
Lucileide Costa Cardoso

19 **Apresentação**

25 **Introdução**

CAPÍTULO 1
33 **A universidade e a psicologia no contexto da ditadura militar**
43 Estruturação dos serviços de inteligência e informação nas universidades
57 A psicologia durante a ditadura militar

CAPÍTULO 2
75 **Antecedentes da criação do curso de graduação em Psicologia da UFBA**
78 A psicologia no campo da educação: a Faculdade de Filosofia da Bahia (1941-1968)
95 O Instituto de Orientação Vocacional (1958-1968): contribuição à formação do campo psicológico na Bahia
101 A Clínica Psiquiátrica do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Bahia e a formação do campo *psi* em Salvador

CAPÍTULO 3
109 **O curso de Psicologia da FFCH/UFBA: uma visão panorâmica**
120 A prática de estágio e a prevalência da psicologia clínica

CAPÍTULO 4

139 **Recepção à psicanálise na Bahia**

144 A psicanálise no curso de Psicologia

146 A psicanálise no âmbito acadêmico

147 A psicologia e a psicanálise num movimento extramuros

149 Os psicanalistas argentinos na Bahia

154 O círculo psicanalítico da Bahia: seus primórdios

CAPÍTULO 5

163 **A psicologia experimental na Bahia: aspectos teóricos e políticos**

165 A análise do comportamento no Brasil: contribuição da USP à formação dos primeiros psicólogos da FFCH/UFBA

171 O laboratório didático de psicologia experimental do curso de Psicologia da FFCH/UFBA

CAPÍTULO 6

191 **Controle e vigilância dos órgãos de segurança e informação: a UFBA e o curso de Psicologia durante a ditadura militar**

193 Discentes de Psicologia da UFBA e suas lutas coletivas

239 **Conclusões**

251 **Referências**

275 **Anexos**

Anexo A – Como eles agem. *Veja*, [São Paulo], n. 283, 6 fev. 1974.

Anexo B – Carta de Carolina Bori, dirigida ao vice-diretor em exercício da FFCH/UFBA, prof. dr. Joaquim Batista Neves, em 14 nov. 1968.

Anexo C – Parecer do prof. Mário Guidi, instrutor do Departamento de Psicologia Social e Experimental da FFCL/USP, em 7 out. 1969.

Anexo D – Boletim informativo *Reflexo*, dos estudantes de Psicologia da FFCH/UFBA, edição n. 1, jun. 1973.

A Francisco e Alzira (*in memoriam*), meus pais, por seu amor.
Artur e Fernanda, meus filhos, amor sem medida.

Vocês trabalham para quê? Eu sustento que a única finalidade da ciência está em aliviar a canseira da existência humana. E se os cientistas, intimidados pela prepotência dos poderosos, acham que basta amontoar o saber, por amor do saber, a ciência pode ser transformada em aleijão, e as suas novas máquinas serão novas aflições, nada mais. Com o tempo, é possível que vocês descubram tudo o que haja por descobrir, e ainda assim o seu avanço há de ser apenas um avanço para longe da humanidade. O precipício entre vocês e a humanidade pode crescer tanto, que ao grito alegre de vocês, grito de quem descobriu alguma coisa nova, responda um grito universal de horror.

Vida de Galileu - Bertolt Brecht (1991, p. 165).

Fui tão político às vezes que desdenhei as formas
E contestei as normas
E confessei ridículas as pétalas de rosas
Fui tão político às vezes que fiz da beleza uma coisa perigosa
E tão político às vezes que tornou-se a noite pavorosa
Fui tão político às vezes que se desfizeram as minhas mãos amorosas
E tão político às vezes que pensei entender a guerra
O chumbo e a pólvora
Fui tão político às vezes que despendi mil impossíveis horas
Dissolvendo em amnésia todas as memórias

José Carlos Capinam (1995, p. 123).

Prefácio

Coloco-me, inicialmente, como mais uma leitora curiosa, entusiasmada com novas descobertas a partir desta tese, que entrelaça psicologia e história, e uma interlocutora, que se sente à vontade para pôr em debate algumas reflexões e ideias provocadas pela leitura deste livro. Começo, apresentando-me como coorientadora de Rosane Maria Souza e Silva durante o processo de elaboração de sua tese de doutorado, intitulada *Nos subterrâneos da história: a psicologia na Bahia durante a ditadura militar (1968-1980)* e concluída no ano de 2020.

O trabalho revela uma escrita equilibrada ao contar o nascedouro do curso de Psicologia na Bahia, enraizado na história da ditadura civil-militar e seus efeitos de produção de uma determinada verdade sobre o passado. Imagens e domínio historiográfico impregnam o texto de Rosane, em busca de um sentido histórico mais amplo para compreender o processo de institucionalização do curso, envolvendo negociações e conflitos entre a dimensão psicológica, psicanalítica e psiquiátrica, condição histórica vivida por muitos docentes e discentes que resistiram aos desmandos dos cinco governos militares que engessaram 21 anos de ditadura em nosso país.

Podemos acrescentar que estamos situados num terreno complexo de entendimento da história da formulação do curso de Psicologia na Bahia a partir do diálogo que a autora estabelece entre o campo da psicologia, história e memória. Assim, processos híbridos são enunciados entre o campo político institucional que consolidou a psicologia no Brasil e a violência perpetrada pelo Estado ditatorial. A autora demonstra que houve uma prevalência da formação clínica, como área de estágio, sendo relegado ao segundo plano a área educacional e industrial, mesmo em um contexto de intenso desenvolvimento tecnológico na Bahia, culminando em 1978 com a criação do Parque Industrial de Camaçari. Tal perspectiva clínica se deveu à forte influência da psiquiatria sobre os rumos da psicologia na capital baiana. Outro ponto forte do trabalho é o estudo sobre a recepção

da cultura psicanalítica na Bahia e os seus efeitos sociais e políticos, especialmente sob influência na formação dos futuros psicólogos de psicanalistas argentinos, capitaneados por Emílio Rodrigué, e do psicanalista Carlos Pinto Corrêa, integrante do Círculo Brasileiro de Psicanálise (CBP) de Minas Gerais. Ao abordar múltiplos aspectos, Rosane ainda se preocupou com o campo da análise do comportamento, rastreando os psicólogos da Universidade de São Paulo (USP) que implantaram o Laboratório de Psicologia Experimental e contribuíram na formação das primeiras gerações de docentes e analistas do comportamento que exerceram ou continuam a desenvolver atividades práticas na Bahia.

Além dessas questões inerentes à estrutura formativa do curso de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), ela mergulhou no contexto histórico tendo como marco temporal o emblemático ano de 1968, em pleno governo de Costa e Silva, caracterizado por ondas de protestos e greves estudantis e operárias, dentre outros episódios de enfrentamento com a ditadura civil-militar, que culminou com a instauração do Ato Institucional nº 5 (AI-5), o mais duro "golpe dentro do golpe", em 13 de dezembro de 1968. Assim, o curso de Psicologia é criado na Bahia nessa conjuntura traumática, momento em que houve uma vigilância e tutela sistemática sobre a comunidade acadêmica, impactando a vida universitária.

Para tanto, pesquisou os documentos de natureza repressiva, produzidos pelos órgãos de vigilância, especialmente oriundos da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI), localizada dentro da UFBA, para entender os mecanismos de controle dos docentes e discentes da área. No enfrentamento ao contexto repressivo, eles buscaram lidar com a tensão política e promoveram diversas ações de resistências que são analisadas pela autora, privilegiando em sua análise fontes escritas e orais dos integrantes do movimento estudantil. Foram eles, os maiores protagonistas da resistência no campo

da psicologia na Bahia, denunciando os desmandos da ditadura e os seus impactos na área educacional. A metodologia da história oral, ancorada na história do tempo presente, permitiu a autora coletar esse material e escutar de forma acurada essas "vozes" que emergem no texto com a função de recordar e emocionar os seus leitores.

A bem dizer, Rosane é sensível ao trabalhar com a memória estudantil e de professores da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da UFBA, coletando e organizando depoimentos dos protagonistas da época, estando atenta à verdade moral daquele que rememora e exerce o seu direito, ou o dever, de memória, na tentativa de exorcizar os acontecimentos do passado. A memória dos seus entrevistados expressa a experiência de tantos outros que, já em meados da década de 1970, buscaram desmascarar a versão oficial da ditadura e passaram a contar a sua história a contrapelo. A operação mnemônica manifesta-se como lugar de tensões, ausências e presenças, articulações entre os campos da psicologia, psicanálise e psiquiatria, entremeados com o que denominamos de certa tradição filosófica e historiográfica. O valor moral da verdade que produzem é inabalável, como nos ensina a crítica literária argentina Beatriz Sarlo, em seu livro *Cultura da Memória e Guinada Subjetiva* (2007), permitindo às novas gerações partilhar desse passado no presente, tempos repletos de paixões, envolvimentos e entregas para além da dor, da catástrofe e do trauma.

Assim, os traços gerais dos cursos de Psicologia no Brasil são revisitados pela autora, com passos seguros e problematizados, mesclando texto e contexto, atenta para a dimensão e as múltiplas influências de autores(as) internacionais, nacionais, regionais e locais. O resultado é uma escrita não burocrática, caracterizada pela presença do sujeito que narra e das diferentes "vozes" dos depoentes e de sua sensível interpretação.

Por fim, este trabalho inspira novas pesquisas nesta área, ao traçar vários perfis que compuseram o mosaico multifacetado do itinerário

vivido pelos diversos agentes que instituíram o curso de Psicologia na UFBA durante um período tão perturbador da nossa história. O conjunto de suas fontes, incluindo inúmeras notícias e matérias de jornais e revistas, arquivos digitais e físicos, relatos memorialísticos, entrevistas, dentre outros documentos produzidos, confere ao trabalho qualidade na área de psicologia e história. A realidade política, social e cultural da Bahia, tão bem refletida neste livro por Rosane, alarga a nossa visão de mundo e nos inspira em direção à luta por verdade e justiça, inconclusas em nosso país, mas ainda latentes nos movimentos sociais e nas memórias daqueles que apostam na esperança contra os barbarismos contemporâneos.

Salvador, 18 de outubro de 2023

Profa. dra. Lucileide Costa Cardoso
Professora titular do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Apresentação

Este livro é resultado de uma pesquisa doutoral e tem como objetivo descrever e analisar o processo de institucionalização da psicologia na Bahia, no contexto da ditadura militar, entre os anos de 1968 e 1980. Nesta análise, serão considerados aspectos como: a forte influência que o contexto autoritário e as políticas de Estado para as áreas de educação e ciência exerceram sobre a formação e consolidação do curso de graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) da Universidade Federal da Bahia (UFBA); a recepção da análise do comportamento e da psicanálise por parte da comunidade acadêmica, naquele contexto político; e as lutas e mobilização dos discentes e docentes frente às políticas de Estado.

A obra está organizada em seis capítulos, além da Introdução e Conclusões, referências da bibliografia consultada e anexos. A apresentação de cada capítulo se dá da seguinte forma:

O capítulo 1, intitulado "A universidade e a psicologia no contexto da ditadura militar", busca apresentar, primeiramente, uma contextualização histórica sobre a ditadura militar e as principais medidas adotadas pelo regime, as quais impactaram sobre as universidades. Em seguida, discorre-se sobre os órgãos de segurança e as estratégias utilizadas pelos tecnocratas do regime para o controle e vigilância de docentes, discentes e servidores e sobre a psicologia e a atuação dos psicólogos durante o período militar. Será traçado um breve panorama das pesquisas sobre o tema, dando ênfase a autores e pesquisas que contribuíram de modo fecundo para a sua edificação, para que ao final fosse possível orientar o desenvolvimento do nosso estudo.

O capítulo 2, denominado "Antecedentes da criação do curso de graduação em Psicologia da UFBA", discutirá sobre o papel de três instituições que se destacaram enquanto espaços acadêmicos formadores das primeiras gerações de profissionais a atuar no campo psicológico na Bahia e a exercer a docência no curso de Psicologia que seria criado, no final da década de 1960, na UFBA: a Faculdade

de Filosofia da Bahia (FFB); a Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina da Bahia (FMB); e o Instituto de Orientação Vocacional (IDOV). O enfoque inicial será na aplicação da psicologia nos cursos de licenciatura da FFB e o pioneirismo do educador e diretor da faculdade Isaías Alves, e do médico psiquiatra e criador do curso de Psicologia João Inácio de Mendonça. Na segunda parte, será descrito o campo da psicologia aplicada à educação e ao trabalho, que se expandiu com a instalação do IDOV e a influência do seu supervisor, o espanhol Emílio Mira y López. Por fim, o capítulo abordará o papel da Clínica Psiquiátrica do Hospital das Clínicas da FMB, como espaço de formação e capacitação acadêmica no campo *psi*.

No capítulo 3, "O curso de Psicologia da FFCH/UFBA: uma visão panorâmica", será apresentada uma visão panorâmica sobre o processo de formação e consolidação do curso de Psicologia da FFCH/UFBA e os diversos entraves burocráticos e políticos para sua constituição. A partir de dados quantitativos sobre demanda, matrículas, evasão, sexo e número de concluintes, evidencia-se o perfil dos ingressantes no curso, ao longo do período analisado. Também se destaca, aqui, as diversas instituições que atenderam às demandas de estágio supervisionado nas áreas clínica, educacional e industrial, além da forma como tais espaços contribuíram para o processo prático formativo dos discentes. Neste capítulo, a atenção será voltada para refletir sobre a posição social que a psicologia assumia naquele momento, evidenciando que o curso atendia a uma demanda especialmente das mulheres, integrantes da classe média baiana, que viam a psicologia como uma profissão liberal e uma oportunidade para ascender socialmente. Será examinada a conjuntura política, determinada pelos ditames do regime militar, bem como seu impacto na vida acadêmica e universitária, o que exigiu dos discentes de Psicologia resistência para lidar com a tensão política naqueles anos iniciais do curso. Esse contexto social e político reflete o papel dos professores psiquiatras

no âmbito formativo dos discentes de Psicologia e ingresso no campo psicoterapêutico, ao nível da clínica individualizada, voltada para as camadas médias urbanas que podiam pagar e se beneficiar desse serviço.

Ao longo do capítulo 4, "Recepção à psicanálise na Bahia", analisa-se o modo como a psicanálise foi recebida e apropriada pela comunidade acadêmica de psicologia na Bahia. Procura-se, igualmente, entender como se deu a circulação da psicanálise, entre os anos de 1968 a 1980, à luz das múltiplas dimensões envolvidas no fenômeno, ou seja, as condições sociais e políticas que possibilitaram a emergência da cultura psicanalítica na Bahia, refletindo sobre a importância do grupo do Círculo Brasileiro de Psicanálise (CBP), representado pelo psicanalista didata Carlos Pinto Corrêa, integrante do CBP de Minas Gerais e o grupo de psicanalistas argentinos, capitaneado por Emílio Rodrigué.

No capítulo 5, "A psicologia experimental na Bahia: aspectos teóricos e políticos", o leitor terá acesso à investigação sobre o modo como a análise do comportamento foi recebida pelo campo acadêmico de psicologia em Salvador. A partir de uma contextualização sobre a contribuição da Universidade de São Paulo (USP) à formação dos primeiros analistas do comportamento no Brasil, apresenta-se uma narrativa sobre a influência dos docentes de psicologia da USP na implantação do Laboratório de Psicologia Experimental do curso de Psicologia da FFCH/UFBA e na formação e aperfeiçoamento de seu quadro docente.

No capítulo 6, "Controle e vigilância dos órgãos de segurança e informação: a UFBA e o curso de Psicologia durante a ditadura militar", serão demonstrados o processo de lutas, resistências, mobilização e participação política de discentes e docentes do curso de Psicologia da FFCH/UFBA e os embates com as políticas de Estado implantadas durante a ditadura. Abordar-se-á também sobre os mecanismos de

controle e vigilância adotados pelos órgãos de segurança da ditadura militar, dentro da UFBA, de modo a acompanhar a dinâmica de luta dos discentes e docentes do curso de Psicologia. Destaca-se, neste capítulo, as preocupações em torno da formação profissional de um crescente número de psicólogos, que vislumbravam a realidade do escasso mercado de trabalho soteropolitano. Ademais, serão discutidas as pautas coletivas, que envolviam o Diretório Acadêmico do curso na luta pela redemocratização e contra a censura, a perseguição e a vigilância perpetrada pelos militares.

Nas partes finais do estudo, além das referências da bibliografia consultada para a elaboração do texto do livro, foram incluídos também os anexos, documentos importantes como fonte histórica.

Introdução

A psicologia foi regulamentada no Brasil em 1962, apenas dois anos antes do golpe militar que perdurou por 21 anos. A institucionalização da profissão em âmbito nacional ocorreu *pari passu* com o avanço da ditadura militar e implantação de medidas que impactaram a educação e as ciências no país. As universidades, consideradas focos de infiltração comunista, passaram a ser fortemente vigiadas. Além de expulsar e prender docentes e estudantes, as forças repressivas também invadiram universidades com uso das forças policial e militar.

O curso de Psicologia da FFCH/UFBA teve início em 1968. As universidades públicas enfrentavam naquele ano o desafio de se adequar às mudanças no campo das políticas educacionais. Dentre elas destaca-se a Reforma Universitária, implantada através da Lei nº 5.540/1968, criada com o propósito de fixar normas de organização do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências (Brasil, 1968b). Nesse ano, a ditadura militar radicalizou suas medidas, com a implantação de reformas estruturais nas universidades e a instauração do Ato Institucional nº 5, o chamado AI-5 (Brasil, 1968a), introduzindo o país num período denominado "anos de chumbo". No ano seguinte, deu-se a instauração do Decreto-Lei nº 477/1969 (Brasil, 1969), que dispunha sobre infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino.

Para o controle e vigilância dos docentes e discentes, os militares adotaram mecanismos através dos órgãos de segurança e serviço de inteligência. Como um dos braços da estrutura do Serviço Nacional de Informações (SNI), a Assessoria Especial de Segurança e Inteligência (AESI) do Ministério da Educação e Cultura (MEC), que atuava nas universidades, adotou instrumentos tecnocráticos, tais como manuais, folhetos e apostilas, nas ações junto à comunidade universitária, evidenciando uma estratégia política de depreciação moral e criminalização dos movimentos estudantis. Nas universidades,

as AESIs estavam vinculadas diretamente ao gabinete da reitoria e repassavam todas as informações coletadas, sistematicamente, através de relatórios, à Divisão de Segurança e Informações (DSI) do MEC.

Foi nesse contexto político autoritário, impactante para as universidades, que a psicologia se desenvolveu. A partir da análise sobre a forma como esse campo disciplinar e profissional foi influenciado pelas políticas de Estado da época, será discutida, a seguir, a perspectiva do microcosmo da psicologia na Bahia.

Uma pergunta se faz necessária para o entendimento dessa análise: como ocorreu o processo de institucionalização da psicologia na Bahia, tendo como pano de fundo o contexto político do período, compreendido entre os anos de 1968 e 1980? Para responder a esse questionamento, parte-se do seguinte pressuposto: o contexto autoritário e as políticas de Estado para as áreas de educação e ciência, instituídas pelo regime militar, influenciaram o processo de implantação e consolidação da psicologia na Bahia, configurando os rumos do seu desenvolvimento, seus modos de atuação e práticas profissionais. Nesse sentido, o interesse principal desta obra é investigar como a institucionalização da psicologia na Bahia foi influenciada pelo contexto autoritário e pelas políticas de Estado para as áreas de educação e ciência, promovidas pelos governos dos generais-presidentes.

Portanto, será descrito e analisado o processo de institucionalização da psicologia na Bahia, observando os diversos níveis de negociações e conflitos que orientaram a sua consolidação no contexto da ditadura militar. O direcionamento desta investigação propõe três linhas argumentativas. A primeira delas será uma análise sobre a emergência e desenvolvimento da psicologia na Bahia, que culminou na implantação do curso de graduação da UFBA, tendo como pano de fundo o cenário político da época. Em seguida, a perscrutação tentará compreender o modo como a análise do comportamento e a

psicanálise foram recebidas pela comunidade acadêmica de psicologia – instituição, docentes e discentes, bem como a circulação dessas teorias, naquele contexto político. A terceira e última argumentação que se pretende apresentar é um exame minucioso em torno do processo de lutas, resistências e mobilização política de discentes e docentes do curso de Psicologia da UFBA, bem como os embates com as políticas de Estado vigentes no período.

Para embasar teoricamente este trabalho, foi adotada a perspectiva dos estudos sociais das ciências e da história crítica da psicologia, cujo núcleo é a investigação dos fatores sociais e institucionais, políticos, culturais e econômicos implicados no desenvolvimento da ciência. Como ferramenta de pesquisa histórica, foi utilizado o conceito de recepção ao investigar sobre a entrada das teorias de análise do comportamento e psicanálise no curso. Optou-se pelo aporte metodológico da história do tempo presente, enquanto concepção de operação historiográfica que tem estreita vinculação com a política como campo de observação e como uma via para o exercício crítico da história da psicologia em relação ao presente. A história do tempo presente e os estudos sobre memória e história são métodos importantes para interpelar os agentes históricos integrantes desta pesquisa (psicólogos, docentes e discentes), na realidade sociocultural de Salvador, Bahia, tendo como objeto de estudo a psicologia, enquanto disciplina e campo profissional, atravessada por uma conjuntura política ditatorial iniciada em 1964.

O *corpus* deste estudo é formado por fontes primárias e orais. As fontes primárias foram acessadas em: 1) Arquivos sobre o curso de Psicologia existentes na FFCH e na Coordenação de Arquivo e Documentação (CAD), ambos da UFBA. As fontes documentais existentes, organizadas e disponibilizadas pelos arquivos da FFCH e do CAD, foram as atas da congregação e do conselho departamental da FFCH; atas do departamento e do colegiado do curso

de Psicologia; cartas, ofícios, programas de curso, planos de aulas e relatórios referentes ao período analisado, qual seja, entre 1968 e 1980. 2) A*rquivos sensíveis* pesquisados na AESI da UFBA e no *site* do Arquivo Nacional – *Memórias Reveladas*. Os documentos pesquisados no Arquivo Nacional foram: relatórios, ofícios e informativos sobre o movimento estudantil; jornais, boletins e panfletos confeccionados e distribuídos pelos estudantes; inquéritos policiais contra docentes; folhetos sobre propaganda e contrapropaganda do governo militar e sobre "guerra psicológica". Por sua vez, o arquivo AESI/UFBA é um acervo documental que se encontra no setor de Estudos Baianos, localizado na seção Lugares de Memória, instalada no último andar da Biblioteca Central Reitor Macedo Costa. Buscou-se, nesses arquivos AESI/UFBA, documentos que fizessem referência ao curso de Psicologia, seus docentes e discentes, e sobre a atuação do movimento estudantil, em especial do Diretório Acadêmico de Psicologia. Utilizou-se, também, como fontes, ofícios, relatórios e informações trocadas entre a AESI e a Reitoria da UFBA e com outros órgãos do sistema de vigilância e repressão do regime militar, bem como panfletos, boletins e jornais confeccionados pelo movimento estudantil e pareceres sobre contratação de docentes.

Os resultados aqui demonstrados indicam que as medidas adotadas pelo regime militar impactaram no processo de institucionalização e desenvolvimento da psicologia, enquanto campo disciplinar e profissional, na Bahia. As políticas educacionais implantadas pelos governos militares no âmbito da educação produziram efeitos na demanda pela psicologia educacional, enquanto o interesse pela área industrial crescia a partir dos investimentos públicos que expandiram o polo industrial e tecnológico baiano. Houve uma prevalência da clínica, como área de estágio, em detrimento da área educacional e industrial, bem como uma forte influência do campo psiquiátrico sobre os rumos da psicologia, sob diversos âmbitos, inclusive formativos.

Evidenciaram-se as condições sociais e políticas que possibilitaram a emergência da cultura psicanalítica na Bahia e sua influência na formação dos psicólogos, a partir da vinda dos psicanalistas argentinos, capitaneados por Emílio Rodrigué, e do psicanalista Carlos Pinto Corrêa, integrante do CBP de Minas Gerais. Destacou-se, no modo de recepção da análise do comportamento, o papel dos psicólogos formadores de análise do comportamento da USP na implantação do Laboratório de Psicologia Experimental e na formação das primeiras gerações de docentes e analistas do comportamento da Bahia. Importante destacar, igualmente, que houve uma vigilância e tutela sistemática sobre a comunidade acadêmica de psicologia, que impactou na vida universitária e exigiu organização da resistência dos discentes e docentes da área para lidar com a tensão política e capacidade de enfrentamento na luta contra a ditadura militar. Tal cenário forjou um posicionamento político e socialmente ampliado entre os integrantes do movimento estudantil, naquele momento de intensa restrição e carências de toda ordem.

CAPÍTULO 1

A universidade e a psicologia no contexto da ditadura militar

Em 31 de março de 1964, um golpe de Estado depôs o presidente João Goulart e instaurou o regime militar no Brasil, que permaneceu no poder até março de 1985. Foram 21 anos de ditadura. Esse período foi considerado como "um ciclo politicamente marcado pelo autoritarismo militar", em que ocorreu a redução, talvez a supressão, de direitos constitucionais, assim como a repressão policial, com censuras à imprensa, controle do processo político, culminando no esvaziamento do Poder Legislativo, além de ocorrer a limitação do Judiciário e o domínio do Poder Executivo, como afirma Couto (2003, p. 41).

A preocupação principal dos vitoriosos após o golpe foi o expurgo dos derrotados. Para isso, os agentes do Estado e seus apoiadores iniciaram a denominada Operação Limpeza, visando "limpar" os quartéis, o aparelho estatal e as organizações da sociedade civil, afastando todos aqueles considerados subversivos ou que se posicionassem contra o regime, além de excluir os adversários do cenário público. No grupo dos adversários, conforme aponta Motta (2014), incluíam-se os comunistas, socialistas, trabalhistas, nacionalistas de esquerda, dentre outros.

As universidades, consideradas focos de infiltração comunista, passaram a ser fortemente visadas. As representações anticomunistas temiam a esquerdização dos jovens universitários e Suplicy de Lacerda, ministro da Educação e Cultura do governo de Humberto Castelo Branco (1964-1967), deixou clara a intenção de "sanear o comunismo" das universidades e coibir as manifestações contrárias às medidas ditatoriais e reprimir o movimento estudantil (Motta, 2014). A Lei nº 4.464/1964 (Brasil, 1964), também conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, que dispunha sobre os órgãos de representação dos estudantes, colocou na ilegalidade a União Nacional dos Estudantes (UNE) e as uniões estaduais de estudantes de ensino superior, instituindo o funcionamento dos Diretórios Acadêmicos

de cada curso e o Diretório Central dos Estudantes (DCE) para o âmbito de cada universidade.

A Operação Limpeza levou à expulsão de estudantes e docentes; outros foram presos ou fugiram por medo da repressão, entrando na clandestinidade. Além de expulsar e prender docentes e estudantes, as forças "revolucionárias" também invadiram universidades com uso das forças policial e militar. As aulas foram suspensas em consequência das operações policial-militares e foram retomadas em meados de abril daquele ano de 1964, com claras demonstrações do papel dos militares como tutores da vida universitária. A retomada das aulas não significava o fim dos expurgos.

Entre as situações de invasão às universidades em 1964, a mais dramática foi a da Universidade de Brasília (UnB). Conforme Salmeron (1999), houve ocupação armada por tropas, tanto da polícia militar quanto do Exército; vários professores e estudantes foram presos, sendo que alguns foram detidos em instituições militares e submetidos a interrogatórios e humilhações. O então reitor, Anísio Teixeira (1900-1971), e o vice, Almir de Castro, foram demitidos. Em outubro de 1965, 223 professores da UnB pediram demissão coletivamente. Ainda, conforme poderá ser conferido nas páginas do Relatório da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade (Universidade Federal da Bahia, 2014, p. 269),

> Dois tipos de motivação estiveram presentes nos afastamentos de dirigentes universitários: alguns, por serem considerados *persona non grata* pelo regime recém-instalado, caso da Universidade de Brasília (UnB); e outros, por começarem a colocar obstáculos às ações repressivas. Nesse caso, o afastamento visou facilitar o processo de expurgo de docentes e estudantes.

Os militares passaram a abrir Inquéritos Policiais Militares (IPMs) de modo generalizado a partir de 1964, para apurar a vida de discentes e docentes, contribuindo para aumentar o clima de medo. O IPM era um procedimento integrante da Justiça Militar para investigar esporádicos crimes militares e políticos, previsto nas instituições militares e na Lei de Segurança Nacional. Nesse mesmo ano, foi criada a Comissão Geral de Investigações (CGI) que serviu para reunir os inquéritos de todas as regiões. Os IPMs geraram centenas de demissões de servidores (Motta, 2014).

A Operação Limpeza visou facilitar o processo de expurgo de docentes e estudantes. Envolveu, também, o afastamento de reitores que opuseram obstáculos às ações repressivas. Seis reitores foram afastados, das universidades de Brasília (UnB), do Rio Grande do Sul (URGS), Rural do Rio de Janeiro (URRJ), do Espírito Santo (UES) e de Goiás (UG). Na época, havia cerca de 25 universidades públicas, incluindo as estaduais e, conforme Motta (2014, p. 33),

> É preciso destacar os setores acadêmicos que apoiaram a intervenção militar nas universidades, assim como nos meios culturais, e que forneceram quadros para o Estado autoritário ao longo dos anos seguintes. Se entre as esquerdas o golpe foi recebido com frustração e ódio, outros segmentos da comunidade universitária reagiram com alívio e entusiasmo.

Fica claro que houve apoio ao golpe no meio acadêmico. Em algumas instituições, os professores fizeram moções de apoio ao poder "revolucionário" nos órgãos colegiados universitários. Entre professores e estudantes apoiadores do regime, havia integrantes da extrema-direita, como ex-integralistas e anticomunistas radicais. Baiardi (2008), assim como Motta (2014), reitera que professores de

esquerda foram denunciados por colegas, apontados à polícia ou às reitorias, para serem atingidos pela Operação Limpeza.

Passada a primeira fase da Operação Limpeza, os estudantes voltaram ao comando das entidades e mesmo a UNE voltou a funcionar na clandestinidade. A partir de 1965, começaram a acontecer protestos e passeatas que se intensificaram a partir do ano seguinte. Pode-se constatar que

> Em 1965 ou 1966, era difícil prever que o regime militar iria recrudescer nos fins de 1968, e havia razões para esperar alguma redução na vigilância repressiva. Com a aprovação da nova Constituição, em 1967, chancelada pelo Congresso, e o começo do governo Costa e Silva, que chegou prometendo diálogo e tolerância, o horizonte parecia realmente menos nebuloso (Motta, 2014, p. 61).

E o regime militar, de fato, radicalizou ainda mais a partir de 1968. As medidas impostas pela ditadura militar, sob a presidência de Artur da Costa e Silva (1967-1969), fizeram de 1968 um ano marcante para a história política brasileira, com implantação de reformas estruturais nas universidades e a instauração do AI-5. O ano começou com manifestações de estudantes que reivindicavam ensino público e gratuito, reforma para democratização, melhoria da qualidade do ensino e mais verbas para pesquisa. Passeatas, greves, ocupações de faculdades e manifestações foram deflagradas em todo o país. Fatos dramáticos marcaram o ano, como a morte do secundarista Edson Luís de Lima Souto, em 28 de março, durante a invasão policial ao restaurante Calabouço, e seu enterro simbólico na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, com protestos em todo o país. A Faculdade de Direito da USP foi ocupada em 22 de junho, e em 26 daquele mês a Passeata dos Cem Mil tomou as ruas do Rio de Janeiro, com estudantes, intelectuais, artistas, religiosos e populares.

Cabe contextualizar que, pelos diversos acontecimentos no âmbito nacional e mundial, o ano de 1968 foi emblemático para a História, politicamente atípico, com inúmeras mobilizações e revoltas, dentro e fora do Brasil. Estudantes, operários, feministas, negros, ambientalistas e homossexuais levantaram suas bandeiras em protesto contra a ordem social e política e agitaram o mundo: acontecimentos como as manifestações nos Estados Unidos contra a Guerra do Vietnã, além do "Maio Libertário", envolveram estudantes e trabalhadores em todo o mundo. O movimento de contracultura, que surgiu nos Estados Unidos naquela década, representou esse momento de rebeldia e rejeição ao estabelecido, que rompeu com velhos padrões. Toda essa ebulição no contexto internacional repercutiu no Brasil, influenciando o rumo dos acontecimentos ocorridos no país nesse emblemático ano (Antunes; Ridenti, 2007; Couto, 2003).

Além do reflexo do que aconteceu no mundo, o Brasil vivia o seu próprio contexto de luta. O movimento estudantil tentava dialogar com o governo, que intensificava a repressão. Atentados foram praticados pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC), grupo paramilitar de extrema-direita "composto por estudantes e policiais de direita, financiados por grandes grupos capitalistas e com claro apoio da ditadura militar" (Antunes; Ridenti, 2007, p. 82). Para estes autores, foi selada, nesse ato, a derrota do movimento estudantil brasileiro.

Verifica-se ainda, em Antunes e Ridenti (2007), que a militância política passou a concentrar suas atividades em organizações de esquerda, mantendo a luta contra a ditadura na clandestinidade. A mobilização política dos estudantes da UFBA, articulados até então com os estudantes secundaristas, não sobreviveu aos expurgos e ao cancelamento de matrículas dos militantes estudantis e o movimento estudantil foi desarticulado (Brito, 2008, 2017). Por outro lado, Brito (2008, p. 13) adverte sobre os "[...] muitos exageros sobre o que foi a geração de 68. Fala-se muito da geração de 68 imbuída

de combatividade e politização, porém é sempre bom lembrar que uma grande parcela dos estudantes naquela época era indiferente à participação política [...]".

As universidades públicas enfrentaram naquele ano de 1968 o desafio de se adequar às mudanças advindas especialmente com a Reforma Universitária, implantada através da Lei nº 5.540/1968 (Brasil, 1968b), que fixou as normas de organização e funcionamento do ensino superior, dentre outras medidas. A Reforma Universitária tinha como pressuposto a racionalização, a modernização e a expansão das universidades federais, inspirado nos moldes acadêmicos americanos. Isto levou, dentre outras mudanças, ao fim do sistema de cátedras e sua substituição pelo modelo departamental. Os professores catedráticos eram prestigiados, bem remunerados e com total poder sobre suas respectivas áreas de conhecimento, além de possuírem autonomia para selecionar seus assistentes, professores e pesquisadores, bem como definir os programas de ensino. Os cargos eram vitalícios, o que abria precedente para práticas nepotistas, como contratar parentes para atuar como auxiliares de cátedra. Os catedráticos também controlavam as estruturas decisórias, a exemplo das congregações e conselhos universitários. A reforma pretendeu acabar, igualmente, com a duplicação de meios para fins idênticos, termo utilizado na época para referir-se à existência de cátedras dedicadas à mesma área em diferentes faculdades (Motta, 2014).

Com a justificativa de formação da mão de obra para a economia, a Reforma Universitária levou à ampliação do número de vagas e de novos cursos. Foi implantado o sistema de matrícula por disciplina em substituição às matrículas por série, assim como o vestibular unificado e a matrícula por créditos. Criou-se, igualmente, o chamado ciclo básico, que separava o processo de entrada na universidade em duas etapas: a primeira seleção para o curso básico (primeiro ciclo) e uma segunda para o curso profissional (segundo ciclo). A introdução

do ciclo básico no primeiro ano de formação universitária foi um mecanismo adotado para reduzir os chamados *excedentes*, que eram aqueles estudantes aprovados nos testes, mas que a faculdade não conseguia absorver (Antunes, 2012; Bomeny, 1994; Martins, 2009; Motta, 2014).

A reforma veio no bojo dos projetos adotados pelos golpistas para estruturar as políticas de governo e foi financiada através de acordos com os Estados Unidos. Entre esses acordos, o que obteve maior notoriedade foi aquele firmado em 1965, entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a agência americana United States Agency for International Development (USAID), que financiava projetos em países e áreas estratégicas, visando o desenvolvimento internacional, dentro da perspectiva desenvolvimentista norte-americana (Motta, 2014). O acordo MEC-USAID imprimiu ao ensino brasileiro um caráter mais técnico e funcionalista do que humanístico e crítico – semelhante ao modelo americano – e alcançou maior relevância em função dos desdobramentos efetivos na vida universitária. As reformas estruturais beneficiaram as áreas de ciência, tecnologia e educação, com abertura de novos cursos e ampliação do número de vagas, mas, nas áreas de ciências humanas e sociais, embora tenha havido investimentos, estes não foram prioridades da Reforma Universitária que se implantava e nem tão expressivos quanto nas áreas tecnológicas e das ciências naturais (Clemente, 2005, 2006, 2014, 2017; Cunha, 1988; Lira, 2010).

O ano de 1968 terminou com a decretação do AI-5, que resultou na perda de mandatos de parlamentares contrários aos militares, intervenções nos municípios e estados e suspensão de todas as garantias constitucionais, dando poderes ao governo para cometer atos que violavam direitos humanos fundamentais. No âmbito das universidades, o AI-5 impingiu uma segunda onda de expurgos, acirramento da radicalidade do regime e a manifestação do seu caráter mais repressivo e violento. O AI-5 é lembrado como o "golpe dentro

do golpe" e um "divisor de águas dentro do regime militar" (Antunes; Ridenti, 2007; Bomeny, 1994; Cardoso, 2013; Couto, 2003; Motta, 2014). Ainda sobre o AI-5, registros apontam que este ato,

> [...] detonou uma sistemática repressão a todo e qualquer ato, isolado ou coletivo, que fosse interpretado como resistência à ditadura. A violação dos direitos humanos e da liberdade de expressão assumiu contornos de escancarada violência, com base num autoritarismo exacerbado e no uso deturpado, ditatorial e desmedido das instituições do Estado brasileiro contra seus próprios cidadãos. O movimento estudantil, contudo, continuou resistindo e, portanto, manteve-se a busca de seu esmagamento (Universidade Federal da Bahia, 2014, p. 18-19).

No ano seguinte, foi promulgado o Decreto-Lei nº 477/1969 (Brasil, 1969b). Na ocasião, discentes foram expulsos por meio de ato administrativo de negativa das matrículas e professores tiveram suas aposentadorias decretadas compulsoriamente. Conforme Motta (2014, p. 156),

> O Decreto-Lei n. 477 foi um dos instrumentos repressivos mais draconianos produzidos pelo regime militar e, por isso, gerou inúmeros protestos e críticas, inclusive entre os apoiadores do governo. Ele tornou-se um símbolo da ditadura, sempre lembrado em manifestações que reivindicavam o retorno à democracia. O repúdio gerado pelo Decreto 477 devia-se à amplitude e à generalidade das 'infrações' nele impostas, bem como ao caráter sumário do processo de inquérito.

As universidades foram, profunda e paradoxalmente, atingidas pelas propostas implantadas no período ditatorial. Os militares

impetraram atos de violência a intelectuais e professores, torturando, prendendo, aposentando compulsoriamente, afastando de suas funções e aparelhando as universidades, por sua vez, os governos militares empreenderam políticas de governo voltadas à modernização do ensino, investindo em pesquisa e na formação de professores. Em termos reais, foram expressivos os investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) e em pós-graduação, previstos no Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), que era parte do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (Baiardi, 1996; Freire Junior, 2007; Motta, 2014; Schwartzman, 2001).

Estruturação dos serviços de inteligência e informação nas universidades

Pretende-se, aqui, analisar o processo de atuação do SNI que, através de uma formação ideológica, apoiada nos ideais de Segurança Nacional, formava seus agentes e instrumentalizava-os para atuarem nos serviços de inteligência coletando, analisando e organizando informações, em condições de sigilo. A agência de inteligência AESI/MEC atuava como um braço do SNI dentro das universidades e, para isso, utilizava instrumentos, como manuais, folhetos e apostilas, para agir na comunidade acadêmica. Essa estratégia de ação tinha como intuito final depreciar e criminalizar os movimentos estudantis.

Todos os serviços de inteligência existentes no Brasil, implantados pela ditadura militar, seus mecanismos de investigação e sua coordenação nas instâncias federal, estadual e municipal, encontravam-se vinculados ao SNI. Fruto de um projeto formulado pelo general Golbery de Couto e Silva, o SNI foi criado em 13 de junho de 1964 para que o regime pudesse dispor de informações consideradas estratégicas e se municiar contra os inimigos de esquerda recém-derrotados. Sua criação tão imediata após o golpe indica a importância

que era dada à estruturação de um órgão de informação (Fico, 2001; Gaspari, 2014).

Conforme pontua o historiador Carlos Fico (2001, 2004), o SNI deveria atuar como agência de inteligência, enquanto o trabalho de repressão caberia às polícias estaduais – através do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) – à Polícia Federal, ao Destacamento de Operações de Informação-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI)[1] e aos serviços de informação ligados às Forças Armadas – entre esses serviços o Centro de Informações do Exército (CIE); o Centro de Segurança de Informações da Aeronáutica (CISA); e o Centro de Informações da Marinha (Cenimar). Todos esses órgãos davam sustentação ao sistema repressivo.

O SNI era composto por diversos órgãos que juntos integravam o Sistema Nacional de Informações (SISNI). Os órgãos que compunham o SNI e que estavam vinculados ao MEC eram as DSIs e as AESIs. O regulamento das DSI dos Ministérios Civis e das AESIs foi criado através do Decreto nº 67.325/1970 (Brasil, 1970), que aprova o regulamento das DSIs dos Ministérios Civis. As atividades das AESIs eram coordenadas pelas Assessorias Regionais de Segurança e Informações (ARSI) (Fico, 2001; Silveira, 2019).

Competia às DSIs assessorar os Ministérios de Estado em todos os assuntos pertinentes à Segurança Nacional e em assuntos relativos à Informação e Contrainformação. As DSIs funcionavam como estruturas de investigação sobre a influência comunista nos aparelhos de Estado, entidades e funcionários públicos. Para isso, contavam

[1] Em 1970, foi criado o Destacamento de Operações de Informações (DOI) e o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) instalados nas principais capitais do país. Conhecidos à época pela sigla DOI-CODI, foram os locais por onde passaram milhares de presos e onde ocorreu a maioria dos casos de execuções e desaparecimentos forçados de opositores ao regime.

com grande acervo de documentação sobre servidores públicos que possibilitaram a investigação e a criação de atos administrativos e aposentadorias compulsórias, sendo, por isso, instrumento estratégico de informação ao SNI, subsidiando ações das polícias estaduais e dos serviços secretos das Forças Armadas (Pereira, 2016).

Enquanto as DSIs funcionavam dentro dos ministérios, as AESIs atuavam nas empresas públicas estatais e autarquias, dentre elas, as universidades. À AESI competia o assessoramento ao chefe da DSI, a realização de estudos específicos na área do ministério, através de grupos de trabalho, além de envolver-se no planejamento e execução de ações de contrainformação no ministério e de comunicação na DSI. Tanto a DSI quanto a AESI repassavam ao SNI informações consideradas de caráter subversivo (Motta, 2008).

Nas universidades, as AESIs estavam vinculadas diretamente ao gabinete da reitoria e repassavam todas as informações coletadas, sistematicamente, através de relatórios, à DSI/MEC. Esta, por seu turno, gerava um boletim diário ou semanal de informações sobre subversão nas universidades. Desse modo, o MEC passou a intervir mais fortemente nas universidades (Motta, 2008).

As AESIs universitárias atuavam desde a etapa de contratação do corpo docente, fazendo a filtragem ideológica dos candidatos e impedindo o ingresso daqueles considerados esquerdistas, até a aprovação da indicação de diretores de institutos e chefes de departamentos. Além dos docentes, as AESIs vigiavam discentes e técnicos, denunciando aos órgãos de repressão aqueles que fossem considerados suspeitos de agir contra o regime, punindo-os através de atos de expurgo, demissão e aposentadoria (Pereira, 2016).

Nas universidades, as AESIs também exerciam controle de pesquisas, eventos científicos e cerimônias acadêmicas de colação de grau. Tinham poder de vetar a concessão de bolsas e controlavam a autorização para saída para pós-graduação e liberação de vistos para

viagens internacionais. A censura a eventos de natureza acadêmica e/ou cultural era, por vezes, provocada por ordens superiores e os dirigentes obedeciam, porém, havia casos em que a iniciativa era da própria administração universitária, demonstrando a adesão aos propósitos do Estado autoritário (Motta, 2008).

Outra função das AESIs era fazer o trabalho de contrapropaganda ou contrainformação do regime. Como forma de municiar as AESIs, com material instrucional e de orientação aos seus agentes, visando o efetivo exercício da atividade de vigilância junto às universidades, o DSI/MEC elaborava e divulgava folhetos, manuais e apostilas. Pelo seu teor e impacto junto ao movimento estudantil, destaca-se as publicações *Guerra Psicológica* (Brasil, 1971c) e *Como eles agem* (Brasil, 1974). Foram produzidos com base na Política de Segurança Nacional e visavam combater a influência comunista nos meios universitários e culturais.

A primeira publicação destacada, intitulada *Guerra Psicológica,* versava sobre operações táticas de guerra psicológica. A guerra psicológica era entendida, pelos tecnocratas do regime, como uma violência sistematizada, conduzida e dirigida contra a mente do oponente e uma arma eficiente para diminuir as perdas de vida e de bens materiais. Enquanto produto do DSI/MEC, essa publicação tinha o objetivo de instruir e orientar os agentes que atuavam nas universidades.

O emprego da guerra psicológica envolvia a exploração emocional do oponente, objetivando influenciá-lo. Visava a formação de uma opinião favorável, de grupos adversos ou neutros, para que esses grupos apoiassem os objetivos nacionais, a saber, aqueles defendidos pela ditadura militar. Os propósitos e o sentido da guerra psicológica estariam relacionados também à atuação sobre o adversário, no sentido de lhe causar prejuízos em possíveis operações, utilizando-se, para isso, de técnicas de discórdia e persuasão.

A publicação descreve as fases da guerra psicológica como "estratégicas", "táticas" e "de consolidação", relacionadas à amplitude ou limitação de propósitos e à cooperação dos habitantes após a ocupação. A guerra psicológica estratégica tinha objetivos amplos e efeitos a longo prazo; já a guerra psicológica tática possuía propósitos limitados e efeitos imediatos. Por seu turno, a guerra psicológica de consolidação objetivava persuadir os moradores de áreas ocupadas a aceitarem a ocupação e cooperarem com os agentes. Após a consolidação das medidas de ocupação, os efeitos psicológicos esperados seriam influenciar o maior número de pessoas, depreciar lideranças do grupo adversário e, finalmente, criar uma base de controle sustentado para abalar o sistema do adversário.

Entre os requisitos para que uma ação fosse considerada uma guerra psicológica, estava o uso da propaganda, considerada uma técnica para influenciar a mente humana em prol de um objetivo. Desse modo, os órgãos de informação do regime faziam uso da guerra psicológica, através da propaganda, para garantir os objetivos traçados pela ditadura. De acordo com o folheto, a propaganda se diferenciava da educação, pois

> [...] a educação visa a independência de julgamento e a propaganda visa ao fornecimento de julgamentos previamente criados para os que não pensam. O educador busca um lento processo de desenvolvimento; o propagandista busca resultados rápidos. O educador ensina como pensar; o propagandista o que pensar (Brasil, 1971, p. 8).

Além disso, a propaganda estratégica e a tática podem ser classificadas quanto ao seu propósito, podendo ser de conversão, de divisão, de consolidação ou a contrapropaganda. A propaganda de conversão foi planejada para modificar a filiação emocional do indivíduo; a propaganda de divisão buscava criar elementos de discórdia entre

grupos e a de consolidação atua no intuito de angariar simpatia na população de áreas ocupadas. A contrapropaganda pretendia atuar no combate às teses do adversário, negando-as ou neutralizando-as. A guerra psicológica seria a arma científica do terror, cujos elementos eram a inibição, o pânico, a obsessão e os sentimentos de culpa e traição. A mensagem era o que se pretendia transmitir ao grupo-alvo, influenciando opiniões e favorecendo discussões.

O DSI/MEC utilizou cinco referências bibliográficas para a construção do manual *Guerra Psicológica*: 1) o livro *La Guerre psychologique*, do psicólogo francês Maurice Megret (1956); 2) o livro *Técnicas de Persuasão*, do psiquiatra escocês James Alexander Campbell Brown (1971); 3) um material da Escola de Guerra Naval – Info. 30, denominado *Guerra Psicológica*; 4) uma coletânea de um ciclo de conferências realizado pelo Estado Maior do Exército, denominada *Guerra Revolucionária e Anticomunismo*; e 5) o *Manual de Segurança e Informações*, do próprio DSI/MEC. Ao final desse manual sobre guerra psicológica, havia um teste com perguntas para consolidação dos conhecimentos do leitor.

Cabe destacar aqui que o emprego do termo *guerra psicológica* foi tratado como assunto estratégico pelos intelectuais do regime golpista e fortemente articulado com o projeto de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra (ESG). Criada em 1949, como um instituto de pesquisa que envolvia civis e militares, a ESG teve como objetivo dirigir e planejar a Segurança Nacional. A proposição da ESG para a Segurança Nacional, apresentada pelo general Golbery do Couto e Silva, assumiu papel estratégico no governo a partir de 1964, construindo uma doutrina nacional para a política de Estado.

O *Manual Básico* da ESG (Brasil, 1975) explicita a proposta da doutrina nacional, subdividindo-a em Política Nacional de Desenvolvimento e em Política Nacional de Segurança. A ideia de desenvolvimento visava a promoção do bem comum, enquanto a segurança

pretendia criar e manter a ordem pública. O desenvolvimento nacional era definido como uma "[...] otimização do Poder Nacional, objetivando a consecução do bem comum. É do interesse e da competência da União, como prevê o Artigo 8º da Constituição Federal, promover esse tipo de desenvolvimento, em que a própria União atuava sobre o Poder Nacional" (Brasil, 1975, p. 344).

A função do Poder Nacional era assegurada pela Lei de Segurança Nacional que "[...] arma o Estado de meios legais para se opor a todas as manifestações e suas ameaças que visem à conquista subversiva do Poder" (Brasil, 1975, p. 254). Nesse sentido, a Segurança Interna devia ter ação mais preventiva que punitiva e as medidas adotadas seriam direcionadas à neutralização dos antagonismos.

A Política Nacional de Segurança utilizava-se, para a consecução de seus objetivos, de estratégias política, econômica, militar e psicossocial. A estratégia mais diretamente relacionada ao campo educacional era a psicossocial, que tinha como finalidade "[...] fortalecer o moral da Nação e de seus aliados, quebrantando o dos antagonistas considerados" (Brasil, 1975, p. 157). De acordo com essa estratégia, os fatores psicossociais utilizados para a análise da conjuntura eram:

> [...] no âmbito nacional – dados demográficos (volume e composição da população, distribuição espacial, etc.), educação, cultura e adestramento técnico, estrutura e dinâmica sociais, mentalidade nacional, moral do povo, ideologias e opinião pública, etc.; – no campo internacional – ideologias em conflito, caracterização psicológica e social de grupos antagônicos, potencial demográfico de outras nações, etc (Brasil, 1975, p. 253).

O *Manual Básico* da ESG apresenta diversas conceituações para o entendimento do que seja estratégia psicossocial:

> 2.1. Operações Psicológicas
> São as operações que incluem as ações psicológicas e a guerra psicológica. Compreendem as ações políticas, militares, econômicas e psicossociais planejadas e conduzidas para criar num grupo – inimigo, hostil, neutro ou amigo – emoções, atitudes ou comportamentos favoráveis à consecução dos Objetivos Nacionais.
>
> 2.2. Ação Psicológica
> Ação que congrega um conjunto de recursos e técnicas para gerar emoções, atitudes, predisposições e comportamentos de indivíduos ou coletividades, favoráveis à obtenção de um resultado desejado.
>
> 2.3. Guerra Psicológica
> É o emprego planejado da propaganda e da exploração de outras ações, com o objetivo de influenciar opiniões, emoções, atitudes e comportamento de grupos adversos ou neutros, de modo a apoiar a consecução dos Objetivos Nacionais (Brasil, 1975, p. 316).

As operações psicológicas foram utilizadas durante a ditadura militar para o controle e cerceamento dos meios de comunicação. No campo da educação, uma das formas utilizadas para disseminar os ideais da Doutrina de Segurança Nacional, que seria a de influenciar e persuadir os discentes, foi adotada através da implantação das disciplinas escolares obrigatórias, tais como: Educação Moral e Cívica, no ensino médio, e Estudo dos Problemas Brasileiros, no ensino superior.

O segundo manual a ser destacado aqui, produzido pelo DSI/MEC, *Como eles agem* (Brasil, 1974), tratava sobre "esquemas" considerados "subversivos" nas áreas da educação, da cultura e da religião, expondo os supostos objetivos e planos táticos de infiltração

comunista nas universidades. O movimento estudantil universitário fora descrito como o maior alvo de infiltração de "subversivos" e o folheto pretendia demonstrar esse ponto de vista ao mapear as influências comunistas nos meios universitários e culturais. Já na introdução da publicação *Como eles agem*, fica patente a preocupação dos agentes da ditadura com os "elementos" que se infiltram na área da educação e da cultura, "tentando atingir principalmente a juventude secundarista e universitária, visando o aliciamento e possível arregimentação de novos adeptos para sua causa". Além de pretender analisar o movimento estudantil universitário, *Como eles agem* apresentava a situação política dos movimentos secundaristas, demonstrando a relação entre eles. Discorria sobre os panfletos distribuídos pelos discentes com temáticas relacionadas às reivindicações estudantis, como aumento de vagas, taxas de inscrição e reforma universitária. Enfatizava o poder das publicações estudantis, como ponto vulnerável à infiltração ideológica comunista e relacionava os principais conteúdos abordados nos panfletos e jornais dos diretórios estudantis.

O objetivo da publicação *Como eles agem* era denunciar o "esquema" de ação que os "subversivos", líderes e seguidores, utilizavam para tentar mostrar que o regime constituído era incapaz de preservar a lei e de proteger a sua população. Afirmava que as organizações esquerdistas buscavam angariar o apoio popular, através da identificação das necessidades e anseios populares, "utilizando-se da propaganda sub-reptícia através das letras e artes, e muitas vezes, de meios ilegais, como os atos de terrorismo e sabotagem". Citava ocorrências de mensagens de teor "subversivo" numa série de iniciativas do setor da educação, entre elas o Movimento de Educação de Base, criado pela Igreja Católica, o Mobral, e o Projeto Minerva, mantidos pelo próprio MEC. O folheto ainda advertia que as cadeiras de Educação Moral e Cívica e de Estudos de Problemas Brasileiros vinham se

tornando um dos pontos mais visados pelos comunistas, para, através delas, divulgar sua ideologia política.

No verbete sobre educação, o folheto discorria também sobre o corpo docente nas universidades e afirmava que muitos professores "preferem" o cargo de chefe de departamento ao de reitor ou diretor e procuram ter acesso aos cursos de pós-graduação para estarem mais perto dos alunos e poder influenciá-los.

Para mostrar as técnicas empregadas pelos subversivos nas universidades, o manual apresentava os temas que figuravam entre os mais frequentes nos panfletos distribuídos nos meios estudantis pelas organizações esquerdistas. Eram listados os temas como: o desemprego existente, que levava inúmeras famílias à fome e à miséria; o alto custo de vida, que impossibilitava melhores dias para o povo brasileiro; as verbas reduzidas para a educação e a saúde, em contraste com as elevadas verbas em favor das Forças Armadas; e o ensino pago, que era a nova modalidade para sangrar as famílias brasileiras.

O manual discorria sobre o tema cultura, destacando verbetes em separado sobre cinema, teatro, música e imprensa, entendidos como meios de comunicação poderosos nas mãos de "subversivos", para a divulgação de suas mensagens. A publicação considerava relevante a vigilância e proibição de eventos culturais, por ser um momento de aprofundamento da infiltração de subversivos. Elementos subversivos estariam se infiltrando na área da educação e cultura, tentando atingir, principalmente, a juventude secundarista e universitária, visando aliciamento e possível arregimentação de novos adeptos para sua causa, dentre eles foram destacados nominalmente: Chico Buarque de Holanda, Ruy Guerra, Glauber Rocha e o Grupo de Teatro Oficina.

Das técnicas utilizadas pelos "subversivos", o folheto com o título *Como eles agem* enumerava desde as publicações estudantis mais tímidas até a farta utilização das drogas e tóxicos como meio de escravizar

a juventude, passando pelo favorecimento do amor livre, do divórcio fácil, do descrédito da família e a eliminação dos parques e edifícios de toda boa escultura, a fim de substituir por configurações disformes, sem graça e sem significação. Para os elaboradores do folheto, o uso de drogas era uma forma de criar dependência – que era entendida como uma estratégia dos comunistas para conduzir os estudantes à condição de dependente – além de afirmar que a maconha causa dano cerebral. O referido folheto ressaltava a influência das drogas como arma do arsenal comunista "[...] consubstanciando na prática os ensinamentos de Lenin e Mao Tse Tung para a escravidão da humanidade" (Brasil, 1974, p. 4).

O manual *Como eles agem* causou polêmica e foi ridicularizado nos meios educacionais e nos principais jornais e revistas da época. Ganhou a primeira página do jornal *O Estado de S. Paulo*, que publicou o folheto na íntegra, em 31 de janeiro de 1974, com o título "MEC diz que há subversão até no Mobral". Também a revista *Veja,* exemplar nº 283, editada em 3 de fevereiro de 1974 (Anexo A), publicou uma nota de página inteira, abordando o assunto e criticando o trabalho da DSI/MEC.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de 2 de fevereiro de 1974, publicou, ainda, um editorial de crítica ao folheto e ao próprio MEC, que denominou "MEC e a infiltração subversiva". De modo sarcástico, afirmou que estranhava que depois de tantos anos de "regime revolucionário", ao apagar das luzes de um mandato presidencial, ainda esteja sendo aventado o problema da subversão e que, analisando friamente o conteúdo do folheto, chega-se à conclusão de ser um discurso repetitivo e sem novidades. Além disso, a publicação ressalta que a advertência de que comunistas subversivos existem e trabalham equivale à segunda descoberta da pólvora. O jornal afirmou, ainda, que algo falhou e, nessa hipótese, a nação inteira tem o

direito de pedir contas aos responsáveis pelos riscos que a faz correr a infiltração generalizada da ideologia comunista.

O manual de título *Como eles agem* circulou nas entidades estudantis de todo o país. No jornal *Gol a Gol*, produzido pelo DCE da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o movimento estudantil analisou ironicamente a publicação e concluiu que se tratava de uma tentativa de impedir e reprimir o trabalho crítico nos meios universitários e culturais do país, e que sua leitura,

> [...] provocava desde sutis comentários irônicos até as mais gostosas gargalhadas, dado ao anticomunismo hidrófobo raivoso, muito ao estilo dos editoriais de *O Globo*... que, ao se colocar em prática, como orientação para repressão, nos remeteria sem dúvida, aos tempos de caças às bruxas do macarthismo americano (Como [...], 1974a, p. 3).

Com o título *Como eles atuam na Bahia,* o mesmo jornal *Gol a Gol* do DCE/UFMG divulgou uma nota de denúncia, assinada pelos DCE, Diretórios Acadêmicos, Centro Universitário de Cultura e Arte e representação estudantil do Conselho Universitário da UFBA e encaminhada às entidades estudantis de todo o país (Figura 1). Nesse documento, o movimento estudantil baiano relatava sobre as condições de ensino, sobre os cortes no serviço de assistência ao estudante e sobre o fechamento de residência e restaurante da Escola de Enfermagem da UFBA. Expôs as iniciativas tomadas junto à reitoria para questionar a situação da UFBA, com escassez de verbas e clima de restrições, e denunciou que:

> [...] durante o desenvolvimento do trabalho, seguindo orientação do documento *Como eles agem*, elaborado pela Divisão de Segurança e Informação do MEC, sofremos

ultimamente um ataque maciço de medidas repressivas por parte da AESI (Assessoria Especial de Segurança e Informação) e dos órgãos de 'segurança', tais como:

- Prisão do vice-presidente do DCE José Gilson Andrade terceiro ano de medicina no dia 28 de Março;
- Proibição por parte da direção da Escola Politécnica da realização de um Show com Gilberto Gil, promovido pelo Cuca, DCE e DAs;
- Proibição de realizar assembleia geral, programada para o dia 30 de março na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas;
- A representação Estudantil no Conselho Universitário foi proibida de falar quando denunciava na reunião do Conselho de três de abril a situação repressiva vigente na UFBA;
- Ameaça de 477 e 60 dias de prisão feita aos membros dos diretórios;
- Apreensão do mimeógrafo do DA de medicina;
- Proibição de palestras, murais, distribuição de notas;
- Cortes da residência e restaurante universitário de toda a comissão de assistência do DCE;
- Comparecimento compulsório à Polícia Federal do ex-secretário Geral do DA de Arquitetura Agustin Justo Trigo, atualmente trabalhando no DCE (Como [...], 1974b, p. 12).

Figura 1 Matéria do jornal *Gol a Gol*

Como eles atuam na Bahia

Recebemos dos colegas da Universidade Federal da Bahia, uma denúncia de como a Assessoria Especial de Segurança e Informações da UFBa vem atuando, baseada no documento COMO ELES AGEM.

A AESI, na maioria das universidades, onde foi criada por orientação do Ministério da Educação e Cultura, sempre vinha apresentando uma atuação tímida em questões de repressão e cerceamento às atividades das entidades estudantis. Situou-se quase que nos limites de cumprir ordens impostas de fora da universidade.

Mas na UFBa, segundo denúncia dos estudantes, ela está assumindo mesmo as funções policiais: chegou a ameaçar os membros dos Diretórios Acadêmicos e DCE de prisão de 60 dias. Eis a nota:

"AS ENTIDADES ESTUDANTIS DE TUDO O PAÍS:

Mil novecentos e setenta e quatro trouxe para nós, estudantes da UFBa, um declínio nas condições de ensino, cortes no serviço de assistência ao estudante, fechamento da Residência e do Restaurante da Escola de Enfermagem, etc.

Diante disso, nós estudantes, tomamos atitude visando discutir esses problemas que comprometem toda nossa formação profissional: fomos à Reitoria exigir soluções para o problema de assistência e questioná-la a respeito da situação de verbas da UFBa. A partir daí, em Assembléia na Escola de Enfermagem, a proposta, entre outras, de pronunciamento nosso ao Ministério da Educação, para questionarmos a crônica escassez de verbas e o clima de restrições que estamos vivendo.

Gil : proibido na Bahia

Durante o desenvolvimento do trabalho, seguindo orientação do documento COMO ELES AGEM, elaborado pela Divisão de Segurança e Informação do MEC, sofremos ultimamente um ataque maciço de medidas repressivas por parte da AESI (Assessoria Especial de Segurança e Informação) e dos órgãos de "segurança", tais como:

- prisão do vice-presidente do DCE, José Gilson Andrade, 3º ano de Medicina, no dia 28/3.

- proibição por parte da direção da Escola Politécnica da realização de um show com Gilberto Gil, promovido pelo CUCA, DCE e DAs.

- proibição pela AESI da Assembléia Geral programada para o dia 10/5, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

- a Representação Estudantil no Conselho Universitário foi proibida de falar quando denunciava na reunião do Conselho de 03/4 a situação repressiva vigente na UFBa.

- ameaça de 477 e 60 dias de prisão feita pela AESI aos membros dos Diretórios.

- apreensão do mimeógrafo do D.A. de Medicina.

- proibição de palestras, murais, distribuição de notas.

- cortes da Residência e Restaurante Universitário de toda a Comissão de Assistência do DCE.

- comparecimento compulsório à Polícia Federal do ex-secretário geral do D.A. de Arquitetura, Agustin Justo Trigo, atualmente trabalhando no DCE.

Sabendo que esta situação de verbas não surgiu agora em 74, nem é "privilégio" dos universitários baianos, e o clima de repressão às atividades estudantis é uma constante existente há vários anos no nosso país, faz-se necessário que nós, estudantes brasileiros, nos unifiquemos em função dos nossos interesses e, consequentemente, contra essas medidas repressivas. Como primeira medida para efetivar essa unidade, propomos às entidades de todo o país o envio de telegramas e/ou cartas, solidarizando-se com os estudantes baianos.

SALVADOR, 5 de abril de 1974."

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES

DIRETÓRIOS ACADÊMICOS

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE CULTURA E ARTE

REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL NO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

GOL A GOL - pag.12

Fonte: Como [...] (1974a, p. 12).

A divulgação do manual se deu no período final da gestão de Jarbas Passarinho (1969-1974), ministro da Educação do governo Médici, e trouxe desgaste ao seu ministério. A repercussão negativa na imprensa nacional foi registrada pela DSI do Ministério da Justiça, que documentou os fatos e informou ao SNI, concluindo que o folheto provavelmente era destinado aos órgãos administrativos e sua divulgação não teve proveito à Segurança Nacional. Jarbas Passarinho foi substituído por Ney Braga, que assumiu o MEC, em março de 1974, já no governo Geisel.

Registrou-se, até aqui, a estrutura e as formas de atuação do SNI que, durante a ditadura militar, atuou nos mais diversos órgãos e setores do serviço público federal, de modo a vigiar e reprimir qualquer forma de manifestação que fosse considerada contrária aos interesses do regime. No âmbito da educação, a AESI atuava diretamente ligada às reitorias das universidades, estabelecendo um amplo sistema de controle a discentes, docentes e servidores administrativos.

A intenção desse tópico foi a de demonstrar o poder de atuação do SNI, que através de uma formação ideológica, apoiada nos ideais de Segurança Nacional, formava seus agentes para atuarem de modo repressivo junto à comunidade universitária. Foram citados os instrumentos tecnocráticos, como manuais, folhetos e apostilas, que compunham um sistema de informações a serviço da ditadura, instrumentalizando os agentes nos processos de decisão quanto a formas de restrições e punições àqueles considerados contrários aos interesses da ditadura. Evidencia-se, sobretudo, a política de depreciação moral e criminalização dos movimentos estudantis, naquele período.

A psicologia durante a ditadura militar

Para compreender a inserção da psicologia, como disciplina e como profissão, na sociedade brasileira durante o período ditatorial, faz-se necessário apresentar uma revisão bibliográfica, com base em autores que pesquisaram sobre o tema. Inicialmente, será feito um breve recuo no tempo para compreender o processo de autonomização da psicologia e, posteriormente, sua regulamentação, através da Lei nº 4.119/1962 (Brasil, 1962a). Em seguida, serão abordados temas como a difusão de uma cultura psicológica nas camadas médias urbanas do país, que favoreceram a expansão da psicologia na década de 1970; a busca de reconhecimento e legitimidade que levou a psicologia a atuar em prol da adaptação dos indivíduos à ordem social vigente;

a eclosão da demanda social por um modelo de psicologia elitista e individualizada, que favoreceu a expansão da psicoterapia como novo campo profissional dos psicólogos. Apresenta-se, ainda, pesquisas que discutem sobre a participação de médicos e psicólogos no aparelho repressivo da ditadura militar, para, em seguida, tratar sobre o impacto das políticas adotadas pelos tecnocratas da ditadura nas organizações sindicais e conselhos de classe da psicologia. Finalmente, serão abordados temas que se referem à militância política estudantil e a participação de psicólogas na luta armada durante a ditadura militar.

Os estudos sobre os fenômenos psicológicos no Brasil já se constituíam em fins do século XIX e início do século XX. A psicologia que se desenvolvia, então, estava voltada, especialmente, às intervenções de caráter higienista, moralizante e normalizante, principalmente das populações pobres, com temáticas relacionadas ao tratamento das doenças mentais, formação moral e cuidados com a higiene mental dos indivíduos, dentre outros. Entre os precursores da psicologia exercida nesse período, estavam médicos, educadores e outros profissionais, que buscavam contribuir para a formação social do país a partir de teorias marcadas pelo racismo científico e que faziam parte do movimento higienista. A psicologia emerge, desse modo, constituindo modelos de intervenção a serviço do controle social e da adaptação da população aos princípios da sociedade normativa (Lacerda Júnior, 2013; Patto, 2004).

Ainda na primeira metade do século XX, o país iniciou um processo de industrialização, que se tornou a base para o desenvolvimento econômico e se acentuou a partir de meados da década de 1950 no governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), cujo projeto nacional era de construção de um homem novo e urbano, integrado a um país novo e moderno. A fundamentação dessa meta de construção de homem e país estava nos ideais positivistas e tecnicistas, cujos alicerces sustentavam discursos e práticas de produção de uma sociedade

ordenada, controlada, espacialmente concentrada, urbanamente aglomeradora e socialmente excludente (Baiardi, 2016).

Nesse período, pré-regulamentação da profissão, a psicologia já se consolidava em diferentes contextos institucionais: tornou-se disciplina obrigatória em cursos universitários, como Direito, Medicina, Pedagogia e Filosofia; foram criados e institucionalizados laboratórios de psicologia; surgem os primeiros cursos de especialização em psicologia: "A principal instituição a oferecê-los é o Instituto Sedes Sapientiae, de São Paulo" (Jacó-Vilela, 2012b, p. 37) e profissionais do campo *psi* passaram a competir pelo mercado de trabalho que já se formava naquele momento (Antunes, 1999; Lacerda Júnior, 2013; Pereira; Pereira Neto, 2003).

Nesse sentido, a regulamentação da profissão de psicólogo foi consequência de um movimento que, desde a década de 1950, já contava com vários profissionais atuando na área, formando-se através de cursos de curta duração ou autodidaticamente a partir de sua prática profissional, acompanhada por grupos de estudo. Esse movimento foi capitalizado por associações que envolviam principalmente professores universitários. A formação da grande maioria desses primeiros profissionais era principalmente em psicotécnica e experimental, com alguma formação filosófica. Havia, nesse momento, um contexto favorável à psicologia, ancorado, sobretudo, nas demandas por práticas psicológicas de classificação e ordenamento psicométricos, psicodiagnóstico e ajustamento psicológico, todas essas práticas direcionadas ao âmbito das organizações do trabalho, das escolas e clínicas. Tal contexto legitimou socialmente a psicologia, contribuindo para a sua regulamentação em 1962 (Baptista, 2010; Costa; Oliveira; Ferrazza, 2014; Piñeda; Jacó-Vilela, 2014).

Pesquisadores apontam a expansão de uma cultura psicológica que se apoiou em uma concepção individualista e intimista de valorização das escolhas individuais e desvinculação dos interesses e

necessidades sociais ou coletivos (Dumont, 2000; Jacó-Vilela, 2001). Essa cultura seguiu uma lógica liberal capitalista, que apregoava a liberdade de escolha e de oportunidades iguais para todos, conduzindo o indivíduo para um lugar de referência de si mesmo e do mundo. A difusão das práticas *psi* nas camadas médias urbanas da sociedade foi o efeito da consolidação desse *ethos* individualista e intimista em difusão no espaço social. Houve, nessa perspectiva, uma ampliação do processo de psicologização da vida social e política, ou seja, os fatos sociais são entendidos como originários no próprio indivíduo que, como sujeito livre e autônomo, responde por eles, isoladamente (Baptista, 2010; Coimbra, 2008; Dimenstein, 2000; Mancebo, 2004). Segundo a teoria dumontiana (Dumont, 2000), está presente na sociedade, e marca a ideologia ocidental moderna, a ideia de um indivíduo autônomo, senhor de si e independente, ou seja, ausente de vínculos e dos determinismos universalmente definidos pela cultura. Dimenstein (2000, p. 97) afirma que:

> A ideologia do individualismo representa um sistema de ideias [...], uma tendência, uma corrente, um fluxo localizado de ideias e valores presente nos segmentos letrados e intelectualizados das classes médias das sociedades modernas, cujo acento recai sobre a categoria "indivíduo", não no sentido do agente empírico, membro e condição fundamental de qualquer sociedade, mas enquanto valor moral e jurídico (da cidadania, dos direitos e deveres universais), enquanto configuração abstrata calcada em valores como liberdade e igualdade.

A expansão e a disseminação de uma cultura psicológica na sociedade brasileira urbana estimularam a regulamentação e a criação dos primeiros cursos de formação em psicologia. Essa, no que lhe toca, contribuiu com teorias, modelos de intervenção e técnicas de

manutenção da sociedade psicologizada. Atuando especialmente nas áreas clínica, escolar e industrial/organizacional, o psicólogo brasileiro esteve a serviço de funções de regulação e adaptação dos indivíduos a esse *modus operandi* de superdimensionamento das questões mais intimistas, desvinculando-as do contexto social ou político (Gil, 1985; Baptista, 2010).

Evidencia-se, de todo modo, que a regulamentação da profissão de psicólogo no Brasil atendeu várias necessidades sociais dos profissionais envolvidos e possibilitou a ampliação de uma demanda social por profissionais da psicologia. Por um lado, a regulamentação foi um movimento social de racionalização no âmbito do trabalho, naquele momento de incremento no processo de industrialização no país, que atribuiu e demandou funções ao psicólogo nas diversas áreas de atuação. Por outro, possibilitou o reconhecimento profissional para atuar no campo, dentro de uma normativa legal para o exercício da profissão de psicólogo no Brasil.

Autores têm analisado o desenvolvimento da psicologia brasileira e sua inserção, como disciplina e como profissão, na sociedade, após a regulamentação em 1962, apenas dois anos antes do golpe militar. No período ditatorial, a psicologia buscou, além de legitimidade, fazer-se reconhecida perante as classes dominantes do país, como não ameaçadora para a ordem social estabelecida (Costa; Oliveira; Ferrazza, 2014; Lacerda Júnior, 2013). Conforme Lacerda Júnior (2013), a prática predominante adotada pela psicologia junto à sociedade era dirigida à adaptação dos indivíduos, ao controle e submissão passiva à ordem vigente. O autor acentua que a psicologia "[...] promoveu concepções de indivíduo, personalidade ou comportamento que naturalizavam ou justificavam a ordem social extremamente injusta do país" (Lacerda Júnior, 2013, p. 221). Para Bock (1999), houve o predomínio de uma concepção liberal e do compromisso da psicologia brasileira com as elites dominantes. Coimbra (2008) aponta o recrudescimento

das abordagens mais intimistas, individualistas e despolitizantes sobre a subjetividade na psicologia brasileira.

Nesse contexto, a psicologia ampliou seu raio de ação a partir da eclosão de uma grande demanda por um modelo de psicologia privativa, individual e elitista. As concepções de subjetividade, amparadas, como assinalado anteriormente, no *ethos* individualista e intimista em difusão no espaço social, associado ao enriquecimento da classe média urbana, geraram as condições propícias para a conformação da psicoterapia como um novo campo profissional. Evidencia-se, a partir daí, uma grande demanda dos estudantes de Psicologia pela clínica, pelo sonho do consultório privado e a psicanálise torna-se um dos modelos de referência proeminentes no campo terapêutico (Dimenstein, 2000; Langenbach; Negreiros, 1988). Langenbach e Negreiros (1988, p. 86) apontam que:

> A própria ausência de canais de participação – o silenciar sendo uma palavra de ordem – tornava atraente e válido este tipo de espaço. Tal validade era reafirmada pelo próprio Estado, por serem consideradas as práticas em Psicologia provavelmente pouco ameaçadoras, já que, privilegiando a esfera íntima e privada, nela ficariam camufladas complexas questões sociais. Ao buscar individualmente respostas para conflitos, diluía-se a possibilidade de reflexões mais coletivas, as quais poderiam remeter a questionamentos mais substantivos na direção de mudanças políticas.

Numa perspectiva de cunho antropológico, Russo (2008) analisa como se deu a convivência entre o obscurantismo político e a busca de liberação "interior" demandada pela sociedade brasileira na década de 1970. Para a autora, o Movimento Contracultural, que já se desenvolvia no país na década de 1970, redimensionou e deslocou aquilo que

era considerado "político" para um outro eixo, politizando questões vistas anteriormente como "não políticas", tais como sexualidade, gênero e relações entre pais e filhos.

> Ou seja, esse outro modo de se entender "o político" voltava o sujeito para dentro de si mesmo, levando-o a repensar suas escolhas mais íntimas, seu modo de ser. Deste modo, a interiorização não significava necessariamente "despolitização". Ao contrário, do ponto de vista da "nova política" contracultural, reformar-se interiormente podia ser interpretado como uma forma de luta política (Russo, 2008, p. 429-430).

Não se pode deixar de considerar, nesse contexto da época, a difusão da psicanálise que impulsionou a ascensão de outra face desse indivíduo moderno, assenhorado em sua interioridade, no autocultivo e na autoestima. A ideia do indivíduo racional, autônomo e senhor de si é suplantada pela ideia de inconsciente, que move o sujeito por forças que desconhece e que determina suas motivações e ações (Dimenstein, 2000; Velho, 1987). No entanto, as sociedades psicanalíticas sofreram críticas quanto à sua opção pelo silenciamento e neutralidade social diante da situação política do país, cumprindo funções conservadoras, sem criticar a ditadura militar (Kyrillos Neto; Pádua, 2015). Um caso emblemático ocorreu na Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ) envolvendo Amílcar Lobo Moreira da Silva (1939-1997), oficial médico do primeiro Batalhão de Polícia do Exército e que trabalhava no DOI-CODI/RJ, no período entre 1970 e 1974. Amílcar Lobo integrava o corpo médico do aparelho repressivo da ditadura e participava ativamente em sessões de tortura. Com o codinome de Dr. Carneiro, sua função era supervisionar o estado físico de cada torturado e informar se a vítima podia continuar sendo torturada, se estava fingindo e se ainda suportava,

não só as sessões para fins de interrogatório, mas também em aulas de tortura para fins didáticos. Em paralelo, o referido oficial médico fazia sua formação na SPRJ, sendo analisado pelo psicanalista didata Leão Cabernite. Em 1973, uma denúncia contra Amílcar Lobo foi publicada no número dois da revista *Questionamentos*, coordenada pela psicanalista argentina Marie Langer. A denúncia chegou através do jornal *Voz Operária* – vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) – feita por Helena Besserman Vianna, psicanalista associada da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ) e que, em consequência de sua denúncia, sofreu perseguição por parte da instituição psicanalítica. Mesmo após as várias denúncias feitas por Helena Besserman, nas instâncias locais e internacionais e formalizadas junto à SPRJ e à International Psychoanalytical Association (IPA), oficialmente nada foi feito. Em 1980, o caso Amílcar Lobo foi trazido a público através de uma denúncia feita por um ex-preso político, durante uma mesa redonda. Dois integrantes da SPRJ, Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas, que participaram do evento, ratificaram a denúncia à SPRJ e, em represália, acabaram sendo excluídos da instituição. O caso foi amplamente noticiado na imprensa a partir de 1981 e outros depoimentos de ex-presos políticos foram somados ao primeiro. As atividades de Amílcar Lobo junto ao DOI-CODI expunham a instituição psicanalítica gerando uma crise política e moral que só teve um desfecho depois da redemocratização do país, quando o Conselho Regional de Medicina (CRM) cassou o direito de Amílcar Lobo de exercer a profissão (Arquidiocese de São Paulo, 1985; Coimbra, 1995; Oliveira, 2017; Pavón-Cuéllar, 2017; Russo, 2008).

Segundo pesquisa desenvolvida por Coimbra (1995, 2008), psicólogos também tiveram participação no aparato repressivo da ditadura militar. A autora analisa registros de pesquisas realizadas no início dos anos 1970 para investigar o "perfil psicológico" de militantes

políticos presos no Rio de Janeiro. Uma dessas pesquisas contou com a participação de psicólogos que trabalhavam no Centro de Estudos do Pessoal do Exército (CEPE), tendo sido encomendada pelo general Antônio Carlos da Silva Murici, chefe do Estado-Maior do Exército, com o intuito de levantar informações sobre os militantes presos, investigando nível de escolaridade e as causas que os levaram à luta armada. Os resultados dessa pesquisa mostraram que dos 260 presos, 80% possuíam nível superior, 15% tinham concluído o segundo grau e 5% não haviam concluído o segundo grau. E dentre as causas apontadas pela pesquisa, como justificativas para a luta contra o regime, estavam os desajustes individuais, o descaso dos pais pelos problemas da mocidade, a politização do meio escolar e o proselitismo político de professores (Coimbra, 1995, 2008).

Outra pesquisa feita pelo Exército contou com a participação de 500 presos políticos e utilizou

> [...] um extenso questionário, com cerca de cinco folhas datilografadas, apresenta questões sobre infância, adolescência e relacionamento familiar. Uma "anamnese" na qual, entre outras coisas, se pergunta: como foi feita a escolha da profissão; como se envolveu em política; se teve muitos namorados(as); se teve experiências homossexuais; se alguma vez utilizou algum tipo de droga; como é a situação familiar; se tem pais separados; qual a pessoa da família mais importante e por quê; se tem algum parente envolvido em política; o que pensa fazer após a libertação, etc (Coimbra, 2008, p. 50).

Além de enfatizar a importância da família e do lar na vida dos jovens, a avaliação dos dados indicava que parte dos consultados (1/3) não estava "ajustada à vida familiar". Também foi aplicado uma bateria de testes para avaliar aptidões, interesses, nível mental e

personalidade, em 44 presos. Os resultados dessas pesquisas foram examinados por psicólogos civis, concluindo-se que

> [...] 32 (73%) foram considerados como indivíduos com dificuldades de relacionamento ou escasso interesse humano e social, ou ainda difícil comunicação humana; em suma, como pessoas difíceis; como imaturos [...] 18 (41%) foram incluídos no grupo de desajustados [...] (Coimbra, 2008, p. 51).

Em uma outra pesquisa realizada no Arquivo do DOPS/RJ pelo Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, foram encontrados documentos confidenciais de uma equipe de psicólogos que havia aplicado o Teste de Personalidade Rorschach a um grupo de "terroristas", o qual apontava traços dominantes no grupo, tais como:

> [...] estabilidade emocional e afetiva precária; dificuldade de adaptação e ajustamento; atitude oposicionista, voltando sua agressividade ora contra o meio, ora contra o próprio ego; escasso interesse humano e social (atitude antissocial); pensamento rígido e índice de estereotipia elevado (Coimbra, 2008, p. 51).

O uso instrumental dos recursos da psicologia e dos testes psicológicos por parte do regime ditatorial tinha como objetivo desqualificar e patologizar os opositores ao regime militar. Além disso, utilizava-se a pesquisa para obter informações e conhecer mais profundamente os militantes políticos, tendo como fim último a formação de uma opinião pública contrária aos opositores do regime ditatorial. Agindo de modo condizente com os parâmetros preconizados sobre guerra psicológica e estratégias de contrainformação, os órgãos de repressão tratavam de fortalecer na sociedade, principalmente nas famílias de

classe média, a ideia ou crença de que seus filhos eram "desajustados" ou "doentes", emocional e socialmente (Coimbra, 2008).

Hur (2005) analisa as políticas adotadas pelos tecnocratas da ditadura e que impactaram nas organizações sindicais e conselhos de classe. A Lei nº 5.766/1971 (Brasil, 1971b), que criou o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs), foi instaurada num dos piores períodos da ditadura, em que se utilizava a tortura e a violência como instrumento de coação. Em pesquisa realizada no CRP de São Paulo, Hur (2005) verificou o forte aparato repressivo que atuou sobre a instituição paulista durante o regime militar. O sindicalismo político foi coibido e os militares reprimiram qualquer tipo de organização de trabalhadores, intervindo diretamente em sindicatos e organizações de classe. Este mesmo autor assevera que

> A fundação das entidades de classe da Psicologia (APPESP, Sindicato e CRP) se deu durante o período mais pesado da ditadura brasileira, no governo do militar Médici. A repressão aos movimentos era tão grande que as entidades de classe preferiram não mexer com o aparato repressivo do Estado. [...] A cisão entre questões políticas e questões técnicas da Psicologia foi uma forma dos participantes da época elaborarem a sua atuação. Não se podia falar em política devido à intensa repressão do Estado (Hur, 2005, p. 122-123).

Ainda, conforme Hur (2005, 2012), a psicologia atuou a serviço dos interesses da ditadura e houve casos de entidades representativas ligadas ao Estado que demonstram essa atuação: a exemplo do CFP, que prestou homenagem ao general Emílio Garrastazu Médici, outorgando-lhe o diploma de psicólogo honorário; e o Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo, que se recusou a participar da

mobilização social contra o assassinato de Wladimir Herzog por agentes da ditadura militar, alegando que Herzog não era psicólogo e que, portanto, não deveria se envolver em lutas estranhas aos interesses da categoria e às questões técnicas da profissão.

Em pesquisa mais recente, Jacó-Vilela e Braghini (2015, p. 89-90) analisam as "[...] formulações que vinculam claramente tais Conselhos à ditadura militar – como o diploma de psicólogo concedido a Médici e discursos sobre a prática dos psicólogos vinculada à ditadura ou, mais especificamente, à tortura [...]". A partir de uma pesquisa nas atas do CFP, os autores concluem que, embora a gestão do CFP do período (1977-1979) tenha prestado homenagens a Geisel e a Médici, não se pode estender essa vinculação ao regime militar a todo o conjunto dos psicólogos. Quanto ao envolvimento de psicólogos em processos de exame e tortura, os autores citam o trabalho de Coimbra (1995) como "[...] um único texto que vincula os psicólogos, enquanto agentes empíricos – e não na perspectiva de atuação moral –, ao regime militar" (Jacó-Vilela; Braghini, 2015, p. 93) e afirmam que não há registro de envolvimentos de psicólogos em atos de torturas. Nesse artigo, os autores trazem uma perspectiva de análise crítica quanto à aproximação da psicologia à ditadura militar, entendida como uma narrativa estrategicamente construída pelo grupo político que esteve à frente do CFP e de alguns CRPs ao longo de quase 20 anos a partir de 1998. Os autores argumentam que se trata de um raciocínio linear considerar a psicologia totalmente vinculada à ditadura, por deixar à margem os vários registros de psicólogos, professores e estudantes que sofreram perseguições e torturas, estão desaparecidos ou foram assassinados pela ditadura militar.

Nesse diapasão, ainda que se consentisse a ideia de que a maioria dos psicólogos tenha sido indiferente ao impacto que sua atuação profissional pudesse ter em relação ao projeto político da ditadura, pode-se supor, também, ter havido psicólogos emudecidos pelo sistema,

estabelecidos no serviço público, com dificuldades de conseguir outro trabalho, ou presos, exilados, torturados e mortos. Piñeda e Jacó-Vilela (2014) lembram que os estudos a respeito ainda não são precisos, o que não permite conclusões fidedignas, sendo possível, de todo modo, afirmar que a ditadura exerceu seus efeitos na constituição das subjetividades e na formação cultural dos universitários (Coimbra, 2008; Piñeda; Jacó-Vilela, 2014; Velho, 1986).

Tal afirmativa se direciona ao próximo ponto, qual seja, o movimento estudantil de psicologia e suas práticas políticas no período ditatorial. Ressalta-se que, a militância política de alguns psicólogos e estudantes segue por uma via distinta da prática hegemônica do período – e daquela oferecida pela teorização da psicologia –, que não oferecia subsídios para o enfrentamento contra a ditadura implantada no país. Os poucos estudos realizados sobre o tema já dão provas da ação política e de militância de psicólogos e estudantes de Psicologia, que se opuseram à ditadura, sendo vigiados, perseguidos, presos, torturados e mortos.

Hur e Aragusuku (2018) tentam preencher essa lacuna no campo historiográfico da psicologia e discutem as práticas e posicionamentos políticos dos estudantes, a partir da história do movimento estudantil de psicologia no Brasil. Sobre as possíveis razões para essa escassez de pesquisas, citam a desvalorização dos estudos sobre política pela psicologia, assim como das práticas das entidades políticas da psicologia e do movimento estudantil, devido ao fato de esse ser "apenas" um movimento político de estudantes (Hur; Aragusuku, 2018).

Em um dos poucos trabalhos sobre o tema, Ribeiro (2007) reconstrói a história do movimento estudantil na psicologia, a partir da análise da dinâmica de funcionamento do Encontro Nacional dos Estudantes de Psicologia (ENEP). O ENEP – ou ENEPsi, como era denominado até 1969 – foi impedido de funcionar a partir do Decreto-Lei nº 477/1969, que proibiu manifestações políticas ou de

protestos no interior dos estabelecimentos de ensino públicos ou particulares, o que incluía a organização de movimentos estudantis. Assim, o ENEPsi só retornou a partir de 1976, com o nome de ENEP (Ribeiro, 2007).

Entre as décadas de 1960 e 1970, uma das alternativas encontrada pelo movimento estudantil, perseguido pelos órgãos de vigilância e repressão da ditadura, foi a participação em congressos científicos, onde realizavam, clandestinamente, suas reuniões políticas. O I Encontro Nacional de Estudantes (I ENE), realizado no início da década de 1970, ofereceu as bases para a organização do movimento estudantil por área. Os discentes de Psicologia passaram a promover eventos acadêmicos, como Semanas de Psicologia, e a participar de congressos científicos, nos quais se reuniam para deliberar e tentar uma articulação pelo ressurgimento da UNE. Os estudantes também se utilizaram das reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), nas quais podiam se articular em total clandestinidade. Um dos resultados desses encontros foi a realização do primeiro e do segundo ENEP nos anos de 1976 e 1978 (Hur; Aragusuku, 2018; Ribeiro, 2007).

Em 1977, o movimento estudantil passou a reorganizar as manifestações de rua e assembleias nas universidades e a lutar pela reconstrução de suas entidades. O III ENE, programado para o dia 4 de junho daquele ano, em Belo Horizonte, na UFMG, foi declarado ilegal. Dentre os principais objetivos desse encontro estava a discussão acerca da recriação da UNE, mas os delegados estudantis foram detidos antes de sua realização. As tropas policiais impediram o acesso dos discentes a Belo Horizonte e aqueles que conseguiram chegar se aglomeraram em frente ao Diretório Acadêmico de Medicina da UFMG, havendo investida da tropa de choque e mais de 400 prisões (Lira, 2010). Da UFBA, saiu uma comitiva formada por 12 estudantes, apreendidos pela polícia antes de chegar à UFMG,

com duas estudantes de Psicologia. Todos foram detidos e investigados pela polícia (Universidade Federal da Bahia, 2014).

Cabe ainda destacar a participação de psicólogos e estudantes de Psicologia na luta de resistência e oposição à ditadura, especificamente na luta armada (Gorender, 1987). Hur (2012, p. 45) considera "[...] a politização de estudantes de Psicologia da década de 1960 como uma ruptura com o caminho institucional trilhado até então pela Psicologia como profissão".

Arantes (2012) analisou cinco casos de assassinato de psicólogas e de estudantes de Psicologia que se engajaram na luta de resistência. Todas foram executadas durante a ditadura militar, na década de 1970, e um dos casos contou com a participação da Operação Condor. Foram elas: Marilena Villas Boas Pinto; Iara Iavelberg; Aurora Maria Nascimento Furtado; Pauline Philipe Reichstul; Liliana Inés Goldemberg.

Marilena Villas Boas Pinto era estudante do segundo ano de psicologia na Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro. Em 1969, integrou-se à luta de resistência, militando inicialmente na Ação Libertadora Nacional (ALN), em seguida no Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), vivendo, por consequência, na clandestinidade. Marilena foi presa e veio a falecer na Casa de Petrópolis, também conhecida como Casa da Morte, aos 22 anos.

Em São Paulo, a estudante de Psicologia da USP Aurora Maria Nascimento Furtado fez parte, nos anos de 1968, da UNE de São Paulo, onde atuava como responsável pelo setor de imprensa e militava na ALN. Em 1972, Aurora foi presa no Rio de Janeiro, aos 26 anos de idade. Sofreu torturas até a morte. Seu corpo foi jogado numa rua do Rio de Janeiro e os órgãos de repressão divulgaram, através da imprensa, que Aurora havia morrido após tentativa de fuga durante um tiroteio. Sua história inspirou o escritor e cineasta Renato Tapajós na construção do personagem central do livro

Em Câmara Lenta, que escreveu quando se encontrava preso, entre 1969 e 1974, publicado em 1977. A publicação do livro levou Tapajós de volta à prisão. Em 2002, por iniciativa da professora Ecléa Bosi, a USP batizou uma das salas da Faculdade de Psicologia com o nome de Sala Aurora Maria do Nascimento (Arantes, 2012; Gorender, 1987; Souza; Jacó-Vilela, 2017; Reimão, 2009; Tapajós, 1977).

Nascida em Praga, na antiga Checoslováquia, Pauline Philipe Reichstul estudou psicologia em Genebra, tendo concluído o curso em 1970. Fez contatos com estudantes e exilados brasileiros na Europa e, em 1972, veio para o Brasil, onde abraçou a causa da luta revolucionária e de resistência à ditadura, militando na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Morava em Pernambuco e estava grávida, quando foi presa em 1973, torturada e assassinada com quatro tiros, aos 26 anos de idade, numa emboscada armada por um agente duplo da ditadura, Anselmo dos Santos, o "ex-cabo Anselmo". O episódio ficou conhecido como "Massacre da Chácara São Bento". Pauline foi morta juntamente a outros quatro militantes, entre eles seu companheiro, Eudaldo Gomes da Silva (Arantes, 2012; Cardoso, 2012; Souza, 2020).

Vítima do terrorismo de estado brasileiro, Iara Iavelberg, em 1968, era psicóloga formada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Iara foi militante da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop) e, em seguida, militou nos quadros do MR-8. Morreu em 1971, aos 27 anos de idade, cercada em um apartamento no bairro da Pituba, em Salvador. Os órgãos de repressão publicaram que ela se suicidou e sua morte só foi divulgada um mês depois, juntamente ao anúncio da execução de seu companheiro, Carlos Lamarca, no interior da Bahia. Investigações posteriores, no entanto, foram desmontando a versão apresentada pela polícia, ficando esclarecido, finalmente, que Iara havia sido assassinada (Arantes, 2012; Gaspari, 2014; Gorender, 1987; Souza; Jacó-Vilela, 2017; José; Miranda, 2015; Patarra, 1991).

Souza e Jacó-Vilela (2017) defendem a concepção de que a participação política de psicólogos e estudantes na luta armada contra a ditadura, ainda que não tivesse uma relação identitária com a psicologia de seu tempo, é parte integrante da história da psicologia.

> É importante notarmos o papel de vanguarda que estes estudantes tiveram, pois levantaram questões relacionadas a ações contra a ditadura de classe em seus cursos. Se parte da Psicologia estava presa na armadilha institucional que prendeu a atuação de profissionais, há, por outro lado, importante fratura efetivada pela juventude e pelos estudantes (Souza; Jacó-Vilela, 2017, p. 47).

Ao longo desta seção, realizou-se uma contextualização histórica sobre a ditadura militar e as principais medidas adotadas pelo regime que impactaram sobre as universidades. Discorreu-se também sobre os órgãos de segurança e as estratégias dos golpistas para o controle e vigilância de docentes, discentes e servidores. Finalmente, foi apresentada ao leitor uma revisão bibliográfica sobre a psicologia e a atuação dos psicólogos durante o período militar. Pretendeu-se, até aqui, trazer o contexto político ditatorial vigente no país e as pesquisas que analisam o processo de desenvolvimento da psicologia, além de apresentar a forma como esse campo disciplinar e profissional foi influenciado pelas políticas de Estado da época. Ressalta-se que, se de um lado, houve o silenciamento e complacência de frações inteiras da psicologia, por outro, existiram aqueles que resistiram às políticas impostas pela ditadura.

CAPÍTULO 2

Antecedentes da criação do curso de graduação em Psicologia da UFBA[2]

[2] Parte deste capítulo foi publicada no capítulo "As primeiras gerações de psicólogos da Bahia: uma visão panorâmica e contextualizada" do livro *Clio-Psyché: História da Psicologia e suas críticas* (Jacó-Vilela; Degani-Carneiro; Vasconcelos, 2021).

Este capítulo apresentará uma discussão sobre as duas décadas anteriores à regulamentação da psicologia, por sua importância na consolidação da profissão. A psicologia, que anteriormente estava vinculada à medicina e à educação, gradativamente ganhou autonomia, passando a ser reconhecida como disciplina científica. O Brasil vivia, então, sob o regime varguista do Estado Novo e, no bojo do processo de modernização e industrialização, a psicologia passou a ser aplicada no campo da educação superior no Brasil, concentrando-se em duas áreas distintas: educação e trabalho. O profissional de psicologia era, então, denominado psicotécnico e exercia suas atividades voltadas para a resolução de problemas de ajustamento social e solução de problemas (Gil, 1985).

Na história da psicologia na Bahia, destaca-se, nesse período, o papel de três instituições que serão analisadas nesta seção: a FFB; a Clínica Psiquiátrica da FMB; e o IDOV, espaços acadêmicos formadores das primeiras gerações de profissionais a atuar no campo psicológico na Bahia e a exercer a docência no curso de Psicologia que seria criado, no final da década de 1960, na UFBA. Serão enfocados, inicialmente, a aplicação da psicologia nos cursos de licenciatura da FFB e o pioneirismo do educador e diretor da faculdade, Isaías Alves, além do médico psiquiatra e criador do curso de Psicologia, João Inácio de Mendonça[3]. Na segunda parte, serão descritos o campo da psicologia aplicada à educação e ao trabalho, que se expandiu com a instalação do IDOV e a influência do seu supervisor, o espanhol Emílio Mira y López[4]. Por fim, abordar-se-á sobre o papel da

[3] A trajetória de João Inácio foi publicada em forma de verbete: "Mendonça, João Inácio de" (Silva, 2022).

[4] O trabalho expansionista de Emílio Mira y López levando a psicologia aplicada a vários estados brasileiros, em especial à Bahia e Minas Gerais, é apresentado no

Clínica Psiquiátrica do Hospital das Clínicas da FMB, como espaço de formação e capacitação acadêmica no campo *psi*.

A psicologia no campo da educação: a Faculdade de Filosofia da Bahia (1941-1968)

Na década de 1940, o mundo estava em guerra e o Brasil vivia sob o regime político autoritário do Estado Novo. A Bahia iniciou a década governada pelo interventor federal Landulpho Alves (1938-1942), que nomeou seu irmão Isaías Alves de Almeida como secretário da Educação e Saúde do estado. O cenário era, portanto, favorável a Isaías Alves e seus contatos políticos lhe abriram os caminhos para a criação da FFB, em 13 de junho de 1941. O projeto havia sido idealizado pelo irmão marista Augusto Robert, diretor do Colégio Nossa Senhora da Vitória, como uma faculdade para formação de professores para o ensino secundário normal e técnico. Posteriormente, o professor Herbert Parente Fontes apresentou esse plano a Isaías Alves que decidiu dar andamento. Isaías Alves liderava um grupo de intelectuais, além de professores do Colégio Maristas, comerciantes e políticos, que formavam a Liga de Educação Cívica da Bahia, sociedade civil sediada em Salvador desde 1903. A liga era presidida por Alves e foram seus integrantes que cederam os recursos financeiros necessários para realizar o empreendimento, considerado de grande monta diante do contexto baiano de então (Dias, 2005; Rocha; Moraes; Carvalho, 2010; Simões, 1990).

Dentro do contexto acadêmico e social da cidade de Salvador, à época, o projeto de implantação de uma faculdade de filosofia era

capítulo "Mira y López para além das margens do Rio (de Janeiro)" (Jacó-Vilela; Degani-Carneiro; Espírito Santo, 2023).

ambicioso. A cidade contava com poucas instituições de ensino superior: as Faculdades de Medicina e de Direito; as Escolas: Politécnica, Agronômica e de Ciências Econômicas; além de Farmácia e Odontologia, que eram anexas à Faculdade de Medicina. Até o censo da época, havia apenas 4.698 graduados (Simões, 1990). Nesse contexto de baixa oferta de cursos de nível superior, a FFB privilegiou as áreas de filosofia, ciências, letras e pedagogia, com o objetivo de preparar professores para o ensino secundário. Para isso, criou os cursos de licenciatura e bacharelado em Pedagogia, Filosofia, Matemática, Física, Química, História Natural, Geografia e História, Ciências Sociais, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas (Nascimento, 1987; Rocha, 2016a).

Para compor o corpo docente, o diretor Isaías Alves convidou profissionais baianos, leigos e religiosos. Isaías foi criticado por ter escolhido um corpo docente sem formação para o magistério e sem poder incluir os integrantes do grupo de Anísio Teixeira, que haviam declinado do convite (Silva, 2010). Estavam ausentes, também, os "[...] livres pensadores, agnósticos ou socialistas [que] sequer foram cogitados[...]" (Simões, 1990, p. 25). Embora Alves tenha negado quaisquer preferências pessoais, para Simões, que foi professor de filosofia e diretor da FFCH (1980-1984), a configuração do recém-formado corpo docente trouxe prejuízos à FFB, sanados com a realização de concursos públicos posteriores. Não podendo precisar se por problemas de ordem financeira ou se por interesse em compor um grupo com a intelectualidade local, Isaías Alves, de todo modo, estimulou a convivência da instituição com a presença de eruditos que ministraram conferências, cursos e palestras, a exemplo dos professores Emílio Mira y López, Bella Szekely e Helena Antipoff, ainda na década de 1940 (Salles, 2010; Senna, 1999; Silva, 2010; Simões, 1990).

A primeira sede da FFB foi cedida pelo governo do estado, através de um comodato com a interventoria. Estava localizada na antiga

Escola Normal da Bahia, à Avenida Joana Angélica, nº 183 (atualmente nº 1.312), no bairro de Nazaré, na capital da Bahia. A sede era formada por um antigo edifício central de três andares e mais sete pavilhões térreos, com área externa. Porém, a FFB teve que aguardar do ano de 1941 até 1944 para se instalar, pois o prédio estava emprestado ao Exército. Nesse período ficou alocada provisoriamente na Faculdade de Ciências Econômicas, situada na Praça da Piedade (Simões, 1990).

Em 1946, a FFB foi integrada à Universidade da Bahia (UBA) juntamente com a Faculdade de Medicina e suas Escolas Anexas de Odontologia e Farmácia, a Faculdade de Direito, a Escola Politécnica e a Faculdade de Ciências Econômicas. A UBA foi criada em 8 de abril de 1946, através do Decreto-Lei nº 9.155 e foi federalizada por meio da Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950 (Brasil, 1950). Teve como fundador e primeiro reitor, o médico e professor Edgard do Rego Santos, que se manteve no cargo ao longo de quatro gestões consecutivas (1946-1961). Em 1965, a UBA passou a ser denominada Universidade Federal da Bahia (UFBA), através da Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965 (Brasil, 1965).

A Cidade da Bahia, como se referem moradores mais antigos, passou por importantes transformações, a partir desse período. No dizer do antropólogo Antônio Risério (2000), Salvador, que nunca foi uma cidade "enclausurada ou circunscrita", que sempre foi "ventilada e colorida", tem uma história de intensa agitação e modernização cultural, conjugada a um processo de expansão econômica e atualização urbano-industrial. Essa conjunção gerou um dinamismo de vanguarda à Bahia, cosmopolita e inovador, de agregação de culturas internacional e local, que circulou em meio à juventude universitária baiana, desembocando no Cinema Novo, na Tropicália e em outras produções culturais. Em 1950, havia 417 mil habitantes em Salvador, crescimento significativo para uma década, pois em 1940 eram 290

mil habitantes. O aumento populacional se deu em função do aumento expressivo do fluxo migratório, elevação da taxa de natalidade e redução nos níveis de mortalidade. Nessa época, o principal meio de transporte era o bonde que ligava os bairros ao centro da cidade, onde ficava a tradicional e elegante Rua Chile, com seus cafés e lojas caras e sofisticadas. Subindo a Rua Chile, chegava-se à Sorveteria Cubana e podia-se apreciar a vista da Baia de Todos-os-Santos ao lado do Elevador Lacerda. A Avenida Oceânica estava em construção e o Estádio da Fonte Nova havia sido entregue no ano anterior. A Universidade da Bahia dinamizou a vida cultural e várias inovações nas artes aconteceram com o protagonismo de profissionais destacados internacionalmente, trazidos a Salvador para implementar as Escolas de Teatro, de Música e de Dança. O cinema ganhou espaço na cidade, especialmente a partir do Clube de Cinema da Bahia (CCB), fundado pelo crítico cinematográfico Walter da Silveira. Em 1962, Glauber Rocha lançou *Barravento*, seu primeiro longa-metragem. O cineclube Walter da Silveira, a Casa da França, o Teatro Vila Velha e o Museu de Arte Moderna da Bahia foram instituições que investiram na divulgação das artes em Salvador. Foi um período de renovação também no campo da educação pública. Anísio Teixeira deixou um legado importante para a educação, criando uma escola modelo, enquanto era secretário de Educação e Cultura (1947-1951) do governo de Otávio Mangabeira (Albuquerque, 2001). O Colégio Estadual da Bahia (Central) era, reconhecidamente, um dos melhores colégios da cidade, disputado pelos melhores alunos e agregava espetáculos culturais, que reuniam a juventude da época (Risério, 2000).

No âmbito econômico, o estado da Bahia – que até então vivia às custas de um modelo agroexportador, com concentração de riqueza e profunda desigualdade social –, a partir da década de 1960, passou por mudanças, com o projeto de modernização pensado para o estado, possibilitando que a Bahia ingressasse, decisivamente, no

movimento de expansão industrial brasileiro, integrando a economia local ao processo de crescimento nacional da década de 1960, ações que possibilitaram o encerramento do longo período de decadência e estagnação da economia baiana, iniciado no século XIX.

> Nesse período, foram realizados alguns investimentos estatais em infraestrutura (por exemplo, BR-116 (Rio-Bahia), Hidrelétrica de Paulo Afonso), porém, os marcos decisivos para essas mudanças foram a localização de reservas petrolíferas no Recôncavo baiano, o início das atividades de prospecção e extração do óleo, a instalação da Refinaria Nacional de Petróleo em Mataripe, em 1950, e a fundação da Petrobrás em 1953. Esses investimentos, por sua vez, induziram uma série de outras atividades, tanto na área industrial, quanto nas áreas comerciais e culturais (Dias, 2005, p. 129).

Com o golpe de 1964, as universidades brasileiras sofreram perseguição, vigilância e repressão. Do ponto de vista estrutural, porém, um dos grandes baques sofridos pela FFB veio depois da Reforma Universitária em 1968, com a perda de dez cursos de graduação. A faculdade ficou apenas com Filosofia, Ciências Sociais e História, fato que, somado à precariedade de suas instalações e baixos recursos orçamentários, chegou a ameaçar sua existência. A abertura do curso de Psicologia, nesse mesmo ano, agregou valor a agora denominada Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH), dinamizando a instituição a partir da grande demanda de alunos interessados no novo curso (Arapiraca, 1979; Martins, 2009; Nascimento, 1987; Simões, 1990).

Em 1969, a FFCH se mudou para sua segunda sede, na antiga FMB no Terreiro de Jesus. A transferência provocou muita polêmica, não sendo aceita e considerada inconveniente pelo pessoal do curso de

Medicina. Ademais, as instalações eram precárias e as condições de funcionamento tinham inadequações de ordem sanitária, pois, além do matagal no jardim interno, parte do telhado estava destruído, além de serem encontradas ossadas de fetos e não ser raro o cheiro dos corpos em decomposição, muito provavelmente pelo fato do Instituto Médico Legal (IML) funcionar no prédio ao lado.

A transferência para a terceira sede ocorreu em 1974, dessa vez, de modo definitivo. O local, situado na Estrada de São Lázaro, bairro da Federação, possuía uma grande e bucólica área verde com um antigo casarão que havia sido originalmente o noviciado e casa de retiro das irmãs ursulinas, posteriormente adquirido pelo MEC, na gestão do ministro Clemente Mariani, para instalação do Centro Regional do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (CRINEP). E mais uma vez, a FFCH enfrentou condições precárias, com problemas de segurança, infraestrutura, iluminação e transporte (Nascimento, 1987; Senna, 1999; Simões, 1990).

Foi nesse contexto de formação da Faculdade de Filosofia que a psicologia passou a ser aplicada no campo da educação superior na Bahia, voltada para a formação de professores. De fato, a FFB havia sido criada para formar professores do ensino médio e fundamental e seus cursos de licenciaturas viriam suprir uma carência, pois não existiam faculdades para esse fim na Bahia. Isaías Alves, que já possuía uma trajetória no campo psicológico e educacional anterior à fundação da FFB, defendia a causa e reconhecia a necessidade de capacitar professores.

Isaías Alves é lembrado como fundador da FFCH, por sua importância para a institucionalização de vários campos científicos na Bahia e, ainda, por suas posições políticas, ideológicas e religiosas, como católico fervoroso, nacionalista extremado e integrante, em uma fase de sua vida, do Movimento Integralista Brasileiro (Dias, 2005; Rocha, 2016a). Aqui, cabe salientar a contribuição de Isaías

Alves para a história da psicologia e da educação no Brasil. Rocha (2010) organizou e analisou a documentação que compõe o acervo pessoal de Isaías, tendo investigado a trajetória e as experiências realizadas por ele, com a psicometria e os testes de inteligência, nas escolas primárias. Reconhecido como pioneiro, contribuiu fortemente para o desenvolvimento da psicologia enquanto ciência, investigando sobre o uso de testes e medidas psicológicas, tendo desenvolvido metodologia de pesquisa em estudos longitudinais do desenvolvimento infantil (Campos, 2001; Lourenço Filho, 1971; Rocha; Moraes; Carvalho, 2010).

Isaías Alves (1888-1968) nasceu no interior da Bahia, na cidade de Santo Antônio de Jesus, onde viveu até 1903, ano em que se mudou para a capital baiana, a fim de cursar o secundário no Colégio Carneiro Ribeiro. Em 1905, já começou suas atividades na docência, atuando como professor primário no Ginásio Ypiranga, o qual passou a dirigir a partir de 1911, um ano após se diplomar pela Faculdade de Direito. Ocupou vários cargos e ao longo de sua vida profissional passou por várias instituições. Fez concurso para professor secundário no Ginásio da Bahia, defendendo a tese *Da fonética inglesa*, ali permanecendo até 1931, quando foi transferido para a cátedra de Psicologia Educacional da Escola Normal da Bahia. Assumiu a diretoria geral da Instrução Pública da Bahia e foi nomeado para o Conselho Nacional de Educação (CNE), entre 1931 e 1958. Foi convidado por Anísio Teixeira, diretor geral da Instrução Pública, a assumir a direção do Serviço de Testes e Medidas Escolares do Distrito Federal (1932-1935). No governo de Getúlio Vargas, entre 1933 e 1938, assumiu a chefia do Serviço de Testes e Escalas do Instituto de Educação do Rio de Janeiro e desempenhou funções técnicas no Departamento Nacional de Educação (Antunes; Rocha, 2001; Rabelo, 2017; Silva, 2010).

Isaías Alves foi, provavelmente, a primeira pessoa a utilizar testes psicológicos na Bahia, integrando-se ao movimento nacional de

disseminação do uso de testes psicológicos no campo educacional. A partir de seus estudos com aplicação de testes em alunos na Bahia, Isaías publicou livros e artigos nos quais defendeu a utilização dos testes na organização das classes escolares, a partir da distinção do coeficiente de inteligência dos alunos. Elaborou a adaptação brasileira das provas de Binet-Simon – para uso com crianças e adolescentes, na faixa etária entre 3 e 18 anos – que publicou, em 1926, nos *Annais Médico-Sociaes da Bahia*. Em sua obra *Teste Individual de Inteligência* (Alves, 1928), o educador apresentou os resultados da aplicação do Teste de Inteligência de Binet-Simon-Burt em 2.463 alunos de escolas públicas e particulares através do Centro de Pesquisas Psicopedagógicas do Gymnasio Ypiranga – Bahia. Em 1930, publicou o livro *Os testes e a reorganização escolar* (Alves, 1930). Isaías credita ao livro *Tests*, de Medeiros e Albuquerque, publicado em 1924, e do qual tomou conhecimento no mesmo ano, o contato com vários títulos de obras estrangeiras e que buscou adquirir de pronto, passando em seguida ao seu estudo (Barbosa, 2011; Rabelo, 2017; Rocha, 2011; Rocha; Moraes; Carvalho, 2010).

Entre junho de 1930 e maio de 1931, Isaías frequentou o Master of Arts e se graduou como instructor of Psichology pelo Teachers College, Columbia University (TC/CU), curso destinado aos que "[...] pretendiam lecionar psicologia nos departamentos de educação de universidades, faculdades de formação de professores ou escolas normais [...]" (Rabelo, 2017, p. 7). Ao retornar do mestrado nos Estados Unidos, ele apresentou um relatório da viagem que, em 1933, foi publicado pela Imprensa Nacional no Rio de Janeiro, com o título *Da Educação nos Estados Unidos* (Alves, 1933). Durante seu mestrado, Isaías teve como professores Arthur I. Gates (curso profissional para instrutores de psicologia e Diagnóstico e tratamento de anormalidades em estudos do ensino primário); Goodwin Watson (curso de Psicologia educacional); Arthur Gates (curso de

Psicologia educacional adiantada); Rudolph Pintner (curso de Testes mentais e educacionais); William McCall (curso de Mensurações na educação elementar); e Edward L. Thorndike (curso de Psicologia das matérias do ensino primário) (Rabelo, 2017).

Na FFB, Isaías Alves, além de diretor, era o professor catedrático de Psicologia Educacional e ministrava as disciplinas nas licenciaturas e no curso de Pedagogia, com conteúdo voltado para a aplicação da psicologia à educação e ênfase em psicometria, psicologia do desenvolvimento e psicologia da aprendizagem. Além da cadeira de Psicologia Educacional, havia uma segunda cátedra de Psicologia, exclusivamente para o curso de Filosofia, que era ministrada pelo professor e médico psiquiatra João Inácio de Mendonça.

João Inácio de Mendonça (1903-1969) foi empossado no cargo de professor catedrático de Psicologia da FFB pelo diretor Isaias Alves, em 1942. Na FFB, foi também membro do Conselho Técnico Administrativo, como representante da seção de Filosofia, que se transformou em Conselho Departamental em 1950, e coordenador do curso de especialização em Orientação Educacional. Seu ingresso na FFB foi fruto de uma dinâmica e influente trajetória no campo médico psiquiátrico na Bahia. Formou-se em 1926 pela FMB, berço de outros grandes nomes da medicina no estado, como Arthur Ramos (1903-1949) e Afrânio Peixoto (1876-1947) (Antunes, 2001; Penna, 2001). Atuou como médico perito criminológico num período em que a medicina-legal detinha um forte aparato institucional, prerrogativa legal de legitimidade social advinda dos médicos legistas que o precedeu, em especial Nina Rodrigues. João Inácio dirigiu o manicômio do estado, Hospital Juliano Moreira (1938 a 1947). Foi médico-chefe da Penitenciária do Estado da Bahia (1926 a 1940), diretor do Instituto de Criminologia (1935 a 1938) e membro suplente do Conselho Penitenciário (1934-1940). Participou de diversas sociedades profissionais. Consta no seu currículo uma lista de 124 trabalhos, em

sua maioria, perícias, laudos, pareceres, relatórios e boletins, dentre outros documentos que demonstram atuação efetiva no Conselho Penitenciário da Bahia (Carvalho, 2001; Costa, 1997; Silva, 2010). Em sua atividade profissional, como médico perito da Penitenciária do Estado da Bahia, Joao Inácio de Mendonça seguia os postulados da biotipologia criminal. Possuindo boas relações com os biotipologistas cariocas, em 1933 escreveu o livro *Biotipologia Criminal* (Berardinelli; Mendonça, 1933), com o endocrinologista Waldemar Berardinelli, considerado uma das referências do estudo da biotipologia. Em 1934, publicou o artigo "A escola biotipológica em criminologia". Costa (1997, p. 157) apresenta noções sobre a biotipologia, a saber:

> Criada por volta de 1920 pelo biólogo alemão Ernest Kretschmer, a biotipologia representou até os anos 50 uma espécie de antropologia criminal neolombrosiana, na medida em que buscava uma conciliação entre o organicismo de Lombroso e a vertente sociológica de seus opositores, como Alexandre Lacassagne e Gabriel Tarde. Segundo Kretschmer, portanto, seria possível classificar os indivíduos com base na sua constituição geral, partindo de categorias definidas não só em função de caracteres antropométricos (craniofaciais, por exemplo), antroposcópicos (cor da pele, etc.) e fisiológicos (como as funções muscular e cerebral), como também de acordo com um conjunto de particularidades psicopatológicas.

Ademais, João Mendonça exercia, desde 1935, o cargo de professor das cadeiras de Psicologia, Lógica e Ética e de Sociologia do curso superior em Administração e Finanças da Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia, que passou a acumular com a cátedra de Psicologia da FFB, na qual havia ingressado em 1942. João Mendonça

concorreu, em 1946, à vaga de professor catedrático de Clínica Psiquiátrica da FMB, em que saiu vitorioso o professor Nelson Pires.

Novas configurações políticas ocorreram no campo da psicologia e, a partir da década de 1950, grupos nacionais começaram a se organizar em prol da regulamentação da profissão de psicólogo. João Mendonça acompanhava os debates e participava do movimento nacional e de eventos organizados em outros estados, como o I Congresso Brasileiro de Psicologia, que recebeu também a denominação de II Congresso Latino-americano de Psicologia, realizado em 1953, no Rio de Janeiro. Além disso, integrou a comissão de elaboração do anteprojeto de regulamentação da profissão (Baptista, 2010).

> [...] a ambição de unificar a psicologia, definindo-a como ciência e profissão, teve como motor um conjunto de práticas psicológicas que já eram exercidas nos anos 50 e 60 do século XX, sem que houvesse uma 'base científica' que as legitimasse. Eram, portanto, práticas não científicas, que corriam o risco de se confundir com o charlatanismo. Assim, a definição da psicologia como profissão e como ciência visava fornecer um marco legal as práticas psicológicas, separando a ciência do senso comum (Correa da Fonseca; Moraes, 2012, p. 72).

João Mendonça vislumbrou, nesse cenário, a possibilidade de encampar um projeto de formação do curso de Psicologia na Bahia que beneficiaria, de imediato, seus alunos e futuros graduados do curso de Filosofia. O extenso e detalhado programa de curso, que apresentou ao conselho departamental, dá provas de sua preocupação com a preparação dos alunos de Filosofia para atuarem profissionalmente com a psicologia. O conteúdo programático estava organizado no modelo seriado, adotado, então, nas universidades brasileiras, conforme mostra o Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 Programa anual de Psicologia para o curso de Filosofia da FFB – 1957

Série	Conteúdo programático
1ª	**Psicologia da Personalidade**: Breve histórico da psicologia da personalidade. Conceito, origens e desenvolvimento. Determinismos dos atos humanos. Técnicas de investigação da personalidade. Classificação dos tipos de personalidade. Personalidades: viscerotônicas, ciclotímicas, somatotônicas, passionais, cerebrotônicas, esquizotímicas, emotivas, imaginativas, compulsivas, histriônicas, antissociais, intrassociais, outros tipos. Aplicações às personalidades normal, fronteiriça e patológica. Reajuste e higiene da personalidade. Dinamismo de ajustes da personalidade. Problemas atuais da psicologia da personalidade.
2ª	**Psicologia Geral**: Conceito atual de psicologia geral e seu entrosamento com as Ciências Sociais. Técnicas de investigação das funções mentais. Classificação dos fatos psicológicos. Conceito de afetividade. Tônus afetivo e personalidade. Emoções e personalidade. Sentimentos e personalidade. Conceito de afetividade. Tônus afetivo e personalidade. Emoções e personalidade. Sentimentos e personalidade. Conceito de Atividade. Reflexo e personalidade. Tendências ou inclinações instintivas e personalidade. Hábitos e personalidade. Lições e personalidade. Caráter e personalidade. Conceito de inteligência. Sensopercepção e personalidade. Atenção e personalidade. Memória e personalidade. Imaginação e personalidade. Ideação e personalidade. Associação e personalidade. Juízo e personalidade. Raciocínio e personalidade. Pensamento e personalidade. Expressão e personalidade. Linguagem e Personalidade. O consciente, o Inconsciente e a personalidade.

Série	Conteúdo programático
3ª	**Psicologia Social:** Conceito e relação com a biologia, psicologia, sociologia e economia. Níveis da psicologia social e sua classificação. Técnicas de investigações. Condicionamento da vida psicossocial: históricas, geográficas, biológicas, econômicas, culturais e situacionais. Biomotivos, psicomotivos e sociomotivos. O fato social e seus critérios. O processo de interação: psicológicos, psicossociais e sociais. Comunicação e suas modalidades: a linguagem, o papel da identificação, faculdades da comunicação. As migrações. As minorias. O estudo das opiniões e os boatos. Os prejuízos sociais. A publicidade, a propaganda e a censura. As multidões. Psicossociologia das organizações sociais (profissionais, econômicas, políticas etc.). Definição, classificação e metodologia dos grupos restritos. Formação, estrutura e funcionamento dos pequenos grupos. Interação em grupos restritos. Clima social e moral do grupo: conflitos e tensões no seu interior. Os fatos da direção (liderança), dirigentes e dirigidos. Interação grupal, conflitos e defesa dos grupos restritos. A família, as condutas sociais e o casamento, parentes e crianças. O grupo de trabalho. Outros grupos restritos. Desenvolvimento da sociabilidade, socialização e formação da personalidade. A identificação e a formação do comportamento econômico e moral. Vida social e afetividade. Vida social e inteligência. Fracassos da socialização: o delinquente. O processo da ressocialização. Status e papel individual nos grupos, consciência de classe. As atitudes: aquisição, medida, mudança e persistência. independência. Autoridade e submissão. Simpatia e antipatia. Conjunção e disjunção. As necessidades humanas. As frustrações e agressões na conduta humana.
4ª	**Aplicações da psicologia e as escolas psicológicas**. Aspectos psicossociais na produção, na circulação, na repartição, no consumo, no bem-estar. Orientação e seleção profissional. Desajustes e reajustes profissionais. Contribuição da Psicologia à Indústria, Comércio, Serviço público e ao trabalho em geral. Aplicações da Psicologia à criminologia: Delinquência infantil. A delinquência no adolescente. A delinquência no adulto e no velho. Contribuições da Psicologia à prevenção e ao reajuste da delinquência. Aplicações da Psicologia aos casos fronteiriços com a normalidade: Problemas. Frustrações. Conflitos. Psiconeuroses. O tratamento por meios psicológicos (psicoterapia). As escolas psicológicas de maior interesse atual: A psicologia social; A psicologia da personalidade. A psicologia gestáltica. A neo-psicanálise. A psicologia reflexológica e neo-condutista. A pesquisa em psicologia: A formação e a informação do pesquisador. Laboratórios e Institutos de Psicologia. Cursos e Faculdades de Psicologia. Técnicas especiais de pesquisa. Normas de pesquisa e sua apresentação. Exercícios de pesquisa. Doutorado, especialização e aperfeiçoamento.

Fonte: Ata do Conselho Departamental de 9 nov. 1956.

Esse detalhado e extenso programa de curso, proposto para ser ministrado aos graduandos de Filosofia, demonstra, por si só, o empenho do professor catedrático João Mendonça em capacitar os alunos de Filosofia acerca das teorias e técnicas psicológicas. O programa era distribuído ao longo dos quatro anos da graduação, e em cada série (ano letivo) o conteúdo foi detalhado não só em tópicos gerais, mas também em subtópicos. O programa do curso previa, também, atividades práticas durante os quatro anos do curso, com exercícios de observação psicológica, pesquisa bibliográfica, entrevistas e questionários, excursões e visitas, preparação de fichários e uso de testes de avaliação de personalidade, inteligência e funções mentais, com uso dos seguintes instrumentos de avaliação psicológica: Teste de Rorschach, Teste de Apercepção Temática (TAT), Teste das Matrizes Progressivas de Raven e Escalas de Wechsler.

Desse modo, a inserção da psicologia no campo da educação na FFB contribuiu para a formação dos primeiros profissionais da psicologia. Os licenciados começaram a atuar profissionalmente em setores como a educação, trabalho e clínica, ocupando um mercado de trabalho carente de profissionais de psicologia. No período, o uso de testes psicológicos era dominante e um instrumento privilegiado que demarcava o campo de atuação no cenário baiano. A criação do curso de Psicologia seria o caminho promissor para a continuidade de profissionalização desse segmento.

João Mendonça trouxe, como justificativa no seu projeto de formação do curso, a extinção do charlatanismo e do estelionato profissional de pessoas que exerciam a psicologia sem idoneidade moral. A preocupação com o charlatanismo estava presente nesse momento da regulamentação da profissão, como demonstra o Parecer nº 403/1962 do Conselho Federal de Educação (CFE) (Brasil, 1962b), documento que fixou o Currículo Mínimo de Psicologia, a saber:

> [...] é preciso que desde logo se procure elevar esse curso a um nível de qualificação intelectual e de prestígio social que permita aos seus diplomados exercer os misteres do trabalho psicológico de modo eficaz e com plena responsabilidade. Para isto, é imperativo que se acentue o caráter científico dos estudos a serem realizados, que só assim há, de ser possível assegurar a Psicologia, a posição de relevo que lhe cabe no concerto das chamadas profissões liberais e, *pari passu*, evitar as improvisações que, do charlatanismo a levariam, fatalmente ao descrédito (Brasil, 1962b).

Conforme descreveu também no projeto do curso, Mendonça pretendia gerar novas oportunidades de trabalho para os diplomados pela Faculdade de Filosofia e proporcionar capacitação profissional no âmbito regional, pois o curso da FFB seria o primeiro da região Nordeste e atenderia uma grande demanda, não só local, mas também de outros estados.

Ocorre, porém, que a institucionalização do curso de Psicologia na FFB, desde as primeiras tentativas de efetivação de um projeto de formação do curso, sofreu reveses, atrasos burocráticos e tentativas de obstrução do prosseguimento para sua instalação no início da década de 1960, conforme almejava seu idealizador. João Mendonça refere-se a "resistências da reitoria e diretorias", "luta contra o tradicionalismo de diretores e professores" e até uma "longa hibernação" do processo, por parte de um conselheiro relator.

Malgrado as várias tentativas feitas por Mendonça que encampou o projeto, a criação do curso de graduação em Psicologia na FFB levou um longo período para ser aprovado. Em documento encaminhado à direção da Faculdade de Filosofia, em 30 de novembro de 1961, ele solicitou providências para que o curso fosse iniciado em 1962. A essa correspondência, João Mendonça anexou duas laudas com a proposta

de organização do curso, apresentando os fundamentos sociais e profissionais que justificariam a graduação e dando outras informações sobre o processo de seleção e as disciplinas a serem ministradas na 1ª série, dentre outros dados sobre o local, como também sobre os professores e a coordenação do curso. Ratificou que todos os anexos necessários, como projeto e orçamento, já haviam sido apresentados no mês de novembro de 1961 junto à FFB.

Não podendo afirmar se por razões políticas ou por interesses corporativistas, Carvalho (1979b) registra em sua dissertação que, no final da década de 1950, qualquer pretensão de criação de um curso autônomo de Psicologia que se pretendesse criar na então FFB, não seria aceita pelo reitor Edgard Santos, que se posicionava de modo politicamente contrário aos professores catedráticos Isaías Alves e João Mendonça. A divergência entre Isaías Alves e Edgar Santos foi analisada por alguns pesquisadores como algo do campo da disputa pessoal, e também política, o que parece ter tido consequências financeiras para a FFB, sempre carente de recursos que a reitoria direcionava para importantes projetos no campo da cultura e desenvolvimento regional em áreas diversas às ciências humanas (Dias, 2005; Silva, 2010; Risério, 2013).

Carvalho (1979b) pondera sobre as resistências e disputas de ordem política e mercadológica, a começar pela própria Faculdade de Filosofia, onde o curso seria instalado. Um episódio que demonstra a preterição de João Mendonça dentro da própria FFB ocorreu em 1966, quando o diretor e professor Thales de Azevedo publicou o Edital nº 10, em 24 de agosto de 1966, constituindo uma comissão para tratar, em regime de urgência, sobre a instalação do curso de Psicologia. A comissão era composta pelos professores Antônio Pithon Pinto, do Departamento de Pedagogia e Didática, Auto José de Castro, do Departamento de Filosofia, e Joaquim Batista Neves, do Departamento de Ciências Sociais. Além de excluir João Mendonça,

o diretor solicitou que a comissão opinasse sobre as providências a serem adotadas para a realização do curso, tais como: a regência das disciplinas; o material didático e equipamentos necessários aos gabinetes de natureza experimental; as matérias do concurso de habilitação; a execução das providências e medidas, assim como a respeito do exercício da coordenação do curso. Elegante e corretamente, o professor Auto José de Castro declinou da indicação e sugeriu o nome de João Inácio de Mendonça para substituí-lo.

Também no âmbito da reitoria e do Conselho Universitário, dominado pelas escolas tradicionais de Medicina, Direito e Politécnica, havia resistência a João Mendonça (Rocha; Moraes; Carvalho, 2010). Conforme Carvalho (1979b), o professor João Mendonça contava com uma disposição pouco favorável a seus propósitos, o que foi capitalizado por outros catedráticos, principalmente os de psiquiatria da Faculdade de Medicina, que desejavam chamar para aquela faculdade a formação psicológica.

O fato é que o processo de implantação e consolidação do curso de Psicologia na UFBA só ocorreu no final da década de 1960, depois de quase uma década de intensas tratativas burocráticas para sua efetivação. Mas, de todo modo, ao longo dessas duas décadas, entre a fundação da FFB e a criação do curso de Psicologia, foram sendo gestadas as bases de uma futura disciplina autônoma de psicologia e a formação dos futuros profissionais que se capacitariam para atuar no campo psicológico na Bahia, na sua fase inicial.

É exatamente em termos de capacitação que o IDOV se mostrou como um espaço privilegiado para a psicologia aplicada à educação e ao trabalho no contexto da realidade baiana, oportunizando a formação profissional dos pioneiros desse curso, conforme apresentado a seguir.

O Instituto de Orientação Vocacional (1958-1968): contribuição à formação do campo psicológico na Bahia

Seguindo a teia construída no tópico anterior, sobre as disputas políticas entre a reitoria e a FFB, resgata-se, aqui, a contribuição da pesquisadora e psicóloga Rita Rapold (2003) quando esta aponta que a criação do IDOV e sua implantação, entre 1958 e 1959, vinculada à reitoria, "[...] provocou novas e acirrou antigas animosidades entre aqueles que de diferentes formas e ângulos se dedicavam ao estudo e à prática no campo da psicologia na universidade [...]" e "[...] talvez tenha sido uma tentativa de contemporizar as disputas internas que existiam na universidade entre alguns setores ligados à prática psicológica" (Rapold, 2003, p. 99-100). Para a autora, ficou evidente a configuração que o reitor Edgard Santos pretendia implantar no IDOV desde a primeira reunião do grupo técnico. Além do próprio reitor Edgard Santos e seu oficial de gabinete, Albérico Fraga, estavam presentes Emílio Mira y López e suas convidadas Giscele Mattos e Doreen Rosas, além do psiquiatra Norival Sampaio e as professoras, assistentes de Isaías Alves, Guiomar Florence e Alice Costa (Rosas, 2001). Como se observa, os professores Isaías Alves e João Mendonça não estavam presentes (Rapold, 2003). Tais ausências não coadunam com a trajetória de ambos como docentes de Psicologia e na diretoria da FFB, no caso de Isaías. Como visto na seção anterior, já se articulava, então, uma luta nacional em prol da regulamentação da profissão e o professor João Mendonça era um dos seus integrantes, desde 1954, o que revela também a articulação que este professor já fazia em prol da instalação do curso de Psicologia na FFB (Baptista, 2010; Carvalho, 2012; Rapold, 2003).

Assim, o IDOV foi criado para funcionar como parte integrante da estrutura da UBA e vinculado diretamente à reitoria. O reitor Edgard Santos convidou o psiquiatra espanhol Emílio Mira y López (1896-1964) para assumir a direção do novo instituto. Em período

anterior à instalação do IDOV, no ano de 1955, Mira y López já havia sido convidado pela Reitoria da UBA e pela Clínica Psiquiátrica para ministrar conferências e cooperar com a instalação do Centro de Orientação Infanto-juvenil (Rocha, 2018). Conforme a autora, o Centro de Orientação Infanto-juvenil, vinculado à Clínica Psiquiátrica do Hospital das Clínicas da UFBA, foi o precursor do IDOV.

A implantação do IDOV está fortemente vinculada ao trabalho político e de formação no campo psicológico, desenvolvido pela Clínica Psiquiátrica do Hospital das Clínicas da FMB. Por influência do professor Nelson Pires junto ao reitor Edgard Santos, o IDOV esteve sob a direção do psiquiatra Norival Sampaio, que era integrante da Clínica Psiquiátrica, o que evidencia uma estratégia de condução do campo da psicologia para a seara médico-psiquiátrica, ao tempo em que se afastava o catedrático de Psicologia, professor João Mendonça, do seu campo de influência (Rapold, 2003).

Como primeiro centro de orientação vocacional ligado à universidade, o IDOV objetivava atender a população jovem da cidade de Salvador, de forma a auxiliar na escolha da profissão e em certa medida no acompanhamento e assistência psicológica. A clientela, diversificada, incluía jovens de vários níveis socioeconômicos, alunos majoritariamente do nível secundário que buscavam o IDOV com o objetivo de definição profissional. Havia também alunos de faculdade insatisfeitos com o seu curso (Rapold, 2003).

O professor Mira y López formou uma equipe de ex-alunos da Faculdade de Filosofia (licenciados e bacharéis em Filosofia e Pedagogia), dois médicos, um estatístico, três técnicos em educação dentre outros graduados de nível superior. O IDOV passou a funcionar sob a coordenação de Alice Costa e com a direção técnica do psiquiatra Norival Sampaio. Evidencia-se, com a direção técnica do psiquiatra Norival Sampaio, a priorização que era dada à psiquiatria no trato das questões de orientação vocacional, enquanto a presença

de assistentes do professor Isaías Alves em seu curso de Pedagogia privilegiava conteúdos voltados ao uso de testes na avaliação psicológica (Rapold, 2003). Os psicologistas e psicotécnicos que aí atuaram, sob supervisão técnica de Mira y López, fizeram parte da primeira geração de psicólogos registrados como tal, após a aprovação da Lei nº 4.119/1962 (Brasil, 1962a).

Mira y López desempenhava o papel de supervisor técnico dos casos atendidos pela equipe de profissionais. Ao longo de seus dez anos de existência, o IDOV capacitou sua equipe técnica através de cursos na sede do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), no Rio de Janeiro, bem como através da participação em eventos com profissionais convidados a vir à Bahia, promovidos pela Clínica Psiquiátrica. Rapold (2003) destaca os cursos ministrados por profissionais, a exemplo de: Mariana Alvim – Técnicas de Entrevista ou Entrevista Social; Matilde Matos – Teste das Pirâmides Coloridas e Teste de Apercepção Temática (TAT); Aniela Ginsberg – Psicodiagnóstico de Rorschach; e Monique Augras – Teste da Árvore.

O IDOV atuou nos campos da educação, clínica e seleção profissional. Eram realizadas entrevistas e aplicação de bateria de testes, tais como testes coletivos de inteligência, de aptidões e de personalidade. Foram desenvolvidas, igualmente, outras atividades, a saber:

> [...] durante o tempo de funcionamento, o IDOV desenvolveu fundamentalmente orientação vocacional a população jovem de Salvador. Houve, porém, algumas diversificações em sua função original e principal. Para além da chamada a orientação Vital, frequentemente referida pelos depoentes, que consistia, em última análise, em um atendimento psicológico, uma orientação ampla que alguns integrantes da equipe técnica do IDOV prestavam àqueles que no decorrer do processo de Orientação Vocacional

> apresentavam essa necessidade, encontramos também, entre as memórias idovianas, algumas referências a atividades, atribuições e funções diversas da original e que podemos também considerar como práticas psicológicas (Rapold, 2003, p. 93).

Entre essas funções realizadas pelo IDOV, havia atendimentos e elaboração de laudos psicológicos para o Serviço Médico da universidade, readaptação, reclassificação e reorientação funcional, inspeção de sanidade mental e participação em processos de ingresso de funcionários. Também realizava convênios de prestação de serviços, através da universidade, a outros órgãos do Serviço Público Federal, como a Petrobrás e a Sudene, para testagem de candidatos em concurso público (Rapold, 2003).

De acordo com Dias (2005), a capacidade empreendedora de Edgard Santos estava associada ao seu forte vínculo político com o governo federal, o que facilitava o acesso da universidade a recursos federais. Com o fim do seu reitorado, o IDOV foi perdendo importância dentro da instituição. Por sua vez, o novo reitor, Alberico Fraga (1961-1964), teve uma gestão de parcos recursos para investir em instituições acadêmicas e culturais, tão proeminente na gestão anterior. Em seguida, após o golpe militar de 1964, o papel dos institutos universitários passou a ser discutido, o que também não favoreceu o IDOV. Em 1968, durante o reitorado do professor Roberto Santos (1967-1971), médico e filho do ex-reitor Edgard Santos, o IDOV foi extinto no processo da Reforma Universitária.

Cabe ainda destacar algumas controvérsias sobre o destino do acervo documental do IDOV. Como dito, o IDOV encerrou suas atividades em 1968, e, nesse período, funcionava no prédio da Faculdade de Ciências Econômicas, cujo diretor era João Inácio de Mendonça. Todo o acervo documental do instituto desapareceu e, apesar dos esforços

de professores e pesquisadores, nunca foi encontrado. A professora Mercedes Carvalho lamentou essa perda, pois o acervo poderia ter sido destinado ao curso de Psicologia, iniciado naquele mesmo ano. O desaparecimento dessa rica documentação também é lamentada pelo seu valor histórico, que poderia contribuir para a construção da história da psicologia na Bahia (Rapold, 2003; Carvalho, 2012).

Em depoimento, o psiquiatra Norival Sampaio registra sobre uma busca que fez no porão do Hospital das Clínicas alguns anos após sua saída do IDOV e foi informado por funcionários do hospital, que "deram fim" nos referidos documentos (Rapold, 2003). Não fica claro o caminho que essa documentação, supostamente, fez, saindo da Faculdade de Ciências Econômicas, situada na Praça da Piedade, no centro da cidade, e transferida para o porão do Hospital das Clínicas, no bairro do Canela, onde teria desaparecido.

Alguns documentos conduzem a outras interrogações sobre o destino que teve o acervo do IDOV. O primeiro deles descreve que o acervo estava disponível para consulta, sob a guarda de sua diretoria e que as instâncias da universidade tinham conhecimento e controle sobre o seu uso e acesso. Isso fica evidenciado em um requerimento de 5 de maio de 1967, feito pelo professor Manoel Carlos Cavalcanti de Mendonça ao diretor da FFCH, solicitando que reivindicasse ao diretor do IDOV uma permissão para "utilizar os arquivos daquela unidade universitária para fins de pesquisa no setor de psicologia educacional". Por sua parte, o diretor de FFCH encaminhou o Ofício nº 519/67, de 10 de maio de 1967, dirigido à professora Cidália Dias Mendez, então diretora do IDOV, solicitando autorização para que o professor Manoel Carlos acessasse o arquivo solicitado.

O segundo documento indica que, oficialmente, o acervo do IDOV foi destinado ao curso de Psicologia que se iniciava, e estava sob a responsabilidade do Departamento de Psicologia. Numa das primeiras reuniões do departamento, realizada em 10 de julho de

1968, foram tomadas algumas decisões sobre o curso. Essas decisões foram encaminhadas formalmente ao diretor da FFCH e, dentre elas, constavam: 1) Redistribuir para o departamento o acervo do IDOV, sobretudo o seu arquivo; 2) Providenciar a instalação do Laboratório de Psicologia, aproveitando-se material do IDOV.

O terceiro documento, datado do ano posterior ao segundo, evidencia, mais uma vez, que o acervo do IDOV estava sob a responsabilidade do Departamento de Psicologia, visto que em Ata de Reunião de 1 de abril de 1969 consta que foi apreciado o processo, encaminhado pelo chefe do Serviço Médico da universidade, solicitando o material de teor psicológico que teria vindo do antigo IDOV para o referido departamento. Contando ainda com a presença de João Mendonça, diretor do Departamento de Psicologia, que veio a falecer pouco tempo depois, os professores reunidos decidiram, por unanimidade, pela "impossibilidade momentânea de atender ao pedido, até porque, merecia o assunto um estudo mais cuidadoso".

O quarto e último registro documental se deu após o falecimento de João Mendonça, quando o professor e diretor da FFCH, Joaquim Batista Neves, assumiu interinamente o departamento e demonstrou a vinculação que existia entre o extinto IDOV e o Departamento de Psicologia, ao sugerir, em reunião sobre a instalação do Laboratório de Psicologia Experimental, "recrutar pessoal para trabalhar no laboratório dentro da própria universidade, naqueles grupos que tenha experiência anterior e denotam interesse pelo assunto, por exemplo, os técnicos do extinto IDOV".

Enfim, a perda, fragmentação e dispersão das fontes documentais não permitem afirmar se o desaparecimento dos documentos que compunham o arquivo do IDOV foi por obra da incúria das autoridades administrativas ou atos fortuitos, decorrentes das profundas carências institucionais, que pode ter levado à destruição acidental desse importante acervo.

À FFB e ao IDOV, vem se juntar, a partir daqui, a Clínica Psiquiátrica da FMB, congregando espaços universitários formadores das primeiras gerações a atuar no campo psicológico na Bahia durante as décadas de 1940 e 1960, e que possibilitaram a consolidação do curso de Psicologia da FFCH/UFBA, em 1968. Como abordado ao longo desta seção, o processo de formação do campo psicológico foi marcado por disputas e divergências e, ao mesmo tempo, por parcerias e convergências de interesses. O resgate do papel da Clínica Psiquiátrica trará mais elementos para iluminar essa análise.

A Clínica Psiquiátrica do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Bahia e a formação do campo *psi* em Salvador

A aplicação da psicologia no campo da medicina tem uma longa trajetória na Bahia que remonta ao início do século XIX com a fundação da instituição atualmente denominada Faculdade de Medicina da Bahia da Universidade Federal da Bahia (Rocha, 2012). Fazendo uma breve contextualização, registra-se que a FMB foi autorizada a funcionar como Escola de Cirurgia da Bahia em 18 de fevereiro de 1808, e as teses produzidas pelos estudantes em final de curso, para obtenção do título de doutor em medicina ou para aprovação em concursos, eram obrigatórias entre 1832 e 1928. A análise dessas teses tem possibilitado conhecer sobre o modo como teorias e ideias sobre materialismo, evolucionismo, positivismo, bem como vertentes da psicologia que estavam se desenvolvendo na Europa, foram recebidas e apropriadas por médicos e estudantes de Medicina da FMB, passando a fazer parte do pensamento da intelectualidade baiana e se difundindo pelo país, entre final do século XIX e primeira metade do XX.

O Brasil do século XIX era um país agrário, exportador, produtor de café, que havia deslocado a produção da riqueza da cana-de-açúcar do Nordeste, do período anterior, para a cafeicultura no Sudeste do

país. As ideias racistas já se avolumavam na sociedade, manifestando uma tendência em garantir a superioridade do branco europeu e segregar, ou excluir, outras etnias, especialmente indígenas e afrodescendentes. Conforme Antunes (2012, p. 50), "As elites letradas referiam-se às imundícies físicas e morais, estas relacionadas às várias personagens urbanas, como leprosos, loucos, prostitutas, mendigos, vadios, crianças abandonadas, alcoólatras". O pensamento científico, sustentado sobretudo pelo poder médico, contribuiu para a construção e manutenção do discurso de diferenças raciais e outros dessa ordem, que se relacionavam fortemente com o fenômeno psicológico (Pereira; Pereira Neto, 2003).

A população baiana daquele período era em torno de 1.900.000 habitantes, desses, mais de 90% eram completamente analfabetos. A Bahia vinha de uma condição de última província a aderir ao movimento antimonárquico, adentrando a Primeira República (1889-1930) sem a influência que gozara no Império e sob o domínio de uma oligarquia conservadora, instalada nos bairros privilegiados da capital, com ramificações latifundiárias pelo interior do estado (Costa, 1997). O estado passava por uma desaceleração do crescimento econômico, denominado de "enigma baiano" pelos historiadores, que se refletiu em problemas de ordem social, além de precárias condições de saneamento na cidade de Salvador, gerando, consequentemente, sérios problemas de saúde. Nesse cenário, a preocupação médico-sanitária e a aplicação da psicologia visavam a normatização e higienização dos centros urbanos e do interior do estado (Oliveira, 1987; Risério, 2000).

Tomando o conceito de recepção para os estudos em história da psicologia, percebe-se como teorias produzidas em outros lugares passam a ser recebidas num contexto diverso daquele de sua produção original. A recepção é entendida como uma forma de apropriação ativa que transforma o que recebe (Branco; Cirino, 2017; Dagfal, 2004). É o que se verifica quando Rocha (2000) discorre sobre as

preocupações com questões psicológicas nas teses da FMB no século XIX e identifica aquelas ligadas ao campo da psicopatologia, além da forte influência de autores alienistas e outros vinculados à psicanálise.

Além de estar buscando respostas às questões médico-sanitárias da época, essas teses demonstram o vanguardismo na sociedade baiana para o tratamento de questões de ordem psicológica, produzidas antes da criação da cátedra de Clínica Psiquiátrica da FMB, que se deu em 1881. Eram fortemente inspiradas nos avanços da fisiologia, criminologia, medicina-legal, psiquiatria forense e psicanálise, dentre outros estudos em florescimento na Europa, em particular na França, base teórica da intelectualidade baiana do século XIX e primeira metade do século XX (Pessotti, 1988; Rocha, 2016b; Soares, 2010).

A antropologia criminal de Lombroso, a teoria da degenerescência de Morel e a aplicação do método positivista nas ciências humanas foram influências marcantes na FMB e orientaram o trabalho pioneiro de Raimundo Nina Rodrigues sobre as religiões de origem africana no Brasil, assim como na demonstração das evidências físicas da degeneração e no controle científico dos grupos minoritários (loucos, criminosos, negros). O enfoque etnológico marca as investigações de Nina Rodrigues no campo da higiene e da própria medicina-legal, sustentadas em bases teóricas diversas, como o pensamento de Pierre Janet. Muitos de seus discípulos se destacaram na história da psiquiatria e na articulação entre saberes *psi* e cultura. Entre eles, Júlio Afrânio Peixoto, autor de *Epilepsia e Crime* (1897), e reitor da Universidade do Distrito Federal na década de 1930, além de Arthur Ramos, que escreveu *Introdução à Psicologia Social* (1936) e outros livros que mesclam psicanálise e cultura em estudos antropológicos sobre a cultura negra. Arthur Ramos ocupou em 1935 a cátedra de Psicologia Social na antiga Universidade do Distrito Federal e, a partir de 1940, a cátedra de Antropologia na Faculdade de Filosofia da então Universidade do Brasil e chefiou a Seção Técnica

de Ortofrenia e Higiene Mental da Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal.

Por sua vez, Juliano Moreira (1873-1933) citava Freud em suas cátedras na FMB e foi o presidente de honra da Sociedade Brasileira de Psicanálise em 1929. Foi aluno de Emil Kraepelin quando esteve na França para tratar-se de uma tuberculose. Moreira incorporou o método diagnóstico de Kraepelin com ênfase no caráter orgânico da doença mental. Mesmo não tendo ocupado a cátedra de Psiquiatria, Moreira tornou-se figura emblemática da psiquiatria e foi um dos precursores da psicanálise brasileira. A combinação do organicismo kraepeliniano com uma teoria eminentemente psicológica, como a freudiana, evidencia, de acordo com Russo (2002, p. 15), "[...] o modo *sui generis* como os saberes científicos vindos da Europa são recebidos, traduzidos e assimilados em terra brasileira [...]" (Jacó-Vilela; Jabur; Rodrigues, 2008; Menezes, 2002; Venancio, 2001).

A recepção de teorias produzidas na Europa, pelos docentes e estudantes de Medicina, foi fundamental para a ampliação da produção dos saberes psicológicos no Brasil no século XIX e início do século XX, constituindo as bases para que a psicologia conquistasse o estatuto de ciência autônoma no Brasil.

O processo de regulamentação da profissão de psicólogo, no Brasil, envolveu profissionais de diversas áreas que se organizaram para defender suas ideias e interesses quanto ao exercício da psicologia no país. No entanto, grupos de profissionais, especialmente do campo médico, se opuseram à regulamentação, formando alianças políticas para estabelecer o limite de atuação da profissão de psicólogo, sobretudo no âmbito da clínica. No movimento em prol da regulamentação da profissão, iniciado na década de 1950, foram feitas inclusões na redação de pré-projetos para a legalização da profissão, que sustentavam a premissa de que a formação em psicologia clínica fosse de responsabilidade das faculdades de Medicina, evidenciando

a discordância do campo médico sobre a possibilidade de os psicólogos virem a atuar com psicoterapia, até então de uso exclusivo dos médicos (Baptista, 2010).

Assim, como no cenário nacional, a Bahia também viveu seu périplo em busca da aprovação do curso, capitaneado por João Inácio de Mendonça e, até alcançar seu objetivo, enfrentou o forte corporativismo da tradicional classe médica baiana. Na Bahia, não se deve esquecer, a psicologia e sua relação com a medicina é quase que orgânica e recua no tempo até o século XIX, com as teses da Faculdade de Medicina, que tratavam sobre questões psicológicas, ainda antes da criação da cátedra de Clínica Psiquiátrica em 1881.

Ora, como não reconhecer essa proximidade quando o idealizador do curso de Psicologia é filho da secular e tradicional FMB? Como disse Simões (1990), o curso de Psicologia foi criado por um psiquiatra e cresceria impulsionado por outro, referindo-se ao professor Eduardo Saback Dias de Moraes. Mas ainda é cedo para essa narrativa. O que se pretende aqui é fazer um breve recuo à década de 1950, mais precisamente a partir de 1954, quando o médico psiquiatra Nelson Soares Pires assumiu a cátedra de Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina e que, ligada ao Hospital das Clínicas, impulsionara o processo de formação e capacitação dos profissionais do campo *psi* na Bahia nas duas décadas anteriores à formação do curso de Psicologia da UFBA.

Nelson Pires concorreu à vaga de professor catedrático, apresentando a tese *Psicoses de Reação* e esteve à frente da Clínica Psiquiátrica entre os anos de 1954 e 1964. Foi sob sua direção que a Clínica Psiquiátrica da FMB criou o primeiro serviço de psiquiatria em hospital geral do país (Coutinho; Moraes, 2007). Como médico psiquiatra, optou por estudar mais profundamente a psicossomática e sua abordagem era fortemente organicista, excluindo a compreensão psicogenética de suas análises, opondo-se à teoria psicanalítica. Mostrava reservas,

do ponto de vista teórico, em relação as possibilidades da psicologia e sua posição política dentro da universidade era de valorização da medicina em detrimento de qualquer possibilidade de autonomia da psicologia. Com esse objetivo, beneficiou-se das circunstâncias favoráveis propiciadas pelas dissidências no âmbito da universidade e assumiu a liderança na formação acadêmica dos profissionais do campo *psi* (Piccinini, 2004; Silva, 1995).

Sob a liderança de Nelson Pires, a Clínica Psiquiátrica do Hospital das Clínicas se fortaleceu institucionalmente enquanto espaço de formação acadêmica, técnica e profissional. Nelson promoveu aulas de psicopatologia e conferências sobre temas como psicologia do comportamento humano, ministradas pelo catedrático e seus assistentes e em conjunto com o Diretório Acadêmico da FMB. Os cursos oferecidos, voltados para área de psicologia, tratavam sobre testes psicológicos e, embora inicialmente direcionados para os alunos de Medicina que estagiavam na clínica, estava aberto também a outros interessados, no caso, profissionais de outras formações que atuavam no campo da psicologia. Promoveu, também, cursos de extensão com profissionais convidados, tais como: Técnicas de Entrevista, ministrado pela então técnica do ISOP, Mariana Alvim; Psicodiagnóstico Miocinético, Psicodiagnóstico de Rorschach e Teste de Apercepção Temática de Murray, ministrados pela professora Giscele Mattos. Mira y López ministrou conferências, dirigiu seminários com um programa regular de formação e treinamento nas habilidades psicoterapêuticas, bem como cooperou com a instalação do Centro de Orientação Infanto-juvenil, vinculado à Clínica Psiquiátrica (Rocha, 2018; Silva, 1995).

Além de sua atuação na universidade, Nelson Pires fazia parte da diretoria de sociedades psiquiátricas na cidade de Salvador. Conforme se verifica no Quadro 2, entre as décadas de 1950 a 1970, a assistência psiquiátrica hospitalar em Salvador era prestada por cinco

hospitais de médio e grande porte. Eram eles: o Hospital Juliano Moreira, o Sanatório Bahia, o Hospital Santa Mônica (atual Casa de Saúde Santa Mônica) e a Casa de Saúde Ana Nery, de propriedade de uma empresa com denominação jurídica de Serviços Médico-cirúrgicos da Bahia S/A; além destes, o Sanatório São Paulo, de propriedade dos médicos Nelson Soares Pires e Luiz Galvão Duarte Simões (Cavalcanti, 2012; Conceição; Souza, 2012; Guedes; Valente, 2012; Jacobina, 2012). O professor Nelson Pires atuava também na direção do Sanatório Bahia.

Quadro 2 Instituições psiquiátricas de médio e grande porte em Salvador – 1970

Instituição	Propriedade	Fundação
Hospital Juliano Moreira	Pública – Governo do Estado da Bahia	1936
Sanatório Bahia	Particular – Serviços Médico-cirúrgicos da Bahia S/A	1944
Sanatório São Paulo	Particular – Nelson Soares Pires e Luiz Galvão Duarte Simões	1953
Hospital Santa Mônica	Particular – Serviços Médico-cirúrgicos da Bahia S/A	1962
Casa de Saúde Ana Nery	Particular – Serviços Médico-cirúrgicos da Bahia S/A	1966

Fonte: elaborado pela autora com base em análise dos documentos dos arquivos FFCH e CAD/UFBA.

Nelson Pires sofreu cassação de seus direitos políticos em 1964, tendo que se exilar (Oliveira, 2019). Seu substituto foi o professor Rubim de Pinho, que havia sido seu assistente. Nesse mesmo ano, em 22 de junho, Rubim de Pinho respondeu a um IPM, que investigava sua relação com Nelson Pires e outros esquerdistas. Apesar do IPM, Rubim de Pinho foi aprovado no concurso em que concorreu com o professor Norival Sampaio, em 1965, e assumiu a cátedra de Psiquiatria da Faculdade de Medicina.

Conforme Silva (1995), Rubin de Pinho era um homem de espírito mais aberto com curiosidade maior para o social e com maior abertura intelectual do que seu antecessor. Porém, ambos demonstraram, ao longo de suas trajetórias, o espírito corporativista em defesa da hegemonia do campo psiquiátrico em detrimento da autonomia da psicologia como disciplina.

O catedrático se envolveu no debate nacional acerca do tema que se estabelecia no período, defendendo a criação da disciplina Psicologia Médica e sua presença regular como inserida no currículo da Faculdade de Medicina. As reservas de Rubim de Pinho com relação a autonomia da psicologia eram de ordem mercadológica, projetando a vinculação da disciplina Psicologia Médica ao âmbito acadêmico da FMB e, por que não dizer, sob a responsabilidade dos docentes da Clínica Psiquiátrica.

Com sua ascensão à cátedra deixada por Nelson Pires, o professor Rubim de Pinho foi responsável, na última metade da década de 1960, por dinamizar o espaço acadêmico da psiquiatria. Exerceu uma liderança importante, a partir de sua atuação na Clínica Psiquiátrica, no processo de aglutinar personalidades interessadas no campo psiquiátrico e psicológico baiano, mantendo, estrategicamente, o controle hegemônico da Clínica Psiquiátrica.

Até então, estava estabelecida uma forte relação de dependência com o campo médico, basicamente organicista, que mantinha a hegemonia social e força política organizada no âmbito institucional, evitando a autonomização da psicologia ao privilegiar seus espaços e agendas e prevenindo concorrências futuras. A partir da década de 1970, novos arranjos e a ampliação do campo psiquiátrico e psicológico levaram à extrapolação do institucional e autonomia social e, paulatinamente, a Clínica Psiquiátrica do Hospital das Clínicas foi cedendo lugar a novos espaços de cunho terapêutico e clínico que foram criados.

CAPÍTULO 3

O curso de Psicologia da FFCH/UFBA

Uma visão panorâmica[5]

[5] Parte deste capítulo foi publicado em artigo científico: Silva, (2021c).

Até aqui o leitor pode perceber que a psicologia vinha se desenvolvendo na Bahia desde o século XIX – e, em especial, a partir da segunda metade do século XX – associada a outras áreas de conhecimento, como a educação e a medicina, fato que favoreceu a expansão do campo *psi* baiano no início do seu processo de institucionalização. Assim, quando do início do curso de graduação da UFBA, em 1968, muitos já exerciam alguma atividade profissional em que a psicologia estava associada. Eram pedagogos e filósofos formados pela FFCH, professores do ensino fundamental formados pela antiga Escola Normal da Bahia, técnicos do IDOV, profissionais que haviam recebido formação em alguma psicoterapia ou uso de testes psicológicos na Clínica Psiquiátrica e outros profissionais da psicologia que atuavam em várias instâncias e instituições, tais como: clínicas, consultórios particulares, bancos e serviço público, que poderiam ter, com a abertura do curso, uma oportunidade de se regulamentar na nova profissão, que dava sinais de ser um mercado rentável e em crescimento.

Por outro lado, havia uma grande demanda em relação ao curso, também em função de uma carência regional. Era uma demanda represada por anos de espera, pois, mesmo antes da psicologia ser legalmente regulamentada como profissão, no ano de 1962, com a Lei nº 4.119, o professor João Inácio de Mendonça já havia apresentado seu projeto de criação do curso de graduação em Psicologia na FFCH/UFBA. Conforme já abordado, há documentação que comprova que, em 1961, João Inácio de Mendonça já solicitava providências para que o curso fosse iniciado a partir de 1962. Ou seja, foi quase uma década de espera por um curso que viria atender ao estado e a toda região Nordeste do país. A UFBA foi a primeira universidade pública do Nordeste a oferecer um curso de Psicologia e permaneceu como a única do estado durante três décadas.

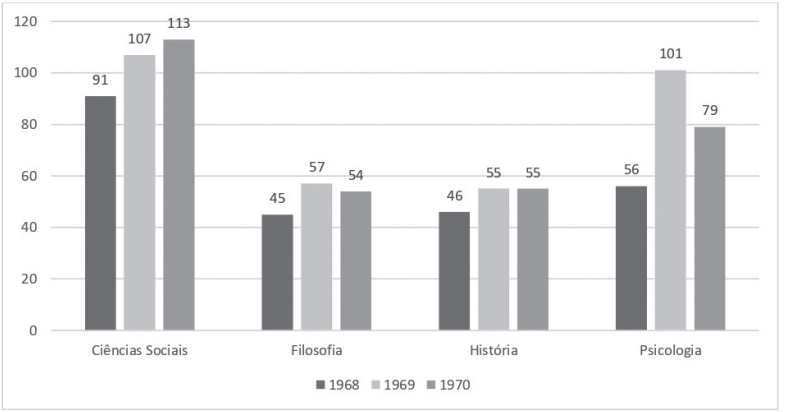
No entanto, se por um lado, para a comunidade local e regional, as expectativas para a abertura do curso eram positivas, por outro,

ingressar na universidade naquele momento político do país, implicava, para quem tivesse atividade política de oposição ao governo, ter que lidar com o temor, com a vigilância dos militares e possíveis perseguições, cassações, prisões, desaparecimento e mesmo morte. O curso de Psicologia da UFBA iniciou-se em 1968, ano em que o presidente Costa e Silva decretou o AI-5 e os militares acirraram o golpe, com cassação de direitos políticos, limitação das liberdades individuais e públicas, prisões, torturas e mortes. O clima era tenso nos *campi* e na UFBA; a mobilização política dos estudantes não sobreviveu aos expurgos e cancelamento de matrículas dos militantes estudantis e o movimento estudantil foi desarticulado. Para as universidades públicas do país, havia ainda o desafio de se adequar à Reforma Universitária, que levou a FFCH da UFBA a perder dez de seus cursos, pois foi desmembrada, ficando apenas com os cursos de Filosofia, Ciências Sociais e História (Arapiraca, 1979; Martins, 2009; Nascimento, 1987).

Nesse contexto, a abertura do curso de Psicologia favoreceu e dinamizou a FFCH. Com uma oferta inicial de 50 vagas para o primeiro ano, concorreram 197 candidatos (34 homens e 163 mulheres), o que correspondeu a quase quatro candidatos por vaga. A Figura 2, a seguir, demonstra a demanda de alunos matriculados nos cursos de graduação da FFCH/UFBA entre os anos de 1968 e 1970. Embora em 1968 tenha sido ofertada, oficialmente, 50 vagas, os documentos encontrados sobre a situação didático-escolar do curso demonstraram o registro de 56 matriculados. Em 1969, ingressaram 101 novos discentes e em 1970, outros 79 novos ingressantes, o que totaliza 236 alunos de Psicologia matriculados nos três primeiros anos do curso, correspondendo a uma média de quase 78 alunos por ano. Comparando estes números, com o perfil de matriculados nos demais cursos da FFCH no mesmo período, verifica-se que o curso de Ciências Sociais totalizou 311 matriculados nos três anos e os cursos de Filosofia e História

integralizaram 156 discentes matriculados nos três anos, cada um dos cursos. Ou seja, o curso de Psicologia alcançou, logo no primeiro ano, a segunda posição entre os cursos mais procurados da FFCH, mantendo-se nessa posição nos anos seguintes. A partir de 1971, a universidade passou a realizar o vestibular unificado, como parte da Reforma Universitária implantada em 1968 (Lira, 2010; Motta, 2014).

Figura 2 Matrículas nos cursos de graduação da FFCH/UFBA – 1968 a 1970



Fonte: elaborada com base em análise de documentos dos arquivos da FFCH/UFBA.

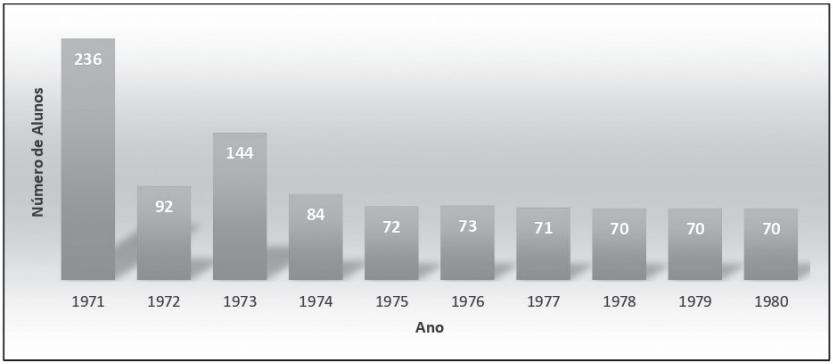
Quando o curso de Psicologia iniciou sua primeira turma, a FFCH estava instalada na antiga Escola Normal, no bairro de Nazaré. Em 1969, a instituição foi transferida para o prédio da Faculdade de Medicina, antigo Colégio dos Jesuítas, no Terreiro de Jesus. Nesse novo espaço, o curso de Psicologia pode utilizar parte das oito salas de aulas e dos três anfiteatros, além de um laboratório adaptado para as aulas de Psicologia Experimental. Havia, ainda, uma biblioteca, uma sala de departamento, além do depósito de material didático. De acordo com Simões (1990), a transferência do curso de Psicologia

para o Terreiro de Jesus transcorreu de forma problemática, tanto no que diz respeito às condições de instauração – que foi planejada somente para os primeiros semestres – quanto no contingente de docentes. Havia mais auxiliares de ensino naquela unidade do que professores, o que gerou reclamação para concursos, com encargos adicionais para departamento e colegiado.

Em 1974, a FFCH foi transferida para a estrada velha de São Lázaro, no bairro da Federação. O departamento e o colegiado de Psicologia foram instalados no primeiro andar do edifício central da faculdade – um prédio antigo onde funcionava a parte administrativa da FFCH, além de todas as salas dos departamentos e colegiados dos cursos; os gabinetes de professores em regime de 40 horas; uma sala de reunião e, ainda, a biblioteca e cantina, que ficavam no andar térreo do edifício. A sala ocupada pelo departamento e colegiado de Psicologia era equipada com uma mesa de 8 lugares, uma mesa de aço onde ficava a máquina de escrever, uma escrivaninha de aço e um armário de madeira.

Apesar das dificuldades estruturais, a demanda pelo curso permaneceu relativamente estável e alta ao longo da década de 1970, como se pode observar na Figura 3, que demonstra as matrículas realizadas no curso de graduação em Psicologia entre os anos de 1971 e 1980. O número total de matriculados nesse período foi de 985 discentes. O total de 236 discentes matriculados em 1971 corresponde aos dados integralizados de 1968 a 1971. No ano seguinte, foram 92 novas matrículas; em 1973 ingressaram 144 estudantes no curso e em 1974 foram 84 novos matriculados. Em 1975 ingressaram 72 novos discentes, em 1976 foram 73 matriculados e em 1977 foram 71 ingressantes no curso. Nos anos de 1978, 1979 e 1980, foram 70 os discentes matriculados por ano. Ao longo de 13 anos, ou seja, entre 1968 e 1980, totalizou-se 985 discentes no curso de Psicologia, o que correspondeu a, aproximadamente, 76 estudantes matriculados por ano letivo.

Figura 3
Matrículas no curso de graduação em Psicologia. FFCH/UFBA – 1971 a 1980



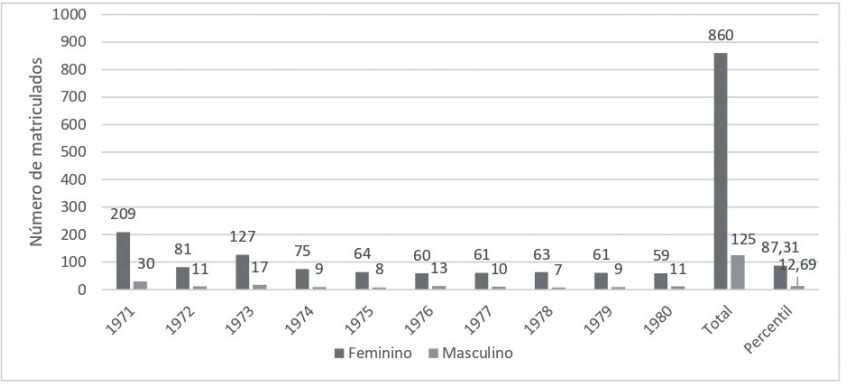
Fonte: Superintendência Acadêmica da Universidade Federal da Bahia (SUPAC/UFBA).

Esses dados demonstram a difusão do curso de Psicologia, já desde o seu primeiro ano. Era um contingente significativo de discentes para um curso ainda nos seus primórdios. Além da demanda reprimida por vários anos de espera e a inexistência deste tipo de formação em instituição pública na região Nordeste, pode-se interpretar essa procura expressiva pelo curso como um interesse da classe média pela carreira e pelo que ela representava, enquanto profissão liberal, com prestígio, além de oportunidades de escalada social, especialmente pela via da atividade clínica. Entende-se que, para a realidade baiana, o curso significava a possibilidade de uma profissão autônoma e em ascensão naquele momento, especialmente para as mulheres, que começavam a ingressar fortemente no mercado de trabalho. Esta tendência justifica o elevado número de mulheres matriculadas na universidade para cursar Psicologia naquele momento. Pesquisa realizada por Carvalho (1979b) demonstra que o perfil dos alunos em 1970 era prioritariamente feminino, sendo, a maioria, mulheres da classe média e alta da cidade de Salvador. Residiam em bairros

nobres e eram mantidas financeiramente pelos pais e/ou familiares. Era evidente o perfil urbano e com "[...] padrões de comportamento e valores próprios dos indivíduos da cidade" (Carvalho, 1979b, p. 216).

A Figura 4, a seguir, apresenta as matrículas no curso de graduação em Psicologia por sexo entre os anos de 1971 e 1980 e confirma a prevalência das mulheres no curso. Do total de 985 discentes matriculados até 1980, 860 vagas, ou seja, 87,31%, foram preenchidas por mulheres e 125, o que equivale a 12,79%, por homens. Em 1971 havia um total de 209 mulheres e 30 homens matriculados no curso e no ano seguinte ingressaram 81 mulheres e 11 homens. Para o ano de 1973, foram matriculados 127 mulheres e 17 homens e em 1974 ingressaram 75 mulheres e 9 homens. A prevalência das mulheres em 1975 foi de 64 para apenas 8 homens. Em 1976, foram 60 novas matrículas de discentes do sexo feminino e 13 do sexo masculino e em 1977 ingressaram 61 mulheres e 10 homens. Em 1978, foram matriculados 63 mulheres e 7 homens. No ano de 1979 se matricularam 61 mulheres e 9 homens e em 1980, 59 mulheres e 11 homens.

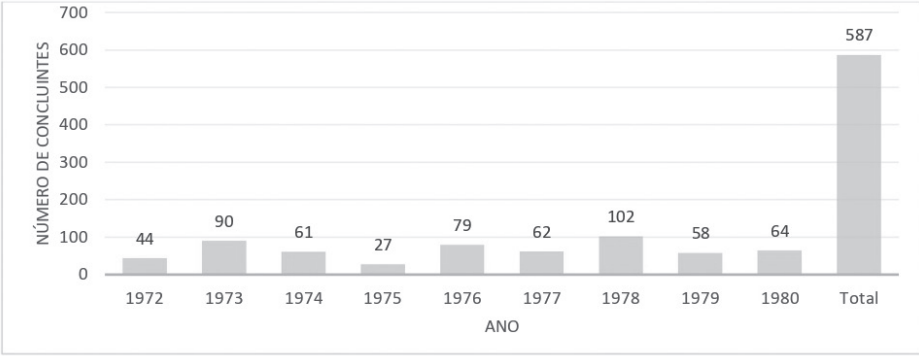
Figura 4
Matrículas no curso de graduação em Psicologia x sexo. FFCH/UFBA – 1971 a 1980



Fonte: Superintendência Acadêmica da Universidade Federal da Bahia (SUPAC/UFBA).

Se a demanda para ingresso no curso era alta, a taxa de evasão não deixa de ser significativa. A Figura 5, a seguir, demonstra claramente a redução do número de estudantes concluintes do curso de graduação em Psicologia no período de 1972 e 1980. Logo no primeiro ano, somente 44 discentes se formaram. Nos anos que se seguiram, os números foram igualmente reduzidos, a saber: 90 formandos em 1973; 61 concluintes em 1974; 27 formandos em 1975; 79 discentes a se formar em 1976; 62 formandos em 1977; 102 em 1978; 58 concluintes em 1979 e, por último, 64 formandos em 1980. Ou seja, do total de 985 ingressantes no curso de Psicologia, apenas 587 (59,59%) concluíram o curso, o que demonstra um percentual aproximado de 40% de alunos matriculados que não se formaram.

Figura 5
Concluintes do curso de graduação em Psicologia – FFCH/UFBA – 1972 a 1980

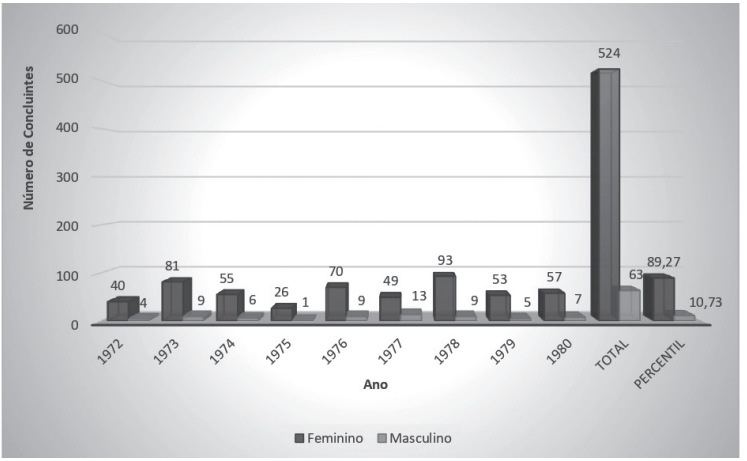


Fonte: SUPAC/UFBA.

A Figura 6 apresenta os concluintes do curso de graduação em Psicologia entre os anos de 1972 e 1980, separados por sexo. Como poderá ser observado, em 1972, formaram-se 40 mulheres e 4 homens; em 1973 foram 81 mulheres concluintes para 9 homens; já

em 1974, 55 mulheres e 6 homens concluíram; em 1975, apenas 1 homem se formou junto a 26 mulheres; as mulheres continuaram sendo maioria em 1976, com 70 formandas e 9 homens; em 1977, foram 49 mulheres e 13 homens a concluir o curso; diplomaram-se 93 mulheres e 9 homens em 1978 e em 1979 foram 53 mulheres e 5 homens. Finalmente, em 1980, foram 57 mulheres e 7 homens. Comparando com os dados da Figura 4, que contém o percentual de mulheres e homens ingressantes (87,31% e 12,69%), percebe-se que o resultado está bem próximo do percentual de mulheres e homens que concluíram (89,27% e 10,73%), o que significa dizer que a taxa de evasão não esteja relacionada ao fator sexo.

Figura 6
Concluintes do curso de graduação em Psicologia x sexo. FFCH/UFBA, 1972 a 1980



Fonte: SUPAC/UFBA.

O reconhecimento do curso de graduação em Psicologia da UFBA, nas modalidades de licenciatura e bacharelado, ocorreu somente sete anos depois de iniciada a primeira turma, através do Decreto

nº 75.499/1975 (Brasil, 1975). Em 13 de julho de 1978, o então presidente, general Ernesto Geisel, legitimou a modalidade de formação de psicólogo, sancionando-a através do Decreto nº 81.964/1978 (Brasil, 1978). Este reconhecimento se deu após um demorado processo de adequação estrutural atendido por exigências das instâncias avaliadoras. Quando se deu o início do processo de avaliação, em 13 de junho de 1977, o CFE designou dois professores para formarem a comissão de verificação *in loco* das condições de funcionamento do curso de Psicologia. Em vista dos relatórios do CFE, os professores do Departamento de Psicologia encaminharam o Ofício nº 73/77, datado de 26 de agosto de 1977, ao diretor da FFCH e ao reitor, descrevendo as diversas dificuldades que o curso enfrentava, com deficiências que dificultavam ou impediam que os objetivos para o reconhecimento do curso fossem atingidos. O documento descrevia as carências de pessoal docente, alegando que havia apenas 17 professores para atender o total de 44 disciplinas. Dentre esses professores, discriminados por classe, apenas um era classificado como adjunto e, entre os demais, sete eram assistentes e nove auxiliares. Para agravar o quadro, cinco desses professores estavam afastados para pós-graduação e um estava na direção da FFCH. Outro obstáculo destacado no ofício era o fato de haver apenas um departamento para responder pelos cursos de bacharelado, licenciatura e formação de psicólogo. No item sobre as deficiências de instalação, os professores se referiram à necessidade de instalações mais adequadas do que aquelas que dispunham, bem como da falta de um serviço de atendimento – sendo este uma exigência do CFE para o curso – além da carência de material para atividades práticas, de um laboratório adequadamente equipado e, por fim, de acervo bibliográfico profissionalizante. Os professores enfatizaram que o ensino de disciplinas profissionalizantes, eminentemente práticas, não possibilitava o desenvolvimento de habilidades, por falta de instalações e material adequados, o que se agravava pelo número

reduzido de professores designados para a orientação dos discentes. Para finalizar, solicitaram, em caráter emergencial, a ampliação do regime de trabalho de um professor em exercício e admissão de 21 professores auxiliares. Solicitaram providências a curto prazo, tais como: a instalação do serviço de atendimento psicológico; a aquisição de equipamentos para aulas práticas; a reforma do atual laboratório; e a atualização e ampliação do acervo bibliográfico especializado em psicologia. A médio prazo, reivindicaram a constituição do Departamento de Psicologia como instituto, assim como instalação própria.

A prática de estágio e a prevalência da psicologia clínica

Uma das exigências do CFE, para o reconhecimento da habilitação em formação de psicólogo do curso de Psicologia da UFBA, foi a instalação do Serviço Clínico de Psicologia. A FFCH deveria manter um Serviço de Psicologia para atendimento clínico e de aplicação à educação e ao trabalho, de modo que os discentes do curso pudessem realizar seus estágios supervisionados, sob orientação e direção dos professores, com consultas abertas ao público, o que só ocorreu na década de 1980. Diante da inexistência de tal serviço próprio, durante a década de 1970 os estágios e práticas dos discentes eram realizados, integralmente, em instituições públicas e privadas de Salvador, a critério do docente supervisor, que intermediava essas parcerias e convênios entre o departamento do curso e as instituições.

Os professores supervisores conduziam seu grupo de estagiários para clínicas, consultórios, escolas, empresas e hospitais, onde, em alguns casos, também atuavam como psicólogos ou médicos psiquiatras, a depender de sua formação. A Bahia possuía diversas instituições, públicas e privadas, que, historicamente, vinham contribuindo para o desenvolvimento da formação da psicologia nas áreas da clínica, da educação, ou industrial/organizacional (Jacó-Vilela, 2012b).

Várias dessas instituições acolheram os discentes que adentraram esses espaços para efetivação de seus estágios formativos. As áreas de estágio eram basicamente três: clínica, industrial e educacional, definidas pelo Currículo Mínimo aprovado para o curso de Psicologia, conforme disposto no Parecer nº 403/62 do CFE. A carga horária fixada para treinamento prático em situação real era de 500 horas.

Como se verifica no Quadro 3, a seguir, os discentes tinham um leque de oferta em instituições públicas na área de psicologia educacional, tais como: a) o Serviço Estadual de Assistência ao Menor da Secretaria do Interior e Justiça, que realizava orientação e aconselhamento de menores infratores; b) o Centro de Orientação Infanto-juvenil**,** mantido pela Secretaria de Saúde e voltada para o diagnóstico e orientação de escolares; c) os serviços de orientação educacional de alguns colégios estaduais, como o do Colégio Estadual da Bahia (Central), do Colégio Estadual Duque de Caxias, do Colégio Nossa Senhora do Carmo e do Instituto Central de Educação Isaías Alves (Iceia), que faziam orientação e aconselhamento de adolescentes; d) as classes de escolarização específica e o Instituto Pestalozzi*,* que cuidavam da escolarização e acompanhamento de crianças com necessidades especiais, mantidos pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia (Costa, 2012; Santos, 2012).

No âmbito privado, eram ofertadas vagas de estágio nas seguintes instituições: a) Instituto Psicopedagógico da Bahia (IPPB) – (1965-1973), que oferecia serviços psiquiátricos, psicológicos e pedagógicos a crianças e adolescentes com necessidades especiais na área de aprendizagem. Era de propriedade do médico psiquiatra e docente do curso de Psicologia, Luiz Fernando Matos Pinto; b) Instituto Guanabara, fundado em 1970 pela fonoaudióloga Maria José Calheira Lobo Teixeira da Silva e pelo psicólogo Heraldo Antônio Farias Cidade. Esse instituto oferecia serviços de "[...] reabilitação, educação e prestação de assistência social às crianças e adolescentes portadores de

deficiência mental" (Brandão, 2012, p. 333); c) Instituto de Cegos da Bahia (ICB) – (1933), entidade particular e filantrópica, onde os estagiários atuavam no serviço de psicologia, com ênfase em psicologia escolar. Além do atendimento à criança, davam suporte à família e à equipe de atendimento à criança; d) Instituto de Organização Neurológica (ION) – (1969), que realizava tratamento de crianças e adolescentes com diversos tipos de problemas neurológicos; e) Associação de Foniatria e Audiologia da Bahia, voltada ao tratamento de distúrbios de voz e fala e que foi declarada utilidade pública pela Lei nº 3.063, de 29 de novembro de 1972, assinada pelo então governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães; f) Instituto Bahiano de Reabilitação (IBR), unidade de atendimento e tratamento a pessoas com deficiência motora, vinculado à Fundação José Silveira, fundada em 1937; e g) Colégio Nossa Senhora do Carmo, o único colégio particular conveniado no período, conforme fontes pesquisadas, que realizava orientação e aconselhamento de adolescentes no seu Serviço de Orientação Educacional (Brandão, 2012; Majdalani, 2012; Pinto, 2012).

Quanto à área de estágio em psicologia industrial/organizacional, observa-se, no Quadro 4, a seguir, que dentre as nove instituições conveniadas ao Departamento de Psicologia da UFBA, sete ofereciam oportunidade de estágio em recrutamento e seleção de pessoal – com exceção apenas para o estágio no Serviço de Reabilitação Profissional do antigo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que direcionava os estagiários para a readaptação funcional de segurados, e o setor de psicologia do Departamento Estadual de Trânsito (Detran) onde se fazia testagem para habilitação de motoristas. A Clínica de Assistência Médica Permanente Ltda. (Amepe), além de seleção de pessoal, possibilitava também a prática em adaptação funcional de pessoal. A Amepe, o Banco Econômico, a Companhia de Energia Elétrica da Bahia (Coelba) e o Instituto de Organização Racional do Trabalho eram empresas particulares, enquanto os estágios no Banco

do Estado da Bahia (Baneb), nas empresas do Centro Industrial de Aratu (CIA), na Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social, no INPS e no setor de psicologia do Detran eram convênios firmados com o governo do estado da Bahia (Brandão; Camarotti, 2012; Cristo, 2012).

Por seu turno, dentro do leque de instituições para se realizar o estágio curricular na área clínica, os discentes eram conduzidos por seus supervisores às instituições, tais como: hospitais e ambulatórios psiquiátricos, penitenciária, manicômio judiciário e abrigo de idosos. Observa-se no Quadro 5 que dentre as instituições públicas de atendimento psiquiátrico em regime de internamento e/ou ambulatorial havia o Ambulatório Mário Leal (1975), o Ambulatório Osvaldo Camargo (1962) e o Hospital Juliano Moreira (1936). Ainda em instituições públicas, havia mais três opções de atendimento, a saber: prática psicoterapêutica e técnicas de grupo com alcoolistas no Centro de Recuperação de Alcoolistas do governo do estado; pesquisas e assistência psicológica em população de criminosos não psicóticos na Penitenciária Lemos de Brito (1950); acompanhamento diagnóstico e terapêutico de população de criminosos psicóticos no Manicômio Judiciário da Bahia (1928-1991).

As instituições particulares conveniadas para estágio eram a Casa de Saúde Ana Nery (1966), a Casa de Saúde Santa Mônica (1962), o Sanatório São Paulo (1953) e o Sanatório Bahia (1944). Já as clínicas particulares conveniadas, que recebiam estagiários para atendimento psicoterápico, eram a Assistência Médica Infantil e a Clínica Psicológica Infantil, das professoras do curso de Psicologia Maria Conceição Vieira Gonçalves e Urânia Maria Tourinho Perez, respectivamente. Também havia o Instituto Neurológico da Bahia, voltado para o diagnóstico e tratamento de distúrbios do comportamento infantil, além do Serviço de Reabilitação Motora para crianças e adultos e o Abrigo D. Pedro II (1943), que ofereciam vagas de estágio para os discentes interessados no campo assistencial e terapêutico a idosos.

Quadro 3 Instituições para estágio em psicologia educacional – Década de 1970

Instituição	Finalidade	Mantenedor(a)
Associação de Foniatria e Audiologia da Bahia	Tratamento de distúrbios de voz e fala	Particular
Centro de Orientação Infanto-juvenil	Diagnóstico e orientação de escolares	Secretaria de Saúde do Estado da Bahia
Classes de escolarização específica	Escolarização e acompanhamento de crianças com necessidades especiais	Secretaria de Educação do Estado da Bahia
Instituto Bahiano de Reabilitação (IBR)	Tratamento de pessoas com deficiência motora	Particular
Instituto de Cegos da Bahia (ICB)	Educação especial a crianças portadoras de deficiência visual	Particular
Instituto de Organização Neurológica (ION)	Tratamento de crianças e adolescentes com diversos tipos de problemas neurológicos	Particular
Instituto Guanabara	Escolarização e acompanhamento de crianças com necessidades especiais	Particular
Instituto Pestalozzi da Bahia	Escolarização e acompanhamento de crianças com necessidades especiais	Secretaria de Educação do Estado da Bahia
Instituto Psicopedagógico da Bahia (IPPB)	Escolarização e acompanhamento de crianças com necessidades especiais	Particular
Serviço de Orientação Educacional do Colégio Estadual da Bahia	Orientação e aconselhamento de adolescentes	Secretaria de Educação do Estado da Bahia
Serviço de Orientação Educacional do Colégio Estadual Duque de Caxias	Orientação e aconselhamento de adolescentes	Secretaria de Educação do Estado da Bahia
Serviço de Orientação Educacional do Colégio Nossa Senhora do Carmo	Orientação e aconselhamento de adolescentes	Particular
Serviço de Orientação Educacional do Instituto de Educação Isaías Alves	Orientação e aconselhamento de adolescentes	Secretaria de Educação do Estado da Bahia
Serviço Estadual de Assistência ao Menor	Orientação e aconselhamento de menores infratores	Secretaria da Justiça

Fonte: elaborado pela pesquisadora com base na análise de documentos dos arquivos da CAD e FFCH/UFBA.

Quadro 4 Instituições para estágio em psicologia industrial/organizacional – Década de 1970

Instituição	Finalidade	Mantenedora
Clínica de Assistência Médica Permanente Ltda (Amepe)	Seleção e adaptação funcional de pessoal	Particular
Banco do Estado da Bahia (Baneb)	Recrutamento e seleção de pessoal	Governo do estado da Bahia
Banco Econômico da Bahia	Recrutamento e seleção de pessoal	Particular
Centro Industrial de Aratu (CIA)	Recrutamento e seleção de pessoal	Governo do estado da Bahia
Companhia de Energia Elétrica da Bahia (Coelba)	Recrutamento e seleção de pessoal	Particular
Departamento de Mão de Obra da Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social	Recrutamento e seleção de pessoal	Governo do estado da Bahia
Instituto de Organização Racional do Trabalho	Recrutamento e seleção de pessoal	Particular
Serviço de Reabilitação Profissional do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)	Readaptação funcional de segurados	Governo do estado da Bahia
Setor de psicologia do Departamento Estadual de Trânsito (Detran)	Habilitação de motoristas	Governo do estado da Bahia

Fonte: elaborado pela pesquisadora com base na análise dos documentos dos arquivos da CAD e FFCH/UFBA.

As condições estruturais e metodológicas de realização dos estágios apresentavam inadequações e os formandos do ano de 1976 relataram sua insatisfação e reivindicaram melhorias no formato ao departamento do curso de Psicologia, a saber:

> *O estágio se reveste de grande significado para nós, uma vez que ele se nos apresenta como última chance de aprender alguma coisa dentro do curso de Psicologia, tão carente de atividades práticas. Por isso, vimos sentindo a necessidade premente de termos boas condições de trabalho durante o estágio: supervisão, local adequado, disponibilidade em termos de metodologia e área desejada. Isso não tem sido encontrado desde que o 5º ano existe. Pelo contrário: à medida que os anos vão passando, os problemas relativos a estágio se agravam, sem que se apresente solução que ponha termo à situação.*

Considerando a oferta de estágios nestas três áreas (psicologia educacional, industrial/organizacional e psicologia clínica) e os relatos sobre as inadequações para sua realização, cabe inquirir: qual era a demanda efetiva dos discentes e quais eram suas reais prioridades por áreas de estágio? Para responder esta questão, a Figura 7, a seguir, apresenta os dados referentes à média aritmética simples da oferta e da demanda de estágio, por área, nos anos de 1976 e 1977. Observando o gráfico, o leitor irá perceber que a oferta de estágio nas áreas clínica, educacional e industrial, nesses dois anos, foi de 34,5, 14 e 31,5 vagas, respectivamente e a média da demanda, nessas mesmas áreas, foi de 39,5, 5,5 e 33,5 discentes. A área clínica teve oferta e demanda mais altas que as outras duas, vindo a área industrial em segundo lugar. Observa-se, ainda, que as áreas clínica e organizacional tiveram uma demanda maior que a oferta, ou seja, a oferta disponível não foi suficiente para suprir a necessidade de estágio nas áreas requisitadas, naquele momento. No caso da área

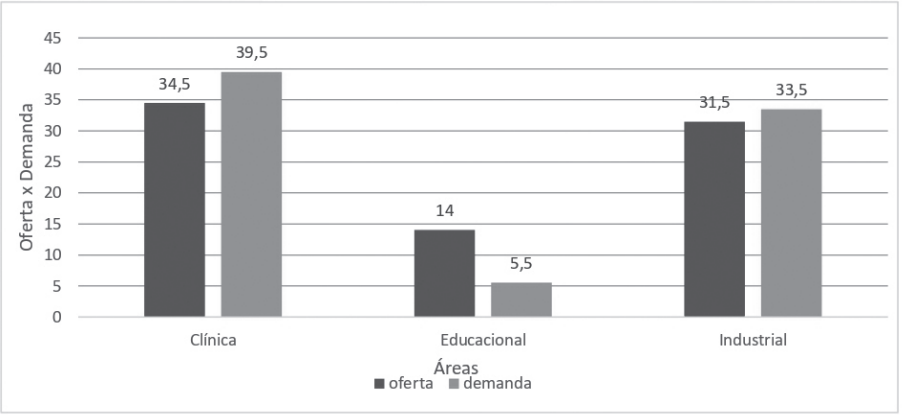
Quadro 5 Instituições para estágio em psicologia clínica – FFCH/UFBA – Década de 1970

Instituição	Finalidade	Mantenedor (a)
Abrigo D. Pedro II	Cuidados assistenciais e terapêuticos em geriatria	Prefeitura municipal
Ambulatório Mário Leal	Prevenção e tratamento ambulatorial de afecções mentais	Governo do estado
Ambulatório Osvaldo Camargo	Tratamento de doenças mentais de adultos	Governo do estado
Assistência Médica Infantil	Diagnóstico e tratamento de distúrbios emocionais das crianças	Particular
Casa de Saúde Ana Nery	Tratamento de doenças mentais de adultos	Particular
Casa de Saúde Santa Mônica	Tratamento de doenças mentais de adultos	Particular
Centro de Recuperação de Alcoolistas	Psicoterapia e técnicas de grupo com alcoolistas	Governo do estado
Clínica Psicológica Infantil	Diagnóstico e tratamento de distúrbios do comportamento infantil	Particular
Hospital Juliano Moreira	Tratamento de doenças mentais de crianças e adultos	Governo do estado
Instituto Neurológico da Bahia	Diagnóstico e tratamento de distúrbios do comportamento infantil	Particular
Manicômio Judiciário	Acompanhamento diagnóstico e terapêutico de população de criminosos psicóticos	Governo do estado
Penitenciária Lemos de Brito	Pesquisa e assistência psicológica em população de criminosos não psicóticos	Governo do estado
Sanatório Bahia	Tratamento de doenças mentais de adultos	Particular
Sanatório São Paulo	Tratamento de doenças mentais de adultos	Particular
Serviço de Reabilitação Motora	Reabilitação de crianças (encefalopatias) e adultos	Particular

Fonte: elaborado pela pesquisadora com base na análise de documentos dos arquivos da CAD e FFCH/UFBA.

educacional, por sua vez, evidencia-se que a oferta superou a demanda e que a área foi a menos procurada pelos discentes para a realização do estágio curricular.

Figura 7
Oferta e demanda por área de estágio em psicologia. FFCH/UFBA, 1976 e 1977



Fonte: Atas do Departamento de Psicologia de 23 ago. 1976 e 5 jul. 1977. Arquivo FFCH/UFBA.

Após analisar os dados disponíveis sobre a demanda por estágio, evidencia-se o direcionamento para a área clínica naquele período. Diante deste resultado, é premente tentar compreender o que ocorria com a área da licenciatura em psicologia e da psicologia educacional, na esfera mais ampla das políticas de Estado. A primeira hipótese é que, durante a década de 1970, as políticas implantadas pelos governos militares no âmbito da educação de primeiro e segundo graus não incentivavam a procura pela formação de licenciados em psicologia. Para reforçar esta suspeita, com a reforma do ensino de segundo grau e a aprovação da Lei nº 5.692/71 (Brasil, 1971a), as disciplinas de Psicologia, dentre outras da área de Ciências Humanas, foram retiradas do currículo do segundo grau. O ensino normal, tal

como existia antes, deixou de funcionar, extinguindo-se também os institutos de educação. O que era caracterizado como curso normal passou a constituir uma das habilitações do ensino de segundo grau, denominada de Habilitação para o Magistério. A segunda hipótese a ser considerada, e que pode ter impactado na redução da demanda em relação à psicologia educacional, diz respeito à Reforma Universitária que ocorreu naquele período. No âmbito da UFBA, uma das consequências desta reforma foi o desmembramento dos cursos que integravam a FFCH e a criação da Faculdade de Educação, que passou a ministrar as disciplinas de psicologia educacional. O programa do curso de Psicologia não poderia oferecer disciplinas que repetissem esses conteúdos, por determinação da Reforma de 1968. O conteúdo específico da psicologia educacional foi excluído do programa do curso de Psicologia, em detrimento da formação dos discentes do curso (Arapiraca, 1979; Barbosa, 2011; Carvalho, 1979b; Lira, 2010; Saviani, 2008).

Por sua vez, verificou-se a relevância da demanda por estágio na área industrial, que, se por um lado, pode estar associada à importância da psicotécnica no período, por outro, não se pode desvincular tal demanda dos fatores político e econômico, uma vez que, durante a década de 1970, Salvador recebeu investimentos públicos que expandiram seu polo industrial e tecnológico. Como já dito, a Bahia entrara numa "onda modernista", através do Plano Estadual de Desenvolvimento e implementação do CIA, e o estado incentivou a vinda de indústrias para a região, oferecendo benefícios e isenções fiscais. A oferta de empregos se expandiu relativamente com a indústria e favoreceu a abertura de mercado baiano para os profissionais, psicólogos recém-formados, e para oferta de estágios na área. O campo era atrativo para os discentes que buscavam estágios remunerados em empresas e indústrias, conveniadas ou não, que ofereciam oportunidades para esses discentes.

Sobremodo, o contexto político e cultural da época favorecia a prevalência pela clínica. Embebidos nessa *Zeitgeist* ou "espírito da época", os discentes do curso investiram na formação clínica, na psicoterapia e em seguida na psicanálise. Seguiam um movimento que envolvia também os docentes, e não só os professores psiquiatras, mas, também, parte da primeira geração de professores que era composta por graduados em filosofia e pedagogia; esses docentes atuavam com avaliação psicológica e aplicação de testes, no campo escolar e do trabalho. Ao longo da primeira década do curso, muitos destes profissionais foram se especializando em psicologia clínica. Desta forma, a clínica era a área que agregava o maior contingente de professores e vagas de estágio, seguido pela área industrial e por último a área educacional. Em sua dissertação de mestrado, Carvalho (1979b) analisou os currículos dos professores, suas histórias de vida e formação e concluiu que

> [...] a maioria advém da área clínica; ou advém e está na área clínica, ou não advém, mas está na área clínica. Quase todos os professores do curso têm uma formação terapêutica (sobretudo os mais antigos) e exercem sua profissão, principalmente no exercício da clínica. Não são, pois, estranháveis as escolhas dos alunos, sobretudo se reporta ao prestígio desfrutado pelo modelo terapêutico, em detrimento do modelo preventivo (Carvalho, 1979b, p. 221-222).

Outra parte do corpo docente era formada por médicos psiquiatras, o que colaborou para a recepção de teorias de base psicopatológica e psicanalítica no curso e consequente formação clínica dos discentes. Note-se que a trajetória de João Mendonça é emblemática no sentido do poder hegemônico que a medicina teve na Bahia que se espraiou também no curso de Psicologia. Foi ele o criador do projeto

de instalação do curso de Psicologia, tendo lutado por sua implantação ao longo da década de 1960. No entanto, só pôde acompanhar o curso por apenas um ano, pois faleceu em 1969, sendo substituído por outros psiquiatras que ingressaram no curso de forma imediata. A relação institucional entre o Departamento de Psiquiatria da FMB e o Departamento de Psicologia se iniciou já em 1969, quando os professores Luiz Fernando Pinto e Caio Flamínio Silva de Carvalho foram colocados à disposição do curso, naquele momento de estruturação do departamento. Caio Flamínio não era médico, mas fazia parte da Clínica Psiquiátrica do Hospital das Clínicas, onde atuava como psicoterapeuta. Ao final da década, em torno de 1/3 do corpo docente do curso era formado de médicos psiquiatras. Desse grupo de profissionais tem-se: Eduardo Saback Dias de Morais (1969), Luiz Fernando Matos Pinto (1969), Gilda Bacal Fucs (1971), Maria Eugênia Vieira Nery (1971), Irineu Fileto Brito Gomes (1972), Mário Henrique Soares Nascimento (1972), Jairo da Silva Gerbase (1973), Raphael Britto Portella (1973), Francisco Martins Ferraz (1975). Além desses médicos, outros contribuíram em algumas disciplinas por curto período entre 1968 e 1980, conforme registro de planos de aulas e atas do departamento. Dentre eles destacam-se: Gilberto Ribeiro Matos, Antônio Carlos Silva Dantas, George Alakija, Anibal Silvany Filho, Dival Porto, Orlando Sales, Sabino Silva e, por fim, Naomar de Almeida Filho, no final da década de 1970.

No âmbito do programa curricular do curso de Psicologia, encontram-se alguns registros da oferta de disciplinas de psicopatologia, ministradas por psiquiatras, a saber: Psicopatologia Geral I e II, ministradas nesse período por Eduardo Saback Dias de Morais, Irineu Fileto Brito Gomes, Maria Eugênia Vieira Nery, Jairo da Silva Gerbase e Francisco Martins Ferraz; Psicopatologia Sexual, conduzida por Gilda Fucs; Psicopatologia infanto-juvenil, ministrada por Maria Eugênia Vieira Nery, Irineu Fileto Brito Gomes ou Jairo da

Silva Gerbase. Os médicos psiquiatras também ministraram outras disciplinas, como, Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia do Excepcional, Psicologia Diferencial, Elementos de Psicossomática, Psicologia da Personalidade, Psicologia Social e Teorias e Técnicas Psicoterápicas. Os professores Irineu Fileto, Jairo Gerbase, Mário Nascimento e Maria Eugênia Nery foram indicados também para conduzir a disciplina de Estágio Supervisionado. Os conteúdos do programa de estágio na clínica constam do documento do planejamento semestral de 1974, descritos pelo professor Ireneu Fileto Brito Gomes, como atividades que pretendia realizar com os discentes do quinto ano do curso. Tendo como local de estágio a Casa de Saúde Ana Nery, o professor Irineu se propunha a supervisionar os atendimentos individual e em grupo com os internos, além de organizar a participação dos supervisandos na comunidade terapêutica, incluindo-os nos Grupos Operativos, nas Micro Assembleias das Alas, nas reuniões clínicas e técnicas, nos seminários de psicopatologia dinâmica, bem como nas reuniões de supervisão das atividades. Por sua parte, o professor Jairo Gerbase realizava estágio clínico com os alunos do primeiro semestre do ano de 1975, no Ambulatório Osvaldo Camargo. O estágio de 225 horas era composto de atividades teóricas com dois seminários semanais, sendo um sobre a psicanálise freudiana e outro sobre psicoterapias breves, com leitura de textos de Jay Haley, David Cooper, Ronald Laing, Maud Mannoni, Héctor Fiorini e Norman Kellsemann. Na parte prática do estágio, os discentes atendiam dois pacientes, de forma individual, sob a supervisão do professor e participavam dos grupos terapêuticos do ambulatório, como também eram orientados a realizar psicoterapia pessoal.

Os médicos psiquiatras tiveram também uma expressiva atuação na gestão do departamento e na direção da FFCH durante a década de 1970. João Inácio de Mendonça foi o primeiro chefe de departamento do curso. Após sua morte, em 1969, foi substituído interinamente pelo

vice-diretor da FFCH Joaquim Batista Neves. Em 1970, Eduardo Saback assumiu o departamento mantendo-se na chefia por duas gestões (1970-1971 e 1972-1973). Em seguida, durante o período de 1974 a 1975, assumiu a professora Gizelda Morais, psicóloga e doutora pela Universidade de Lyon, na França. Em 1976 assumiu outro psiquiatra, o professor Mário Nascimento, atuando, também, por duas gestões (1976-1977 e 1978-1979). A gestão dos médicos psiquiatras foi, igualmente, preponderante na direção da FFCH. A partir da segunda metade da década de 1970, o professor Saback assumiu a vice-direção (1974) e, em seguida, a direção por duas gestões consecutivas (1976-1980 e 1981-1984). Ato contínuo, foi substituído por outro professor do curso de Psicologia e médico psiquiatra, Mário Nascimento (1984-1988).

A atuação profissional dos professores psiquiatras extrapolava o âmbito da universidade. Além de ministrar aulas no curso de Psicologia, também dedicavam horas de trabalho nos seus consultórios particulares, nas clínicas psiquiátricas e nas instituições asilares e judiciárias de Salvador. Atuavam como médicos plantonistas, médicos legistas ou peritos judiciais. A cidade de Salvador possuía, à época, cinco instituições de médio e grande porte, sendo elas: o Hospital Juliano Moreira, o Sanatório Bahia, a Casa de Saúde Santa Mônica, a Casa de Saúde Ana Nery e o Sanatório São Paulo. A rede de atendimento psiquiátrico englobava também o ambulatório Mário Leal e o ambulatório Osvaldo Camargo, a clínica particular Amepe, o Manicômio Judiciário e a Penitenciária Estadual Lemos de Brito, dentre outras.

Naquele contexto de graves violações dos direitos humanos, essas instituições psiquiátricas poderiam receber, juntamente com os demais pacientes, ex-presos políticos, vítimas de torturas impetradas pelos militares, para internamento e tratamento. A Comissão Estadual da Verdade (CEV), na Bahia, identificou 11 centros de repressão

(locais de prisões políticas). Segundo a CEV, o Forte do Barbalho foi o maior centro de tortura na Bahia. A comissão cita que as torturas a presos políticos eram iniciadas na Polícia Federal, situada em frente ao antigo prédio do Mercado Modelo, já demolido. Os presos políticos ficavam recolhidos na Galeria F da Penitenciária Lemos Brito. A CEV revela também que a Base Aérea de Salvador, criada em 1942, em função da Segunda Guerra Mundial, foi grande centro de tortura e tempos depois foram flagradas queimas de documentos da ditadura que incriminavam a Base Aérea. Os outros centros de tortura citados são: Quartel da PM na Avenida Dendezeiros, 19º Batalhão de Caçadores, Quartel de Amaralina, Quartel Geral da PM nos Aflitos, Forte de Santo Antônio Além do Carmo, Quartel dos Fuzileiros Navais e Forte de São Pedro.

Um caso emblemático, que foi apresentado em minúcias pelo escritor e jornalista Emiliano José, no Relatório da Comissão Nacional da Verdade sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, é o da jovem baiana Nilda Carvalho Cunha, morta em 14 de novembro de 1971. Quando morreu, estava com sintomas de cegueira e asfixia, em consequência de envenenamento durante a prisão. Nilda Carvalho Cunha era estudante secundarista e foi presa em Salvador, por ocasião da morte de Iara Iavelberg, por agentes do DOI/CODI, sendo levada para o Quartel do Barbalho em 20 de agosto de 1971 e depois transferida para a Base Aérea de Salvador. Ela foi libertada dois meses mais tarde, muito fragilizada em decorrência das bárbaras torturas físicas e psicológicas a que havia sido submetida, além de ter presenciado os maus-tratos sofridos por seu namorado, Jaileno Sampaio.

Dez dias antes da morte da referida jovem, em 4 de novembro de 1971, o psiquiatra Eduardo Saback recomendou internamento e tratamento – sonoterapia – e Nilda foi internada na Clínica Amepe. No mesmo dia, os enfermeiros tentaram evitar a entrada daquele que vinha torturando-a, major Nilton Albuquerque Cerqueira,

mas ele se apresentou também como médico e não puderam evitar. O estado de Nilda se agravou e, depois de 48 horas na Clínica Amepe, o dr. Saback aconselhou internamento num hospital e, sob efeito de sedativos, foi transferida para o Sanatório Bahia, onde faleceu. As dúvidas e questionamentos que se seguiram após a morte dessa jovem deixaram um mistério inexplicável. Nem mesmo o corpo clínico do sanatório fora encontrado para dar maiores explicações à sua mãe, a senhora Esmeraldina. Na obra *Lamarca: O capitão da Guerrilha*, José e Miranda (2015) relatam:

> Todos se surpreenderam, até mesmo o Dr. Saback, que anexou um relatório ao prontuário deixando Dona Esmeraldina fora de si. Saback visitou Nilda nos dias 8, 11 e 13 de novembro e, aos poucos, foi reduzindo a medicação, por notar que psiquicamente ela estava se recuperando e o estado físico encontrava-se "nos limites da normalidade". Quando soube da morte, diante da ausência de causa física, ele solicitou "necropsia para esclarecimento". Só 40 dias depois, o Nina Rodrigues fornece os resultados – "edema cerebral a esclarecer e excesso de barbitúricos no sangue" – que não desvendam o mistério. Dona Esmeraldina não suporta. Cai numa crise depressiva e é internada no Sanatório Ana Nery. Sai de lá procurando todo mundo: onde está o Dr. José Raimundo Caribé, diretor do Sanatório Bahia? Não estava mais lá. Onde está o Dr. Saback? Tinha viajado para a Europa. E os médicos do AMEPE? Todo mundo tinha sumido (José; Miranda, 2015, p. 213).

Os médicos do Sanatório Bahia não puderam informar a "causa morte" e o psiquiatra Irineu Fileto Brito Gomes, professor do curso de Psicologia da UFBA e médico plantonista, solicitou o exame cadavérico ao Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, que declarou "edema

cerebral a esclarecer" no atestado de óbito. O resultado da autópsia não foi entregue à família e sim à Polícia Federal. A mãe de Nilda, Dona Esmeraldina, desesperada com a morte da filha, passou a fazer denúncias e protestos em praça pública e, certo dia, apareceu enforcada, em circunstâncias inexplicadas (José; Miranda, 2015; Brasil, 2014c).

Um outro caso que ocorreu, apresentado aqui de modo mais sucinto, é do preso político Wesley Macedo de Almeida, integrante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) que atuava na cidade de Jequié, interior da Bahia. Após sua prisão, onde foi barbaramente torturado, foi declarado mentalmente incapaz. Encontrava-se preso no Manicômio Judiciário, vindo da Penitenciária Lemos Brito, quando foi pedido judicialmente o exame de sanidade mental que seria assistido pelo médico Francisco Martins Ferraz, professor do curso de Psicologia da UFBA e psiquiatra do Manicômio Judiciário (Souza, 2013).

Foi nesse contexto de autoritarismo, violência, medo, insegurança e silenciamentos, que a psicologia, enquanto disciplina e profissão, se projetou e se expandiu no mercado de trabalho, no campo das psicoterapias. Recrudescia-se as posições de "neutralidade" como estratégia de conduta clínica e o silenciamento, como forma de sobrevivência, num ambiente de horror. Privilegiou-se um modelo de atuação profissional de cunho individualizante, pouco afeito às discussões ou intervenções num campo socialmente mais amplo. No espaço privativo dos consultórios, os psicoterapeutas direcionavam o tratamento para as questões de caráter individual, para ajustar os sujeitos à sociedade, excluindo os determinantes sociais no processo terapêutico. As dores, angústias e sofrimentos eram tomados como questões de ordem individual e localizada no interior de cada um e assim eram tratadas. Nesse momento, a psicologia ganhava espaço como a ciência que avaliava, diagnosticava, analisava e definia padrões de normalidade mental e

social, a personalidade, as emoções, a inteligência, através de testes psicológicos e psicoterapia (Coimbra, 1995).

Ao tempo em que a sociedade baiana se urbanizava e se modernizava, assimilando termos e conceitos da psicologia na linguagem cotidiana, a psicologia clínica, individualizada, reparativa e terapêutica, ganhava cada vez mais adeptos. A censura e as proibições foram molas propulsoras para a psicologia clínica. Os consultórios privados tornaram-se os ambientes protegidos para as narrativas, talvez de dor, talvez de violências impetradas, que não se podia revelar publicamente. O esvaziamento do espaço público e a radicalidade do autoritarismo de Estado, estimularam a busca pela interioridade individual (Coimbra, 1995). Estavam dadas, assim, as condições impulsionadoras do surgimento da psicoterapia, como um novo campo profissional, que absorveu grande parte dos psicólogos baianos recém-formados naquele período.

Verificou-se, neste capítulo, que o processo de formação e consolidação do curso de Psicologia da FFCH/UFBA foi concretizado depois de diversos entraves burocráticos e políticos. Sua plena resolução atendeu uma demanda reprimida não só do estado, mas de toda a região Nordeste do país. A conjuntura política, determinada pelos ditames dos tecnocratas do regime militar, impactou na vida acadêmica universitária, o que exigiu dos discentes de Psicologia resistência para lidar com a tensão política naqueles anos iniciais do curso. Nesse contexto, o curso foi positivamente recebido pela sociedade baiana, e, apesar das diversas mudanças de sede e dificuldades estruturais, manteve a posição favorável, conforme demonstra o quantitativo de matrículas. O curso atendia a uma demanda da classe média baiana, que via a psicologia como uma profissão liberal e uma oportunidade para ascender socialmente. O perfil dos ingressantes no curso, naquele primeiro momento, era formado majoritariamente por mulheres. Identificou-se as diversas instituições que atenderam

às demandas de estágio supervisionado nas áreas clínica, educacional e industrial, além da forma como tais espaços contribuíram para o processo prático e formativo dos discentes. O ingresso dos discentes nos espaços institucionais psiquiátricos favoreceu o campo psicoterapêutico, ampliando a demanda pela clínica de cunho mais individualizado e direcionado às camadas médias urbanas que podiam pagar e se beneficiar desse serviço.

CAPÍTULO 4

Recepção à psicanálise na Bahia[6]

[6] Parte deste capítulo foi publicada no capítulo "Formação dos psicólogos na Bahia durante o período da ditadura militar: contribuição dos psicanalistas argentinos" (Silva, 2020).

As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por profundas mudanças sociais e culturais no Brasil e em quase todo o mundo ocidental. Estudos sociológicos concordam em geral com a hipótese de que a receptividade acerca da psicanálise por parte da cultura ocidental se deve à rápida modernização, à secularização, à quebra das formas tradicionais de interação social e a emergência de novas formas de entender a subjetividade. A psicanálise, de acordo com essa perspectiva, preencheu um vazio criado com a separação entre a identidade pública e privada, gerada a partir da crescente industrialização e a perda dos sentimentos tradicionais de comunidade. De acordo com essa visão, a psicanálise teria uma função de contenção social em face das aceleradas mudanças e crises de valores morais diante da incapacidade de interpretar os fenômenos sociais (Velho, 1986, 1987).

As grandes transformações culturais pós-1968 ajudaram a difundir a psicanálise nos países ocidentais. A denominada revolução cultural envolveu uma flexibilização dos valores morais, novos costumes sociais, conquistas femininas, quebra de padrões familiares tradicionais e modificações nas práticas sexuais, ao mesmo tempo em que gerou uma crise identitária de grande proporção. Nesse contexto, houve um acelerado crescimento da classe média relativamente rica e educada, com novas expectativas de consumo. A emergente classe média intelectualizada, que tinha acesso a meios de comunicação de massa, como TV, rádio, revistas e jornais, passou a assimilar teorias e conceitos do campo psicanalítico, incorporando-os à linguagem cotidiana, iniciando, dessa forma, uma corrida à clínica e uma intensa difusão da psicanálise (Ploktin, 2003; Russo, 2004).

No contexto nacional, autores têm apontado a correlação entre esse movimento de difusão da cultura psicanalítica e o esvaziamento dos espaços públicos com o fechamento político pós-AI-5. O regime político implantado pelos militares favoreceu o incremento de um modelo de atuação profissional, de cunho individualizante, pouco afeito às

discussões e intervenções num campo socialmente mais amplo. Nesse contexto político, marcado pelo medo, insegurança e silenciamentos, houve uma expansão do mercado de trabalho para psicólogos, na área das psicoterapias e, em especial, com a adoção do modelo psicanalítico. Em uma atmosfera na qual a esfera pública estava restrita, a psicanálise oferecia ferramentas para desviar a análise da realidade externa para o interior, ou seja, a realidade íntima. Tentando explicar o *boom* da psicanálise no Brasil, o sociólogo Luciano Martins (1979) aponta que o desenvolvimento da psicanálise no final dos anos 1960 foi o resultado da alienação da geração que chegou à maioridade durante o regime militar de 1964. Para Martins, a psicanálise foi também um substituto da política, enquanto campo de expressão social, respondendo a uma demanda de escapismo. Por outro lado, o projeto econômico em vigor destinava recursos prioritariamente à área industrial, com consequente concentração de riqueza, acentuação das desigualdades sociais, bem como empobrecimento das populações mais pobres e assalariadas. A psicanálise e a psicologia direcionaram seus trabalhos para o atendimento de um extrato social mais elitizado e intelectualizado (Coimbra, 1995; Figueiredo, 2012b; Martins, 1979; Rudá; Almeida-Filho; Coutinho, 2015; Russo, 2004; Velho, 1986).

Desse modo, a psicanálise se expandiu no Brasil, como terapia, como profissão, como modo de compreender o ser humano e como visão de mundo. O termo psicanálise ganhou uma amplitude que permitiu sua utilização não só para se referir rigorosamente a uma teoria e a uma técnica terapêutica freudiana em particular, mas também a todos aqueles discursos e práticas sociais que derivam sua legitimidade de uma inspiração psicanalítica, real ou suposta, gerando, assim, uma cultura psicanalítica. A cultura psicanalítica refere-se à maneira em que ideias e conceitos advindos da psicanálise passam a ser incorporados na vida das pessoas, que começam a consumir, a falar e pensar sobre si mesmas a partir da psicanálise. Conforme

Ploktin (2003), é impossível separar a análise da cultura psicanalítica, que engloba as condições sociais, políticas e culturais da sociedade, da análise da trajetória do movimento psicanalítico, com suas associações profissionais, teorias, analistas e pacientes.

A psicologia, na esteira dessa expansão, incorporou a psicanálise na sua atividade clínica (Russo, 2002, 2004). No entanto, no âmbito do corporativismo profissional, os psicólogos não foram imediatamente bem-vindos às instituições psicanalíticas *oficiais* e os embates entre psicólogos e médicos em torno do monopólio do título de *psicanalista* foram recorrentes nesse período. A International Psychoanalytic Association (IPA) centralizava a formação de novos psicanalistas e investia-se de poder para autorizar filiais pelo mundo, que se submetiam às suas normas. Por outro lado, os psicanalistas difundiam a psicanálise entre os psicólogos clínicos, aceitando-os para análise, supervisão, cursos de formação e grupos de estudo, porém, negando-lhes o título de psicanalista (Figueiredo, 2012b; Oliveira, 2017).

A cidade de Salvador não possuía nenhuma instituição psicanalítica formalizada. No período em que o curso de Psicologia foi implantado, o movimento psicanalítico no país já contava com sociedades de psicanálise e seus respectivos institutos de formação, reconhecidos pela IPA, estabelecidos em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Essas instituições consideravam-se detentoras da psicanálise, reinando acima de outras instituições que despontavam fora dos domínios da IPA. Tinham credibilidade e penetração no meio universitário e intelectual, dominado por personalidades do meio médico-psiquiátrico (Figueiredo, 2012b).

Mas a Bahia não estava no raio de alcance dessa ambição expansionista e monolítica da IPA. Quer por determinismos de ordem geográfica, quer por fatores econômicos, a Bahia ficou de fora desses domínios. A psicanálise que se desenvolveu em Salvador na década de 1970 esteve vinculada a grupos que trabalhavam à margem da

influência da IPA. Destaca-se, nesse período, o grupo do CBP, representado pelo psicanalista didata Carlos Pinto Corrêa, integrante do CBP de Minas Gerais e o grupo de psicanalistas argentinos, capitaneado por Emílio Rodrigué, que aportou em Salvador fugindo da ditadura em seu país.

Os próximos tópicos apresentam uma descrição dos principais fatos e das diferentes instituições e personagens do campo psicanalítico, de modo a demonstrar como se deu o processo de recepção da teoria psicanalítica entre os profissionais do campo *psi* baiano, e da importância da psicologia para o processo de difusão da psicanálise na cidade de Salvador.

A psicanálise no curso de Psicologia

A medicina foi um dos campos nos quais se assentou a construção da psicologia e da psicanálise na Bahia. Se, desde o final do século XIX, os acadêmicos da FMB já incorporavam ideias de cunho psicológico e psicanalítico em seus trabalhos, a tradicional instituição médica baiana continuaria sendo a impulsionadora do campo *psi* ao longo do século XX. Na década de 1960, a Clínica Psiquiátrica passa a ser promotora de cursos, palestras e conferências ministrados pelos docentes e seus convidados, dirigidos aos estudantes de Medicina, porém franqueados a profissionais que atuavam no campo psicológico. Havia um ambiente de abertura teórica e intelectual e um crescente investimento na formação psicoterápica, que aproximara psicólogos e psiquiatras em busca de capacitação na década de 1970, não obstante, o progressivo fechamento político e a restrição das liberdades democráticas vividos no cenário nacional.

Com a implantação do curso de Psicologia, alguns professores do Departamento de Psiquiatria foram transferidos para o Departamento de Psicologia. Iniciava-se um movimento de forte influência

do campo psiquiátrico sobre os rumos da psicologia, sob diversos âmbitos, inclusive formativos, fato que foi bem recebido por todas as instâncias da universidade. Alegava-se a escassez de docentes para atender ao curso e uma demanda crescente dos discentes por formação complementar na área clínica. Atualizando uma interlocução secular, a psicologia, recém-estabelecida, absorveu e incorporou o psiquiátrico, a ele se amalgamando ao longo da década.

Com exceção dos professores psiquiatras, havia uma parte do corpo docente graduada em Filosofia e Pedagogia. Alguns desses professores eram advindos do extinto IDOV e possuíam experiência em avaliação psicológica com uso de testes, aplicados ao trabalho e à educação, professores esses que, por seu turno, também buscavam especialização em psicologia clínica. Além de um corpo docente ainda em formação no campo da clínica, as instalações e equipamentos, como biblioteca e clínica-escola, eram deficitários ou inexistentes. Nesse vácuo formativo, existia um número considerável de estudantes que almejavam a formação psicoterapêutica e eram conduzidos por seus professores médicos às instituições psiquiátricas, onde frequentavam as atividades didáticas e demais eventos.

Assim, a avaliação psicológica, a experimentação e a psicopatologia constituem o tripé sobre o qual se assentou o ensino de psicologia em seus primórdios na Bahia. A abordagem psicopatológica, conduzida pelos docentes psiquiatras do curso, se tornou evidente, tanto nos conteúdos que trabalhavam nas diversas matérias sob sua regência, como também pela exigência que se fazia aos discentes em participarem de seminários e demonstrações clínicas nos serviços psiquiátricos da cidade. Toda a geração de psicólogos formados na década de 1970 participou regularmente de reuniões técnicas, conferências, palestras e cursos, além de fazerem a prática de estágio clínico curricular em instituições psiquiátricas da cidade, sob a supervisão dos professores médicos.

A psicanálise no âmbito acadêmico

A orientação clínico-psicopatológica no curso de Psicologia abria claramente uma porta para a introdução da psicanálise. No âmbito do Departamento de Psicologia, o psiquiatra Luiz Fernando Pinto foi o primeiro professor a mencionar Freud no seu programa de curso. Em 1969, ministrou a disciplina Psicologia do Desenvolvimento e incluiu tópicos da teoria freudiana no conteúdo do semestre letivo, abordando os seguintes pontos: "Formação e desenvolvimento da personalidade segundo a concepção psicanalítica. O princípio do prazer e o princípio da realidade. O Id. Formação e desenvolvimento do Ego e do Superego" e "A teoria freudiana e o desenvolvimento da sexualidade infantil. Autoerotismo. Erotismo oral, anal e genital na criança. O complexo de castração e inveja do pênis e o terror da castração. O Complexo de Édipo".

A partir daí, a psicanálise incrementou gradualmente sua presença em outras disciplinas, embora se limitando ao ensino da teoria psicanalítica e não a sua prática. Em 1970, o professor Caio Flamínio Silva de Carvalho ministrou a disciplina Psicologia da Personalidade, incluindo um tópico intitulado "Teoria psicanalítica: Id, Ego e Superego". Nesse mesmo ano, a professora Mercedes Carvalho abordou um ponto sobre "Teoria Psicanalítica de Freud: a) estrutura da personalidade; b) dinâmica e desenvolvimento da personalidade; e c) Método terapêutico" na disciplina Teorias da Personalidade II. Em 1975, quando a psicologia clínica já havia ganho a preferência dos alunos no momento de optar pela área de estágio, o professor Caio Flamínio ministrou a disciplina Teorias e Técnicas Psicoterápicas I, com discussões sobre "O tratamento psicanalítico, segundo Ana Freud", "A análise infantil, segundo Arminda Aberastury" e a "Abordagem psicanalítica, segundo Melanie Klein". Também no planejamento de estágio clínico para o ano de 1975, promovido pelo professor Jairo Gerbase e realizado no Ambulatório Osvaldo Camargo, estava

previsto um seminário semanal sobre psicanálise. Na parte prática do estágio, os discentes atendiam individualmente dois pacientes sob supervisão do professor, participavam dos grupos terapêuticos do ambulatório e eram orientados a realizarem psicoterapia pessoal.

Resumindo, o lugar central que a psicanálise foi, paulatinamente, assumindo no ensino de psicologia é resultante da combinação de uma diversidade de fatores. Primeiro, a existência da velha tradição clínico-psicopatológica, que facilitou a discussão sobre psicoterapia. Segundo, o fato de que muitos estudantes desejavam se apropriar do saber psicanalítico, por representar, também, uma fonte potencial de clientes e, embora houvesse outras áreas de especialização, como a psicologia industrial e educacional, a maioria dos discentes se orientou pela psicologia clínica. O terceiro fator que favoreceu a inserção da psicanálise no ensino de psicologia foi o modelo teórico oferecido por essa teoria, que era consistente e inovador para o exercício clínico, atraindo os jovens psicólogos em busca de especialização. A partir daí, a psicologia vai encontrar a psicanálise em espaços formativos extramuros, ou seja, em coletivos criados pelos profissionais do campo *psi* baiano para a transmissão da psicanálise, independentes da universidade.

A psicologia e a psicanálise num movimento extramuros

A carência formativa em psicoterapia não era exclusividade dos discentes de Psicologia. Também os psiquiatras pretendiam sanar essa necessidade coletiva por formação no campo terapêutico. Assim, com o intuito de dirimir as limitações e improvisações que caracterizavam a prática psicoterápica na Bahia, psicólogos e psiquiatras se articularam para viabilizar a vinda de profissionais aptos, do ponto de vista teórico e técnico, a capacitar os neófitos na prática psicoterápica na Bahia.

Foi essa demanda dos profissionais do campo *psi* baiano que mobilizou os integrantes da Clínica de Atendimento Psicoterápico e Psicopedagógicos (Clapp), instituição idealizada pelas psicólogas Syra Tahin López e Urânia Maria Tourinho Peres e pela psiquiatra Maria Helena Fontes. A Clapp congregava vários outros profissionais integrantes da Clínica Psiquiátrica no atendimento de crianças e adolescentes nas áreas de psicomotricidade, fonoaudiologia e psicopedagogia. Syra, Urânia e Maria Helena eram professoras do curso de Psicologia. Syra, paulista, formada em psicologia pela PUC/SP, passou a residir em Salvador a partir de 1968. Com formação em psicologia clínica e psicodrama em São Paulo, Syra foi convidada pela psiquiatra Maria Helena Fontes a frequentar as reuniões da Clínica Psiquiátrica e coordenar sessões de psicodrama com o grupo. Urânia Tourinho, além de atuar como docente do curso, também trabalhava na Clínica Psiquiátrica.

Os profissionais que atuavam na Clapp almejavam investir na sua formação técnica profissional em psicoterapia. Para isso, decidiram criar o Núcleo de Estudos em Psicoterapia (NEP), com o fito de realizar um programa de estudo e formação, incluindo análise pessoal e supervisão, além de reduzir o alto investimento que a vinda de profissionais de fora representava. O NEP era dirigido pelas psicólogas Urânia Tourinho e Syra López e integrado por outros profissionais, ligados à Clínica Psiquiátrica, mas de forma independente da instituição médica, como os psiquiatras Aurélio Souza, Josiceli de Freitas, Jessé Accioly, Luís Fernando Matos Pinto e Luís Humberto Pinheiro, dentre vários outros (Coutinho; Moraes, 2007; Silva, 1995).

Os integrantes do NEP convidaram profissionais de outros estados para darem formação à comunidade *psi* em Salvador. Com essa proposta, conseguiram trazer o psicanalista gaúcho Carlos César Castellar Pinto – que fazia parte da SBPRJ, instituição filiada à IPA, além de presidir a Associação de Psiquiatria e Psicologia da Infância e

da Adolescência (Appia) do Rio de Janeiro – para fazer um programa periódico de cursos e supervisão. Nesse período, a Appia promovia no Rio de Janeiro uma formação assistemática para os psicólogos, a partir dos cursos ofertados pelos argentinos ligados à Associação Psicanalítica Argentina (APA), independente do cerco formativo que a IPA fazia aos psicólogos (Figueiredo, 2012a). A convite do NEP, Castellar passou a visitar periodicamente a Bahia, realizando um trabalho de formação com seus integrantes. Dentre os argentinos que vieram à Bahia, trazidos por Castellar, estavam os psicanalistas Eduardo Kalina e Héctor Fiorini, este último vinculado ao campo da psicoterapia breve, além de Emilio Rodrigué e da psicóloga e psicodramatista Martha Berlin.

Os psicanalistas argentinos na Bahia

A primeira experiência de trabalho de Rodrigué e Martha Berlin em Salvador marcou o início da influência argentina na formação dos psicólogos baianos. Tão logo iniciaram seus trabalhos na Bahia, realizaram uma conferência e dois laboratórios, o que agradou de imediato o grupo do NEP. A partir daí, o NEP se organizou em torno desses dois argentinos, iniciando um importante processo de formação e transmissão da psicanálise, que foi fundamental para a consolidação do movimento psicanalítico em Salvador. Emílio Rodrigué relata, em seu livro de memórias *Separações Necessárias,* aquele primeiro momento de encontro com o grupo de psicólogos e psiquiatras que formavam o NEP. Segundo o autor,

> Foi uma paixão recíproca. Decidimos voltar lá durante o verão, para fazer três terapias de grupo. A tarefa prioritária do NEP era importar analistas para iniciar uma formação, mas as numerosas tentativas com as sociedades analíticas

> do Rio e de São Paulo tinham fracassado (Rodrigué, 2006, p. 222).

Rodrigué teve uma trajetória importante como psicanalista em Buenos Aires. Teve formação como psiquiatra e psicanalista kleiniano. Foi analisando de Arnaldo Rascovsky, psicanalista associado à APA. Quando foi morar em Londres, iniciou nova análise, com a psicanalista kleiniana Paula Heimann. Atendeu crianças sob supervisão de Melanie Klein, fez observação de grupos com Bion e supervisão com Winicott. Em 1958 foi para os EUA, onde trabalhou na Clínica Austen Riggs – em Esalen, Califórnia – e publicou, em 1965, o livro *Biografia de uma comunidade terapêutica,* como resultado dessa experiência (Baremblitt, 2008).

Ao retornar à Argentina, Rodrigué foi presidente da APA, entre os anos de 1966 e 1967. A APA estava então consolidada, sobretudo a partir das relações com o dispositivo médico psiquiátrico, autorizada pela IPA desde 1949 e em consonância com o modelo freudiano de certificação dos praticantes da disciplina. Mantinha-se, então, distanciada do campo político, não se pronunciando, institucionalmente, sobre programas ou medidas de governo (Duarte; Fernandes; Rodrigues, 2012; Vezzetti, 2009).

A Argentina estava, então, imersa numa ditadura e a posição de neutralidade política da APA passou a ser questionada por alguns dos seus integrantes e pela sociedade. Denunciava-se os descompromissos sociais da psicanálise. Criticava-se as bases teóricas e funcionais desse modelo ortodoxo de psicanálise e o silenciamento frente às situações de violência política, tortura e mortes no país, como uma forma de abstinência política. Questionava-se a estrutura hierárquica, o elitismo, o monopólio da psicanálise, assim como o sistema de privilégios no âmbito interno da APA (Fernandes; Rodrigues; Duarte, 2012; Figueiredo, 2012b; Vezzetti, 2009).

Em decorrência desses conflitos políticos e ideológicos, houve uma ruptura na instituição. No bojo de uma série de protestos iniciados em paralelo a um Congresso Internacional da IPA, realizado em Roma, em 1969, estava a insatisfação com a formação do psicanalista e seu papel e imagem social. Em Roma estavam psicanalistas argentinos que também construíram sua lista de reivindicações, integrando-se ao movimento batizado de Plataforma Internacional. O grupo Plataforma argentino fazia reivindicações de temas internalistas, mas também sociais. Em paralelo, surgiu outro movimento contestador dentro da APA, denominado Grupo Documento. As relações do grupo Plataforma com a APA foram se desgastando, levando à ruptura. Em seguida, o Grupo Documento também renuncia, desfiliando-se da APA. A cisão apoiava-se no entendimento dos grupos de que, como cientistas e profissionais, não deveriam colocar seus conhecimentos a serviços de ideologias, sem questionar o sistema dominante que explora as classes oprimidas. O grupo Plataforma foi o primeiro grupo de psicanalistas a romper com a IPA por razões declaradamente políticas. Tal ruptura redundou em exílios forçados de membros, discípulos e simpatizantes do grupo Plataforma, fazendo de alguns deles agentes da história do institucionalismo no Brasil (Fernandes; Rodrigues; Duarte, 2012; Peres; Pêpe, 2014; Rodrigué, 2006).

Emilio Rodrigué fazia parte do grupo Plataforma. O grupo se dissolveu algum tempo depois, enquanto a perseguição política de Estado se acirrava no país, levando muitos psicanalistas ao exílio. Como rememora Baremblitt (2008), psicanalista argentino que também se exilou no Brasil, o grupo

> Plataforma funcionou tempestuosamente durante mais ou menos um ano. As rixas internas, expressões do terrorismo de Estado que nos oprimia desde fora, fizeram com que

> Plataforma se autodissolvesse. Nos anos seguintes, vários de nós foram presos, torturados, mortos ou "desaparecidos". Começa assim o êxodo de muitos para o estrangeiro, entre os quais se contou Emilio (Baremblitt, 2008, p. 208).

Diante desse cenário de perseguição política, muitos argentinos imigraram para o Brasil (Coimbra, 1995; Figueiredo, 2012b; Russo, 2002). Para a Bahia, vieram Emílio Rodrigué e Martha Berlin, além de Bernardino Horne, Fernando Ulhoa, Luís Córdoba e Raul Curel, dentre outros (Coutinho; Moraes, 2007). Em solo baiano, os psicanalistas argentinos trouxeram a quebra do modelo médico-clínico, a cisão com a rigidez formativa da APA, a crítica à neutralidade e aos padrões e critérios nas técnicas de atendimento. O rompimento de arranjos tradicionais do fazer psicanalítico não seria possível em outro contexto político, senão aquele que se fazia presente nas sociedades brasileira e argentina da época, sob regimes ditatoriais.

Na Bahia, Rodrigué destacou-se por seu protagonismo no processo inicial de formação e transmissão da psicanálise. Após sua primeira visita de trabalho, Rodrigué foi convidado a continuar realizando formação terapêutica. Juntamente com Martha Berlin passou a residir em Salvador durante seis meses por ano, passando os outros seis meses na Europa. Viveram assim por sete anos, fazendo a formação técnica de psicólogos e psiquiatras baianos. Diante da grande demanda de participantes para os laboratórios e da impossibilidade de atender individualmente, priorizaram as atividades grupais. Rodrigué e Lopes (1986, p. 59) rememoram aquele momento:

> [...] ante um pelotão de 20 aspirantes, a única alternativa possível de formação foi grupal. Cada grupo tinha quatro horas de terapia por semana e uma sessão prolongada bimensal. O contrato era por semestre.

Sua forma de trabalhar rompeu com a hegemonia das sociedades oficiais, questionando a ortodoxia praticada e propondo novas formas de intervenção. Consubstanciado na crítica às instituições APA e IPA e ao confinamento da prática psicanalítica aos consultórios privados, expostas pelo grupo argentino Documento, Rodrigué e os psicanalistas argentinos que aqui aportaram introduziram a democratização efetiva da formação, na qual enfatizava-se a transmissão das teorias e técnicas psicanalíticas, com forte ideologia grupalista, aliadas a uma formação política marxista. Conforme recorda o psicanalista Jairo Gerbase, Rodrigué apresentou à cidade "[...] psicanalistas do tamanho de Erickson, Rappaport, Grinberg, Pichon Rivière, entre outros" (Gerbase, 2014, p. 68).

Junto a sua coterapeuta Martha Berlin, Rodrigué ofereceu uma formação não ortodoxa marcada pela ruptura, do ponto de vista político, teórico e técnico. Introduziram diferentes técnicas que iam da psicanálise aos exercícios reichianos, psicodramatistas e gestálticos. Em seu livro de memórias *Separações Necessárias*, Rodrigué (2006, p. 222-223) repensa sua conduta, considerada heterodoxa e transgressora,

> Os psicanalistas tradicionais nos fizeram pagar nossa falta de ortodoxia. Não podemos chiar, nós não éramos ortodoxos. Cometemos mil imprudências: não fazíamos sessões individuais e, nos grupos, utilizávamos métodos que iam do psicodrama à Gestalt; de Reich à Ida Rolf. Comemos e até dormimos na casa de nossos pacientes. Nosso código de abstinência, diferente dos outros, era gerado pela necessidade. Foi, e não podia ser de outra maneira, uma experiência intensa, escabrosa e enriquecedora. Hoje, nossa transgressão não pareceria tão grave, muita água lamacenta

> correu sob as pontes. Todavia, não creio que teria coragem de fazer tudo de novo.

Rodrigué encerrou seu trabalho com o NEP em 1978. A partir de 1980, passou a viver em Salvador, definitivamente. Na Bahia, escreveu *El Antiyo-yo: nova proposta amorosa*, *A lição de Ondina*, *Ondina, Supertramp* e *Gigante pela própria natureza*. Já na década de 1990, escreveu uma biografia de Freud, em três volumes, traduzido em várias línguas.

Os psicanalistas argentinos que vieram para o Brasil ajudaram a quebrar um padrão que preconizava que a psicanálise deveria ser exercida exclusivamente por médicos. Psicólogos passaram a ser aceitos para a formação em psicanálise, inclusive nas associações mais ortodoxas, produzindo uma demanda crescente por terapia e formação profissional (Figueiredo, 2012b). Para os psicólogos da Bahia, a formação, reconhecidamente heterodoxa, dos psicanalistas argentinos, possibilitou o acesso a novas práticas profissionais no campo psicoterápico na Bahia. A psicanálise trazida por eles, influenciada pela escola inglesa, fortemente marcada pelas teorias de Melanie Klein, distingue-se, especialmente, pelas inovações que introduziram no campo técnico, tais como as terapias breves ou focais. Também se destaca pelo estilo de atendimento que se diferencia pela quebra de certas formalidades nas sessões terapêuticas, no número de sessões, na discussão da neutralidade e em novas abordagens com crianças e adolescentes.

O círculo psicanalítico da Bahia: seus primórdios

Paralelamente à formação do NEP, chegou à Bahia o psicanalista mineiro Carlos Pinto Corrêa. Vinha como analista didata autorizado pelo CBP, instituição fundada pelo psicanalista russo Igor Caruso

(1914-1981). O CBP era vinculado à International Federation of Psychoanalytic Societies (IFPS), instituição alternativa à dogmática IPA. Igor Caruso tinha uma importante atuação no círculo psicanalítico em Viena e sua instituição, de inspiração fenomenológica, havia atraído jesuítas e intelectuais católicos gaúchos que aderiram ao Círculo de Psicologia Profunda desde os anos 1950. O Círculo de Psicologia Profunda, atual CBP, se estendeu para Belo Horizonte e Recife, a partir da década de 1970. Em uma de suas vindas ao Brasil em 1968/1969, Caruso ajudou a consolidar o recém-criado Círculo Psicanalítico de Minas Gerais (CPMG) do qual Carlos Pinto Corrêa fazia parte (Mendes, 2013).

Carlos Pinto Corrêa foi atraído pelo caráter inexplorado do mercado psicanalítico baiano. Chegou a Salvador através de convites de psicólogos e médicos baianos que manifestaram o desejo de fazer formação em psicanálise e mantiveram contato com o CBP de Minas Gerais, através do professor e psicólogo Caio Flamínio. Carlos Pinto havia recebido também um convite do jesuíta ítalo-baiano Carlos Tironi, que fazia sua análise e formação em Belo Horizonte, para ministrar um curso em Salvador. Tironi colocou a Bahia em pauta, mostrando o clima favorável para o deslocamento de um analista didata. A partir dessas sinalizações positivas, Carlos Pinto ministrou um primeiro curso sobre psicanálise no Instituto de Psicologia, instituição criada em 1965, pelo francês Martin Dubois, conhecido como Irmão Dubois, por fazer parte da ordem religiosa Instituto dos Irmãos Maristas. O Instituto de Psicologia, que funcionava dentro da Universidade Católica do Salvador (Ucsal), prestava serviços de testagem psicológica, orientação vocacional, fonoaudiologia, psiquiatria e psicanálise à população que pudesse pagar por esses serviços. O instituto foi fechado em 1977 e é reconhecido como o primeiro Instituto de Psicologia da Bahia (Azevedo; Tranquilli, 2012; Borja, 2017; Coutinho; Moraes, 2007; Galvão, 2002).

Indagado sobre como havia sido o começo do CBP, Carlos Pinto Corrêa rememora, em entrevista concedida em 1993:

> Pela ordem, retomemos a história. Com a constituição do Círculo do Rio de Janeiro, formado por colegas que deixavam a IPA, nós do Círculo de Minas Gerais, fomos tomados por fantasias expansionistas, sensibilizados pela demanda de algumas cidades. Naquela ocasião só existiam sociedades psicanalíticas no Rio, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre. Colegas começaram a reconhecer em mim o possível fundador de um novo círculo. Havia contatos com Curitiba e entendimentos mais avançados com Brasília. Carlos Tironi, um ítalo-baiano que fazia sua análise e formação em Belo Horizonte, colocou a Bahia em pauta, mostrando o clima favorável para o deslocamento do que chamávamos de analista didata. [...] Desde a infância eu tinha uma relação poética com a Bahia, pelas músicas de Dorival Caymmi e depois pelos livros de Jorge Amado. Quando escreveu que "escorre o mistério sobre a cidade como um óleo" deixei-me seduzir. Comecei por um mês de férias, para sentir o chão e o mar. Depois dei um Curso no Instituto de Psicologia, que funcionava na Francisco Ferraro, promovido pelo Tironi. Surgiram os candidatos. No dia 5 de julho de 1972 comecei meu trabalho de analista, já com os planos de fundação do Círculo (Corrêa, 1993).

Carlos Pinto Corrêa iniciou seu trabalho de formação recebendo dois participantes para análise didática: os médicos psiquiatras Eny Iglesias e Luís Fernando Pinto (Galvão, 2002). A partir daí, passou a realizar seu trabalho de formação e transmissão da psicanálise na cidade de Salvador, atendendo analisandos e supervisandos, dentre eles, vários docentes e discentes do curso de Psicologia da FFCH/UFBA.

Transferiu-se definitivamente para Salvador, fundando o Círculo Psicanalítico da Bahia e dando continuidade a uma sólida atividade formativa na cidade. Formou inúmeros grupos, em vários segmentos profissionais ligados ao campo *psi* baiano. Entre os psicólogos, diversos docentes do curso de Psicologia, estudantes e recém-formados foram analisados e supervisionados por ele.

Um traço peculiar do processo inicial de formação dos psicólogos baianos no campo psicanalítico foi a independência em relação ao cerco formativo da IPA. Considerando-se que a recepção da psicanálise na Bahia deu-se através de dois núcleos constituídos pelos psicanalistas argentinos, arregimentados pelo NEP, e pelo psicanalista mineiro Carlos Pinto Corrêa, vinculado ao CBP, é interessante observar que esses agrupamentos pioneiros de formação e transmissão da psicanálise tinham como característica o fato de serem, ambos, signatários, pessoal ou institucionalmente, de uma oposição à IPA. Os principais efeitos da recepção desses grupos, independentes da IPA, foram: o distanciamento das normas rígidas de acesso à psicanálise; um certo ecletismo de teorias e práticas no processo de formação e transmissão; independência institucional e profissional em relação às sociedades psicanalíticas ligadas à IPA; e, por fim, o surgimento de instituições de formação sob a liderança de psicólogos.

A psicanálise expandiu o campo profissional dos psicólogos. Apoiados no projeto político-institucional dos dois grupos instituintes da psicanálise no cenário baiano, os psicólogos ampliaram seu campo de atuação no mercado de trabalho. Uma pesquisa realizada com os psicólogos na década de 1980 mostra que 52,2% dos psicólogos baianos atuavam na psicologia clínica, área que absorvia o maior contingente de psicólogos desde o seu primeiro emprego (Conselho Federal da Psicologia, 1988). Esse dado é resultado de um percurso iniciado na década anterior, com a forte influência da psicanálise

que se institucionalizou na Bahia, à época. Conforme aponta Rudá, Almeida Filho e Coutinho (2015), é a partir da década de 1970, que:

> [...] os saberes psicológicos e os saberes psicanalíticos passam a se confundir, de modo que a imagem da psicanalista cobrando altos honorários em seu consultório particular torna-se uma das principais representações da Psicologia entre as classes média e alta brasileiras (Rudá; Almeida Filho; Coutinho, 2015, p. 68).

Do ponto de vista mercadológico, os principais beneficiários nesse processo de recepção da psicanálise foram os psicólogos. Foi a partir da década de 1970 que novos arranjos possibilitaram a ampliação do campo psicanalítico na Bahia, *pari passu* com o aumento da demanda social por profissionais de psicologia. A psicanálise se tornava, também para a geração de psicólogos que chegava ao mercado, uma carreira promissora.

Mas a inserção da psicanálise no campo psicológico não se deu pacificamente. Por um lado, os críticos questionavam o caráter heterodoxo do trabalho dos argentinos e seus controversos laboratórios de final de semana. Referindo-se à formação dos professores do curso de Psicologia da UFBA, a título de pós-graduação, a professora Mercedes Carvalho afirma em sua dissertação de mestrado que, além da procura por instituições oficiais de ensino, os docentes buscam:

> [...] em alguns profissionais estrangeiros alijados de seu país, uma supervisão que longe está de corresponder aos mínimos princípios éticos e científicos, mas que encontram adeptos incautos e carentes por falta de alternativas de especialização, uma vez que a Universidade não vem cumprindo seu papel (Carvalho, 1979b, p. 189).

Por outro lado, a crítica dos discentes era sustentada no estigma de uma clínica de direita, reacionária, burguesa e elitista atribuído à psicanálise (Oliveira, 2017). Os opositores denunciavam o posicionamento político dos psicanalistas que adotavam o silenciamento e neutralidade diante da situação política do país, ausentando-se dos movimentos de luta estudantil e manifestações, sem jamais criticar a ditadura militar.

A clivagem ideológica que caracterizava o pensamento político em vigor no país se refletia na oposição entre behavioristas e psicanalistas e pode ser compreendida a partir de uma perspectiva histórica mais ampla. Roudinesco e Plon (1998, p. 675) registram no *Dicionário de Psicanálise* – verbete "Rússia (e União Soviética)" que "a partir de 1927, com a supressão da liberdade de associação e a stalinização do sistema soviético, o movimento psicanalítico russo se extinguiu progressivamente[...]". Na Rússia do início do século, Ivan Petrovitch Pavlov (1846-1936) recebeu o Prêmio Nobel (1904) de medicina, como resultado de seus trabalhos sobre a atividade digestiva e o reflexo condicionado. Tais estudos deram origem a um modelo de psicologia materialista, "retomado pelos marxistas, e depois pelo regime comunista, para combater as doutrinas ditas 'espiritualistas', entre as quais a psicanálise" (Roudinesco; Plon, 1998, p. 674). Em 1930, a psicanálise foi erradicada da União da República Socialista Soviética (URSS), apesar de algumas práticas clandestinas, enquanto o modelo pavloviano dominava toda a psicologia. Seu trabalho influenciou o behaviorista Watson, bem como o behaviorista radical Skinner (1904-1990), que estava apenas começando seu estudo de psicologia quando encontrou Watson e Pavlov (Pickren; Rutherford, 2010).

Oliveira (2017) traz essa referência ao citar um embate que ocorreu na Faculdade de Psicologia da USP, entre uma aluna behaviorista e um professor psicanalista.

> [...] a esquerda brasileira seguia os preceitos stalinistas estabelecidos a partir de 1927, que fez com que a psicanálise fosse gradativamente criticada e condenada na URSS, até ser erradicada e condenada como ciência burguesa, nos anos 1940. Uma demonstração clara desse embate ocorreu no interior da clínica da Faculdade de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), notadamente no confronto com posições como as de Iara Iavelberg. Formada em psicologia, essa célebre militante de extrema-esquerda acusava a doutrina de elitista e alienante, e os psicanalistas de reacionários, preferindo, como muitos de sua geração, as correntes da psicologia experimental. Ao que o fundador da psicanálise paulista e professor da clínica, Durval Marcondes replicava: 'Eles querem empregar Skinner nos ratos de Mao Tse-Tung' (Oliveira, 2017, p. 83).

No contexto baiano, as divergências políticas entre os discentes eram atualizadas a cada movimento de luta contra o regime militar. A forte presença dos alunos que aderiam à corrente behaviorista na militância estudantil se contrapunha à posição de distanciamento, assumida pelos discentes afiliados ao movimento psicanalítico. Quanto às instituições psicanalíticas baianas, não é possível afirmar nenhum tipo de perseguição ou de colaboração ao regime durante esse período.

Ao longo deste capítulo, foram demonstradas as evidências resultantes das análises das informações e dos dados obtidos, numa tentativa de compreender o modo como a psicanálise foi recebida pela comunidade acadêmica de psicologia – instituição, docentes e discentes – bem como a circulação dessa teoria, entre os anos 1968 e 1980. Com esse intuito, foram examinados não só o modo de recepção da psicanálise, mas também a vinda dos primeiros psicanalistas a

Salvador, na década de 1970. A análise destacou a influência desses profissionais no processo de formação dos psicólogos do primeiro curso de Psicologia da Bahia, implantado no final da década de 1960, na UFBA, contextualizando o momento político e cultural vivido no Brasil. Compõe esta análise, ainda, uma reflexão sobre as trocas e as práticas que interligaram pessoas e instituições brasileiras e argentinas, evidenciando-se a circulação de ideias e o fluxo de informações que alimentaram uma rede complexa e trocas entre países, estados, culturas, pessoas, psicanalistas e psicólogos. Com isso, o processo de migração, de intercâmbio, de permeabilidade de fronteiras geográficas, culturais e simbólicas surge entre uma análise e outra, o que demonstra a força poderosa das trocas que se fizeram possíveis a partir dessas migrações, permanências, residências, viagens, exílios, registros de memórias e produção intelectual. Uma história que ainda reverbera na psicanálise e na psicologia.

CAPÍTULO 5

A psicologia experimental na Bahia

Aspectos teóricos e políticos[7]

[7] Parte deste capítulo foi publicada em artigo científico: Silva (2021b).

Este capítulo irá analisar o modo como a análise do comportamento foi recebida pelo campo acadêmico da psicologia na cidade de Salvador, no período correspondente aos anos de 1968 a 1980 – campo este compreendido por instituição, docentes e discentes. No que diz respeito à análise do comportamento, a USP será contextualizada, por ter sido uma instituição que muito contribuiu para a formação dos primeiros analistas do comportamento no Brasil. Sua influência foi fundamental no processo de implantação do Laboratório de Psicologia Experimental do curso de Psicologia da FFCH/UFBA, bem como na formação e aperfeiçoamento de seu quadro de professores.

A análise do comportamento no Brasil: contribuição da USP à formação dos primeiros psicólogos da FFCH/UFBA

Na primeira metade do século XX, versões anteriores ao behaviorismo radical de Burrhus Frederic Skinner (1904-1990) já eram recebidas no campo educacional brasileiro. Desde os anos de 1920, educadores brasileiros já haviam se apropriado do pensamento de J.B.Watson através de sua obra *Manifesto Behaviorista* e de conceitos e ideias de importantes autores do condicionamento clássico, como Thorndike e Pavlov (Cirino *et al*., 2013). O interesse pela análise experimental do comportamento continuou em evidência no Brasil nas décadas posteriores e o trabalho de experimentação, envolvendo animais em laboratório, ganhou novos adeptos crescendo o interesse por uma psicologia experimental, integrada ao campo das ciências naturais.

Especificamente em São Paulo, há registros de que foi a partir do médico Paulo Sawaya, então diretor do Instituto de Psicologia da USP – e que concebia a psicologia como uma ciência natural no campo da fisiologia – que surgiram as condições para a recepção da análise do comportamento, bem como para a vinda de Fred Simmons

Keller em 1961 ao Brasil. Sawaya tinha como projeto incrementar o modelo de pesquisa experimental na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP e seu conhecimento sobre os trabalhos de Pavlov, Thorndike e Watson já se evidenciava no capítulo do livro sobre psicologia animal, intitulado *A Psicologia Moderna,* organizado por Otto Klineberg e publicado em 1953 (Domingues, 2019; Miranda, 2010; Miranda; Cirino, 2010).

Assim, a convite de Paulo Sawaya, o professor de psicologia na Universidade de Columbia, EUA, Fred S. Keller veio para o Brasil no ano de 1961 como professor visitante da USP, o que fez desse ano um marco temporal representativo do início da análise comportamental no país. Keller era um pesquisador e professor de análise do comportamento e do behaviorismo radical, desenvolvido pelo psicólogo americano B. F. Skinner, e divulgador dessa filosofia. Keller escreveu, dentre vários outros trabalhos, o livro *Princípios de Psicologia*, em coautoria com W. N. Shoenfeld, em 1950. Durante seu doutoramento em Harvard, concluído em 1931, estudou o comportamento animal, iniciando com tartarugas, depois camundongos e, finalmente, com ratos albinos, utilizando o labirinto experimental como instrumento de estudo, passando, posteriormente, a utilizar a caixa de condicionamento operante, junto com Skinner, de quem foi colega e amigo (Miranda, 2010).

No Brasil, Keller trabalhou inicialmente na USP. Ocupou a cátedra de Psicologia Experimental, entre 1961 e 1962, e foi o precursor do uso do laboratório de condicionamento operante para o ensino da análise experimental do comportamento no Brasil (Matos, 1998; Cirino; Miranda; Cruz, 2012). O laboratório de análise do comportamento e o uso da caixa de condicionamento operante teriam como função didática fazer os estudantes realizarem experimentos e não apenas ler sobre eles, mas, também, de iniciá-los no pensamento

e métodos da ciência de laboratórios (Miranda, 2010; Polanco; Miranda, 2014; Todorov, 2006).

Tão logo se instalou na USP, Keller teve como assistentes os professores Carolina Bori e Rodolpho Azzi, além da estudante de graduação do curso de Psicologia, Maria Amélia Matos. Keller ministrou dois cursos na USP, sendo eles Psicologia Experimental e Psicologia Comparada e Animal, ocasião em que lecionava aulas teóricas e exercícios práticos – estes realizados em um laboratório que construiu juntamente com Rodolpho Azzi. O conteúdo das aulas visava instruir os discentes sobre as bases conceituais da análise comportamental. Esse foi o primeiro contato que docentes e estudantes brasileiros tiveram com a análise do comportamento e seu ensino trouxe importantes desdobramentos para a evolução da psicologia, inicialmente em São Paulo e, em seguida, no restante do país (Pessotti, 1988).

As caixas de condicionamento operante foram adaptadas por Rodolpho Azzi. Posteriormente, foram substituídas por uma versão desenvolvida por Mario Arturo Alberto Guidi, mantendo a finalidade de ensino do aparelho original. Mario Guidi desenhou e construiu o modelo de caixa de Skinner, associando-se à Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino de Ciências (Funbec), comercializando por todo o país os instrumentos e materiais didáticos elaborados pelo Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (Ibecc) (Cirino; Miranda; Souza Júnior, 2012; Domingues, 2019; Jacó-Vilela; Ferreira; Portugal, 2005; Matos, 1998; Miranda, 2010). A caixa de condicionamento operante ou caixa de Skinner, utilizada para fins didáticos,

> [...] tinha importante papel no ensino de Psicologia, no geral, e de Análise do Comportamento, especificamente. Isto porque, permitiria aos estudantes ver o comportamento do animal ser modificado e, não apenas ler a respeito, bem

> como, possibilitaria o desenvolvimento de habilidades de cientista, já que utilizariam um instrumento de laboratório (Miranda; Cirino, 2010, p. 85).

Depois de sua passagem pela USP, Keller retornou aos EUA, e, em 1963, foi convidado por Carolina Bori a retornar ao Brasil. Desta vez, para integrar o corpo docente do Departamento de Psicologia da UnB, que estava se formando naquele momento. Integraram esse grupo, os professores Carolina Bori, como presidente, Fred Keller, Rodolpho Azzi, John Gilmour Sherman e Isaías Pessotti, dentre outros. Alguns assistentes de ensino e estudantes de graduação, como Maria Amélia Matos, foram para a Universidade de Colúmbia, a fim de se aperfeiçoarem e retornar a Brasília para fazer parte do corpo docente (Matos, 1998; Cândido, 2014).

Durante o processo de implementação do Departamento de Psicologia da UnB, assim como na assessoria a Darcy Ribeiro nos projetos e organização dos cursos de formação básica, o grupo de professores de psicologia da UnB propôs o Personalized System of Instruction (PSI) e a implantação de um laboratório de análise do comportamento. O PSI, traduzido como Sistema Personalizado de Ensino, é uma metodologia de ensino embasada em princípios da análise do comportamento, que surgiu como uma variante da Instrução Programada desenvolvida por Skinner. Tornou-se conhecida na década de 1950 como um material instrucional para o ensino planejado, tendo se disseminado por vários países e ganhado variações no Brasil. Dentre essas variações, destaca-se o Sistema Personalizado de Ensino idealizado pelos professores Fred Simmons Keller, John Gilmour Sherman, Rodolpho Azzi e Carolina Bori, que passou a ser utilizado como uma tecnologia mais ampla, envolvendo decisões sobre o processo de ensino. O PSI foi completamente desenvolvido para a UnB e, durante a década de 1970, passou a ser adotado em

todo o país (Domingues, 2019; Matos, 1998; Todorov, 2006; Todorov; Moreira; Martone, 2009).

Enquanto os processos de ensino de psicologia se desenvolviam no Brasil, influências políticas interferiam nos centros acadêmicos provocando crises na evolução da docência. Logo após o golpe militar e início da Operação Limpeza nas universidades, a UnB foi ocupada por policiais militares e Exército. Vários professores e estudantes foram presos, inclusive o professor Rodolpho Azzi. Em 19 de outubro de 1965, 223 professores pediram demissão coletiva, dentre eles, os seguintes professores de Psicologia: Carolina Martuscelli Bori (coordenadora do Departamento), Alcides Gadotti, Isaías Pessotti, Luís Otávio Seixas de Queiroz, Maria Helena Guedes, Maria Tereza de Araújo Menezes, Mário Guidi, Mariza Antônia Gurgel Azzi, Marize Bezerra Jurberg e os professores visitantes Robert Norman Berryman, Jean Nazzaro e Russel Nazzaro (Salmeron, 1999). Em artigo mais recente, Todorov e Hanna (2010, p. 147) afirmam que "dos professores de psicologia então em exercício, só Robert Berryman permaneceu".

Após sua saída da UnB, Carolina Bori retornou à USP e passou a comandar o centro de formação em análise do comportamento. Ajudou a criar e estruturar o Departamento de Psicologia Social e Experimental do Instituto de Psicologia daquela universidade e montou projetos de planejamento e construção de protótipos para equipamentos de ensino e pesquisa no campo da psicologia experimental, psicologia sensorial, psicofísica, psicologia da aprendizagem e análise experimental do comportamento (Todorov; Hanna, 2010).

Carolina Bori foi, na década seguinte, uma grande divulgadora do Sistema Personalizado de Ensino. Ensinou diversos alunos a programarem o ensino através do que chamou Curso Programado Individualizado (CPI). Posteriormente, Bori deu um rumo inteiramente novo ao Sistema Personalizado de Ensino elaborado por Keller, ao

propor e implementar a Análise de Contingências na Programação de Ensino (ACPE). A versão de Keller voltava-se para a análise de textos a serem estudados e na avaliação, enquanto a ACPE focava na análise de habilidades e conhecimentos, que seriam necessários para o exercício de uma atividade, bem como no planejamento das condições de ensino favoráveis à sua aquisição (Domingues, 2019; Matos, 1998). Referindo-se à ACPE, Maria Amélia Matos faz a seguinte análise:

> [...] marcou inúmeras gerações de analistas do comportamento "bedesianos" (isto é, que passaram pela pós-graduação em Psicologia Experimental quando esta era ministrada no famoso Bloco 10, sede do Departamento de Psicologia Experimental da USP, na Cidade Universitária). Esta opção representava uma maneira particular de Carolina considerar a programação de ensino. Centrava-se na identificação e análise das diversas contingências envolvidas nos diferentes objetivos de ensino, e na programação de atividades que garantissem essas contingências. Nesse sentido, realizava uma cuidadosa análise comportamental desses objetivos e realmente revolucionou não só o ensino em Psicologia Experimental, mas também em outras áreas, como a Física, Química, Engenharia, Arquitetura etc. Eu diria mesmo que esta ênfase particular que Carolina imprimiu ao Método Keller mudou-o radicalmente, de um método para organizar um curso e ministrar aulas, em uma poderosa técnica de planejamento de condições de ensino (Matos, 1998, p. 3-4).

A psicologia experimental foi, gradativamente, tornando-se "quase sinônimo" de ensino de análise experimental do comportamento. Expandiu-se pelo país, tendo o ensino e a pesquisa básica com

animais como as mais fortes condições iniciais para isso (Matos, 1998). O florescimento da análise do comportamento e o estabelecimento dos laboratórios estão associados, por um lado, à obrigatoriedade do ensino de psicologia experimental, dada pelo currículo mínimo e, por outro, à preocupação, por parte da comunidade acadêmica e profissional em fornecer um caráter científico e, portanto, socialmente legitimado à nova profissão. Desse modo, pode ser adotada nas universidades brasileiras, principalmente na sua modalidade didática, conquistando espaço nos departamentos e institutos de Psicologia, como a USP, a UnB, a PUC/SP, a UFPA e a UFMG (Antunes, 2006; Matos, 1998; Miranda, 2010; Todorov, 2006; Todorov; Hanna, 2010).

Na UFBA, como apresentado a seguir, a contribuição de Carolina Bori e de outros docentes da USP, como Mario Guidi e Maria Amélia Matos é incontestável. Contribuíram desde os primeiros anos para a formação e estruturação do curso, a implantação do Laboratório de Psicologia Experimental e a formação das primeiras gerações de docentes e analistas do comportamento.

O laboratório didático de psicologia experimental do curso de Psicologia da FFCH/UFBA

A ciência é uma atividade coletiva e organizada em locais e por meio de instituições. No campo da historiografia das ciências, instituições como os laboratórios e seus equipamentos têm sido objetos de estudo a partir da perspectiva dos aspectos sociais, institucionais, culturais e econômicos a eles relacionados (Latour; Woogar, 1997; Pestre, 1996). Na história da psicologia, os laboratórios foram descritos inicialmente de modo celebrativo e cerimonialista. Tal modelo memorialista de fazer a história dos laboratórios e de seus instrumentos passou a ser revisto, em face de seu caráter acrítico e descontextualizado. Contemporaneamente, os laboratórios voltaram a ser objetos de interesse

da história da psicologia, e pesquisadores têm valorizado sua contribuição para a organização e a institucionalização da psicologia como disciplina autônoma (Miranda; Cirino, 2016). As discussões sobre os laboratórios e seus instrumentos se amparam na história da ciência, alicerçado nos estudos sociais da ciência e, além das pesquisas que apontam os aspectos disciplinares envolvidos na criação de laboratórios de psicologia, procura-se investigar, ainda, como tais laboratórios responderam às demandas locais de suas comunidades (Pickren; Rutherford, 2010).

Os laboratórios de psicologia podem ser estudados sob diversos aspectos. Dentre eles destaca-se: a) materialidade: sua estrutura física, organização de salas e equipamentos, que permitem compreender a recepção e a circulação de conhecimentos psicológicos, a nível local; b) função didática: através dos artefatos utilizados no processo de treinamento; as estratégias didáticas de difusão de conhecimentos; as práticas para treinar novos membros da comunidade; as propostas de ensino em vigor, os experimentos e os conteúdos didáticos, como currículos, ementas e programas; c) mecanismos de criação de comunidades: através da identificação de seus atores sociais – pesquisadores, professores, estudantes ou agências de fomento – e interesses nas disputas da ciência, envolvendo aspectos políticos, econômicos e culturais; d) usos sociais e simbólicos: a partir das funções que os instrumentos de laboratórios adquirem, diversos da formulação teórica que os produziram e de como as pessoas os utilizaram e os descartaram; e) produção de conhecimento: através da observação das relações entre laboratório, instrumentos e teorias que indicam como contribuíram para a configuração de novos domínios de conhecimento (Miranda; Cirino, 2016).

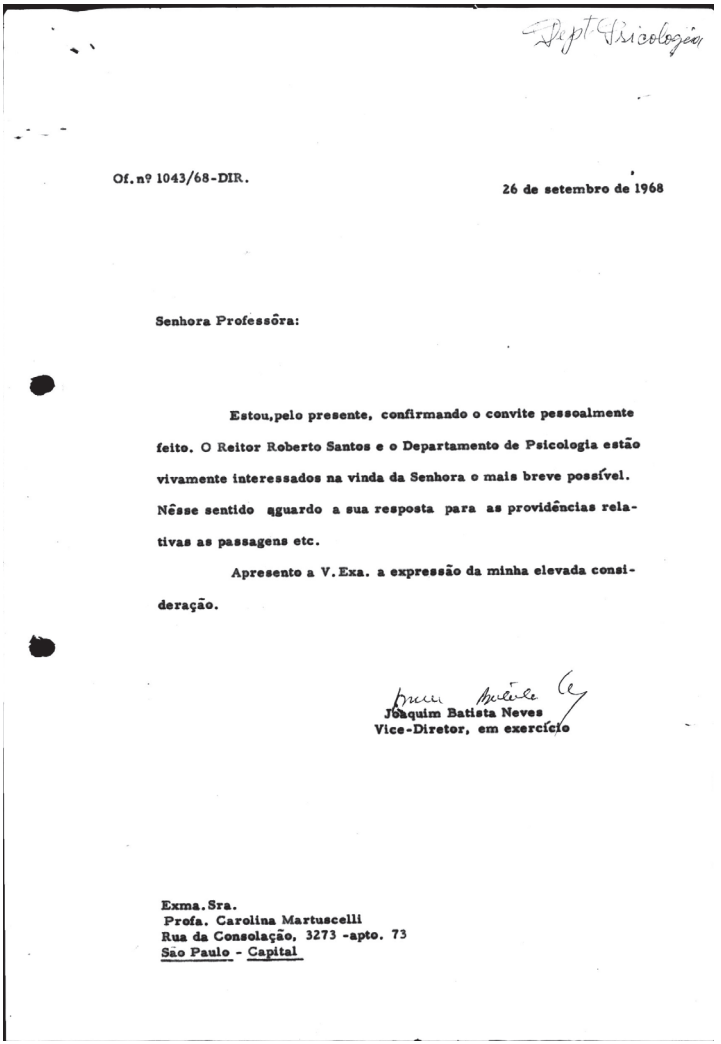
No Brasil, os pesquisadores têm demonstrado que os laboratórios de psicologia tiveram um papel didático importante para a formação em psicologia experimental. Como tal, têm sido estudados acerca de

suas potencialidades e adequação ao ensino na graduação de psicologia. Há estudos que evidenciam a recepção e a circulação de conhecimentos psicológicos através da instalação do laboratório como ferramenta didática, destacando a prevalência do uso das caixas de Skinner nos laboratórios de psicologia experimental e a relevância da recepção da análise do comportamento para o campo educacional no Brasil (Cirino; Miranda; Cruz, 2012; Cirino; Miranda; Souza Júnior, 2012; Domingues, 2019; Miranda, 2010, 2014; Miranda; Cirino, 2010).

Na Bahia, o laboratório didático de psicologia experimental do curso de Psicologia da FFCH/UFBA esteve, desde seu projeto de implementação, fortemente vinculado aos psicólogos formadores de análise do comportamento da USP. Os primeiros contatos com Carolina Bori, no sentido de convidá-la a assessorar no processo de instalação do laboratório, tiveram início em setembro de 1968 (Figura 8). O vice-diretor em exercício da FFCH, Joaquim Batista Neves, ratificou por ofício o convite feito pessoalmente e acrescentou: "O Reitor Roberto Santos e o Departamento de Psicologia estão vivamente interessados na vinda da Senhora o mais breve possível".

Carolina Bori respondeu em outubro, conforme demonstra a Figura 9, informando o recebimento do Ofício nº 1043/68 e sugerindo um encontro para o final daquele mesmo mês com os professores do Departamento de Psicologia da UFBA.

Em novembro, Bori escreveu uma extensa carta composta de quatro páginas, a Batista Neves, na qual deu ciência do resultado da reunião com o grupo de professores e alunos do curso e apresentou uma proposição para iniciar a implantação do Laboratório de Psicologia Experimental (Anexo B). Bori detalha nessa carta que o laboratório pensado pelo grupo "[...] deveria permitir o ensino de Análise Experimental do Comportamento ao nível de introdução e ser suficientemente flexível para servir também à pesquisa".



Dept. Psicologia

Of. nº 1043/68-DIR.

26 de setembro de 1968

Senhora Professôra:

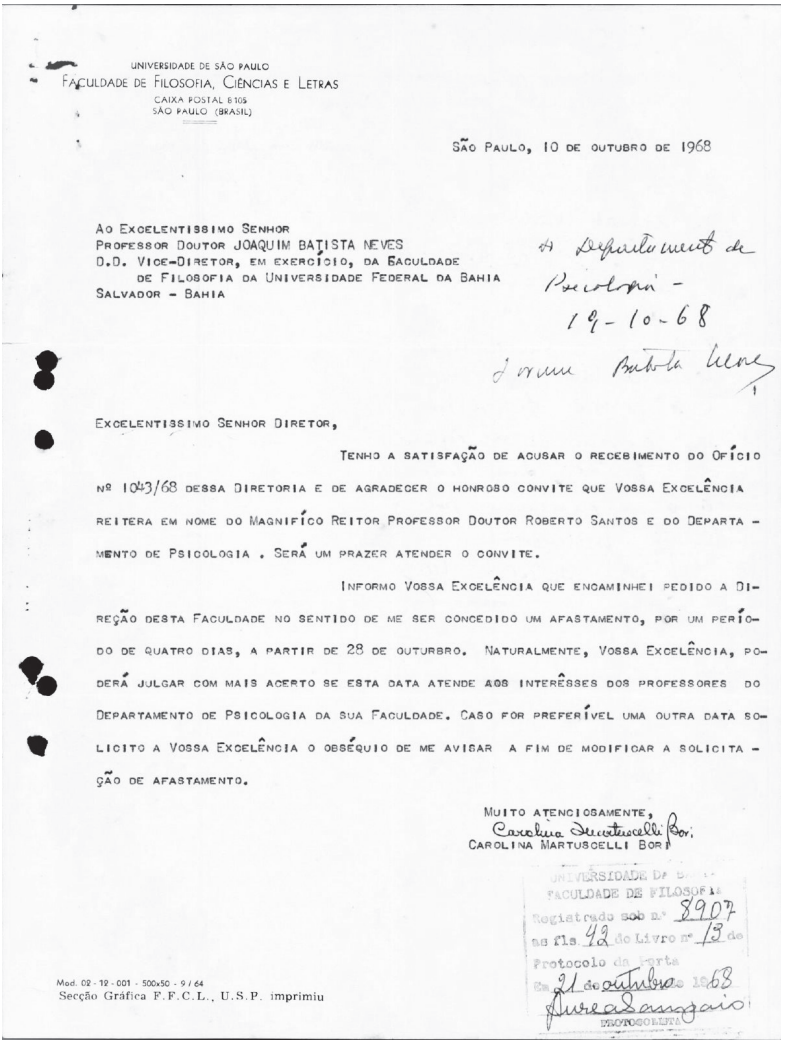
Estou, pelo presente, confirmando o convite pessoalmente feito. O Reitor Roberto Santos e o Departamento de Psicologia estão vivamente interessados na vinda da Senhora o mais breve possível. Nêsse sentido aguardo a sua resposta para as providências relativas as passagens etc.

Apresento a V. Exa. a expressão da minha elevada consideração.

Joaquim Batista Neves
Vice-Diretor, em exercício

Exma. Sra.
Profa. Carolina Martuscelli
Rua da Consolação, 3273 -apto. 73
São Paulo - Capital

Figura 8
Primeira correspondência oficial entre Joaquim Batista Neves e Carolina Bori
Fonte: arquivos CAD/UFBA.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS
CAIXA POSTAL 8105
SÃO PAULO (BRASIL)

SÃO PAULO, 10 DE OUTUBRO DE 1968

AO EXCELENTISSIMO SENHOR
PROFESSOR DOUTOR JOAQUIM BATISTA NEVES
D.D. VICE-DIRETOR, EM EXERCÍCIO, DA FACULDADE
DE FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
SALVADOR - BAHIA

Ao Departamento de Psicologia -
19-10-68

EXCELENTISSIMO SENHOR DIRETOR,

TENHO A SATISFAÇÃO DE ACUSAR O RECEBIMENTO DO OFÍCIO Nº 1043/68 DESSA DIRETORIA E DE AGRADECER O HONROSO CONVITE QUE VOSSA EXCELÊNCIA REITERA EM NOME DO MAGNIFÍCO REITOR PROFESSOR DOUTOR ROBERTO SANTOS E DO DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA . SERÁ UM PRAZER ATENDER O CONVITE.

INFORMO VOSSA EXCELÊNCIA QUE ENCAMINHEI PEDIDO A DIREÇÃO DESTA FACULDADE NO SENTIDO DE ME SER CONCEDIDO UM AFASTAMENTO, POR UM PERÍODO DE QUATRO DIAS, A PARTIR DE 28 DE OUTURBRO. NATURALMENTE, VOSSA EXCELÊNCIA, PODERÁ JULGAR COM MAIS ACERTO SE ESTA DATA ATENDE AOS INTERÊSSES DOS PROFESSORES DO DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA DA SUA FACULDADE. CASO FÔR PREFERÍVEL UMA OUTRA DATA SOLICITO A VOSSA EXCELÊNCIA O OBSÉQUIO DE ME AVISAR A FIM DE MODIFICAR A SOLICITAÇÃO DE AFASTAMENTO.

MUITO ATENCIOSAMENTE,
Carolina Martuscelli Bori
CAROLINA MARTUSCELLI BORI

UNIVERSIDADE DE S... PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA
Registrado sob n.º 3907
as fls. 42 do Livro nº 13 de
Protocolo de carta
Em 21 de outubro de 1968
Aurea Sassagaio
FOTOCOLETA

Mod. 02 - 12 - 001 - 500x50 - 9 / 64
Secção Gráfica F.F.C.L., U.S.P. imprimiu

Figura 9 Carta emitida pela professora Carolina Bori
Fonte: arquivos CAD/UFBA.

O grupo também definiu a introdução de uma metodologia científica para a disciplina Psicologia Geral e Experimental, que serviria de apoio para o treinamento dos estudantes no campo da experimentação, baseada nos princípios de análise experimental do comportamento. A partir dessa reunião com o grupo de professores e alunos, registrada por Bori em sua carta para Batista Neves, ficou definida a vinda de um professor da USP para instalar o laboratório e treinar pessoal, bem como a compra dos equipamentos diretamente da Funbec.

Em sua carta, Bori deu orientações detalhadas, sugerindo a escolha do espaço, assim como considerou a possibilidade de que os exercícios de laboratório fossem realizados por subgrupos de alunos, com base no número de vagas do curso. Sobre o espaço para instalação do laboratório, sugeriu que a sala devesse conter dez mesas de trabalho e que possuísse uma área de 35 m², com piso fácil para limpeza e iluminação controlada por persianas. Além da sala do laboratório, especificou também o espaço para o biotério, para abrigar os animais necessários aos exercícios a serem realizados pelos alunos nos dois primeiros semestres do curso, que deveria ter, pelo menos, quinze metros quadrados, para conter duas galerias de gaiolas. Sugeriu, da mesma forma, que fossem evitados lugares úmidos e pouco ventilados e que sempre contassem com a instalação de exaustor de ar. Sobre os móveis que seriam instalados no laboratório, a professora indicou a confecção de 13 mesas de 1,20 x 0,70 m, de fórmica ou outro material que pudesse ser limpo com água ou desinfetante, sendo que, conforme indicou em sua correspondência, deveriam ser onze mesas para o laboratório "[...] uma para cada um dos conjuntos de condicionamento operante e uma para o instrutor do curso [...]", além de duas mesas para o biotério, uma para a balança e pesagem dos animais e outra para o fichário e anotações dos alunos. Bori argumentou sobre a importância do uso de mesas com boa estabilidade "[...] para não se constituírem em uma variável pouco controlável [...]",

especificou, também, a rede de instalação elétrica e a quantidade de tomadas suficientes para cada uma das mesas – que deveriam ter de três a quatro tomadas – e uma chave geral para controle da rede elétrica do laboratório e estabilidade de voltagem. Carolina Bori ainda detalhou informações sobre os equipamentos e sua forma de aquisição, acrescentando que a Funbec dispunha de balança para pesagem de ratos e do modelo de galeria de gaiolas, sob encomenda. Cada conjunto de equipamento seria composto de câmara ambiente, painel de controle manual e automático, cronômetro elétrico, painel de luz e dispositivo para lâmpada, estimulador de choque, registrador gráfico e duas galerias de 30 gaiolas cada para abrigar o número de animais necessários para os alunos do curso. Sobre o material bibliográfico para as aulas, a professora indicou quatro títulos, a saber: *Princípios da psicologia*, de Keller e Schoenfeld (1968); *A análise do Comportamento*, de Holland e Skinner (1969) – ainda em vias de publicação no Brasil na época da carta; *Ciência do comportamento humano*, de Skinner (1966); e *Manual de exercícios de laboratório*, de Guidi e Bamermeister (1967).

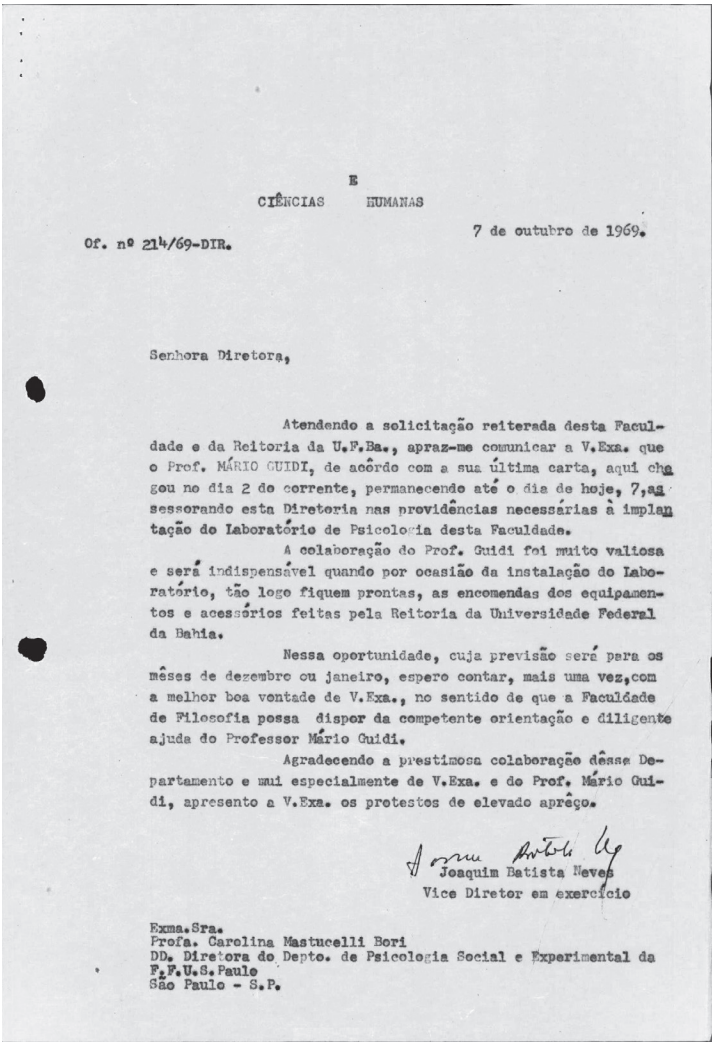
Os trâmites para a instalação do laboratório de psicologia na UFBA tiveram continuidade no início de 1969. O professor Manoel Carlos Cavalcanti de Mendonça foi a São Paulo tratar diretamente com a professora Carolina Bori. Nesse ínterim, o reitor Roberto Santos autorizou a aquisição do laboratório e o início da instalação e funcionamento, de acordo com as orientações fornecidas por Bori. Mas a diligência a São Paulo teve entraves. Batista Neves registrou as dificuldades que surgiram por falta de informações detalhadas do pedido do material para o laboratório e afirmou só ser possível a aquisição quando o pedido contivesse tudo discriminado detalhadamente. O pedido que fora feito não satisfez as exigências mínimas requeridas, inclusive teria que ser chamado um arquiteto para fazer um estudo do local e apresentar planta baixa para que fosse enviado

junto aos demais detalhes do referido pedido. O professor Manoel Carlos argumentou que houve falta de comunicação e pediu que alguém fosse designado a ir se inteirar da verdade sobre o assunto em São Paulo para entender o que ocorreu. O professor Batista Neves afirmou que o importante seria conseguir comprar os aparelhos para o laboratório e insistiu que alguém teria que refazer tudo. Ficou resolvido que seria solicitado a vinda do responsável pelas aulas no laboratório antes mesmo da sua aquisição. Batista Neves não ficou satisfeito com o andamento das transações e logo encaminhou um ofício à professora Carolina Bori em que comentou sobre, "[...] o problema do laboratório não tem sido bem encaminhado [...]". Reconhecendo as dificuldades existentes pela falta de assistência e assessoramento, pediu a indicação de uma pessoa para vir imediatamente a Salvador, seja um assistente ou um professor para passar uma temporada na Bahia.

Assim, em 2 de outubro de 1969, chegou à Bahia o professor Mário Guidi (Figura 10), permanecendo em Salvador por cinco dias, ocasião em que assessorou nas providências necessárias à implantação do Laboratório de Psicologia Experimental.

Ao final de sua visita, Guidi preparou um parecer, informando que examinou os locais de possível instalação do Laboratório de Psicologia Experimental na Faculdade de Medicina, onde funcionava a FFCH, elegendo como o melhor local para a instalação o espaço então ocupado pela disciplina de Fisiologia, por ter área disponível, adequada disposição das salas e um biotério já instalado. Mário Guidi apresentou uma lista de aparelhos a serem adquiridos da Funbec (Figura 11), em São Paulo, se comprometendo a enviar futuramente mais detalhes para a construção de 20 mesas para instalação dos aparelhos (Anexo C).

Em 31 de dezembro de 1969, Batista Neves encaminhou o Ofício nº 491/69-DIR, no qual solicitou à Reitoria da UFBA a dispensa de concorrência e licitação pública para aquisição do material destinado ao



E
CIÊNCIAS HUMANAS

Of. nº 214/69-DIR. 7 de outubro de 1969.

Senhora Diretora,

Atendendo a solicitação reiterada desta Faculdade e da Reitoria da U.F.Ba., apraz-me comunicar a V.Exa. que o Prof. MÁRIO GUIDI, de acôrdo com a sua última carta, aqui chegou no dia 2 do corrente, permanecendo até o dia de hoje, 7, assessorando esta Diretoria nas providências necessárias à implantação do Laboratório de Psicologia desta Faculdade.

A colaboração do Prof. Guidi foi muito valiosa e será indispensável quando por ocasião da instalação do Laboratório, tão logo fiquem prontas, as encomendas dos equipamentos e acessórios feitas pela Reitoria da Universidade Federal da Bahia.

Nessa oportunidade, cuja previsão será para os mêses de dezembro ou janeiro, espero contar, mais uma vez, com a melhor boa vontade de V.Exa., no sentido de que a Faculdade de Filosofia possa dispor da competente orientação e diligente ajuda do Professor Mário Guidi.

Agradecendo a prestimosa colaboração dêsse Departamento e mui especialmente de V.Exa. e do Prof. Mário Guidi, apresento a V.Exa. os protestos de elevado aprêço.

Joaquim Batista Neves
Vice Diretor em exercício

Exma.Sra.
Profa. Carolina Mastucelli Bori
DD. Diretora do Depto. de Psicologia Social e Experimental da
F.F.U.S.Paulo
São Paulo - S.P.

Figura 10
Correspondência oficial entre Joaquim Batista Neves e Carolina Bori
Fonte: arquivos CAD/UFBA.

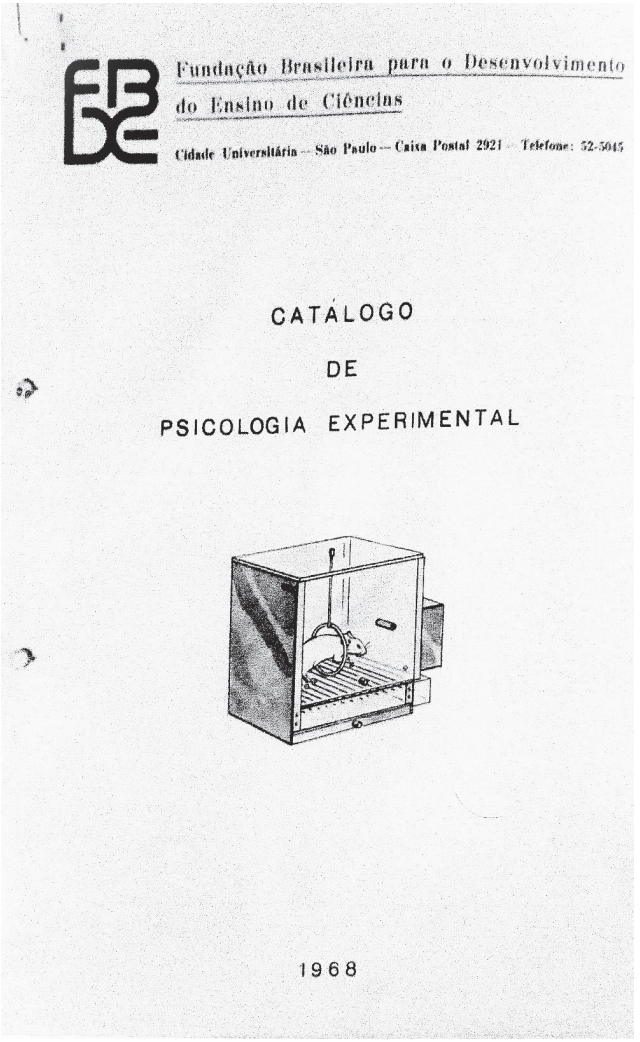


Figura 11
Capa do catálogo de aparelhos para instalação de laboratórios de psicologia experimental – Funbec – 1968

Fonte: arquivos CAD/UFBA.

Laboratório de Psicologia Experimental, argumentando "[...] que a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino de Ciências é a empresa única e exclusiva fabricante e fornecedora". Só em agosto de 1970 o material para instalação do Laboratório de Psicologia Experimental foi embarcado em São Paulo para ser, finalmente, instalado em março de 1971, ao custo, à época, de CR$90.000,00 (noventa mil cruzeiros). Assim, após todos os trâmites legais e burocráticos, o primeiro Laboratório de Psicologia Experimental do curso de Psicologia da UFBA foi instalado, em um espaço construído nos fundos da antiga FMB, no Terreiro de Jesus, prédio que abrigou a FFCH entre os anos de 1970 e 1974. O laboratório continha uma sala de professores com 13,59 m², uma sala de preparação de experimentos com 10,83 m², um biotério com 12,48 m² e um laboratório de 31,25 m².

O Laboratório de Psicologia Experimental da UFBA era esperado e necessário, do ponto de vista legal, para a plena implantação do curso de Psicologia e para a consecução de sua formação didática. E, assim como a implantação do curso de Psicologia, no que tange a sua estrutura curricular, programas de ensino, conteúdos, bibliografias e até mesmo a carga horária de cada disciplina, o Laboratório de Psicologia Experimental da UFBA foi sendo gestado, construído e adaptado paulatinamente.

A disciplina Psicologia Geral e Experimental era ministrada de forma parcial, contemplando apenas parte dos conteúdos (Carvalho; Moraes, 1998). Pela inexistência, naquele momento, do Laboratório de Psicologia Experimental, necessário para que se pudesse abordar os conteúdos básicos da aprendizagem de acordo com os princípios da análise experimental do comportamento, a professora Mercedes ministrou a disciplina apenas com conteúdo teórico da Psicologia Geral. O plano da disciplina Psicologia Geral, iniciado em 1968, foi dividido em cinco unidades e tratava sobre:

I. Evolução histórica do objeto da psicologia, Métodos, procedimentos e técnicas de investigação, Análise e observação, Conceito e classificação dos fatos psíquicos;
II. Afetividade – tônus afetivo e emoções;
III. Atividade – reflexos, instintos, hábitos, volições;
IV. Inteligência, percepção e pensamento;
V. Comunicação, expressão e linguagem.

Em 1970, a disciplina do currículo mínimo Psicologia Geral e Experimental foi desdobrada. Por força de uma alteração na grade curricular do curso de Psicologia da UFBA, as disciplinas Psicologia Geral e Experimental I, II, III e IV passaram a ter 90 horas/aulas cada. Naquele ano, a primeira turma do curso de Psicologia, que já estava no terceiro ano de curso, ainda aguardava um professor que pudesse ministrar essas disciplinas.

Carolina Bori indicou as professoras Marilena Ristum e Márcia Regina Bonagamba para ministrarem as disciplinas de Psicologia Geral e Experimental (Carvalho; Moraes, 1998). Elas eram formadas pelo Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia de Ribeirão Preto (SP). Marilena Ristum havia sido aluna de iniciação científica de Isaías Pessotti durante a graduação.

Marilena e Márcia foram contratadas em Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP). Na época, eram as únicas professoras com dedicação exclusiva entre os docentes do curso. O trabalho que lhes foi atribuído consistia em ministrar as disciplinas Psicologia Geral e Experimental I e II às turmas do 3º e do 4º ano, elaborar um projeto de pesquisa que seria realizado no decorrer do ano letivo e apresentar o relatório desse trabalho ao final do período contratual. As disciplinas envolviam aulas teóricas e práticas, essas últimas realizadas no Laboratório de Psicologia Experimental,

fundamentadas na análise do comportamento. Vieram para assumir a coordenação do Laboratório de Psicologia Experimental e contaram com o apoio das professoras Regina Glória Nunes Andrade e Êgle Vieira Duarte, além de uma equipe de monitores que se formou ao longo do ano letivo.

Havia poucos livros ou apostilas na biblioteca para fundamentar os conteúdos das aulas. O material de consulta foi produzido pelas professoras a partir dos livros que haviam trazido na mala. Esse material produzido pelas professoras era mimeografado e distribuído semanalmente aos alunos. As aulas práticas, realizadas no Laboratório de Psicologia Experimental, eram fundamentadas na análise do comportamento. As aulas, inicialmente programadas para serem ministradas segundo os princípios que regiam o Ensino Programado Individualizado, propostos por Skinner e concretizados no livro *A análise do comportamento* (Holland; Skinner, 1969), não ocorreram como esperado. O grande número de alunos, em torno de 80 por turma, exigiu adaptações da proposta, de forma que a individualização fosse substituída por uma situação grupal.

Por vezes, o número insuficiente de equipamentos exigia que os exercícios fossem feitos em duplas. Também havia poucas gaiolas do biotério para a quantidade de alunos e as professoras colocavam dois ratos em uma única gaiola. Contavam com o auxílio de monitores, três oficiais e alguns outros voluntários. Porém nenhum deles havia cursado a disciplina, pois ela nunca havia sido ministrada. Para minimizar o problema, as professoras treinavam previamente os monitores e, desse modo, ajudavam na supervisão dos exercícios. Mesmo em condições tão precárias, Marcia Bonagamba e Marilena Ristum desenvolveram projetos de pesquisa, destacando-se o trabalho com abelhas.

O contrato com as professoras, previsto para o ano letivo de 1972, se encerrou e elas decidiram retornar a São Paulo. Nesse ano,

chegaram as professoras Vera Regina Lignolli Otero e Marlene Aparecida González, que também retornaram após um ano de trabalho no laboratório. Em 1972, a professora Vera Otero apresentou um trabalho conjunto com Isaías Pessotti, também com abelhas, na II Reunião da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, intitulado "Punição durante a extinção em Melipona Quadrifasciata Anthidioides". Vera Otero registrou o trabalho nos anais, vinculando-se à Universidade Federal da Bahia.

Nesse período, a professora Carolina Bori intercedeu mais uma vez para indicar uma professora para o Laboratório de Psicologia Experimental. Sugeriu o nome de Anamélia Araújo de Carvalho, que havia sido orientanda de Maria Amélia Matos no mestrado em Psicologia Experimental na USP. Proveniente da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Anamélia esperava a implantação do curso de Psicologia no seu estado, quando recebeu o convite da professora Carolina Bori, decidindo, então, assumir a coordenação do laboratório e o ensino da disciplina de Psicologia Experimental da UFBA, em 1973.

Anamélia ingressou como professora no segundo semestre de 1973 e o laboratório didático de psicologia experimental pode iniciar sua efetiva instalação no *campus* de São Lázaro, em 1974. Naquele momento, o Laboratório de Psicologia Experimental era o único laboratório do curso (Rocha; Moraes; Carvalho, 2010).

O Laboratório de Psicologia Experimental, em São Lázaro, foi instalado numa construção térrea da faculdade. De uso exclusivo do laboratório, o edifício era formado por quatro salas, sendo duas maiores – onde grupos de 15 a 20 alunos realizavam seus trabalhos com animais – um pequeno biotério, dois sanitários e uma sala de aula com capacidade para 30 alunos, de acordo com o relatório da comissão de avaliação do curso. Conforme descreve o professor Simões (1990, p. 64),

> [...] O laboratório de psicologia e o biotério minúsculo foram instalados em São Lázaro num pavilhão pequeno e despojado ulterior construção-piloto protótipo de escola para [...] baixa renda, de fácil, rápida e barata execução, em placas de cimento as paredes, acimentado o piso e em cimento e amianto o telhado. O forro foi colocado Eucatex, por necessidade de isotermia.

A "pobreza" do Laboratório de Psicologia Experimental foi considerada um dos pontos deficitários do curso. No momento da aprovação pela comissão de avaliação do CFE (Brasil, 1978), conforme detalhado no relatório da comissão de avaliação, o conjunto de equipamentos existente era composto por

> [...] 16 Caixas de Skinner, completas, instaladas e em funcionamento, além de aproximadamente duas dezenas de outras caixas incompletas ou com circuitos danificados. Para a manutenção dos aparelhos não há pessoa qualificada, recorrendo-se a professores de outras unidades quando algum reparo ou adaptação se faz necessário.

Após a chegada da professora Anamélia, alguns ex-alunos do curso foram contratados como docentes, assumindo, junto com ela, o ensino da disciplina Psicologia Experimental. Dentre eles, o professor Ildenor Mascarenhas Cerqueira, egresso da primeira turma, aluno monitor de Marilena Ristum. Ildenor fez mestrado na USP e, na segunda metade da década de 1970, passou a coordenar o laboratório em colaboração com outros docentes egressos, também do curso, como Zorilda Santos Góes, Liana Gonçalves Pontes Sodré e Márcia Myriam Gomes. No final daquela década, chegou a Salvador a professora Ana Lúcia Alcântara de Oliveira Ulian, recém-formada pela Universidade de Londrina, passando a integrar o corpo

docente do curso, assim como o grupo de ensino da disciplina Psicologia Experimental (Ulian *et al*., 2016).

A influência da USP, e dos seus professores formadores em análise do comportamento, não se fez sentir só no momento inicial de formação do curso de Psicologia da UFBA. Carolina Bori e seus colegas, como Maria Amélia Matos, prestaram importantes serviços ao curso, desde os primeiros passos para sua criação, a instalação do Laboratório de Psicologia Experimental, bem como na intermediação e vinda de professores para trabalhar no laboratório, formando, inclusive, seu corpo docente a nível de pós-graduação.

O Quadro 6, a seguir, apresenta a formação acadêmica do corpo docente da disciplina de Psicologia Experimental durante a década de 1970. Conforme se verifica, a professora Anamélia realizou seu mestrado e doutorado no Instituto de Psicologia da USP, sob orientação de Maria Amélia Matos. No mestrado, concluído em 1972, desenvolveu pesquisa sobre *Esquiva discriminada no peixe dourado (Carassiusauratus): efeitos de intensidade do choque* (Carvalho, 1972). No ano seguinte à defesa de sua dissertação, Anamélia chegou à UFBA para assumir a coordenação do Laboratório de Psicologia Experimental. Em seu curso de doutorado, também na USP, pesquisou sobre *Planejamento de condições ambientais para produzir mudanças de comportamento* (Carvalho, 1979a). Sua pesquisa de tese, defendida em 1979, baseada na modificação do comportamento, foi realizada com crianças em um pavilhão do hospital psiquiátrico Juliano Moreira, na cidade de Salvador. Incluiu em sua pesquisa a participação de alguns alunos do curso, que vivenciaram as práticas de análise experimental do comportamento em situação hospitalar com crianças. O professor Ildenor e a professora Zorilda fizeram mestrado no Instituto de Psicologia da USP, orientados por Carolina Bori. Ildenor dissertou sobre *Efeitos da duração da consequência imediata da resposta sobre a aquisição do comportamento de esquiva e a proposição de algumas medidas de aquisição*

e pós-aquisição, concluída em 1979 (Cerqueira, 1980). E a professora Zorilda, também sob a orientação de Carolina Bori, pesquisou sobre *Descrição de intercâmbio verbais monitor-alunos em classe do Mobral* (Góes, 1980). Cabe ressaltar que, em 1981, a professora Êgle Vieira Duarte concluiu o mestrado em psicologia pela UnB, sob a orientação do professor Luiz Pasquali (Duarte, 1981). Em 1982, Maria Amélia Matos foi orientadora de mestrado da então professora do curso, Liana Gonçalves Pontes Sodré, através do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA, tendo essa última dissertado sobre *Repertório Básico Motor da Escrita: uma proposta para seu estudo*.

Quadro 6 Formação acadêmica do corpo docente de Psicologia Experimental – Década de 1970

Orientando (a) docente	Título do trabalho	Orientador(a)	N*	Ano	Inst.
Anamélia Araújo de Carvalho	Esquiva discriminada no peixe dourado (*Carassiusauratus*): efeitos de intensidade do choque	Maria Amélia Matos	M	1972	USP
Anamélia Araújo de Carvalho	Planejamento de condições ambientais para produzir mudanças de comportamento	Maria Amélia Matos	D	1979	USP
Êgle Vieira Duarte	Terapia Comportamental da Obesidade: Uma Aplicação de Técnicas de Autocontrole para a Redução de peso	Luiz Pasquali	M	1981	UnB
Ildenor Mascarenhas Cerqueira	Efeitos da duração da consequência imediata da resposta sobre a aquisição do comportamento de esquiva e a proposição de algumas medidas de aquisição e pós-aquisição	Carolina Bori	M	1980	USP
Liana Gonçalves Pontes Sodré	Repertório Básico Motor da Escrita: uma proposta para seu estudo.	Maria Amélia Matos	M	1982	UFBA
Zorilda Santos Góes	Descrição de intercâmbio verbais monitor-alunos em classe do Mobral.	Carolina Bori	M	1980	USP

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2019) – * N (Nível), M (Mestrado), D (Doutorado).

Além das orientações de mestrado e doutorado, a USP esteve presente na formação do corpo docente do curso de Psicologia da UFBA através da especialização em psicologia experimental. Os docentes Carolina Bori, Maria Amélia Matos e Álvaro Pacheco Duran integraram a equipe, como professores visitantes, na primeira pós-graduação em Psicologia Experimental, oferecida pela UFBA (Carvalho; Moraes, 1998). A professora e coordenadora da especialização, Gizelda Santana Moraes, discorreu sobre essa relação de trocas acadêmicas entre o Departamento de Psicologia da UFBA e a professora Carolina Bori relatando que,

> na década de 70, enquanto eu exercia a chefia do Departamento de Psicologia ou integrava a Coordenação do Mestrado em Educação da Universidade Federal da Bahia, a ela recorremos diversas vezes para ministrar cursos, indicar e motivar docentes que suprissem nossas deficiências de professores, participar de bancas examinadoras (Moraes, 1998, p. 115).

O curso de especialização denominado Psicologia Experimental – Aprendizagem e Social foi realizado em 1976, pelo Departamento de Psicologia, através do mestrado em Educação da UFBA, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A especialização objetivava qualificar o corpo docente via aprofundamento dos estudos em setores básicos da ciência do comportamento; preparar para a pesquisa voltada aos trabalhos práticos com os alunos e futuras atividades de pesquisa e oportunizar uma formação especializada na área psicológica em Salvador. Esse curso foi proposto para contemplar uma carga horária total de 570 horas, com edital de ingresso de 25 vagas. Houve 22 alunos matriculados e 11 concluintes aprovados ao final do curso. Dentre os 11 concluintes, 7 eram docentes do curso de Psicologia da

UFBA, sendo eles: Liana Gonçalves Pontes Sodré, Maria Eunice Lobo Ferreira Lima, Maria Luiza do Patrocínio Cavalcante, Noeme Carvalho Miranda, Sonia Maria Rocha Sampaio, Sonia Regina Souza Pereira e Tereza Cristina Carvalho Caribé de Araújo Pinho.

Os docentes envolvidos no desenvolvimento inicial da análise do comportamento tinham interesse na criação de condições de ensino de uma psicologia cientifica experimentalista. Observa-se que a recepção da análise do comportamento ocorreu no âmbito da demanda por um modelo de psicologia científica e sua consolidação fundamentou a crença na cientificidade da psicologia entre os estudantes do curso.

Outro aspecto sobre o modo de recepção da análise do comportamento foi a posição política dos estudantes afiliados à corrente behaviorista, que eram reconhecidos como os principais atores nos debates políticos e na luta de resistência contra a ditadura militar. A demissão coletiva dos professores da UnB, em 1965, parece corroborar essa posição crítica, esse "histórico de politização" dos behavioristas em relação à ditadura militar (Domingues, 2019). Parte daqueles que militavam por melhoria do curso e pela redemocratização do país, se filiavam à análise do comportamento como a abordagem teórica capaz de dar respostas às questões sociais enfrentadas pela população brasileira naquele momento.

Observa-se, até aqui, que nesses primeiros anos do curso de Psicologia da FFCH/UFBA, havia uma grande expectativa em relação à implantação do laboratório de psicologia por parte de professores e alunos. A longa espera e os diversos entraves para sua consecução provocaram desgastes junto à comunidade. Quando finalmente o laboratório foi implantado, apesar de suas carências estruturais, foi recebido com entusiasmo. Diversos fatores contribuíram para essa expectativa positiva, destacando-se, em primeiro lugar, a exigência curricular como obrigatoriedade do ensino de psicologia experimental

dada pelo currículo mínimo e que a instituição não estava atendendo. A psicologia experimental fazia parte das diretrizes curriculares do curso e era considerada indispensável para a formação profissional do psicólogo. Em segundo lugar, o imperativo científico que vicejava naquele momento: a psicologia experimental representava um modelo de uma psicologia científica, que, como tal, tornou-se central para o movimento de consolidação da psicologia como disciplina independente. Ao longo da década de 1970, período em que se estruturou o Laboratório de Psicologia Experimental da UFBA, havia uma preocupação com a cientificidade da nova profissão, amparada no Parecer nº 403/62 do CFE, que afirmava a necessidade de elevar a qualificação intelectual do curso, sendo, para isso, imperativo acentuar o caráter científico dos estudos. Em terceiro lugar, a função didática, uma vez que o laboratório possibilitaria a formação discente, enquanto recurso de ensino e demonstração das teorias e conceitos da análise do comportamento, modelo de psicologia experimental que já se encontrava em franca expansão no Brasil, quando foi finalmente recebida e apropriada pela comunidade acadêmica da FFCH/UFBA.

No próximo capítulo, o leitor será conduzido a uma análise sobre o controle e a vigilância dos órgãos de segurança e informação em torno do curso de Psicologia, assim como as lutas e os embates coletivos dos seus discentes e docentes.

CAPÍTULO 6

Controle e vigilância dos órgãos de segurança e informação

A UFBA e o curso de Psicologia durante a ditadura militar

Este capítulo irá descrever o processo de lutas, resistências, mobilização e participação política de discentes e docentes do curso de Psicologia da FFCH/UFBA assim como os embates com as políticas de Estado, implantadas pelos tecnocratas do regime militar. Serão abordados os mecanismos de controle e vigilância adotados pelos órgãos de segurança, dentro da UFBA, de modo a acompanhar a dinâmica de luta dos discentes e docentes do curso de Psicologia.

Alguns questionamentos foram necessários para o desenvolvimento desta análise, tais como: os estudantes e professores do curso de Psicologia foram vigiados e perseguidos durante esses anos? Como os docentes e discentes de Psicologia se posicionaram politicamente durante esse período? Quais foram as pautas de lutas e reivindicações dos discentes de Psicologia? Essas são indagações importantes para investigação da atuação dos psicólogos no movimento estudantil, face ainda inexplorada da participação política dos psicólogos baianos.

Discentes de Psicologia da UFBA e suas lutas coletivas

Após o golpe militar de 1964, as universidades passaram a ser fortemente visadas. Os militares temiam a esquerdização dos jovens universitários e pretendiam coibir as manifestações contrárias às medidas ditatoriais e reprimir o movimento estudantil. A chamada Lei Suplicy de Lacerda, em 1964, havia colocado a UNE na ilegalidade e instituiu o funcionamento dos Diretórios Acadêmicos e DCEs. Em 1968, a decretação do AI-5 (Brasil, 1968a) gerou, no âmbito das universidades, uma segunda onda de expurgos, acirramento da radicalidade do regime e a manifestação do seu caráter mais repressivo e violento a todo ato, isolado ou coletivo, que fosse interpretado como resistência à ditadura. Em 1969, com a instauração do Decreto-Lei nº 477/1969 (Brasil, 1969b), discentes foram expulsos por meio de ato administrativo de negativa das matrículas e docentes tiveram suas aposentadorias decretadas compulsoriamente.

Ademais, a política educacional da ditadura, que foi delineada através dos acordos MEC-USAID, visando inserir o modelo das universidades americanas nas instituições brasileiras, trouxe sérias consequências ao ensino superior brasileiro. Esse modelo de educação criou o problema dos excedentes, da falta de verbas, da modernização compulsória de ensino e gerou, em consequência, uma insatisfação estudantil sem precedentes. Os excedentes eram os jovens que passavam no vestibular, mas não conseguiam se matricular por falta de vagas. Para solucionar esse problema foi assinado o Decreto-Lei nº 464/69 (Brasil, 1969a), que implementava o vestibular unificado, visando aprovar um número de candidatos equivalente ao número de vagas disponíveis nas universidades. Evitava-se, desse modo, dar visibilidade aos excedentes, ocultando a grande demanda de vagas não atendida. Foi implantado, ainda, um sistema de reordenamento do ensino superior em dois ciclos, um básico e outro profissional. Após o ciclo básico, o estudante se submetia a uma prova, o chamado *provão*, para ir para o ciclo profissionalizante. Nas instituições de ensino superior, que mantinham diversas modalidades de habilitação, os estudos profissionais de graduação eram precedidos de um primeiro ciclo, comum a todos os cursos ou a grupos de cursos afins. O primeiro ciclo, ou ciclo básico, tinha a função de recuperar as insuficiências evidenciadas pelo concurso vestibular, na formação de alunos; na orientação para escolha da carreira; e, na realização de estudos básicos para ciclos ulteriores (Arapiraca, 1979; Brasil, 1969a; Motta, 2014).

O movimento estudantil havia mantido uma pauta de luta e manifestações intensa em Salvador entre os anos 1967 e 1968. Os acordos MEC-USAID foram um dos grandes motivos de enfrentamento entre o movimento estudantil e o regime militar naquele período. As passeatas se intensificaram em 1968, mobilizando protestos contra a política educacional do governo e em prol de melhoria no ensino. A participação do movimento estudantil secundarista era forte,

alinhado com os estudantes da universidade. Naquele ano houve greves de ocupação nas Escolas de Filosofia, Medicina, Enfermagem, Nutrição, Administração, Economia, Arquitetura, Belas Artes, Veterinária, Politécnica, Geografia e nos Institutos de Matemática e Física da UFBA. Com o assassinato do estudante secundarista Edson Luís, em março, no Rio de Janeiro, ocorreram novas manifestações de rua em Salvador. As principais bandeiras eram as melhorias na qualidade do ensino, criação de novas bibliotecas, defesa da gratuidade do ensino e oposição aos acordos MEC-USAID (Souza, 2013).

Os estudantes do curso de Psicologia da UFBA já iniciaram sua vida acadêmica se defrontando com problemas de ordem política nacional impostos pelas reformas e legislações autoritárias do regime ditatorial brasileiro. Um aluno de Psicologia ficou ferido no conflito entre policiais e estudantes em outubro de 1968. Nesse mês, os estudantes de Salvador fizeram comícios relâmpagos em vários pontos da cidade e pediam a libertação dos universitários presos quando participavam do XXX Congresso da UNE, em Ibiúna (SP). Houve enfrentamento com a polícia e em torno de 70 pessoas foram presas.

No entanto, o movimento estudantil baiano perdeu força diante do impacto das práticas repressivas do Estado militar. A radicalidade do regime, que se tornara mais contundente com a edição do AI-5, associada à expulsão de alunos e ao cancelamento de matrículas pós-Decreto nº 477/69 (Brasil, 1969b), contribuiu para o esvaziamento no interior do movimento estudantil e bloqueou suas atividades, que só ressurgiriam com maior força na primeira metade da década de 1970, quando parte das lideranças estudantis ingressaram na militância clandestina (Brito, 2008; Souza, 2013).

Foi em 1970 que o sistema de espionagem das universidades foi formalizado, através da criação da DSI/MEC e, em seguida, das AESIs. Em 25 de janeiro de 1971, o então reitor da UFBA, professor Roberto Santos (1967-1971), foi informado sobre a aprovação

do Regulamento da DSI/MEC, sendo solicitado a ele que indicasse "[...] um elemento da sua mais inteira confiança e de absoluta discrição para assumir essa Assessoria [...]" (Universidade Federal da Bahia, 2014, p. 48). Atendendo à solicitação, o reitor Roberto Santos indicou o dr. Emerson Spínola Marques Ferreira para o exercício da função de assessor especial de segurança e informações. O reitor também foi informado nesse mesmo ofício, sobre a aprovação, pelo ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho (1969-1974), do Plano Setorial de Informações, que previa a criação de agências de vigilância em órgãos federais. Dentre os objetivos do Plano Setorial de Informações, estava:

> 1) obter informações sobre antagonismos existentes na área do MEC e sobre grupos de pressão que exploram e que possam afetar a execução da Política Ministerial; 2) desenvolver o serviço de contrainformação no campo do teatro, rádio, cinema, revistas etc. (Universidade Federal da Bahia, 2014, p. 48).

O movimento estudantil era constantemente vigiado pelos integrantes da DSI/MEC. Através de Ofício Circular de 1971 (sem indicar dia e mês), a DSI solicitou do reitor da UFBA medidas enérgicas para desarticular o movimento estudantil que se mobilizava em prol da sua recomposição, através de "[...] organizações revolucionárias clandestinas e da conquista dos diretórios acadêmicos e representações de turmas [...]". A pauta de luta era a censura, as prisões, o Decreto-Lei nº 477/69 (Brasil, 1969b), a política educacional do governo, dentre outras reivindicações. Segundo a DSI, os estudantes estavam realizando campanhas de pichações e publicações em murais, hostilizando o governo, manifestando indisciplina, desacatando as autoridades, sem que se pudesse identificar nem punir seus autores (Universidade Federal da Bahia, 2014, p. 24). O aumento das manifestações

estudantis foi assunto também de um ofício confidencial do comandante da VI Região Militar, datado de 6 de dezembro de 1971. O general Argus Lima solicitou do reitor da UFBA providências e ameaçou responsabilizar os funcionários das administrações das faculdades da UFBA por omissão diante de práticas de distribuição de panfletos e propaganda subversivas e utilização de murais nos Diretórios Acadêmicos (Universidade Federal da Bahia, 2014).

A instauração do Decreto nº 477/69 (Brasil, 1969b) e a implantação do ciclo básico gerou diversos prejuízos aos estudantes. Em ação integrada dos cursos da FFCH/UFBA, os Diretórios Acadêmicos de Psicologia, História, Ciência Sociais e Filosofia emitiram boletins e outros informativos e uma carta aberta à comunidade criticando as medidas impostas pelo Decreto nº 477/69 (Brasil, 1969), bem como pedindo o fim do jubilamento de estudantes. A implantação do ciclo básico e do ciclo profissional trouxe problemas para a universidade. Especificamente para o curso de Psicologia, que se encontrava em fase inicial de funcionamento, a implantação do ciclo básico trouxe entraves para a plena consecução do curso. O Diretório Acadêmico de Psicologia se manifestou através de correspondência encaminhada ao colegiado e departamento do curso relatando os prejuízos causados pelo ciclo básico para os alunos ingressantes em 1971. O número de vagas para ingresso no curso era inferior à demanda e isso gerava um número de alunos excedentes. Além disso, os discentes que ingressavam no ciclo básico deveriam, após o término, fazer uma prova para passar para o ciclo profissionalizante. Como havia problemas com a oferta de disciplinas, associados à exigência de pré-requisitos, isso gerava atraso na conclusão do curso, ficando todos sob o risco de serem jubilados. Os discentes de Psicologia conseguiram, através de luta coletiva, a suspensão do jubilamento para os não classificados e absorção dos excedentes.

As chapas dos Diretórios Acadêmicos da FFCH/UFBA, gestão de 1971, foram eleitas em 1 de dezembro de 1970, conforme Ata do Conselho Departamental. Naquele ano, foi eleita a primeira chapa do Diretório Acadêmico de Psicologia, composta pelos representantes estudantis, conforme Quadro 7, a seguir:

Quadro 7 Representação discente no Diretório Acadêmico do curso de Psicologia da FFCH/UFBA – 1971

Cargo	Representantes Discentes
Presidente	Maria Lúcia de Araújo Andrade
Secretário Geral	Sônia A. Brito Meireles de Souza
1ª Secretária	Nádia Maria Dourado Rocha
Tesoureiro	Flora Rodrigues da Silva
Secretário Social e de intercâmbio	Juvenal Silva Souza
Secretária de Assuntos científicos e culturais	Eunice Rodrigues
Secretário de Imprensa	Gildete Lino de Carvalho.

Fonte: Ata do Conselho Departamental da FFCH/UFBA, de 1 de dezembro de 1970. Arquivo FFCH/UFBA.

O movimento estudantil se organizava paulatinamente no âmbito do curso de Psicologia e as questões políticas mais amplas entraram na pauta de luta do Diretório Acadêmico, juntamente com as reivindicações mais específicas ao curso. Desde a implantação do curso, os discentes já lidavam com situações que exigiam a participação e mobilização coletiva em prol de avanços, em um período de intensa vigilância dos militares e atuação clandestina no campo acadêmico. Foi em 1972 que os estudantes passaram a criticar, de modo crescente, os problemas vivenciados na universidade e a reorganizar o movimento estudantil. O *provão*, agendado para acontecer no final daquele ano, foi um disparador do movimento, pelo grau de descontentamento que gerava entre os estudantes. A organização estudantil contra o *provão* foi sendo articulada pela categoria, até que no dia

de realização do referido exame houve 100% de adesão à causa e boicote à prova. Com essa ação de agregação da *massa* universitária que combatia o *provão*, o movimento estudantil ganhou maior visibilidade (Silveira, 2019).

As eleições gerais para escolha das representações estudantis junto ao colegiado universitário e diretório setorial do curso de Psicologia, para o exercício em 1972, ocorreu em chapa única com a seguinte composição:

Quadro 8 Representação discente no Diretório Acadêmico do curso de Psicologia da FFCH/UFBA – 1972

Função	Representantes Discentes
Presidente	Eli Lederma
Secretário Geral	Maria Bernadete Mascarenhas
1ª Secretária	Sônia Meireles
Tesoureiro	Luciana Wildberger
Secretário Social	Clidenor Góes
Secretária de Assuntos Culturais	Ana Maria Santos Rocha
Secretária de Imprensa	Denise V. Silva
Representante e Suplente no Departamento	Eunice Gomes; Vilma Alexandria
Representante e Suplente no Colegiado	Sônia Meireles; Júlia Lobão
Representante e Suplente no Colégio Eleitoral	Lúcia da Silva Guedes; Ana Maria Santos Rocha
Representante e Suplente na Congregação	Reginaldo Silva Oliveira; Maria Bernadete S. Mascarenhas

Fonte: Ata das eleições de representações estudantis, de 23 de novembro de 1971. Arquivo CAD/UFBA.

O Diretório Acadêmico organizou a IV Semana de Psicologia de 1972, que ocorreu entre 16 e 21 de outubro daquele ano. No relatório final do evento, os discentes apresentaram os debates enfatizando:

> [...] não é apenas o curso de psicologia que enfrenta problemas e limitações de toda ordem. Dentro da Universidade situamos uma crise que encontra suas origens na própria estrutura sócio-política vigente sendo a Reforma Universitária não propriamente uma causa e sim um instrumento.

A pauta de discussão envolveu a política educacional e as dificuldades estruturais da universidade e do curso. Destacou-se a acentuada elitização do ensino e do sistema educacional brasileiro vigente no período; os planos de alfabetização em vigor; as verbas destinadas à educação e a Reforma Universitária. No âmbito da luta por melhores condições do curso recém-iniciado, representantes do Diretório Acadêmico fizeram críticas sobre seu funcionamento e a importância da formação profissional, não cabendo ao estudante apenas repetir teorias. Enfatizaram a importância do professor para a formação do estudante, afirmando que o professor precisa saber ser um orientador no processo de aprendizagem do discente e destacaram a importância da pesquisa para a formação. Consideraram, ainda, a necessidade de refletir sobre o mercado de trabalho, uma vez que faziam parte das primeiras turmas de futuros psicólogos a se formar na UFBA. Como resultado dos debates, os discentes apresentaram quadro de propostas, visando a luta coletiva pela abolição da seleção de ingresso no 5º ano; reforma de currículo e revisão de programas de disciplinas junto com os professores; elaboração do Regimento de Estágio; criação da clínica psicológica; formação do grupo de Teatro dos Estudantes de Psicologia (TEPsi).

A luta pela abolição da seleção para ingresso no curso de formação de psicólogo no 5º ano mobilizou os discentes, levando-os ao embate no campo judicial. O curso de Psicologia da UFBA iniciou suas primeiras turmas oferecendo apenas as habilitações em bacharelado e licenciatura. Mas, de acordo com a Lei nº 4.119, de 27 de agosto de

1962 (Brasil, 1962a), as graduações de Psicologia deveriam oferecer, além do bacharelado e da licenciatura, também a habilitação de psicólogo, como uma continuidade do currículo. Desse modo, os concluintes do curso de bacharelado ou do curso de licenciatura deveriam poder candidatar-se, no 5º ano, ao curso de formação de psicólogo e fazê-lo em um mínimo de dois períodos letivos complementares. Ou seja, para fazer no 5º ano do curso a formação de psicólogo, o discente deveria ser possuidor de diploma de licenciado ou bacharel em Psicologia. A integralização dos créditos e da carga horária do curso de formação de psicólogo se faria somando aos novos créditos a carga horária da licenciatura ou do bacharelado.

No entanto, a UFBA adotou um controverso critério seletivo para o ingresso dos alunos no último ano do curso. A universidade fixou em 70 o número de vagas para o curso de formação do psicólogo e determinou que, quando o número de candidatos que tenham satisfeitos as condições de concluintes das disciplinas do bacharelado e da licenciatura for superior ao de vagas oferecidas, haveria prova de seleção. Essa seleção levaria em conta o conceito global das disciplinas do tronco comum do currículo mínimo dos cursos de bacharelado ou de licenciatura, já realizado pelo candidato. Além do conceito global, o discente faria também uma prova objetiva de conhecimentos, elaborada e aplicada por uma comissão designada pelo colegiado de curso. Ou seja, a UFBA exigia que os alunos que haviam feito quatro anos de curso (bacharelado e licenciatura), se submetessem a uma seleção para poderem ingressar no curso de formação de psicólogo.

Ocorre que quando a Câmara de Ensino de Graduação autorizou o início da habilitação em formação de psicólogo, já havia um contingente superior ao número de vagas (70) aguardando o início do curso. Por discordar da necessidade de realizar um novo processo seletivo para ingresso no curso de formação de psicólogo, os discentes formalizaram uma ação judicial e impetraram Mandado de

Segurança contra a UFBA, acolhido pelo juiz da Justiça Federal. Na petição inicial em que constam o nome dos discentes, há o seguinte registro sobre os motivos da ação:

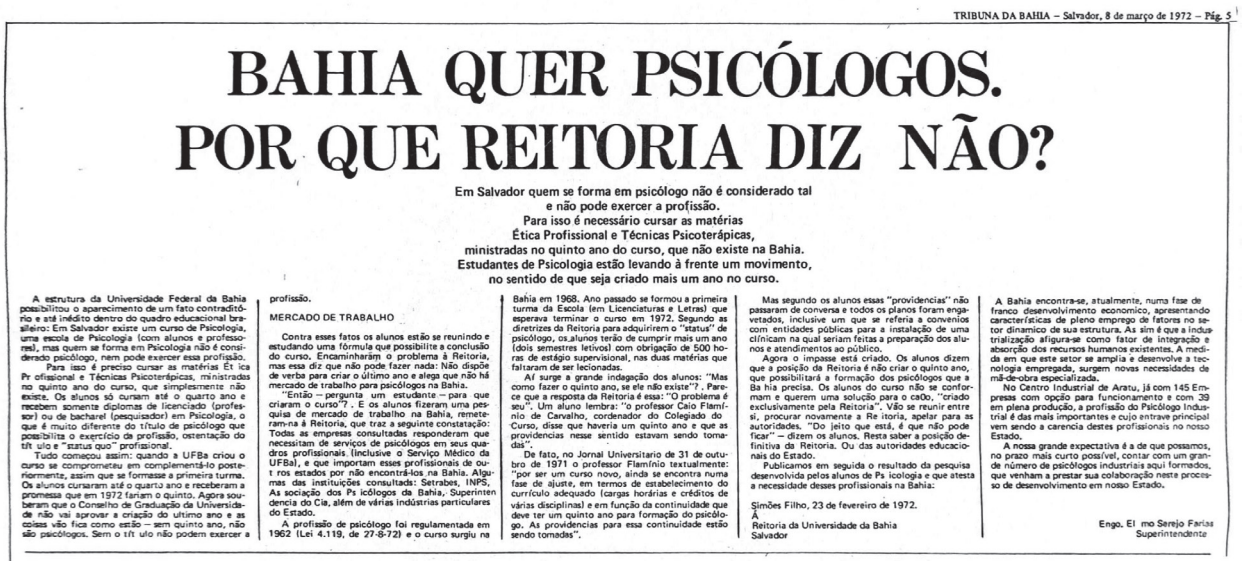
> II – os impetrantes, matriculados no curso de psicologia, vinham-no cursando normalmente, até o 4° ano, onde foram aprovados [...] e, candidatando-se a último ano, o que seria o 5°, para obtenção do diploma de psicólogo, a fim de poderem exercer a profissão (art. 13 da Lei 4.119 de 27.08.62 que regulamenta a profissão de psicólogo), são agora OBRIGADOS a se submeter a outro processo seletivo (e não é o vestibular, nem o do Ciclo Básico), não previsto no Estatuto nem no Regimento Geral da Universidade.

A querela sobre a abolição da seleção de ingresso no 5º ano do curso foi denunciada na imprensa local, conforme exemplifica a Figura 12.

O jornal *Tribuna da Bahia* tratou sobre o tema com matéria cujo título era "Bahia quer psicólogos. Por que a Reitoria diz não?". A seguir um trecho da publicação:

> Em Salvador quem se forma em psicólogo não é considerado tal e não pode exercer a profissão. Para isso é necessário cursar as matérias Ética Profissional e Técnicas Psicoterápicas, ministradas no quinto ano do curso, que não existe na Bahia. Estudantes de psicologia estão levando à frente um movimento, no sentido de que seja criado mais um ano no curso (Bahia [...], 1972).

Na citada matéria, há o posicionamento da reitoria, que disse não dispor "[...] de verba para criar o último ano e alega que não há mercado de trabalho para psicólogos na Bahia" (Bahia [...], 1972). Os discentes se posicionaram também, apresentando uma pesquisa



TRIBUNA DA BAHIA – Salvador, 8 de março de 1972 – Pág. 5

BAHIA QUER PSICÓLOGOS. POR QUE REITORIA DIZ NÃO?

Em Salvador quem se forma em psicólogo não é considerado tal e não pode exercer a profissão. Para isso é necessário cursar as matérias Ética Profissional e Técnicas Psicoterápicas, ministradas no quinto ano do curso, que não existe na Bahia. Estudantes de Psicologia estão levando à frente um movimento, no sentido de que seja criado mais um ano no curso.

A estrutura da Universidade Federal da Bahia possibilitou o aparecimento de um fato contraditório e até inédito dentro do quadro educacional brasileiro: Em Salvador existe um curso de Psicologia, uma escola de Psicologia (com alunos e professores), mas quem se forma em Psicologia não é considerado psicólogo, nem pode exercer essa profissão.

Para isso é preciso cursar as matérias Ét ica Pr ofissional e Técnicas Psicoterápicas, ministrados no quinto ano do curso, que simplesmente não existe. Os alunos só cursam até o quarto ano e recebem somente diplomas de licenciado (professor) ou de bacharel (pesquisador) em Psicologia, o que é muito diferente do título de psicólogo que possibilita o exercício da profissão, ostentação do tít ulo e "status quo" profissional.

Tudo começou assim: quando a UFBa criou o curso se comprometeu em complementá-lo posteriormente, assim que se formasse a primeira turma. Os alunos cursaram até o quarto ano e receberam a promessa que em 1972 fariam o quinto. Agora souberam que o Conselho de Graduação da Universidade não vai aprovar a criação do ultimo ano e as coisas vão fica como estão – sem quinto ano, não são psicólogos. Sem o tít ulo não podem exercer a profissão.

MERCADO DE TRABALHO

Contra esses fatos os alunos estão se reunindo e estudando uma fórmula que possibilite a conclusão do curso. Encaminharam o problema à Reitoria, mas essa diz que não pode fazer nada: Não dispõe de verba para criar o último ano e alega que não há mercado de trabalho para psicólogos na Bahia.

"Então – pergunta um estudante – para que criaram o curso"? . E os alunos fizeram uma pesquisa de mercado de trabalho na Bahia, remeteram-na à Reitoria, que traz a seguinte constatação: Todas as empresas consultadas responderam que necessitam de serviços de psicólogos em seus quadros profissionais (inclusive o Serviço Médico da UFBa), e que importam esses profissionais de out ros estados por não encontrá-los na Bahia. Algumas das instituições consultadas: Setrabes, INPS, As sociação dos Ps icólogos da Bahia, Superintendencia do Cia, além de várias indústrias particulares do Estado.

A profissão de psicólogo foi regulamentada em 1962 (Lei 4.119, de 27-8-72) e o curso surgiu na Bahia em 1968. Ano passado se formou a primeira turma da Escola (em Licenciaturas e Letras) que esperava terminar o curso em 1972. Segundo as diretrizes da Reitoria para adquirirem o "status" de psicólogo, os alunos terão de cumprir mais um ano (dois semestres letivos) com obrigação de 500 horas de estágio supervisional, nas duas matérias que faltaram de ser lecionadas.

Af surge a grande indagação dos alunos: "Mas como fazer o quinto ano, se ele não existe"? . Parece que a resposta da Reitoria é essa: "O problema é seu". Um aluno lembra: "o professor Caio Flamínio de Carvalho, cordenador do Colegiado do Curso, disse que haveria um quinto ano e que as providencias nesse sentido estavam sendo tomadas".

De fato, no Jornal Universitario de 31 de outubro de 1971 o professor Flamínio textualmente: "por ser um curso novo, ainda se encontra numa fase de ajuste, em termos de estabelecimento do currículo adequado (cargas horárias e créditos de várias disciplinas) e em função da continuidade que deve ter um quinto ano para formação do psicólogo. As providencias para essa continuidade estão sendo tomadas".

Mas segundo os alunos essas "providencias" não passaram de conversa e todos os planos foram engavetados, inclusive um que se referia a convenios com entidades públicas para a instalação de uma clínicam na qual seriam feitas a preparação dos alunos e atendimentos ao público.

Agora o impasse está criado. Os alunos dizem que a posição da Reitoria é não criar o quinto ano, que possibilitará a formação dos psicólogos que a Ba hia precisa. Os alunos do curso não se conformam e querem uma solução para o caOo, "criado exclusivamente pela Reitoria". Vão se reunir entre si, procurar novamente a Re itoria, apelar para as autoridades. "Do jeito que está, é que não pode ficar" – dizem os alunos. Resta saber a posição definitiva da Reitoria. Ou das autoridades educacionais do Estado.

Publicamos em seguida o resultado da pesquisa desenvolvida pelos alunos de Ps icologia e que atesta a necessidade desses profissionais na Bahia:

Simões Filho, 23 de fevereiro de 1972.
À
Reitoria da Universidade da Bahia
Salvador

A Bahia encontra-se, atualmente, numa fase de franco desenvolvimento economico, apresentando caracterí sticas de pleno emprego de fatores no setor dinamico de sua estrutura. As sim é que a industrialização afigura-se como fator de integração e absorção dos recursos humanos existentes. A medida em que este setor se amplia e desenvolve a tecnologia empregada, surgem novas necessidades de mã-de-obra especializada.

No Centro Industrial de Aratu, já com 145 Empresas com opção para funcionamento e com 39 em plena produção, a profissão do Psicólogo Industrial é das mais importantes e cujo entrave principal vem sendo a carencia destes profissionais no nosso Estado.

A nossa grande expectativa é a de que possamos, no prazo mais curto possível, contar com um grande número de psicólogos industriais aqui formados, que venham a prestar sua colaboração neste processo de desenvolvimento em nosso Estado.

Engo. El mo Serejo Farias
Superintendente

Figura 12
Publicação: "Bahia quer psicólogos. Por que a Reitoria diz não?"

Fonte: matéria do jornal *Tribuna da Bahia* - edição de 8 de mar. 1972, p. 5.

realizada em empresas da cidade que afirmavam necessitar de psicólogos em seus quadros profissionais. Citam as instituições consultadas: Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social (Setrabes), INPS, Associação dos Psicólogos da Bahia, Serviço Médico da UFBA e Superintendência do CIA. Ao final da reportagem, há uma correspondência do Superintendente do CIA, Elmo Serejo Farias, com o seguinte teor:

> A Bahia encontra-se, atualmente, numa fase de franco desenvolvimento econômico, apresentando características de pleno emprego de fatores no setor dinâmico de sua estrutura. Assim é que a industrialização afigura-se como fator de integração e absorção dos recursos humanos existentes. A medida em que este setor se amplia e desenvolve a tecnologia empregada, surgem novas necessidades de mão-de-obra especializada.
>
> No Centro Industrial de Aratu, já com 145 empresas com opção para funcionamento e com 39 em plena produção, a profissão do Psicólogo Industrial é das mais importantes e cujo entrave principal vem sendo a carência destes profissionais no nosso Estado.
>
> A nossa grande expectativa é a de que possamos, no prazo mais curto possível, contar com muitos psicólogos industriais aqui formados, que venham a prestar sua colaboração neste processo de desenvolvimento em nosso Estado (Bahia [...], 1972).

A celeuma entre os discentes de Psicologia e a UFBA, em prol da extinção do processo seletivo para ingresso no 5º ano, prosseguiu até o ano seguinte, sob a vigilância da AESI/UFBA. Nos seus arquivos, encontramos jornais, panfletos e boletins do Diretório Acadêmico

e do DCE que divulgavam a situação dos discentes de Psicologia. O Boletim dos Estudantes, datado de agosto de 1973, fez referência à luta do DCE para que se efetivasse o 5º ano do curso de Psicologia que até aquele momento não fora concretizado, deixando vários alunos sem a conclusão do curso de formação de psicólogo. A AESI manteve também em seus arquivos um panfleto de 23 de abril de 1973, emitido pelos estudantes de Psicologia que se negavam a fazer seleção para ingressar no 5º ano. Encontra-se, igualmente, no arquivo CAD/UFBA, um relatório emitido pelo Diretório Acadêmico de Psicologia em 1973, relatando detalhadamente a luta da categoria e os recursos administrativos e jurídicos impetrados pelo coletivo de estudantes.

O imbróglio foi resolvido pela via curricular, quando a Câmara de Ensino de Graduação da UFBA aprovou proposta do colegiado do curso. Ficou definido que as disciplinas Técnicas de Exame e Aconselhamento Psicológico II, III e IV seriam pré-requisitos das disciplinas Teorias e Técnicas Psicoterápicas I e Estágio Supervisionado I, as quais integravam o currículo do curso de formação de psicólogo. Com isso o aluno estava desobrigado de apresentar diploma de graduação de bacharel ou licenciado em Psicologia, para concluir a habilitação em Formação de Psicólogo.

Nesse período, o movimento estudantil empreendia uma luta pela reconstrução de suas entidades. A UNE havia sido desmontada com o desaparecimento de seu último presidente, Honestino Guimarães, em 1973. As principais tendências das organizações de esquerda que atuavam no movimento estudantil tentando reorganizar os Diretórios Acadêmicos e DCEs foram a *Refazendo*, ligada à Ação Popular Marxista Leninista do Brasil (APML), a *Unidade*, representada pelos simpatizantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a *Caminhando*, ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e a *Viração*, denominação utilizada na Bahia, que representava os estudantes do PCdoB (Lira, 2010). A rearticulação do movimento

estudantil motivou a ARSI do Nordeste a encaminhar um ofício ao reitor da UFBA, em 28 de junho de 1973. O documento solicitava providências sobre a reorganização do movimento estudantil, que se dava através da criação de entidades que estavam sob o comando do PCB, do PCdoB e da APML (Brasil, 2014; Universidade Federal da Bahia, 2014a).

A AESI acompanhava a realização das eleições estudantis e, em 21 de agosto de 1973, enviou ao reitor as informações sobre as chapas vencedoras com os nomes dos integrantes do Diretório Acadêmico de Psicologia, daquele ano. Foram eleitos representantes para o Colégio Eleitoral, Congregação, Conselho Departamental, Colegiados, Departamentos e Diretórios Acadêmicos. O Quadro 9, a seguir, apresenta a composição da chapa única de Psicologia nos respectivos cargos, para exercício no ano de 1973:

Quadro 9 Representação discente no Diretório Acadêmico do curso de Psicologia da FFCH/UFBA – 1973

Cargo	Representantes Discentes
Presidente	Sônia Maria Rocha Sampaio
Secretário Geral	Júlia Cristina Vieira Petit Lobão
1ª Secretária	Azenilda Lopes Pimentel
Tesoureiro	Maria das Graças Tosta de Souza
Secretário Social	Ana Célia Dias
Representante e Suplente no Departamento	Maria Bernadete dos Santos Mascarenhas Maria José Lopes de Souza
Representante e Suplente no Colegiado	Júlia Cristina Vieira Petit Lobão Erisvalda L. da Silva
Representante junto ao Colégio Eleitoral	Sonia Maria Rocha Sampaio
Representante e Suplente no Conselho Departamental	Marlene Creuza Vaz Meireles Ana Maria Liguouri

Fonte: Ata da Congregação da FFCH, datada de 05 de dezembro de 1972 – Arquivo da FFCH.

No intuito de vigiar e controlar as estratégias de propaganda da militância estudantil, os tecnocratas do regime acompanhavam e censuravam folhetins, boletins, jornaizinhos e quaisquer publicações do movimento. Em ofício encaminhado ao reitor da UFBA em 27 de setembro de 1973, o DSI/MEC fazia referência às publicações de caráter considerado tendencioso dos Diretórios Acadêmicos, citando os panfletos clandestinos do DCE e do Boletim dos Estudantes da Bahia (BEBA), demandando, inclusive, esclarecimentos e providências quanto ao surgimento das publicações *Reflexo* e *BIS*, pois tais publicações difundiam ensinamentos antidemocráticos e insuflavam a desordem. Solicitou a identificação da linha política-ideológica e dados de qualificação dos dirigentes dos Diretórios Acadêmicos e DCEs da UFBA e de representantes estudantis junto ao Conselho Universitário (Universidade Federal da Bahia, 2014). A reitoria, em resposta, encaminha cópia de ofício da AESI, informando

> [...] que as publicações Reflexo e BIS são apócrifas e clandestinas, 'não tendo sido possível identificar os seus responsáveis diretos, nem os locais onde são impressos'. Quanto aos fatores que estão influenciando a conduta contestatória dos estudantes, a AESI cita problemas acadêmicos ocasionados pela reforma universitária, tais como jubilamento, ciclo básico, além de outros como instalações precárias, falta de professores, dificuldade de locomoção entre as escolas. Diz também que não há ninguém nos diretórios ligados ao movimento de esquerda, 'salvo a Secretária do DCE, que foi presa por Órgão de Segurança'. E conclui informando que está providenciando a relação nominal e dados de qualificação dos líderes estudantis (Universidade Federal da Bahia, 2014, p. 27-28).

A FFCH/UFBA também foi inquirida sobre uma encenação de peça teatral que os estudantes pretendiam realizar sem a aprovação do Serviço de Censura de Diversões Públicas. O superintendente da Polícia Federal encaminhou ofício ao diretor da FFCH, datado de 20 de novembro de 1973, inquirindo sobre tal apresentação. Esse ofício continha, por engano, um relatório assinado por um agente de espionagem, o que trouxe à tona o nome de Sinval Mota Mascarenhas – Agente 17. Nesse relatório, o agente infiltrado, Sinval Mota Mascarenhas, informou que a peça *Alfaiate*, que retratava a figura de Tiradentes e a Inconfidência Mineira, fora encenada na Sala 13 da FFCH, "servindo de crítica para o Governo Revolucionário Brasileiro" (Universidade Federal da Bahia, 2014, p. 30). No dia seguinte, um novo ofício do superintendente da Polícia Federal, dirigido ao diretor da FFCH, informava ter conhecimento de que a peça havia sido encenada na Sala 13 e pedia o nome e o curso de todos os alunos que estavam à frente de tais eventos. No mesmo dia, o agente Sinval enviou um relatório complementar, informando que voltou à FFCH para verificar se a peça *Canudos*, que havia sido anunciada, ocorreria, mas que a peça foi iniciada, porém, interrompida por ordem superior. O mesmo agente Sinval fez um novo relatório em 23 de novembro de 1973, informando que as peças *Aborto* e *Tiradentes*, anteriormente anunciadas, haviam sido suspensas. Tal situação levou a Polícia Federal a emitir um informe, dois meses depois, encaminhado ao reitor, através da AESI, sobre "Proibição de espetáculos teatrais na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA" (Universidade Federal da Bahia, 2014). O grupo TEPsi havia encenado, no primeiro semestre de 1973, um texto do dramaturgo alemão Bertolt Brecht, conforme relataram no boletim informativo *Reflexo,* produzido pelo Diretório Acadêmico de Psicologia, em junho de 1973. Embora não citem expressamente o título da peça, pode-se depreender, a partir de fragmentos contidos no boletim estudantil, tais como:

"[...] esta peça foi escolhida porque tem muito a ver com o que se passa hoje em nossa realidade [...] agora é importante dizer SIM sabendo o porquê, ou dizer NÃO com o máximo de coragem [...]", que se tratava da obra brechtiana *Aquele que diz Sim, aquele que diz Não* (Anexo D).

Criativamente, os integrantes do movimento estudantil baiano desenvolveram uma estratégia para identificação dos agentes infiltrados, o que incomodou os militares. A estratégia era, primeiramente, telefonar para os órgãos de segurança e divulgar na imprensa, a data, local, horário e pauta de determinada reunião. Em seguida, no início da reunião, exigir a identificação e fotografar quaisquer pessoas estranhas que adentrasse o ambiente. O SNI, em represália, elaborou uma *Informação Sigilosa* sobre o assunto, com os dados de todos os estudantes envolvidos na inusitada estratégia de identificação dos agentes de segurança, concluindo que

> Os militares e/ou componentes de órgãos de segurança que participam da vida universitária como estudantes, são alvo de campanhas que têm por objetivo alijá-los da participação de quaisquer tipos de reuniões ou mesmo visando a expulsá-los das faculdades a que frequentam[8].

A AESI/UFBA tratou de manter a vigilância e ameaçar de restrições aqueles discentes que não comungassem dos ideais pregados pela ditadura. No Relatório Final da Comissão da Verdade da UFBA registra-se um ofício confidencial da AESI em que solicita ao reitor providências para o fornecimento de fotos dos estudantes a serem matriculados:

---

[8] Esse documento compõe o acervo digitalizado do Arquivo Nacional, no seguinte Fundo/Coleção: Serviço Nacional de Informações (SNI).

> Em 16 de janeiro de 1973 a AESI notoriamente extrapolou em sua ânsia de controlar os estudantes: pediu ao Chefe do Gabinete do Reitor, por meio do ofício confidencial 004/73/SI, que determinasse à Secretaria Geral de Cursos o fornecimento àquela Assessoria dos 'elementos de identificação de 1 (uma) fotografia dos estudantes a serem matriculados nesta Universidade, no ano em curso.' Alegava como justificativa a necessidade de cumprir o Regimento Interno, no seu artigo 5º., Item VIII, 2a. Seção, onde se lia: 'organizar fichários contendo dados informativos de todos os integrantes da UFBA e separando, em arquivo especial, os elementos que, por motivos diversos, sofreram ou venham a sofrer restrições dos Setores de Segurança'. O Chefe de Gabinete encaminhou cópia do ofício à Secretaria Geral de Cursos 'para as providências' (Correspondência Sigilosa do Gabinete do Reitor, doc. RP1006) (Universidade Federal da Bahia, 2014, p. 26).

Mesmo diante da vigilância, do medo e das perseguições, os discentes participaram ativamente da luta pela abertura democrática. A partir de 1974, o movimento estudantil, as organizações de esquerda e as entidades civis procuravam ampliar os limites da abertura gradual do regime. Mas, apesar da luta em prol da redemocratização do país, a gestão do ministro da Educação Ney Braga, a partir de 1974, manteve a política de repressão e perseguição ao movimento estudantil (Lira, 2010).

Naquele ano de 1974, as representações discentes no Colégio Eleitoral, na Congregação, no Conselho Departamental, no Colegiado e Departamento do curso de Psicologia, para o exercício no ano de 1974, foram eleitas em chapa única. O Quadro 10, a seguir, apresenta a composição da chapa e seus respectivos cargos:

Quadro 10 Representação discente do Diretório Acadêmico do curso de Psicologia da FFCH/UFBA – 1974

Cargo	Representantes Discentes
Presidente	Maria José Lopes de Souza
Secretário Geral	Antônio Virgílio Bittencourt Bastos
1ª Secretária	Ana Cecília Barreto Bastos
Tesoureira	Ana Helena Caldeira Galvão
Secretária de Assuntos Culturais	Vera Lúcia Vilas Boas de Souza
Secretária Social	Sonia Maria Gomes
Secretária de Imprensa	Maria Amália Campinho Clementino
Representante e Suplente no Departamento	Ana Luiza Santana de Oliva Ana Helena Caldeira Galvão
Representante e Suplente no Colegiado	Sônia Maria Costa de Amorim Antônio Virgílio Bittencourt Bastos
Representante e Suplente no Colégio Eleitoral	Maria José Lopes de Souza Otacílio Mendes Caria
Representante e Suplente na Congregação	Ana Lúcia M. Passos
Representante e Suplente no Conselho Departamental	Neide Maria C. Santos Ana Cecília Barreto Bastos

Fontes: Ata da eleição, realizada em 28 nov. 1973 e Ata da Congregação da FFCH de 7 dez. 1973. Arquivos CAD e FFCH/UFBA.

Em 1974, a AESI/UFBA encaminhou um informe ao reitor tratando sobre a subversão e terrorismo político nas universidades públicas e escolas de pós-graduação. Nesse Informe nº 999/E2, de 20 de dezembro de 1974, o comandante da VI Região Militar – Segunda Secção (serviço secreto) tratava sobre *Normas preventivas, acauteladoras e repressivas no tocante à subversão em universidades e escolas de pós-graduação*. De acordo com essas normas, o processo de subversão e terrorismo político nas universidades se dava pela presença de quatro elementos: um número aumentado de estudantes passivos, ignorantes, das camadas mais baixas da sociedade e facilmente

manipuláveis por líderes persuasivos; um grupo de pessoas desordeiras, agitadoras e ativistas juvenis, que se passam por estudantes, usando documentação falsa; um grupo de professores, orientadores e investigadores marxistas que, em todas as oportunidades, insuflam ideias subversivas, pregam o terrorismo, a indisciplina e a subversão da ordem pública; e, finalmente, autoridades universitárias apáticas que eram pressionadas por professores subversivos. Ainda, de acordo com o informe, para combater a subversão e o terrorismo político nas universidades, era indicado:

> a) investigar os antecedentes pessoais e familiares dos alunos, notadamente no que concerne a registros penais, políticos e psiquiátricos em membros de seus ascendentes e afim;
>
> b) 'investigar sobre alunos provenientes de lares desfeitos ou de pais alcoólatras, contraventores, desidiosos ou de classe social muito baixa';
>
> c) *estabelecer rigoroso exame intelectual e investigação social para ingresso nas universidades, mediante testes psicotécnicos, psicológicos e psiquiátricos*; 'estabelecer normas mais rigorosas de disciplina, hierarquia e sociabilidade';
>
> d) 'manter vigilância sobre a aparição de líderes e agitadores estudantis e, se necessário, expulsá-los das universidades';
>
> e) 'expulsar também qualquer aluno que tome parte em passeata com objetivo subversivo, de vandalismo, de desordem ou de tumulto';
>
> f) 'examinar atentamente livros e publicações de caráter subversivo, a fim de impedir seu acesso às bibliotecas das

> universidades, aos diretórios acadêmicos, e aos grupos e ao próprio estudante';
>
> g) coibir todos os tipos de cartazes, murais e inscrições com finalidade política ou subversiva;
>
> h) 'proibir reunião, assembleia ou conferência estudantil de caráter subversivo ou de crítica às nossas autoridades, às instituições públicas ou ao governo constituído' (Universidade Federal da Bahia, 2014, p. 30-31) (grifo nosso).

As *Normas preventivas, acauteladoras e repressivas no tocante à subversão em universidades e escolas de pós-graduação*, citada acima, indica no item 'c' o uso de instrumentos de avaliação psicológica e uso dos então denominados psicotécnicos, para investigação de ingressantes nas universidades (Universidade Federal da Bahia, 2014). Cabe destacar, aqui, a importância que a psicologia adquiria naquele momento, enquanto profissão regulamentada em 1962, apenas dois anos antes do golpe militar.

Em 1975, a AESI encaminhou informação sobre os Diretórios Acadêmicos que se encontravam em funcionamento nas unidades da UFBA. Como se trata de fontes de natureza repressiva, os dados podem conter erros e imprecisões. A chapa do Diretório Acadêmico de Psicologia era composta com os seguintes representantes, conforme demonstra o Quadro 11:

Quadro 11 Representação discente do curso de Psicologia da FFCH/UFBA – Diretório Acadêmico e DCE – 1975

Cargo	Representantes discentes
Presidente	Eulina Simões da Rocha
Secretário Geral	Ana Cecília Barreto Alves de Souza
1ª Secretária	Vera Lúcia Villas Boas de Souza
Tesoureiro	Claudete Sales Sampaio
Secretário Social	Antônio Carlos Costa
Secretário Assuntos Culturais	Isnaia Junquilho Freire
Secretário de Imprensa	Aristóteles Pereira da Rocha Filho
Representante e Suplente no Departamento	Ana Cecília Barreto Alves de Souza Jardelina Bacellar
DCE – Tesouraria	Ana Helena Caldeira Galvão

Fonte: Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações (SNI).

A partir da segunda metade de 1975, iniciou-se um processo de distensão política, que se prolongou até a década seguinte. O então presidente Ernesto Geisel propunha uma política de abertura gradual do regime. Porém, nesse contexto político, o ano de 1975 foi de grandes mobilizações. A imprensa passou a ter presença mais ativa, divulgando os eventos estudantis e apresentando a pauta de reivindicações para o grande público. Nesse ano de 1975, foi deflagrada uma greve geral na UFBA, contra o jubilamento, incluindo

> [...] melhorias na educação, contratação de novos professores, resolução dos problemas de infraestrutura, falta de materiais didáticos, ausência de aulas práticas, condição de estágios péssima ou inexistente, reivindicavam aumento dos serviços de assistência em quantidade e qualidade, criticavam a criação de novas taxas e o aumento das já

> existentes, protestavam contra as proibições nas divulgações das publicações e reuniões estudantis, além do desejo da revogação do artigo 9º do Estatuto da UFBA, que regulamentava a recusa de matrícula – jubilamento – aos alunos, problema que atingia estudantes de vários cursos (Silveira, 2019, p. 96).

A pauta de reinvindicações dos discentes de Psicologia foi elaborada em assembleia geral e apresentada formalmente à Reitoria da UFBA, à Câmara de Graduação, à direção da FFCH e aos Colegiado e Departamento de Psicologia, em 30 de setembro de 1975. Os discentes explicitaram os principais pontos do movimento grevista e a decisão de suspender as atividades didáticas. Referiram-se às condições precárias de ensino e a incoerência no uso do jubilamento, diante do baixo nível de ensino, falta de vagas, redução da assistência estudantil e pagamento de taxas. Decidiram interromper as aulas a partir de um posicionamento político sobre a situação de ensino na universidade e no curso de Psicologia, assim como reivindicaram, como condição para retorno às aulas, a suspensão de todas as formas de jubilamento, inclusive recusa de matrícula e retorno dos jubilados. Além disso, emitiram um documento, no qual listaram uma série de garantias para o bom andamento do curso e que deveriam ser implantadas a partir de 1976, sendo elas: 1) Uma assembleia geral com a participação de discentes, docentes, diretoria da FFCH, chefes de departamento e colegiado de Psicologia, para que se possa garantir, oficial e publicamente, a mudança dos pré-requisitos para ingresso no 5º ano do curso de Psicologia; 2) A constituição de uma comissão paritária composta por discentes e docente do curso de Psicologia para: a reformulação geral do currículo; a melhoria das condições materiais de funcionamento do curso, como biblioteca, material didático e manutenção do laboratório; e, a oferta de disciplinas nos

três turnos e nos dois semestres letivos; 3) A contratação de novos professores para atender a supervisão de estágio e todas as disciplinas solicitadas pelos alunos; 4) A construção do laboratório de psicologia experimental e aplicada, ainda em fase de projeto, após sete anos do início do curso. Esse documento emitido pelos alunos, como o resultado da assembleia geral, foi lido na reunião de departamento do curso de Psicologia. A representante discente apresentou as reivindicações estudantis para retorno às aulas, tendo o departamento se comprometido a realizar uma reunião com cinco alunos indicados pela assembleia permanente. A chefe do departamento, professora Giselda Morais, assinou o próprio documento, manifestando a decisão favorável ao abono de faltas e à formação da comissão paritária para solução dos problemas levantados. No entanto, a comissão paritária não foi eleita. A representante discente cobrou do departamento a eleição dos professores que deveriam integrar a comissão paritária e a justificativa do departamento foi a "impossibilidade de se efetuar uma eleição oficial devido à não existência legal de tal comissão".

A greve de setembro de 1975 foi registrada em panfleto, arquivado pela AESI/UFBA. O panfleto trazia dois textos: "Esclarecimento sobre as paralisações na UFBA" e "Jubilamento: aspectos jurídicos". Enquanto o órgão de vigilância e repressão da ditadura dentro das universidades revelava em seus arquivos a luta de resistência dos discentes, o corpo docente de Psicologia mostrava seu posicionamento diante das reivindicações estudantis. Durante reunião do Departamento de Psicologia, em 13 de outubro de 1975, a representante estudantil manifestou sua "estranheza, pelo fato dos professores de Psicologia não terem participado da assembleia permanente, enquanto os professores dos outros departamentos assim o fizeram".

O movimento estudantil era intensamente vigiado e visado pelos órgãos de segurança do regime militar. Em março de 1976, os estudantes Valdélio Silva e Frederico Torres foram presos na cidade

mineira de Governador Valadares, quando viajavam para participar de uma reunião nacional do movimento estudantil no Rio de Janeiro. Valdélio era aluno da FFCH, curso de Ciências Sociais e Frederico era aluno da Faculdade de Ciências Econômicas, curso de Economia. De acordo com o Relatório da Comissão da Verdade da UFBA,

> Os dois foram mantidos incomunicáveis por oito dias, no DOPS da capital mineira. Foram interrogados sob tortura e soltos após 13 dias de prisão, com a obrigação de permanecerem em Belo Horizonte e se apresentarem mensalmente ao delegado do DOPS. Respaldados no forte movimento estudantil desencadeado por sua libertação, apresentaram-se apenas uma vez e retornaram a Salvador (Universidade Federal da Bahia, 2014, p. 32).

Preocupados com os colegas presos em Minas Gerais, o DCE convocou uma reunião na Faculdade de Ciências Econômicas, que foi proibida pela reitoria. Punitivamente, o coordenador do Colegiado de Economia determinou a suspensão do funcionamento do Diretório Acadêmico por tempo indeterminado. Todos os alunos do diretório foram advertidos, alguns alunos foram suspensos e um deles, funcionário da faculdade, foi demitido, por determinação do reitor Augusto Mascarenhas. Os estudantes decidiram, em assembleia geral, paralisar as aulas por 48 horas, em protesto contra o fechamento do Diretório Acadêmico de Economia e a prisão de dois colegas em Minas Gerais.

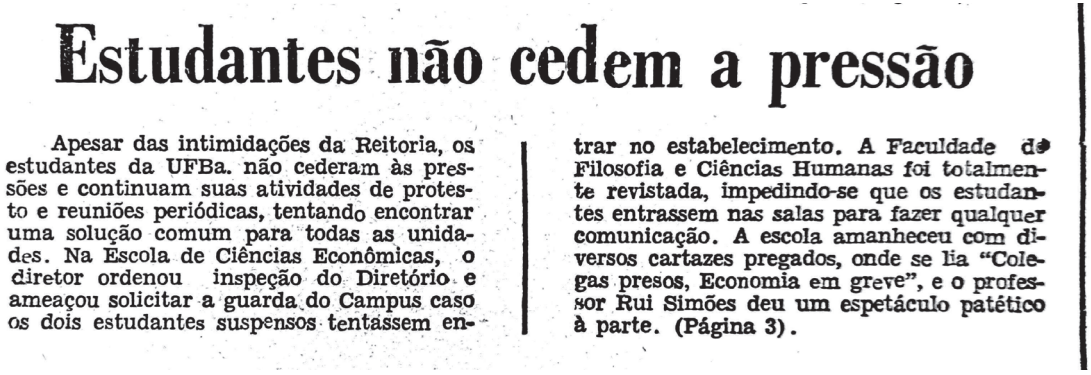
O movimento de luta em defesa dos alunos presos se estendeu a outras faculdades. O jornal *Diário de Notícias* de 20 de março de 1976 dá a manchete em primeira página: "Estudantes não cedem a pressão", dedicando grande espaço interno com a matéria "Estudantes sustentam posição de protesto" (Figuras 13 e 14). As medidas punitivas adotadas pela reitoria foram: fechamento do Diretório Acadêmico de Economia, suspensão de estudantes, demissão de funcionário, proibição de reuniões e de colocação

de cartazes em murais em todas as unidades de ensino. Apesar dessas medidas, o movimento estudantil manteve suas atividades de distribuição de notas de protesto, reuniões e comunicação em salas de aulas.

Novas medidas autoritárias foram adotadas para conter o movimento estudantil. A FFCH foi totalmente revistada e os alunos impedidos de entrar nas salas para fazer qualquer comunicação. Mesmo assim, os estudantes da FFCH, que reunia os cursos de Psicologia, História, Ciências Sociais e Filosofia, pregaram cartazes nas paredes onde se lia "Colegas presos", "Economia em greve". Em seguida, o diretor da faculdade, Eduardo Saback, e o vice-diretor, Ruy Simões, percorreram a faculdade, orientando aos funcionários que arrancassem os cartazes. No dia seguinte, o professor Ruy Simões não permitiu a entrada dos alunos na sala de aula, fazendo uso da expressão: "a maré não está pra peixe". A citada matéria jornalística publicou, em primeira página, que o professor de filosofia "Ruy Simões deu um espetáculo patético à parte". Dando voz aos estudantes, o jornal informou:

> [...] alguns fatos pitorescos aconteceram na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Quando estávamos na sala de aula de Psicologia da Personalidade, conversando com os colegas, o professor Ruy Simões, dizendo-se vice-diretor da escola – até o momento não sabíamos – tal como aconteceu com a invasão de policiais em Economia, entrou e disse que não ia permitir reunião, desrespeitando inclusive a presença do professor a quem transferiu a responsabilidade (Estudante [...], 1976).

Nessa mesma matéria do *Diário de Notícias*, citada anteriormente, há um destaque para os problemas estruturais enfrentados pelos alunos de Psicologia: atraso na conclusão do curso por falta de locais de estágio e poucos professores no departamento, o que impactava em turmas superlotadas. A falta de professores era um problema que já se arrastava no curso desde seu início. Em carta encaminhada, em 1974, ao colegiado



Estudantes não cedem a pressão

Apesar das intimidações da Reitoria, os estudantes da UFBa. não cederam às pressões e continuam suas atividades de protesto e reuniões periódicas, tentando encontrar uma solução comum para todas as unidades. Na Escola de Ciências Econômicas, o diretor ordenou inspeção do Diretório e ameaçou solicitar a guarda do Campus caso os dois estudantes suspensos tentassem entrar no estabelecimento. A Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas foi totalmente revistada, impedindo-se que os estudantes entrassem nas salas para fazer qualquer comunicação. A escola amanheceu com diversos cartazes pregados, onde se lia "Colegas presos, Economia em greve", e o professor Rui Simões deu um espetáculo patético à parte. (Página 3).

Figura 13 Publicação: "Estudantes não cedem a pressão"

Fonte: matéria de capa do jornal *Diário de Notícias* - Edição de 20 de março 1976.

Estudantes sustentam posições de protesto, apesar das ameaças.

Apesar das medidas punitivas adotadas pela Reitoria da UFBa, proibindo reuniões em todas suas unidades, murais, discussões em salas de aula, fechamento do Diretório de Economia e suspensão dos dois estudantes daquela escola, os universitário demonstraram que não estão intimidados, e durante todo o dia de ontem prosseguiram em suas atividades, distribuindo notas de protesto, realizando reuniões e passando em salas de aula.

Novas medidas foram adotadas para conter qualquer movimentação estudantil: sob ordens do diretor da Escola de Ciências Econômicas, Carlos Brandão, o diretório da escola foi inspecionado e os estudantes Elza Souza - presidente do D.A. e Luís Tinoco, foram impedidos de entrar no estabelecimento de ensino, sob ameaça de solicitar a guarda do Campus caso houvesse insistência. Na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, a escola foi revistada e foi impedido que os estudantes entrassem em salas para comunicar qualquer fato.

RAPIDA OPERAÇÃO

Reunindo quatro cursos — Filosofia, História, Ciências Sociais e Psicologia — A Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas esteve bastante movimentada ontem, com os estudantes numa rápida operação pregando uma nota do Conselho de Representantes: "Colegas presos, Economia em greve' em todas as portas e paredes. Porém, como informaram os estudantes, após esta operação, uma comissão formada pelo diretor da escola, Edvaldo Saback, Ruy Simões, vice-diretor e o professor Albérico Mota, desceu e depois de percorrer a Faculdade, alguns funcionários tentaram arrancar das paredes a nota pregada.

Segundo os estudantes, "alguns fatos pitorescos aconteceram ontem na Faculdade de Filosofia. Quando estávamos na sala de aula de Psicologia da Personalidade, conversando com os colegas o professor Ruy Simões, dizendo-se vice-diretor da escola — até o momento não sabíamos — tal como aconteceu com a invasão dos policiais em Economia, entrou e disse que não ia permitir reunião, desrespeitando inclusive a presença do professor a quem transferiu a responsabilidade".

Também na quarta-feira, o professor Ruy Simões não teria permitido que os estudantes entrassem na sala de aula e ainda, como informaram os estudantes, teria dito que "a maré não está para peixe". Num outro incidente ainda aconteceu com relação à entrada de aula, quando o professor não permitiu que isto acontecesse, os estudantes que estavam assistindo a aula se retiraram em sinal de protesto.

CONTATO COM CLERO

Declarando que "reconhecemos esta situação como uma forma de cercear nossas atividads que levantam os problemas sentidos na UFBa e que este ano se agravaram mais ainda, os estudantes de Psicologia citam inúmeras deficiências da escola: o pessoal do quinto ano ainda não começou o estágio por falta de vagas para todas as pessoas, tem professor que está com cinco turmas de alunos, sendo 60 em cada, o que perfaz um total de 300 alunos.

Por falta de professores, ou melhor, da reclassificação, os estudantes dizem que as pesquisas de alguns professores estão sendo prejudicadas porque têm que dedicar todo o tempo às aulas. O estágio dos estudantes de Psicologia fica a depender de reconhecimento do curso, porque ainda não houve convênio com instituições públicas.

Dentro das atividades estudantis, o DCE está mantendo contato com entidades de classes, e com o clero. Após assembléia realizadas ontem, os estudantes de Ciências Sociais elaboraram documentos de protesto, assim como os de Geociências.

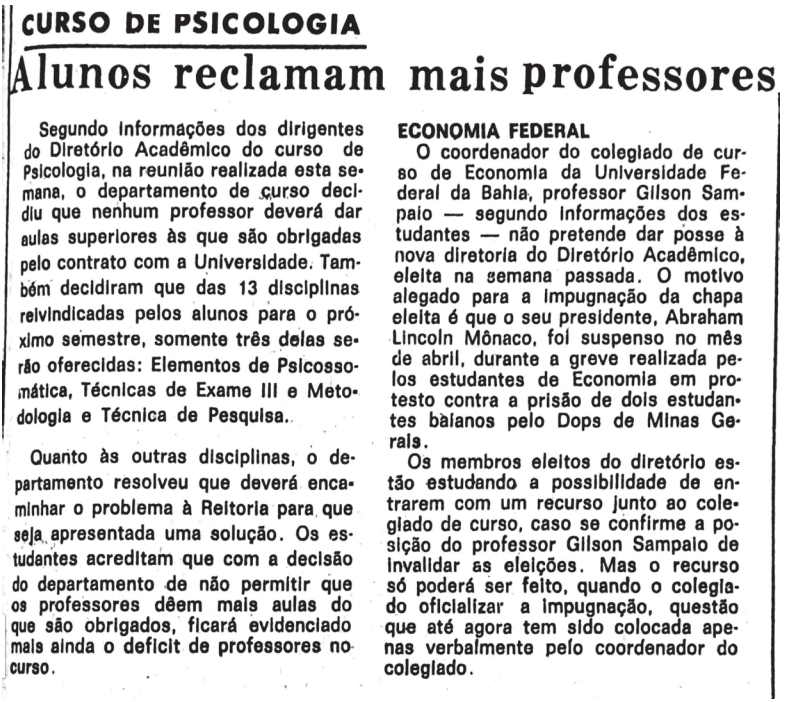
Figura 14
Publicação: "Estudantes sustentam posição de protesto, apesar das ameaças"

Fonte: matéria do jornal *Diário de Notícias* - Edição 20 de março 1976, p. 3.

e ao departamento, os discentes registraram a falta de vagas nas disciplinas, com turmas insuficientes e poucos professores e fizeram um abaixo-assinado solicitando ao departamento o oferecimento da disciplina Psicologia do Desenvolvimento para uma média de 50 discentes, de modo a concluir o curso em tempo hábil. Também as turmas de 1971 e 1972, num total de 32 discentes, solicitaram o oferecimento da disciplina Metodologia e Técnica de Pesquisa em Psicologia para o segundo semestre de 1975, pois não constava entre as disciplinas oferecidas na pré-matrícula daquele ano.

Também a AESI acompanhava as demandas dos discentes de Psicologia por melhores condições de ensino. Encontramos em seus arquivos o jornal *Tribuna da Bahia*, de 18 de junho de 1976 (Figura 15), que trazia uma nota intitulada "Curso de Psicologia: Alunos reclamam mais professores":

> Na reunião realizada esta semana, o departamento de curso decidiu que nenhum professor deverá dar aulas superiores às que são obrigadas pelo contrato com a universidade. Também decidiram que das 13 disciplinas reivindicadas pelos alunos para o próximo semestre, somente três delas serão oferecidas: Elementos de psicossomática, Técnicas de Exame III e Metodologia e Técnicas de Pesquisa.
>
> Quanto às outras disciplinas, o departamento resolveu que deverá encaminhar o problema à Reitoria para que seja apresentada uma solução. Os estudantes acreditam que com a decisão do departamento de não permitir que os professores dêem mais aulas do que são obrigados, ficará evidenciado mais ainda o déficit de professores do curso (Curso [...], 1976).



CURSO DE PSICOLOGIA

Alunos reclamam mais professores

Segundo informações dos dirigentes do Diretório Acadêmico do curso de Psicologia, na reunião realizada esta semana, o departamento de curso decidiu que nenhum professor deverá dar aulas superiores às que são obrigadas pelo contrato com a Universidade. Também decidiram que das 13 disciplinas reivindicadas pelos alunos para o próximo semestre, somente três delas serão oferecidas: Elementos de Psicossomática, Técnicas de Exame III e Metodologia e Técnica de Pesquisa.

Quanto às outras disciplinas, o departamento resolveu que deverá encaminhar o problema à Reitoria para que seja apresentada uma solução. Os estudantes acreditam que com a decisão do departamento de não permitir que os professores dêem mais aulas do que são obrigados, ficará evidenciado mais ainda o deficit de professores no curso.

ECONOMIA FEDERAL

O coordenador do colegiado de curso de Economia da Universidade Federal da Bahia, professor Gilson Sampaio — segundo informações dos estudantes — não pretende dar posse à nova diretoria do Diretório Acadêmico, eleita na semana passada. O motivo alegado para a impugnação da chapa eleita é que o seu presidente, Abraham Lincoln Mônaco, foi suspenso no mês de abril, durante a greve realizada pelos estudantes de Economia em protesto contra a prisão de dois estudantes baianos pelo Dops de Minas Gerais.

Os membros eleitos do diretório estão estudando a possibilidade de entrarem com um recurso junto ao colegiado de curso, caso se confirme a posição do professor Gilson Sampaio de invalidar as eleições. Mas o recurso só poderá ser feito, quando o colegiado oficializar a impugnação, questão que até agora tem sido colocada apenas verbalmente pelo coordenador do colegiado.

Figura 15
Publicação: "Curso de Psicologia – Alunos reclamam mais professores"
Fonte: Matéria do jornal *Tribuna da Bahia* – Edição de 18 de junho de 1976, p. 11.

A nova chapa do Diretório Acadêmico, eleita para a gestão de 1977, enfrentou um ano intenso, com greve e prisões de alunos de Psicologia. No Quadro 12, a seguir, estão os nomes dos representantes estudantis do Diretório Acadêmico de Psicologia e das representantes do DCE, discentes do curso, conforme encaminhamento confidencial do SNI. Como se trata de fontes de natureza repressiva, os dados podem conter erros e imprecisões.

Quadro 12 Representação discente do curso de Psicologia da FFCH/UFBA – Diretório Acadêmico e DCE – 1977

Cargo	Representantes discentes
Presidente	Ilka Dias Bichara
Secretário Geral	Vera Lúcia Villas Boas de Souza
1ª Secretária	Rita de Cássia Maskell Rapold
Secretário Social e de Esportes	Eliana Noronha de Oliveira
Secretário de Cultura	Icléa Maso Pereira
Secretário de Imprensa	Carlos Francisco Linhares de Albuquerque
Tesoureiro	Maria José Pereira Guirra
Representante e Suplente no Departamento	Isnaia Junquilho Freire Neusa Maria Goes Marques
Representante e Suplente no Colegiado	Ana Cristina Almeida Simon Isa Maria A. Farias
DCE – 1ª Vice-Presidente	Sandra Regina Soares
DCE – Secretaria de Cultura	Ana Cristina Almeida Simon

Fonte: Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações – SNI.

Em 1977, o movimento estudantil passou a reorganizar as manifestações de rua e assembleias nas universidades e a lutar pela reconstrução de suas entidades. Estava programado a realização do III Encontro Nacional de Entidades Estudantis, no dia 4 de junho, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Entre os principais objetivos, estava a discussão sobre a recriação da UNE e líderes estudantis de todas

as capitais brasileiras iriam participar. Mas as delegações foram detidas antes de sua realização; as tropas policiais impediram o acesso dos estudantes a Belo Horizonte e aqueles que conseguiram chegar se aglomeraram em frente ao Diretório Acadêmico de Medicina da UFMG, havendo investida da tropa de choque e mais de 400 prisões (Lira, 2010; Silveira, 2019; Universidade Federal da Bahia, 2014).

Da UFBA, havia saído uma comitiva formada por 12 estudantes, apreendidos pela polícia antes de chegar à UFMG. Consta nos arquivos da AESI/UFBA um Encaminhamento de nº 257/77/ASI/UFBA com um Relatório de Atividades Estudantis, datado de 9 de agosto de 1977, tratando sobre os episódios ocorridos com os estudantes detalhando que, em 5 de julho de 1977, os estudantes estavam

> sendo ouvidos na SR/DPF/BA, por Carta Precatória da Delegacia da PF de Minas Gerais, os doze estudantes da UFBA que tentaram participar do III Encontro Nacional de Estudantes em Belo Horizonte – MG.

Dentre esses 12 estudantes, presos pela Polícia Federal em Belo Horizonte, em 4 de junho de 1977, estavam as estudantes de Psicologia Rita de Cássia Maskell Rapold e Maria Amália Campinho Clementino. O Relatório especial sobre o Movimento Estudantil (1977) encaminhado pelo CISA ao SNI, apresentou cronologicamente os eventos mais significativos sobre o movimento estudantil ao longo de todo o ano, inclusive sobre a ida dos estudantes ao III ENE. Dois dias após a partida da delegação para o III ENE, os estudantes da UFBA permaneceram em vigília, por já terem recebido a notícia das prisões em Belo Horizonte, ocorrida no dia anterior. Foram avisados por meio de telefonemas dos estudantes que viajavam em um ônibus não interceptado pelos policiais mineiros. Cerca de 100 estudantes estiveram reunidos na sede do Diretório Acadêmico na FFCH, onde foram criadas: uma comissão de finanças com o fim de angariar fundos

para o pagamento de advogados que seriam contratados, caso os estudantes permanecessem presos, outra para entrar em contato com o clero pedindo-lhe assistência para os estudantes detidos e uma terceira comissão para reunir os pais dos estudantes implicados, em busca de uma solução comum. Também foi formada uma quarta comissão a fim de conclamar os estudantes, inclusive dos cursinhos, para solicitar apoio e afixar cartazes com os nomes dos alunos detidos nas diversas unidades da UFBA.

No dia 5 de junho de 1977, houve uma reunião dos integrantes do movimento estudantil com os familiares dos estudantes presos, no Mosteiro de São Bento, em Salvador-Bahia, para discutir meio de libertá-los (Universidade Federal da Bahia, 2014). Já no dia 6 de junho, foi realizada uma assembleia geral universitária na Escola Politécnica da UFBA, com a presença aproximada de 800 estudantes, para decretar uma greve geral de 48 horas, criticar o impedimento e a repressão do III ENE e a prisão dos estudantes participantes. Nesse mesmo dia, haviam chegado, no início da tarde, os primeiros delegados estudantis que haviam ido para Belo Horizonte, desembarcando do ônibus e sendo recebidos por familiares e integrantes da comissão de recepção.

Os estudantes deram entrevista coletiva à imprensa na FFCH, afirmando que foram vítimas de pressões psicológicas e ameaçados de serem levados para quartéis do Exército. Foi decretada a suspensão da greve iniciada às 12 horas do dia 6 de junho. A imprensa divulgou as prisões, a decretação da greve e toda a mobilização estudantil em torno da prisão dos estudantes em Belo Horizonte (Figuras 16, 17 e 18)[9]

No âmbito interno do curso de Psicologia, as lutas em prol da melhoria das condições estruturais e de ensino do curso continuavam,

[9] Estudantes [...], 1977a, p. 5; Estudantes [...], 1977b, p. 3; Quase [...], 1977, p. 3.

Figura 16
Publicação: "Estudantes contam como foi a prisão em Belo Horizonte"
Fonte: matéria do *Jornal da Bahia* - Edição de 8 de junho de 1977, p. 5.

ESTUDANTES CONTAM COMO FOI A PRISÃO EM BELO HORIZONTE

Pressão psicológica para a obtenção de informações, maus tratos físicos, prisões arbitrárias de pessoas desligadas do movimento estudantil e a comprovação de um completo esquema de agentes da Polícia Federal infiltrado nos meios estudantis, foram as denúncias trazidas pelos estudantes da UFBa que foram detidos em Belo Horizonte ao tentarem participar do III Encontro Nacional de Entidades Estudantis.

Reunidos ontem na Faculdade de Ciências Humanas em entrevista coletiva à imprensa, os estudantes contaram que a primeira prisão - de dez universitários baianos - ocorreu 6ª feira à noite no Posto da Polícia Rodoviária Federal, a uns 10 Km do centro de Belo Horizonte: "Os policiais entraram no ônibus e pediram a cédula de identidade do pessoal jovem, enquanto iam conferindo os nomes com uma lista que estava em suas mãos. A medida em que os nomes coincidiam ele nos empurravam para um "camburão" da Polícia Militar que nos levaria ao DOPS".

Segundo os estudantes, a viagem até Minas foi feita em companhia de um agente da Polícia Federal que, no momento em que o ônibus foi detido assumiu o comando da operação, partindo logo em seguida num Opala branco que estava à sua espera. A relação com os nomes dos delegados da UFBa não fôra remetida para Minas pelos estudantes.

"Eles sabiam até o curso que cada um de nós cursava, mas foi justamente por isso que um colega não ficou detido, apesar de viajar no mesmo ônibus que nós: ele estava no lugar de outro que acabou não indo".

Chegando ao DOPS, os estudantes foram fichados, fotografados e submetidos a interrogatórios com quatro horas de duração, em média, sendo as quatro moças detidas ficaram em salaa separada.

"Durante o interrogatório - eles contaram - respondemos perguntas sobre qual era o nosso cod-nome, a quem representávamos, a forma como fomos escolhidos para ir a Minas, a qual entidade pertenciamos e qual o cargo que ocupávamos dentro dela, o que achávamos da política econômica, sanitária do país, das importantesções e exportações, das multinacionais, de onde tínhamos conseguido dinheiro para participar do encontro e se esse dinheiro era proveniente de Moscou, etc. Ao todo, foram 15 perguntas e a alguns de nosso colegas perguntaram se pertenciam ao "Partidão"; a uma colega se ela sabia da aplicação de torturas sexuais a quem não se dispunhsesse a falar. Sofremos pressões psicológicas durante o tempo todo".

De acordo com os estudantes, as perguntas eram feitas de maneira truncada, repetidas várias vezes com o objetivo de deturpar os depoimentos.Houve o caso de uma menina que, ao responder a duas perguntas ao mesmo tempo foi interpretada de maneira errada sendo que, ao se recusar a assinar o questionário, foi ameaçada de torturas físicas, o que a levou a concordar com o que estava escrito

Ainda nas dependências do dops,os agentes federais perguntaram sobre a participação que está sendo no movimento um estudante da UFBa preso em 1976. Terminado o interrogatório, os estudantes foram encaminhados para celas comuns, sendo que por volta das 14 horas de sábado a feminina já estava com umas 60 pessoas e a masculina com mais de 80.

"A confusão foi tanta disseram os estudantes - que chegaram a prender uma menor, (filha de um almirante, logo posta em liberdade) um casal em lua-de-mel, e até um professor alemão que estava em Minas a convite do governo, para dar aula na Escola de Ouro Preto. Esse professor estava em companhia de sua esposa e mostrava a todo instante a documentação que recebera do Itamaraty, reclamando que a Embaixada alemã ia tomar conhecimento daquele afronto. Mesmo assim, o pessoal foi solto todo ao mesmo tempo e fomos obrigados a conviver com baratas, ratos, falta de higiene (a água dada para beber era a mesma utilizada para descarga dos sanitários), num frio e umidade insuportáveis".

Uns estudantes afirmaram ter pago Cr$ 180,00 por 3 litros de leite, 8 sanduiches, 2 litros de café e seis copos plásticos que pediram a um policial para lhe levar até a cela

No sábado foram presos mais três estudantes baianos que estavam no campus universitário. As 2 horas da manhã de domingo foram soltas as quatro moças e às 4 horas os rapazes, sob a ameaça dos policiais que os amedrontaram com nova prisão caso andassem agrupados pelas ruas ou ficassem na rodoviária a espera de condução. Os estudantes conseguiram hospitalidade na casa de colegas de Minas e no mesmo dia embarcaram de volta a Salvador. ENCONTRO COM REITOR

Durante a coletiva de ontem, um estudante representando o grupo da Escola de Agronomia da UFBa relatou o encontro ocorrido anteontem em Cruz das Almas entre alunos daquela escola e o reitor Augusto Mascarenhas.

Disse o estudante que o reitor referiu-se ao movimento como sendo uma "molecagem" e que obrigou a dispersão dos 300 representantes de Agronomia que se encontravam em frente ao prédio da Reitoria.

"Formamos então uma comissão para pedir a ele as providências pela libertação dos colegas que, àquela altura dos acontecimentos ainda imaginávamos presos em Minas e ele nos disse apenas que aquele era um caso para ser pensado, alegando que o ENEE era absolutamente ilegal.

ESTUDANTES RESPONDEM ÀS PRISÕES COM GREVE GERAL

Greve geral de 48 horas na Universidade Federal da Bahia em repúdio à prisão de mais de 700 colegas que tentaram realizar o III Encontro Nacional de Estudantes no último sábado, em Belo Horizonte, foi a primeira decisão tomada na assembléia que reuniu cerca de 1.500 estudantes em frente à Escola Politécnica, na manhã de ontem. Foi marcada nova assembléia geral para amanhã, às 9 horas, desta vez no campus da Universidade Católica que, possivelmente, entra em greve hoje.

Marcada inicialmente para a Faculdade de Arquitetura, a assembléia foi transferida — por uma questão de espaço — para a Politécnica, onde começou exatamente às 11:15 horas, com representantes estudantis comunicando que desde a manhã já tinham sido realizadas reuniões em suas escolas, decidindo-se pela paralisação das aulas. Assim aconteceu nas escolas de Comunicação, Geologia, Agronomia, Farmácia, Engenharia e Economia Católica.

Ontem à tarde, os diretórios acadêmicos que já funcionam na UCS e mais as comissões de alunos de unidades onde ainda não existem diretórios reuniram-se para discutir as formas de encaminhar a greve também na Universidade Católica. De início, sabe-se que pretendem, hoje pela manhã, passar nas salas de aula, informando toda a situação e convocando os colegas para a paralisação geral.

GARANTIA

Depois de decidida a greve na UFBa., os estudantes dividiram-se em comissões para garantir a greve em todas as escolas. Assim, foram designadas comissões para passar nas faculdades da parte baixa do campus da Federação (Geologia, Química, Física, Veterinária e Biologia), na parte alta (Instituto de Matemática, Arquitetura, Engenharia e Ciências Humanas) e no Vale do Canela (Medicina, Comunicação, Farmácia, Odontologia, Educação, Administração, Música e Artes Cênicas, Teatro e Direito) e mais o Instituto de Letras.

Outra comissão foi estruturada para entrar em contato com setores da população visando a organização da Semana de Anistia, prevista para realizar-se, em todo o Brasil, no período de 8 a 15 deste mês e discutir idéias como a elaboração de um manifesto de professores e intelectuais por liberdades democráticas, a exemplo do que foi feito no Rio Grande. Uma comissão de infra-estrutura" foi encarregada de angariar fundos, confeccionar cartazes e redigir uma nota à população, explicando as razões da greve.

Foram ainda formadas comissões para garantir a greve na UCS e para receber os 23 delegados de 12 escolas que haviam sido presos em Brasília e, posteriormente liberados, estavam de volta a Salvador. Os estudantes chegaram em três grupos à Estação Rodoviária, às 13:18 horas de ontem e na manhã de hoje.

A proposta para que todos os estudantes reunidos na assembléia de ontem fossem em passeata buscar a primeira turma que chegava não foi aceita porque os estudantes, após muita discussão, acharam melhor não esvaziar a assembléia, considerando mais importante continuarem reunidos e discutindo o encaminhamento do movimento.

FECHAMENTO DO ICBA

Muitos estudantes inscreveram-se para falar na assembléia de ontem. Um deles denunciou o fechamento do Icba., na véspera, pela Polícia Federal, para impedir o pronunciamento de colegas durante um show do grupo Sangue e Raça.

Um estudante de Economia contou que pela manhã o diretor da sua escola mandou um funcionário retirar todos os cartazes de propaganda eleitoral das chapas concorrentes ao diretório acadêmico cujas eleições realizam-se dia 8. "Como nós não permitimos, o diretor convocou a guarda universitária para arrancar os cartazes".

— Então nós, os alunos que estavam na escola — mais ou menos uns 100 — fomos ao gabinete do diretor e manifestamos o nosso repúdio à sua atitude. Ela disse que não aceitava o nosso repúdio e ameaçou acertar as contas com nosso representante Frederico Torres, que falava em nosso nome. A partir daí, lemos em coro a carta aberta que fizemos no dia 12 de maio, quando o diretor fechou a escola por dois dias. Depois saímos do gabinete dele gritando "abaixo a repressão".

— Em Geologia, disse outro estudante, o diretor mandou fechar todas as salas para impedir que fizéssemos assembléia e nós a fizemos, com muito maior número de pessoas (inclusive colegas de outras escolas), na entrada da escola.

Figura 17
Publicação: "Estudantes respondem às prisões com greve geral"

Fonte: matéria do Jornal *Tribuna da Bahia* – Edição 7 de junho de 1977, p. 3.

QUASE TODOS OS ESTUDANTES FIZERAM A GREVE SIMBÓLICA

Quase todos os 15 mil alunos da Universidade Federal da Bahia, mais os da Universidade Católica do Salvador e Escola Baiana de Medicina fizeram greve ontem como protesto à repressão ao III Encontro Nacional dos Estudantes. Hoje, todos os universitários baianos estão sendo convocados para uma nova assembléia geral, às 9 horas, no campus da UCS, na Federação.

Em nota de esclarecimento, a Assessoria de Divulgação da Reitoria da UFBa disse que "a greve que uma minoria de estudantes deseja deflagrar em nome de 15 mil alunos é desmotivada e ilegal, estando as autoridades universitárias certas de que a maioria dos estudantes terá bom senso de continuar normalmente as suas atividades escolares". No dia de ontem, porém, a maioria esmagadora dos alunos não assistiu às aulas, uns poucos o fizeram.

Em algumas escolas da UFBa., grupos de seis a oito alunos, em média, em turmas de cerca de 50, assistiram às aulas, mas, de maneira geral, elas foram paralisadas. Na Faculdade de Direito foi feita, às 7 horas da manhã, uma prova de Direito Civil "porque a gente ainda não sabia da greve", mas uma outra prova, de Direito do Trabalho, marcada para as 10 horas, não foi realizada, conforme esclarecimento dos alunos.

A decisão do adiamento foi tomada numa rápida assembléia em sala de aula.

Na Faculdade de Odontologia — "espantosamente", na opinião dos próprios estudantes — foi realizada uma assembléia geral, "coisa que não acontecia aqui, há séculos", afirmou uma aluna enquanto enumerava os vários problemas internos da escola que nunca foram discutidos "imagine os outros!", sallentou.

Na assembléia de ontem pela manhã, cerca de 100 estudantes de Odontologia resolveram apoiar a greve decidida na assembléia geral universitária realizada na véspera, e, principalmente, assegurá-la, ficando de plantão na faculdade "para impedir que esses inconscientes assistam aulas". Esses estudantes acusaram o ciretório acadêmico da escola de "não representar os nossos interesses achando que diretório existe apenas para jogar ping-pong e baralho".

Na Escola de Biblioteconomia e Comunicação da UFBa., um imenso cartaz colocado na área externa e na parte mais alta do prédio podia ser visto por todos os que passavam pelo vale do Canela: "Estamos em greve pela realização do III Ene". Em diversas outras escolas, grandes cartazes anunciavam a paralisação, convocavam para a assembléia de hoje e para a mostra de som de ontem, em São Lázaro.

Na Faculdade de Direito, os cartazes colocados pelos alunos anunciando as mesmas coisas que os seus colegas de outras faculdades foram arrancados por ordem do diretor da escola, Gerson Pereira dos Santos. Como os estudantes não se dispunham a assistir às aulas, um funcionário da faculdade começou a avisar, aos que estavam pelos corredores: "Jovens, já que não tem aula, vamos fechar todas as salas, certo?"

Em várias escolas foram realizadas assembléias, debates ou mostra de som — consideradas como "atividades de greve" — que mantiveram os alunos nas escolas, apesar de não haver aulas. Em Economia, não foi possível realizar assembléia pela manhã, segundo os estudantes, devido à falta de mobilização. Hoje, no entanto, os estudantes daquela escola escolhem a chapa que dirigirá o seu diretório acadêmico este ano. Na Escola de Administração fez-se uma assembléia e discutiu-se o terário do III Ene e pro-

ESTAMOS EM GREVE - 48hs
- PELA LIBERTAÇÃO DOS COMPANHEIROS PRESOS
- POR LIBERDADES DEMOCRÁTICAS
- PELA LIVRE ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES
- PELA REALIZAÇÃO DO III ENE
- CONTRA O RECESSO DA UFBA E UNB

ASSEMBLÉIA - 4ª FEIRA - 9:30 - CATÓLICA
CAMPUS DA

Figura 18
Publicação: "Quase todos os estudantes fizeram a greve simbólica"

Fonte: matéria do Jornal *Tribuna da Bahia* – Edição de 8 de junho de 1977, p. 3.

a ponto de mobilizar os discentes para uma greve, naquele ano de 1977. A pauta de reivindicações foi explicitada no relatório das atividades estudantis, encaminhado ao reitor pela AESI/UFBA, em 5 de setembro. Conforme esse relatório, as reivindicações dos estudantes de Psicologia eram,

> [...] aulas normais, para mais de 200 universitários, mediante contratação de professores, estágio, que é necessário para a conclusão do curso, aumento de carga horária, clínica experimental e laboratório.

A AESI/UFBA pediu ao reitor um posicionamento, que respondeu:

> Em atenção ao Ofício nº 242/77/SI de 06 do corrente, informo a V.Sa. o seguinte:
>
> Greve no curso de psicologia
>
> - A Superintendência Acadêmica, em sucessivas reuniões com o corpo docente da Unidade e, em particular, com os componentes do Departamento, induziu a cumprir as Resoluções do Conselho de Coordenação sobre o número de horas/aulas a serem dadas pelos vários docentes, o que não estava sendo observado. Uma vez obedecidas tais Resoluções, as necessidades do Departamento foram cobertas plenamente, como haviam sido planejadas;
>
> - Quanto a uma outra reivindicação dos alunos, referente ao reconhecimento do curso, foi mostrado que a UFBA já havia tomado as providências que eram de sua competência, cabendo a resolução agora ao Conselho Federal de Educação.

As tensões se ampliaram, pois quatro estudantes de Psicologia corriam o risco de serem jubilados, além de haver possibilidade de reprovação em massa, caso as aulas não fossem retomadas. A AESI continuou acompanhando a mobilização grevista dos estudantes de Psicologia,

que se prolongava há três semanas, e, em 22 de setembro de 1977, registrou em relatório:

> Em psicologia, na sua terceira semana de greve, o ambiente é de extrema tensão, pois existe a possibilidade de 4 (quatro) estudantes serem jubilados e haver reprovação em massa, caso as atividades acadêmicas não se normalizem até o final deste mês[10].

Nessa segunda metade da década de 1970, o movimento estudantil já se consolidara como campo de resistência em prol da redemocratização e da anistia. A luta contra a ditadura havia aglutinado diversos setores da sociedade, entre partidos e movimentos políticos, inclusive grupos e partidos clandestinos associados à luta armada, e classe trabalhadora. O movimento estudantil, que teve uma trajetória de luta articulado a partidos e movimentos mais amplos da sociedade, aderiu à articulação estratégica para derrotar a ditadura pela via da organização e mobilização pacífica, empunhando bandeiras como anistia, constituinte, eleições diretas, dentre outras (Universidade Federal da Bahia, 2014).

O Relatório da Comissão da Verdade apresenta alguns documentos, encontrados na AESI/UFBA, nos quais registra-se a mobilização dos estudantes em torno da luta pela anistia durante o mês de junho de 1977. No dia 10, houve a realização de uma Semana da Anistia, na Faculdade de Arquitetura. Quatro dias depois, ocorreu um debate sobre a anistia, com a presença de D. Timóteo Anastásio, abade do Mosteiro de São Bento, além de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Ala Jovem do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e do Movimento Feminino pela Anistia. No dia 16,

[10] Arquivo físico da AESI/UFBA.

cerca de 400 pessoas participaram de um Culto Ecumênico, no Colégio das Mercês. Encerrando a programação, houve um debate sobre anistia, na Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA. Em outro informe da AESI/UFBA, registra-se que, em 23 de agosto do mesmo ano, cerca de mil estudantes realizaram um ato representativo do *Dia Nacional de Luta* no pátio externo da Escola Politécnica, saindo em passeata até a Catedral Basílica, conseguindo agregar em torno de 4 mil pessoas que levavam faixas pedindo Anistia Geral, Democracia Já, entre outras palavras de ordem.

Em 1978, o AI-5 foi revogado pelo artigo 3º da Emenda Constitucional nº 11, bem como todos os atos institucionais e complementares que ainda vigoravam. No ano seguinte, foi aprovada a Lei da Anistia, em continuidade ao processo de distensão *lenta, gradual e segura* do regime, que dava sinais de esgotamento de suas engrenagens, possibilitando o retorno ao país àqueles que haviam sido banidos ou que optaram pelo exílio (Clemente, 2005, 2006).

Fico (2012) evidencia a diferença entre a Campanha da Anistia e a Lei da Anistia, de 1979. A campanha surgiu em 1975, quando foi criado o Movimento Feminino pela Anistia. A campanha ganhou mais fôlego em 1977, quando eclodiram manifestações estudantis em várias cidades do país. Em 1978, formou-se o Comitê Brasileiro pela Anistia, lançado no Rio de Janeiro, com a exigência de uma anistia *ampla, geral e irrestrita*, que se tornou o *slogan* da campanha. Diferentemente da campanha, que trazia uma esperança, a Lei da Anistia, aprovada em 1979, consagrou a impunidade.

> A exclusão da anistia dos 'condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal' e o chamado 'perdão aos torturadores' frustraram a expectativa otimista da campanha. A lei de 1979, que beneficiou oposicionistas, mas também foi uma autoanistia,

> tornou-se a principal cláusula da transição democrática dos anos 1980 e consagrou a impunidade (Fico, 2012, p. 51).

O projeto de abertura política e de abrandamento do processo ditatorial foi assumido pelo general Ernesto Geisel, quarto e penúltimo presidente militar a governar o país sob a ditadura imposta em 1964.

Entre os beneficiados com a Lei da Anistia, estava Acácio Francisco de Araújo Santos, aluno do curso de Psicologia, que havia sido exilado em 1973, e retornou ao país em 1979. Em 1973, Acácio foi citado em declaração prestada por um depoente no Comando Aéreo Regional (Comar) e precisou sair do Brasil. Seguiu com destino a Argentina, em seguida foi para o Chile e depois para a França. Foi detido em Santiago, capital do Chile, quando tentava passar alimentos para os brasileiros asilados na Embaixada do Panamá. Em 1976, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) fez Pedido de Busca ao SNI para atendimento de pedido de prorrogação do passaporte de Acácio Francisco Araújo Santos. Acácio se encontrava na França quando preencheu o pedido de concessão de passaporte brasileiro no Consulado Geral do Brasil em Paris. O Ministério da Aeronáutica respondeu ao Pedido de Busca do MRE, em 23 de novembro de 1976, informando:

> [...] Em Abr 73, cursava o 3º Trimestre da Faculdade de Psicologia da UFBa.
>
> Em 29 Mar 73, foi citado nas declarações de ADAGMAR ALVES DOS SANTOS, prestadas no COMAR 3 como militante do PC do B na Bahia.
>
> Após a queda do Governo ALLENDE no Chile, onde se encontrava, esteve detido no Estádio Nacional de Santiago.
>
> Em Santiago, residia numa casa de estudantes, na Calle Aldunate. Foi detido nas imediações da Embaixada do

Panamá em Santiago, quando tentava passar alimentos para os brasileiros lá asilados[11].

Acácio retornou do exílio em 14 de fevereiro de 1979. O SNI acompanhou e registrou seu retorno e sua chegada a Salvador. Foi recebido por cerca de 30 pessoas, entre familiares, imprensa, representantes do Comitê Brasileiro pela Anistia – Seção da Bahia e Movimento Feminino pela Anistia – Núcleo da Bahia. Chegou ao Brasil, desembarcando inicialmente no Rio de Janeiro, onde prestou depoimento na Delegacia de Ordem Política e Social da Polícia Federal do Rio de Janeiro. No mesmo dia seguiu para Salvador, chegando às 23:00 horas, pelo voo 142 da Vasp. O Diretório Acadêmico de Psicologia participou do movimento em prol da anistia e estiveram representados no retorno de Acácio, em 1979.

O jornal *Tribuna da Bahia*, de 24 de janeiro de 1979, noticiou a existência de 30 casos de crimes políticos existentes na Bahia, sendo que apenas seis haviam tramitado pela Justiça Militar, com quatro casos já decididos, com sentença de prescrição da ação penal, entre eles, Acácio (Figura 19). Haviam sido acusados de atividades subversivas e tentativa de reorganizar o Partido Comunista Brasileiro (Exilados [...], 1979).

---

[11] Resposta de Pedido de Busca nº 0944/Ministério da Aeronáutica/CISA. 23 de novembro de 1976. (Arquivo Nacional (AN). Fundo: Serviço Nacional de Informações – SNI (acervo textual – Avulsos e encadernados). REF: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76099550_d0002de0002).

TRIBUNA DA BAHIA — Salvador, 24 de janeiro de 1979 — Pág. 9

EXILADOS E BANIDOS: A HORA DE VOLTAR.

2º TB caderno

Hoje o juiz-auditor Arnaldo Ferreira Lima da VI Circunscrição Judiciária Militar estará julgando mais três casos de pessoas acusadas de crimes políticos que poderão ter suas penas ou ação penal extintas de acordo com os recursos concedidos pela nova Lei de Segurança Nacional. Para a advogada Ronilda Noblat, que cuida de casos desta natureza, a atual LSN apresenta positividade neste aspecto o que não pensa o advogado Jaime Guimarães, também atuante nestas questões. Na sua opinião, a lei em vigor não traz qualquer suporte à abertura que o Governo enuncia para o País.

Do mesmo modo pensam o deputado Domingos Leonelli do MDB — mais votado pelo partido nas últimas eleições —, o ex-preso político e membro do comitê de anistia Artur Geraldo e o ex-exilado Sérgio Soares Dias, que já se encontra em Salvador. Em entrevista, Sérgio conta sua vida no exílio e fala de suas perspectivas políticas, prometendo ajudar na luta pela restauração das liberdades democráticas.

Gradativamente, vão retornando os que foram punidos pelas leis de segurança nacional com base no extinto AI-5. As famílias cujos membros foram atingidos por estas leis encontram-se em total expectativa e algumas delas ainda temem pela sorte deles devido à restrição que elas fazem para alguns casos considerados graves. É o caso da família de Natur de Assis, que aguarda com ansiedade a chegada dele, vindo de Moçambique, enquanto a da banida Elizabeth Correia Lima Rebelo espera cautelosamente o parecer final do processo sob os cuidados do advogado Jaime Guimarães.

CRÍTICAS

Na sua crítica à nova Lei de Segurança Nacional, Jaime Guimarães foi incisivo:

— A LSN em aplicação não apresenta qualquer subsídio à proclamada abertura que o Governo anuncia para o País. É um diploma que muito deixa a desejar para que se afirme seja capaz de realizar o Direito. De resto, para que se chegue a um clima de paz que todos nós almejamos, há que, preliminarmente, seja decretada a anistia ampla, geral e irrestrita. Não é só um desejo do condenado como um apelo da própria Nação brasileira.

Ainda em suas críticas, o advogado expôs o seu repúdio à LSN, afirmando que a partir da anistia é que se po-gais assegurando a plenitude dos direitos humanos "e sem dúvida", prossegue ele, "os próprios direitos do Estado que devem ser resguardados como proclama a própria Declaração Universal dos Direitos do Homem". Acrescenta Jaime: "O que não se pode confundir é o Direito do Estado com o arbítrio dos que dirigem, porque entre eles há um abismo e poderá a Nação voltar a ter dias como já vivemos, como estamos vivendo e como não desejamos viver".

Sérgio Dias Soares, arquiteto e um dos primeiros exilados da Bahia que teve pena prescrita pela VI CJM, é severo em suas apreciações, afirmando que a lei em questão foi um passo atrás da ditadura e não à frente dos interesses da democracia; condena a sua elaboração, taxando-a de arbitrária, ao considerar que a LSN emana de um grupo de militares que se encastelou no Exército. Frisa Sérgio que a formação ideológica desses militares foi montada sem a participação da sociedade civil.

Para Domingos Leonelli, a lei é de desconfiança em relação aos cidadãos brasileiros. Nesse particular, ele se refere aos casos da penetração de elementos estrangeiros que "devastam e exploram a nossa economia e aí estão impunemente", diz ele.

Artur Geraldo, ex-preso político, que afirma haver sido torturado, opina:

— A Lei de Segurança que está aí carece de legitimidade, tanto por não ter sido legislada pelo Congresso Nacional, como por ser elaborada por um grupo restrito que detém o poder. Nela só são enquadrados os que fazem oposição ao sistema político vigente e não os que atentam, de fato, contra a segurança nacional.

Como Leonelli, ele denuncia a dominação do Brasil pelo capital estrangeiro, a retaliação do território brasileiro em sesmaria a empresas e indivíduos estrangeiros em prejuízo do próprio povo brasileiro. "Aí estão formas de atentar contra a segurança nacional", complementa.

Divergindo dos pontos de vista expostos, a advogada Ronilda Noblat, que mais atua nos casos de presos políticos da Bahia, sendo responsável pela petição de extinção de pena de Sérgio Soares Dias, Salomão Ghelfgot, Natur de Assis e em julgamento ontem, a de Renato Costa e a de João Luiz Silva Ferreira, vê a nova LSN como benéfica em alguns dos seus dispositivos que, segundo ela, benefi-

Ronilda Noblat vê positividade na atual Lei de Segurança Nacional

Advogado Jaime Guimarães: a LSN em aplicação não apresenta qualquer subsídio à proclamada abertura que o Governo anuncia no País.

prescrição a exilados, banidos e a cidadãos que se encontram cumprindo pena. Afirma Ronilda que:

— Além disso, a Emenda Constitucional n. 11 ao restabelecer o instituto do habeas-corpus para acusados de infringirem as leis de segurança nacional, criou uma garantia maior à liberdade de todos.

Todavia, Ronilda atribui tal conquista à luta travada pelas mais diversas entidades, especialmente a OAB, no sentido de ver restabelecido o habeas-corpus para casos de crimes de natureza política. Para melhor aplicação dos recursos concedidos pela nova lei — que para a advogada é positivo em matéria de prescrição — ela chama a atenção das famílias que têm pessoas arroladas na Justiça Militar, no sentido de que se interessem em apressar o trâmite dos processos, requerendo a atuação da Justiça.

OS CONDENADOS

São 30 os casos dos chamados crimes políticos existentes na Bahia. Apenas seis tramitaram pela Justiça Militar, sendo que destes, quatro já foram decididos por ela, que sentenciou a prescrição da pena e da ação penal de Acácio Araújo e por petição da advogada Ronilda Noblat, Sérgio Soares Dias, Salomão Ghelfgot e Natur de Assis. Todos foram acusados de atividades subversivas e tentativa de reorganizar o Partido Comunista Brasileiro. O primeiro foi condenado à revelia a 2 anos e 4 meses de pri-

ao Supremo Tribunal, e ganho de embargo decisão por maioria de votos na sessão realizada em setembro de 1976, ficando desde então a sua ação prescrita. Mas, por medida de segurança, Sérgio só retornou com todas as suas garantias de liberdade asseguradas e oficializadas pela lei, fato que aconteceu recentemente.

Salomão Ghelfgot, judeu, também condenado à revelia em 1971, à pena de 16 meses de detenção (na ocasião estava fora do Brasil), é outro beneficiado pela prescrição, mas que ainda não retornou. Natur de Assis Filho foi preso em Fortaleza, onde sofreu torturas, conforme denúncia sua mulher, Anamarluce Oliveira Assis. Transferido para Salvador, foi julgado pela VI CJM e condenado a um ano e nove meses depois de quase dois anos de prisão, sem julgamento. Após o cumprimento da pena imposta, o promotor Kleber Coelho recorreu ao Supremo Tribunal, conseguindo ampliar sua pena para mais três meses. Ao ser lavrada a sentença, conta Anamarluce, Natur já tinha saído do País, legalmente, portanto toda a documentação fornecida pela Polícia Federal.

A VOLTA

Mesmo que para alguns casos de banidos e exilados a nova LSN não tenha assegurado garantias de liberdade, a volta tem causado alegrias para as famílias de Sérgio e de Natur, que os aguardam brevemente num clima de festa, com missa e tudo mais. Em

suspense. Sua mãe dona Edite, chega a contrariar toda a sua ânsia em ter de volta a filha de quem fala com muita saudade e carinho e dizendo que ela representa para a família. Mas, contendo suas emoções, ela declara que: "Se Betica tiver que ser presa para sofrer, prefiro que fique onde está".

Mas Sérgio Soares, que já está em atividade, se diz emocionado pela sua volta, sem molestações e fala da sua vida no exílio:

— Fiquei quatro anos na Argélia e três anos em Moçambique. Como arquiteto, trabalhei em prol da República Democrática desses países e junto com os governos ajudei na construção habitacional e no Ministério dos Correios e Telecomunicações, numa época em que a tarefa era criar condições do plano quadrienal. Este plano consistia em construir 400 edifícios por ano. Também atuei em centrais telefônicas, montagem de armazéns e escolas, enfim, espalhando infra-estrutura pelos dois países. A melhor experiência foi em Moçambique, onde o caos econômico era total.

Pensando em se engajar na luta pela restauração das liberdades democráticas, já procurou a direção do MDB para se filiar ao partido e está apoiando o trabalho que os seus colegas arquitetos estão empreendendo através da entidade da classe na defesa da paisagem e da habitação no solo baiano. Decepcionado com a inércia de outras classes, ele desabafa:

— Estamos ainda submetidos ao arbítrio e à entrega total deste País. Os profissionais da imprensa não têm liberdade e ficam submetidos aos donos das empresas de comunicação. O povo em geral se encontra submetido às oligarquias de um regime fascista. As pessoas são subservientes e não lutam pelos seus direitos. E, quando o fazem, são desrespeitadas.

Sérgio cita um fato que ele presenciou, revoltado, no Tabelionato Franklin em que um cliente foi maltratado por um guarda de segurança só porque ele reclamou dos seus direitos ao atendente. Mostrando-se angustiado ele comenta sua impressão sobre o Brasil:

— O Brasil é um País que se transformou profundamente para o pior. De um lado exibe uma ostentação de luxo ao extremo e do outro apresenta uma miséria deprimente.

A compra da Light é para ele um exemplo de ostentação e a considera imoral. Pelos surdos e tímidos pro-

a subserviência e o medo que tomam conta do povo brasileiro, justifica o fato com a repressão imposta em que o guarda é um símbolo. Lembrando uma frase de Pedro Aleixo, quando, no Governo Costa e Silva, discutia a instituição do AI-5, ele repete melancólico: "Eu tenho medo do guarda da esquina". Todavia, assegura que este não é o seu caso, pois como já anunciou, lutará para restabelecer as liberdades democráticas no País.

Por sua vez, o deputado Domingos Leonelli se compromete em dar todo o apoio aos que querem participar das lutas democráticas e se confessa emocionado em ter de volta os companheiros que na sua informação foram militantes políticos e de comprovado valor, sendo altamente qualificados e patriotas da melhor estirpe. Conclui Leonelli: "O retorno de todos esses elementos significa um engrandecimento pela acumulação de experiências de grande importância para a atividade política brasileira".

ANISTIA

Preocupado com a situação de muitos dos seus companheiros exilados que ainda não podem retornar ao País, Sérgio lança um apelo para que todas as camadas sociais se irmanem na luta pela anistia ampla, geral e irrestrita. Denuncia a tentativa do Governo em criar diferenças nos casos de exilados e banidos, que segundo ele não devem ser aceitas. "Somos todos brasileiros. Sofremos no exterior as consequências do arbítrio. Esse momento é importante porque está se aproximando a abertura do Congresso Nacional", alerta.

Artur Geraldo, que é membro do CBA — Comitê Brasileiro pela Anistia —, anuncia que esta entidade sincronizada com o Movimento Feminino pela Anistia e a CNBB, comissões de justiça e paz, está preparando toda a cobertura a qualquer exilado que queira voltar ao Brasil. Informa ainda que a luta pela anistia ampla vai ser levada a cabo até a conquista deste objetivo sem que os CBAs se deixem enganar por qualquer fórmula casuística bolada pelo sistema. "Também — adverte Artur — o Comitê Brasileiro pela anistia ampla, geral e irrestrita quer que o Governo diga o que fez com todos os cidadãos que se encontram desaparecidos como Rui Frazão, Jorge Leal Gonçalves, Eduardo Colher, David Capistrano e as famílias destes desaparecidos junto com os CBAs vão responsabilizá-lo juridicamente para que as coisas sejam apuradas e os res-

Figura 19 Publicação: "Exilados e banidos: a hora de voltar"

Fonte: matéria do jornal *Tribuna da Bahia*, p. 9, 24 jan. 1979.

Percebe-se, até aqui, que os discentes de Psicologia da FFCH/UFBA vivenciaram uma história de luta contra as perseguições e censura. Participaram ativamente das mobilizações coletivas em prol do retorno à democracia e à melhoria das condições de ensino no país. O Diretório Acadêmico de Psicologia foi atuante e com lideranças combativas. Mantinham o enfrentamento político constante e mobilizavam realmente os estudantes para a continuidade do trabalho de militância política, embora as entidades estudantis estivessem fechadas.

Isso posto, cabe registrar, nessa etapa do percurso, a quase total ausência de participação política do corpo docente do curso. Recapitulando os dois fatos narrados anteriormente, tem-se: o primeiro, durante a greve geral de 1975, em que a representante estudantil denuncia a ausência dos professores nas assembleias estudantis. A partir de uma leitura atenta das atas encontradas daquele período, é possível identificar que não houve qualquer anotação ou registro sobre o movimento estudantil ou paralisação de aulas que ocorriam naquele momento. O segundo fato diz respeito ao posicionamento da direção da FFCH em 1976, na figura do professor do curso de Psicologia e Psiquiatra, Eduardo Saback, e seu vice-diretor, o professor de filosofia Ruy Simões. A FFCH foi totalmente revistada e os alunos impedidos de entrar nas salas e de fazer qualquer reunião ou comunicação através de cartazes.

Acresce um terceiro episódio, também digno de nota, que ocorreu em 1977, quando os 12 estudantes da UFBA foram presos indo para o III Encontro Nacional de Entidades Estudantis. Entre eles, havia cinco alunos da FFCH, três de Ciências Sociais e duas de Psicologia. O posicionamento do diretor da FFCH havia sido de impedir a realização de uma assembleia geral convocada pelo movimento estudantil, no período que os estudantes se encontravam em Belo Horizonte. Existe um documento que a AESI/UFBA encaminhou

ao reitor, com um relatório das atividades estudantis ocorridas no período, no qual especifica:

> Esta ASI encaminha, para conhecimento de V. Magnificência, relatório de atividades estudantis, no período de 6 mai. a 8 jun. 1977.
> Em 2 jun. 1977, o Professor Eduardo Saback Dias de Morais, Diretor da FFCH/UFBA, em Ofício Circular nº 008/77, de 2 jun. 1977, comunicou que não será permitido a realização de uma Assembleia Geral que teria sido convocada para o dia 3 jun. 1977[12].

A ditadura militar tinha como uma de suas características marcantes o investimento massivo voltado ao campo informacional e repressivo. Em 1970, o comandante da VI Região Militar, general Abdon Senna, enviou ofício ao reitor da UFBA, datado de 19 de março de 1970, solicitando a remessa de uma lista com nomes e cargos de todo pessoal admitido na universidade a partir de 1969. Em 1972, a DSI/MEC criou as *Normas para Pedidos de Levantamento de Dados Biográficos – LDB*. Visava a produção e controle de informação e de diagnóstico político dos docentes investigados (Universidade Federal da Bahia, 2014).

O procedimento consistia na obtenção sigilosa, pelos órgãos integrantes do SISNI, de dados sobre pessoas cogitadas para o exercício de cargos, funções, comissões ou afastamento do país. A universidade deveria preencher uma *Ficha de Qualificação*, documento no qual seria registrado os dados individuais de identificação e qualificação a respeito da pessoa a ser investigada. A DSI/MEC, de posse

---

[12] Encaminhamento nº 153/77/ASI/UFBA. Assunto: Movimento Estudantil (Arquivo AESI/UFBA, Caixa 6 – Pasta 1423 E 1424).

dessa ficha, faria o *Levantamento de Dados Biográficos* sobre a pessoa e geraria uma *Ficha Sintética* de apreciação que era encaminhada à universidade requerente. Havia também um *Prontuário* com os registros cronológicos de todos os dados existentes sobre a pessoa.

A *Ficha Sintética-LDB* era subdividida em seis itens a serem assinalados sobre: 1) Posição ideológica do docente; 2) Atitudes com relação à revolução de 31/mar/64; 3) Atividades subversivas; 4) Probidade administrativa; 5) Eficiência funcional ou profissional; 6) Conduta civil. Havia, ainda, campos para incluir Observações (item 7) e uma Apreciação Final. No item 1, havia as opções na coluna à direita com espaço para marcação: Democrata; Comunista; Esquerdista; Sem posição definida; Não há registros; ou, Os registros não permitem opinião conclusiva. No item 2, as opções na coluna à direita eram: Integrado; Adesista; Contrário; Contrarrevolucionário; Sem posição definida; Não há registros; ou, Os registros não permitem opinião conclusiva. As opções para o item 3 eram: Atuante; Simpatizante; Não há registros; ou, Os registros não permitem opinião conclusiva. Para os itens 4, 5 e 6, o agente dispunha das seguintes opções: Há registro positivos; Há registros negativos; ou, Não há registros. Como último item do formulário, havia um espaço para a apreciação final, que possibilitava a escolha de uma das opções: Não há restrição; Os registros existentes não contraindicam o aproveitamento; Não existem elementos de convicção que contraindiquem o aproveitamento; Não há registros; ou, Não deve ser aproveitado (Clemente, 2005, 2006; Fico, 2004; Pereira, 2016; Universidade Federal da Bahia, 2014).

O procedimento adotado pelo reitor era iniciado com o envio de ofícios aos órgãos SNI, Superintendência Regional da Polícia Federal-Bahia e DSI/MEC, solicitando informações sobre os candidatos. Para os docentes de Psicologia, a *Ficha Sintética-LDB* foi utilizada comumente na contratação dos candidatos. A pesquisa parcial, realizada nos arquivos AESI/UFBA, mostrou que a investigação sobre

a vida funcional e política dos docentes de Psicologia era utilizada protocolarmente na contratação dos professores do curso. Em todos os processos acessados, os ofícios de respostas fornecidas à reitoria pelos citados órgãos foram favoráveis e obtiveram o parecer com o *nada consta* à contratação do candidato cogitado à vaga. Não foi encontrado pedido de contratação negado por parte dos órgãos de segurança na UFBA, para professores de Psicologia.

Neste capítulo, foram apresentados informações e dados obtidos através do levantamento documental, com o intuito de investigar o processo de lutas, resistências e mobilização política de discentes e docentes do curso de Psicologia da FFCH/UFBA e os embates com as políticas de Estado vigentes no período. Foram abordados os mecanismos de controle e vigilância adotados pelos órgãos de segurança da ditadura militar, dentro da UFBA, de modo a acompanhar a dinâmica de luta dos discentes e docentes do curso de Psicologia. Evidenciou-se algumas demandas, como: melhoria das condições de funcionamento do curso; melhores instalações físicas; implantação do curso de formação de psicólogo; aumento da oferta de vagas e de mais espaços institucionais para práticas de estágio. Havia, ainda, as reivindicações pela reformulação do currículo e por mais professores para atender às diversas disciplinas. As preocupações eram, sobretudo, em torno da formação profissional de um crescente número de psicólogos, que vislumbravam a realidade do escasso mercado de trabalho soteropolitano. Por outro lado, havia, sobremodo, as pautas coletivas, que envolviam o movimento estudantil na luta pela redemocratização e contra a censura, a perseguição, a vigilância e as prisões, que eram abraçadas pelos discentes do curso.

Conclusões

Umberto Eco concluiu sua fala, em uma conferência que fez na Columbia University, em 1995, contando como soube do fim do regime fascista italiano. Relembrou quando sua mãe lhe pediu para ir a uma banca comprar um jornal e, ao ler as manchetes, percebeu que havia matérias citando vários partidos. Até aquele momento, lembra Eco, pensava que só existisse um único partido na Itália: o Partido Nacional Fascista. E foi assim que se deu conta do fim da ditadura e o retorno à "liberdade de palavra, de imprensa, de associação política". Ditadura e liberdade foram palavras que entraram, ali, no seu vocabulário e o fez renascer como homem livre ocidental. Com esse relato memorialista, Eco encerrou a conferência intitulada O fascismo eterno, na qual explanou sobre regimes políticos e suas ideologias que, mesmo depois de perderem sua legitimidade, permanecem enquanto "[...] modos de pensar e de sentir, enquanto hábitos culturais" (Eco, 1998, p. 34).

As histórias e memórias subterrâneas do período da ditadura militar brasileira, que subsidiaram este trabalho, remetem aos seus significantes associados, tais como, clandestinidade, não dito, silenciamento, ocultamento e esquecimento como defesa, e sua outra face, vigilância e perseguição, que se perpetuam e ressurgem como modos de pensar, como hábitos culturais, mas, também, como projetos políticos. Tudo isso é instigante, diante do dilema entre julgar ou compreender, e que, ao fim e ao cabo, provoca, ainda, muitas e tantas reflexões (Pollak, 1989; Bloch, 2001).

Esta obra defende a ideia de que o processo de institucionalização da psicologia na Bahia foi influenciado pelo contexto autoritário e as políticas de Estado para as áreas de educação e ciência, promovidas pelo regime militar. A relação entre o desenvolvimento desse campo disciplinar na Bahia e a ditadura militar somente pode ser apreendida a partir das respostas buscadas para dar conta das questões levantadas para este estudo, qual seja: como se deu o processo

de institucionalização da psicologia da UFBA, tendo como pano de fundo o contexto político do período compreendido entre os anos de 1968 e 1980?

Para alcançar o objetivo de descrever e analisar o processo de institucionalização da psicologia na Bahia, no contexto da ditadura militar entre os anos de 1968 e 1980, partiu-se de uma tríade de objetivos específicos que enfocou a emergência e desenvolvimento da psicologia na Bahia e a implantação do curso de graduação da FFCH/UFBA; a recepção e circulação da análise do comportamento e da psicanálise por parte da comunidade acadêmica do curso, naquele contexto político; e as lutas e mobilização políticas dos discentes e docentes frente às políticas de Estado. Este estudo evidenciou a influência que a ditadura militar exerceu sobre o desenvolvimento educacional e científico do período e que impactou na formação teórica e prática dos discentes e na sua pauta de lutas e mobilizações políticas.

A perspectiva de análise, amparada nos estudos sociais das ciências, fundamentou este trabalho sobre a história da psicologia na Bahia, com ênfase nas contingências políticas e na concepção de um campo disciplinar construído socialmente. A história do tempo presente foi um guia teórico-metodológico ao longo do percurso, dando sentido a essa narrativa sobre a história da psicologia na Bahia, que entremeou pesquisa bibliográfica, memórias reveladas e fontes documentais, nem sempre tão reveladas, mas sempre *sensíveis*.

Tendo retomado os tópicos teóricos e metodológicos que guiaram o estudo, apresenta-se, a seguir, um sumário das principais conclusões, baseadas nos resultados encontrados, demonstrados e analisados ao longo das seções.

No capítulo sobre os antecedentes da criação do curso de graduação em Psicologia da UFBA, verificou-se que a psicologia na Bahia se configurou a partir de três espaços acadêmicos, formadores das primeiras gerações de profissionais a atuar no campo psicológico na

Bahia e a exercer a docência no curso de Psicologia, que seria criado em 1968. A primeira e mais antiga dessas instituições é a Clínica Psiquiátrica do Hospital das Clínicas da FMB, responsável por grande parte da formação e capacitação dos profissionais do campo *psi* na Bahia. Em seguida, a FFB, berço da aplicação da psicologia nas licenciaturas e casa dos principais pioneiros da área: Isaías Alves e João Inácio de Mendonça. E, por fim, o IDOV, instituição de aplicação da psicologia nos campos da educação, clínica e seleção profissional, sob a liderança de Emílio Mira y López.

No capítulo seguinte, foram apresentados dados informacionais sobre o curso de Psicologia da FFCH/UFBA. Enfatizou-se a importância do curso, no contexto local e regional, por ter sido o primeiro do estado da Bahia e do Nordeste, oferecido por uma instituição pública, e que permaneceu como o único curso de Psicologia na Bahia ao longo de três décadas, formando gerações de psicólogos nesse período e mantendo uma demanda importante desde sua primeira turma, em 1968, e ao longo de todo o período analisado. Foram encontrados dados bibliográficos, documentais e memoriais sobre o perfil dos alunos, caracterizado como eminentemente feminino, formado, em sua maioria, por jovens de classe média e média alta da capital, moradores de bairros nobres, sem atividade remunerada e dependentes financeiramente da família de origem.

Demonstrou-se que o processo de formação e consolidação da psicologia na Bahia esteve fortemente vinculado ao campo psiquiátrico. Os psiquiatras tiveram uma atuação importante, como docentes e gestores em vários âmbitos institucionais. Houve uma prevalência da clínica, como área de estágio, em detrimento da área educacional e industrial. Ficou evidenciado que o ingresso dos discentes nas instituições psiquiátricas, conduzidos pelos professores psiquiatras, estimulou a preferência pelo campo psicoterapêutico, ao nível da clínica individualizada.

No capítulo sobre a análise da recepção da psicanálise na Bahia, verificou-se que, no período investigado, a clínica se consolidou como a especialidade psicológica dominante. Identificou-se que o processo de recepção da psicanálise pela comunidade acadêmica de psicologia deu-se a partir de dois movimentos. O primeiro, no âmbito do curso, se caracterizou pelo pioneirismo de alguns docentes ao introduzir a teoria freudiana nos seus programas de disciplinas, iniciando os discentes na clínica psicoterápica e na teoria psicanalítica. O segundo, constituiu-se num movimento para além do âmbito do curso, no qual psicólogos e psiquiatras congregaram-se num coletivo, em prol da recepção dos primeiros psicanalistas didatas. Evidencia-se, nesse momento, que a psicanálise, que então inicia seu processo de intensa difusão na Bahia, encontra nos psicólogos seus clientes preferenciais.

O modo como a psicanálise foi recebida e se desenvolveu em Salvador ficou à margem da influência das instituições de formação reconhecidas pela IPA. Ficou claro que a recepção da psicanálise na Bahia deu-se através de dois núcleos constituídos pelos psicanalistas argentinos, arregimentados pelo NEP, e pelo psicanalista mineiro Carlos Pinto Corrêa, vinculado ao CBP. Esses agrupamentos pioneiros de formação e transmissão da psicanálise tinham como característica o fato de serem, ambos, signatários, pessoal ou institucionalmente, de uma oposição à IPA. Verifica-se que os principais efeitos da recepção desses grupos independentes da IPA foram: o distanciamento das normas rígidas de acesso à psicanálise; um certo ecletismo de teorias e práticas no processo de formação e transmissão; a quebra da hegemonia das sociedades psicanalíticas ligadas à IPA, formadoras de psicanalistas de origem médica; e o surgimento de instituições de formação sob a liderança de psicólogos. Ainda, constatou-se que, em solo baiano, os psicanalistas argentinos trouxeram a quebra do modelo médico-clínico, a cisão com a rigidez formativa da IPA, a crítica à neutralidade e aos padrões e critérios nas técnicas de atendimento.

O rompimento de arranjos tradicionais do fazer psicanalítico não seria possível em outro contexto político, senão aquele que se fazia presente nas sociedades, brasileira e argentina, da época, sob regimes ditatoriais. Para os psicólogos da Bahia, a formação, reconhecidamente heterodoxa, dos psicanalistas argentinos, possibilitou o acesso a novas práticas profissionais no campo psicoterápico na Bahia.

Foi analisado, igualmente, o lugar central que a psicanálise, paulatinamente, foi assumindo no ensino de psicologia e identificou-se a combinação de uma diversidade de fatores. Primeiro, a existência da velha tradição clínico-psicopatológica, que facilitou a discussão sobre psicoterapia. Segundo, muitos estudantes desejavam aprender psicanálise porque era percebida como uma fonte potencial de clientes e embora houvesse outras áreas de especialização, como a psicologia industrial e educacional, a maioria dos discentes se orientou pela psicologia clínica. Terceiro, a psicanálise oferecia um modelo teórico consistente e inovador para o exercício clínico, que atraia os jovens psicólogos em busca de especialização. Nesse sentido, evidenciou-se que a psicanálise favoreceu o campo psicológico, do ponto de vista mercadológico, ao contribuir para sua consolidação como uma carreira promissora e atrativa financeiramente.

Ao tempo em que a sociedade baiana se urbanizava e se modernizava, assimilando termos e conceitos da psicologia e da psicanálise na linguagem cotidiana, a psicologia clínica, individualizada e reparativa, ganhava cada vez mais adeptos. A censura e as proibições foram molas propulsoras para as profissões do campo *psi*. Os consultórios privados tornaram-se os ambientes protegidos para as narrativas, talvez de dor, talvez de violências impetradas, que não se podia revelar publicamente. O esvaziamento do espaço público e a radicalidade do autoritarismo de estado, estimularam a busca pela interioridade individual. Surgiram, assim, as condições propícias e que estimularam o surgimento da psicoterapia, como um novo

campo profissional, que agregou grande parte dos psicólogos baianos recém-formados, no período.

Por sua vez, a recepção da análise do comportamento no curso de Psicologia da FFCH/UFBA ocorreu no âmbito da demanda por um modelo de psicologia científica. Verificou-se que os docentes tinham interesse na criação de condições de ensino de uma psicologia cientifica experimentalista e sua consolidação fundamentou a crença na cientificidade da psicologia entre os estudantes do curso. Foram demonstrados os diversos fatores que contribuíram para essa expectativa positiva: em primeiro lugar, a exigência curricular, pois a psicologia experimental fazia parte das diretrizes curriculares do curso e era considerada indispensável para a formação profissional do psicólogo. Em segundo lugar, a função didática, uma vez que o laboratório possibilitaria a formação discente, enquanto tecnologia de ensino e demonstração das teorias e conceitos da análise do comportamento. Em terceiro lugar, o imperativo científico que vicejava naquele momento. A psicologia experimental representava um modelo de uma psicologia científica, que, como tal, tornou-se central para o movimento de consolidação da psicologia como disciplina independente.

Observa-se que o laboratório didático de psicologia experimental do curso de Psicologia da FFCH/UFBA estruturou-se a partir do suporte teórico e técnico dos psicólogos formadores de análise do comportamento da USP, que estiveram presentes no processo de formação e estruturação do curso, na implantação do Laboratório de Psicologia Experimental e na formação das primeiras gerações de docentes e analistas do comportamento na Bahia.

Debateu-se sobre a clivagem ideológica que caracterizava o pensamento político em vigor no país, que se articulava no campo político-ideológico e se refletia na oposição teórica entre discentes afiliados ao behaviorismo e aqueles adeptos da psicanálise. Por um lado, a crítica dos discentes era sustentada no estigma de uma clínica

de direita, reacionária, burguesa e elitista atribuído à psicanálise. Os opositores denunciavam o posicionamento político dos psicanalistas que adotavam o silenciamento e a neutralidade diante da situação política do país, ausentando-se dos movimentos de luta estudantil e de manifestações, sem jamais criticar a ditadura militar. Por outro lado, os estudantes afiliados à corrente behaviorista eram reconhecidos como os principais atores nos debates políticos e na luta de resistência contra a ditadura militar. Muitos daqueles que faziam parte do movimento contra o regime se filiavam à análise do comportamento como a abordagem teórica capaz de dar respostas às questões sociais enfrentadas pela população brasileira naquele momento.

O estudo apresentado no capítulo que analisou o controle e a vigilância que os órgãos de segurança e informação exerciam sobre a UFBA, e sobre o curso de Psicologia durante a ditadura militar, se debruçou detidamente sobre a participação dos discentes de Psicologia no movimento estudantil e suas lutas coletivas. Analisou-se o processo de lutas, resistências, mobilização e participação política de discentes e docentes do curso de Psicologia da FFCH/UFBA, assim como os embates com as políticas de Estado, implantadas pelos tecnocratas do regime militar. Verificou-se que os estudantes do curso de Psicologia da UFBA já iniciaram sua vida acadêmica se defrontando com problemas de ordem política nacional impostos pelas reformas e legislações autoritárias do regime ditatorial brasileiro. A conjuntura política impactou na vida acadêmica universitária e gerou diversos prejuízos aos estudantes de Psicologia, que se encontravam em fase inicial de funcionamento, com entraves para a plena consecução do curso.

O movimento estudantil se organizava paulatinamente no âmbito do curso de Psicologia e as questões políticas mais amplas entraram na pauta do Diretório Acadêmico, juntamente às reivindicações mais específicas do curso. Os discentes de Psicologia da FFCH/UFBA

vivenciaram uma história de luta contra as perseguições e censura e participaram ativamente das mobilizações coletivas em prol do retorno à democracia e à melhoria das condições de ensino no país. Ao analisar a mobilização do Diretório Acadêmico de Psicologia, sua atuação e representações estudantis, constata-se a posição de enfrentamento político constante de seus integrantes em prol da continuidade do trabalho de militância política.

Foram evidenciadas as demandas por melhoria das condições de funcionamento do curso; melhores instalações físicas; implantação do curso de formação de psicólogo; aumento da oferta de vagas e de mais espaços institucionais para práticas de estágio. Havia, ainda, as reivindicações pela reformulação do currículo e por mais professores para atender às disciplinas. As preocupações eram, sobretudo, em torno da formação profissional de um crescente número de psicólogos, que vislumbravam a realidade do escasso mercado de trabalho soteropolitano. Destacava-se, sobremodo, as pautas coletivas, que envolviam o movimento estudantil na luta pela redemocratização e contra a censura, a perseguição, a vigilância e as prisões. Lutas que eram abraçadas pelos discentes do curso. Identificou-se as dificuldades de engajamento de parte do corpo discente nas lutas coletivas e a presença constante de um clima de medo e insegurança. Eram posicionamentos de parte dos estudantes de Psicologia, frente às tensões e confrontos externos em que se vivia naquela difícil conjuntura repressiva dos anos 1970 no Brasil. Foi possível registrar a quase total ausência de participação política do corpo docente do curso, com algum nível de acolhimento e solidariedade, ao lado de atos de perseguição por parte da gestão.

Ao final dessa jornada, pode-se afirmar que houve uma vigilância e tutela sistemática sobre a comunidade acadêmica de psicologia desde sua implantação. Por um lado, ficou claro como a ditadura militar foi condicionante para a configuração da psicologia e consolidação

de um modelo de atuação no qual a clínica individualizada, reparativa e terapêutica se tornou prevalente, por outro, tornou-se evidente o fato de que o enfrentamento na luta contra a ditadura militar forjou o posicionamento socialmente ampliado por parte dos discentes, naquele momento de intensa restrição. Donde se conclui que, confirmando o pressuposto que norteou este livro, o contexto autoritário e as políticas de Estado para as áreas de educação e ciência, implantadas pelo regime militar, influenciaram o processo de institucionalização da psicologia na Bahia, configurando, dessa forma, os rumos do seu desenvolvimento, seus modos de atuação e práticas profissionais.

A ampla gama de investigações possíveis sobre a ditadura militar brasileira, as relações entre ciência e política e o uso da história do tempo presente como recurso teórico-metodológico não respondem unicamente a demandas disciplinares, mas, também, sociais e éticas de produção do trabalho acadêmico. Este estudo não se encerra aqui, uma vez que o conhecimento histórico é uma obra aberta e inacabada. Como afirma Certeau (2002, p. 94), "enquanto a pesquisa é interminável, o texto deve ter um fim...". Assim, somos conduzidos, da prática ao texto, ao final da jornada.

Referências

ALBUQUERQUE, T. L. Teixeira, Anísio Spínola (1900-1971). *In*: CAMPOS, R. H. de F. (org.). *Dicionário biográfico da psicologia no Brasil*: pioneiros. Rio de Janeiro: Imago, 2001. Disponível em: http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/pt/Acervo_files/DicionarioHistorico.pdf. Acesso em: 19 jul. 2020.

ALVES, I. *Teste individual de inteligência*. Salvador: Officinas Graphicas da Luva, 1928.

ALVES, I. *Os Testes e a reorganização escolar*. Salvador: A Nova Graphica, 1930.

ALVES, I. *Da educação nos Estados Unidos*: relatório de uma viagem de estudo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1933.

ANTUNES, M. A. M. *A Psicologia no Brasil*: leitura histórica sobre sua constituição. São Paulo: Unimarco Editora, 1999.

ANTUNES, M. A. M. Peixoto, Afrânio (1876-1947). *In*: CAMPOS, R. H. de F. (org.). *Dicionário biográfico da psicologia no Brasil*: pioneiros. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

ANTUNES, M. A. M. A consolidação da psicologia no Brasil (1930-1962): sistematização de dados e algumas aproximações analíticas. *Psicologia da Educação*, São Paulo, n. 22, p. 79-94, 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752006000100005. Acesso em: 19 jul. 2020.

ANTUNES, M. A. M. A Psicologia no Brasil: Um Ensaio Sobre suas Contradições. *Psicologia*: Ciência e Profissão, Brasília, DF, v. 32, n. esp., p. 44-65, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1414-98932012000500005&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 19 jul. 2020.

ANTUNES, R.; RIDENTI, M. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. *Mediações*, Londrina, v. 12, n. 2, p. 78-89, julho/dezembro 2007. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3319. Acesso em: 7 abr. 2023.

ANTUNES, M. A. M.; ROCHA, N. M. D. Alves, Isaías (1898-1968). *In*: CAMPOS, R. H. de F. (org.). *Dicionário biográfico da psicologia no Brasil*: pioneiros. Rio de Janeiro: Imago, 2001. Disponível em: http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/pt/Acervo_files/DicionarioHistorico.pdf. Acesso em: 19 jul. 2020.

ARANTES, M. A. de A. C. Em Nome da Memória. *Psicologia*: Ciência e Profissão, Brasília, DF, v. 32, n. especial, p. 310-317, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/FZVg8ZhDmxQ7TdDvPLxVsSR/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 7 abr. 2023.

ARAPIRACA, J. O. *A USAID e a educacao brasileira*. 1979. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fudação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1979. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9356. Acesso em: 20 jul. 2020.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Projeto Brasil Nunca Mais*. São Paulo: Vozes, 1985.

AZEVEDO, S. P. de; TRANQUILLI, A. Instituto de Psicologia da Bahia (IPB) – 1965-1977. *In:* JACÓ-VILELA, A. M. (org.). *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2012.

BAHIA quer psicólogos. Por que a Reitoria diz não? *Jornal Tribuna da Bahia*, Salvador, p. 5, edição de 8 de março de 1972.

BAIARDI, A. *Sociedade e Estado no apoio à ciência e a tecnologia*: uma análise histórica. São Paulo: Hucitec, 1996. (Lógica e filosofia da ciência. História da ciência e da tecnologia).

BAIARDI, A. A perseguição política e a homofobia na antiga Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia durante a ditadura militar. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 11., Rio de Janeiro. *Anais* [...]. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2008. p. 89-114.

BAIARDI, A. Desindustrialização, política industrial e política de ciência e tecnologia no Brasil. *Revista Sodebras*, [*s. l.*], v. 11, n. 124, p. 36-40, 2016. Disponível em: http://www.sodebras.com.br/edicoes/N124.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

BAPTISTA, M. T. D. da S. A regulamentação da profissão Psicologia: documentos que explicitam o processo histórico. *Psicologia*: Ciência e Profissão, Brasília, DF, v. 30, n. especial, p. 170-191, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932010000500008&script=sci_arttext. Acesso em: 19 jul. 2020.

BARBOSA, D. R. *Estudos para uma história da Psicologia Educacional e Escolar no Brasil*. 2011. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-22072011-163136/en.php. Acesso em: 19 jul. 2020.

BAREMBLITT, G. F. Uma Pseudo-Biografia de Emilio Rodrigué. *Mnemosine*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 205-211, 2008. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/viewFile/41469/pdf_129. Acesso em: 19 jul. 2020.

BERARDINELLI, W.; MENDONCA, J. I. de. *Biotipologia criminal*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1933.

BLOCH, M. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOCK, A. M. B. *Aventuras do Barão de Münchhausen na Psicologia*. Sâo Paulo: Educ, 1999.

BOMENY, H. A Reforma Universitária de 1968 25 anos depois. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 9, n. 26, p. 1-16, 1994.

BORJA, M. E. L. *Sede Psicanálise*: Micro e macropolítica de formação. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2017. Disponível em: https://ppgcs.ufba.br/sites/ppgcs.ufba.br/files/copia_digital_da_tese_de_doutorado_maria_eunice_limoeiro_borja.pdf. Acesso em: 19 jul. 2020.

BRANCO, P. C. C.; CIRINO, S. D. História da psicologia em contexto: teoria, conceitos e implicações metodológicas. *Revista Sul Americana de Psicologia*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 172-194, 2017. Disponível em: http://ediciones.ucsh.cl/index.php/RSAP/article/view/1805. Acesso em: 19 jul. 2020.

BRANDÃO, B. Instituto Guanabara – 1970. *In:* JACÓ-VILELA, A. M. (org.). *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2012a.

BRANDÃO, I.; CAMAROTTI, W. Divisão de Recrutamento e Seleção do Banco Econômico S.A. – 1966(?)-1994. *In:* JACÓ-VILELA, A. M. (org.). *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2012b.

BRASIL. Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 13 dez. 1968a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em:18 abr. 2024.

BRASIL. Comissão nacional da verdade. *Violações de direitos humanos na universidade*. Brasília, DF: Biblioteca da Comissão Nacional da Verdade, 2014a. p. 266-296. Texto 6. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/. Acesso em: 19 jul. 2020.

BRASIL. Comissão nacional da verdade. *Relatório*: textos temáticos. Brasília, DF: Biblioteca da Comissão Nacional da Verdade, 2014b. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2). Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. Comissão nacional da verdade. *Mortos e desaparecidos políticos*. Brasília, DF: Biblioteca da Comissão Nacional da Verdade, 2014c. v. 3. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/. Acesso em: 19 jul. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei n. 9.155, de 8 de abril de 1946. Cria a Universidade da Bahia e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 abr. 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del9155.htm. Acesso em: 18 abr. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei n. 464, de 11 de fevereiro de 1969. Estabelece normas complementares à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 fev. 1969a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0464.htm. Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei n. 477/1969, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. *Diário Oficial União*: seção 1, Brasília, DF, 26 fev. 1969b. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 18 abr. 2024.

BRASIL. Decreto n. 67.325, de 2 de outubro de 1970. Aprova o regulamento das Divisões de Segurança e Informações dos Ministérios Civis. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 8524, 2 out. 1970. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-67325-2-outubro-1970-408768-norma-pe.html. Acesso em: 29 abr. 2020.

BRASIL. Decreto nº 75.499, de 18 de março de 1975. Concede reconhecimento ao curso de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, com sede em Salvador, Estado da Bahia. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 3259, 19 mar. 1975. Disponível em: https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1975-03-18;75499. Acesso em: 23 abr. 2020.

BRASIL. Decreto nº 81.964, de 13 de julho de 1978. Concede reconhecimento à habilitação Formação de Psicólogo do curso de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 10951, 14 jul. 1978. Disponível em: https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1978-07-13;81964. Acesso em: 23 abr. 2020.

BRASIL. *Guerra Psicológica*. Divisão de Segurança e Informações do MEC. Brasília, DF: MEC, 1971. (Arquivo Nacional (AN). Fundo: Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília – ASI/UNB. REF: BR_DFANBSB_AA1_0_LGS_0001_d0001de0001).

BRASIL. *Como eles Agem*: Levantamento sobre o movimento estudantil. Divisão de Segurança e Informações do MEC. Brasília, DF: MEC, 1974. (Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça – DSI/MJ. REF: BR_RJANRIO_TT_0_MCP_AVU_0252).

BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Manual Básico*. Rio de Janeiro: ESG, 1975.

BRASIL. Lei n. 1.254, de 4 de dezembro de 1950. Dispõe sobre o sistema federal de ensino superior. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 dez. 1950. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/1950-1969/L1254.htm#:~:text=LEI%20No%201.254%2C%20DE%204%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201950.&text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20o%20sistema%20federal,Art.&text=Art.,-2%C2%BA%20Os%20estabelecimentos. Acesso em: 18 abr. 2024.

BRASIL. Lei n. 4.119, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 9253, 5 set. 1962a. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4119-27-agosto-1962-353841-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. Lei 4.464, de 9 de novembro de 1964. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 11 nov. 1964. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 18 abr. 2024.

BRASIL. Lei n. 4.759, de 20 de agosto de 1965. Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 ago. 1965. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4759.htm. Acesso em: 18 abr. 2024.

BRASIL. Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 10369, 29 nov. 1968b. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 29 abr. 2020.

BRASIL. Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 12 ago. 1971a. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 29 abr. 2020.

BRASIL. Lei 5.766, de 20 de dezembro de 1971. Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 dez. 1971b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5766.htm#:~:text=LEI%20No%205.766%2C%20DE%2020%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201971.&text=Cria%20o%20Conselho%20Federal%20e,Psicologia%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias.&text=Art.&text=2%C2%BA%20O%20Conselho%20Federal%20de,e%20sede%20no%20Distrito%20Federal. Acesso em: 29 abr. 2020.

BRASIL. DSI/MEC. Guerra Psicológica. *Divisão de Segurança e Informações do MEC*. Brasília, DF: MEC, 1971c. Disponível em: (Arquivo Nacional (AN). Fundo: Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília – ASI/UNB. REF: BR_DFANBSB_AA1_0_LGS_0001_d0001de0001).

BRASIL. Ministério da Educação. *Parecer nº 403 do CFE, de 19 de dezembro de 1962*. Dispõe sobre o currículo mínimo dos cursos de Psicologia. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1962b.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Parecer MEC/CFE n° 1616/78, de 12 de maio de 1978. Dispõe sobre o reconhecimento da habilitação formação de psicólogo do curso de Psicologia da Universidade Federal da Bahia. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 maio 1978. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/837/1/PSICO-RELAT%2012mai1978.PDF. Acesso em: 2 ago. 2019.

BRECHT, B. *Teatro completo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. v. 6

BRITO, A. M. F. *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/1_o_golpe_de_1964_o_movimento_estudantil_na_ufba_e_a_resistencia_a_ditadura_militar_1964-1968.pdf. Acesso em: 19 jul. 2020.

BRITO, A. M. F. O movimento estudantil na UFBA entre parênteses (1968-1969). *In:* CARDOSO, L. C.; CARDOSO, C. C. (org.). *Ditaduras*: memória, violência e silenciamento. Salvador: Edufba, 2017. p. 587-602.

BROWN, J. A. C. *Técnicas de persuasão*: da propaganda à lavagem cerebral. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

BROZEK, J.; MASSIMI, M. Historiografia da psicologia moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

CAMPOS, R. H. de F. (org.). *Dicionário biográfico da psicologia no Brasil*: pioneiros. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

CÂNDIDO, G. V. *O desenvolvimento de uma cultura científica no Brasil*: contribuições de Carolina Martuscelli Bori. 2014. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2014. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-28102014-093710/en.php. Acesso em: 19 jul. 2020.

CAPINAM, J. C. *Confissões de Narciso*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

CARDOSO, L. C. Entre o movimento estudantil e a luta armada: Eudaldo Gomes da Silva e o "Massacre da Chácara São Bento" (1960/1970). *Revista História Oral*, [Rio de Janeiro], v. 15, n. 2, p. 193-216, 2012.

CARDOSO, L. C. Nelson Werneck Sodré: Censura, Repressão e Resistência. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 20, n. 37, p. 237-267, julho 2013. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/28620. Acesso em: 19 jul. 2020.

CARVALHO, A. A. de. *Esquiva discriminada no peixe dourado (Carassiusauratus)*: efeitos de intensidade do choque. 1972. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, São Paulo, 1972. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47132/tde-09022011-113302/publico/carvalhoana_me.pdf. Acesso em: 18 abr. 2024.

CARVALHO, A. A. de. *Planejamento de condições ambientais para produzir mudanças de comportamento*. 1979. Tese (Doutorado em Psicologia Experimental) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979a. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/000715527. Acesso em: 18 abr. 2024.

CARVALHO, M. C. C. de. *Dados para uma avaliação de currículo do curso de psicologia da UFBA*: caracterização do aluno e análise das condições de ensino oferecidos pela instituição. 1979. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1979b.

CARVALHO, M. C. C. de; MORAES, E. S. D. de. Carolina Bori e a Criação do Curso de Psicologia da UFBA. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 109-111, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641998000100017&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 19 jul. 2018

CARVALHO, M. C. C. de. Mendonça, João Ignácio (1903-1969). *In*: CAMPOS, R. H. de F. (org.). *Dicionário biográfico da psicologia no Brasil*: pioneiros. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

CARVALHO, M. C. C. de. Instituto de Orientação Vocacional (IDOV) – 1959-1968. *In:* JACÓ-VILELA, A. M. (org.). *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2012.

CAVALCANTI, D. E. Casa de Saúde Ana Nery – (1966-2006). *In:* JACÓ-VILELA, A. M. (org.). *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2012.

CERQUEIRA, I. M. *Efeitos da duração da consequência imediata da resposta sobre a aquisição do comportamento de esquiva e a proposição de algumas medidas de aquisição e pós-aquisição*. Dissertação (Mestrado em [Psicologia]) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/000724300. Acesso em: 18 abr. 2024.

CERTEAU, M. de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CIRINO, S. D., *et al*. Disseminating Behaviorism: the impact of J. B. Watson's ideas on brazilian educators. *Revista Mexicana de Analisis de la Conducta*, *México*, v. 39, n. 2, p. 119-134, 2013. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/593/59335808007.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

CIRINO, S. D.; MIRANDA, R. L.; CRUZ, R. N. The beginnings of behavior analysis laboratories in Brazil: A pedagogical view. *History of Psychology*, Washington, v. 15, n. 3, p. 263-272, 2012. Disponível em: https://content.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fa0026306. Acesso em: 19 jul. 2020.

CIRINO, S. D.; MIRANDA, R. L.; SOUZA JÚNIOR, E. J. de. The Laboratory of experimental psychology: Establishing a psychological community at a Brazilian university. *Revista Interamericana de Psicologia*, Argentina, v. 46, n. 1, p. 135-142, 2012. Disponível em: https://journal.sipsych.org/index.php/IJP/article/view/188. Acesso em: 19 jul. 2020.

CLEMENTE, J. E. F. *Ciência e política durante a ditadura militar*: o caso da comunidade brasileira de fisicos (1964-1979). 2005. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Instituto de Física, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005. Disponível em: https://ppgefhc.ufba.br/sites/ppgefhc.ufba.br/files/jose_eduardo_ferraz_clemente_-_dissertacao_-_ciencia_e_politica_durante_a_ditadura_militar_1964-1979_o_caso_da_comunidade_brasileira_de_fisicos.pdf. Acesso em 19 jul. 2020.

CLEMENTE, J. E. F. Perseguições, espionagem e resistência: o Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia durante a ditadura militar (1964 a 1979). *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 129-145, julho/dezembro 2006.

CLEMENTE, J. E. F. A ciência durante a ditadura militar: a criação da pós-graduação na Universidade Federal da Bahia e o caso da Geofísica (1964-1985). *In:* ZACHARIADHES, G. C. (org.). *Ditadura Militar na Bahia*: Histórias de autoritarismo, conciliação e resistência. Salvador: Edufba. 2014. p. 183-199. v. 2. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/169/4/Ditadura%20militar%20na%20Bahia.pdf. Acesso em: 19 jul. 2020.

CLEMENTE, J. E. F. Ciência, Tecnologia e Educação Superior durante a Ditadura Militar – A Pós-Graduação na Universidade Federal da Bahia: O Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geofísica. *In:* CARDOSO, L. C., CARDOSO, C. C. *Ditaduras*: memória, violência e silenciamento. Salvador: Edufba, 2017. p. 569-587.

COIMBRA, C. M. B. *Guardiães da ordem*: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do "milagre". Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

COIMBRA, C. M. B. Práticas "psi" no Brasil do "milagre": algumas de suas produções. *In:* JACÓ-VILELA, A. M. *et al*. *Clio-Psyché*: História da Psicologia no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 43-53. Disponível em: http://grupodetrabalhoeorientacao.com.br/Virginia_Fontes/capitulos-livros/Clio-e-Psyche.pdf. Acesso em: 19 jul. 2020.

COMO eles agem. *Jornal Gol a Gol*, Minas Gerais, p. 3, ano 2, n. 12, 28 maio 1974a. (DCE/UFMG).

COMO eles atuam na Bahia. *Jornal Gol a Gol*, Minas Gerais, p. 3, ano 2, n. 12, 28 maio 1974b. (DCE/UFMG).

CONCEIÇÃO, A. C.; SOUZA, M. A. A. S. de. Sanatório São Paulo (SSP) – 1953-. *In:* JACÓ-VILELA, A. M. (org.). *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2012.

CONSELHO FEDERAL DA PSICOLOGIA. *Quem é o Psicólogo Brasileiro*. São Paulo: Edicon, 1988. Disponível em: http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/en/Acervo_files/QuemPsicologoBrasileiro.pdf. Acesso em: 19 jul. 2020.

CORRÊA, C. P. *Entrevista para o Circular – Boletim Informativo do CBP*, Salvador, ano 2, p. 2, out. 1993. Disponível em: http://www.circulopsibahia.org.br/entrevistas.htm. Acesso em: 7 maio 2018.

CORREA DA FONSECA, S.; MORAES, M. Sobre a regulamentação da profissão de psicólogo no Brasil: notas introdutórias. *Perspectivas en psicología*, Argentina, v. 9, p. 73-81, 2012. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5113943. Acesso em: 20 jul. 2020.

COSTA, I. S. *A Bahia já deu régua e compasso – o saber médico-legal e a questão racial na Bahia, 1890-1940*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/2_a_bahia_ja_deu_regua_e_compasso._o_saber_medico-legal_e_a_questao_racial_na_bahia_1890-1940.pdf. Acesso em: 19 jul. 2020.

COSTA, J. C.; OLIVEIRA, P. A. de; FERRAZZA, D. de A. Psicologia Social e Direitos Humanos: A Atuação da Psicologia Diante da Ditadura Militar e das Manifestações Atuais no Brasil. *Revista de Psicologia da IME*, Passo Fundo, v. 6, n. 2, p. 70-80, 2014. Disponível em: https://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/543/480. Acesso em: 20 jul. 2020.

COSTA, V. Instituto Central de Educação Isaías Alves (ICEIA) – 1968-. *In:* JACÓ-VILELA, A. M. (org.). *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2012.

COUTINHO, D.; MORAES, E. S. D. de. O histórico da psiquiatria na Bahia. *Gazeta Médica da Bahia*, Salvador, v. 77, n. 2, p. 210-218, julho/dezembro 2007. Disponível em: http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/102/95. Acesso em: 20 jul. 2020.

COUTO, R. C. *História indiscreta da ditadura e da abertura*: Brasil:1964-1985. Rio de Janeiro: Record, 2003. v. 1.

CRISTO, F. de. Departamento de Trânsito (DETRAN) – 1966-. *In:* JACÓ-VILELA, A. M. (org.). *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2012.

CUNHA, L. A. *A universidade reformada*: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CURSO de Psicologia: Alunos reclamam mais professores, *Jornal Tribuna da Bahia*, Salvador, p. 11, 18 jun. 1976. (Arquivos da AESI/UFBA, Caixa 7, Pasta 2282/2286).

DAGFAL, A. Por una "estética de la recepción" de las ideas psicológicas. *Revista Frenia,* [*s. l.*], v. 4, n. 2, p. 7-16, 2004. Disponível em: http://revistaaen.es/index.php/frenia/article/view/16407. Acesso em: 20 jul. 2020.

DIAS, A. L. M. A Universidade e a modernização conservadora na Bahia: Edgard Santos, o Instituto de Matemática e Física e a Petrobras. *Sociedade Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 125-145, julho/dezembro 2005. Disponível em: https://www.sbhc.org.br/revistahistoria/view?ID_REVISTA_HISTORIA=18. Acesso em: 24 abr. 2019.

DIMENSTEIN, M. A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 5, n. 1, p. 95-121, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2000000100006&script=sci_arttext. Acesso em: 20 jul. 2020.

DOMINGUES, S. *Estudo histórico sobre a recepção da Análise do Comportamento de B. F. Skinner pelo campo educacional no Brasil (1961 – 1996)*. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7813413. Acesso em: 19 jul. 2020.

DUARTE, E. V. *Terapia Comportamental da Obesidade*: Uma Aplicação de Técnicas de Autocontrole para a Redução de peso. 1981. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1981.

DUARTE, M. das G. dos S.; FERNANDES, P. J.; RODRIGUES, H. de B. C. Breve história da constituição do grupo Plataforma argentino. *In:* JACÓ-VILELA, A. M.; CEREZZO, A. C.; RODRIGUES, H. de B. C. (org.). *Clio-psyqué hoje*: fazeres e dizeres psi na história do Brasil. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 136-149. Disponível em: http://books.scielo.org/id/hkyyb. Acesso em: 20 jul. 2020.

DUMONT, L. *O individualismo*: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

ECO, U. *Cinco escritos morais*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

ESTUDANTES não cedem a pressão. *Jornal Diário de Notícias*, Salvador, ano 101, n. 22.154, p. 3, 20 mar. 1976.

ESTUDANTES contam como foi a prisão em Belo Horizonte. *Jornal da Bahia*, Salvador, p. 5, 8 jun. 1977a.

ESTUDANTES respondem às prisões com greve geral, *Tribuna da Bahia*, Salvador, p. 3, 7 jun. 1977b.

EXILADOS e Banidos: a hora de voltar. *Jornal Tribuna da Bahia*, Salvador, p. 9, 24 jan. 1979.

FERNANDES, P. J.; RODRIGUES, H. de B. C.; DUARTE, M. das G. dos S. Os "psicanalistas argentinos" no Rio de Janeiro: problematizando uma denominação. *In:* JACÓ-VILELA, A. M.; CEREZZO, A. C.; RODRIGUES, H. de B. C. (org.). *Clio-psyqué hoje*: fazeres e dizeres psi na história do Brasil. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 150-167. Disponível em: http://books.scielo.org/id/hkyyb. Acesso em: 20 jul. 2020.

FICO, C. *Como eles agiam*: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100003. Acesso em: 20 jul. 2020.

FICO, C. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, janeiro/junho 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/03.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

FIGUEIREDO, A. C. C. de. Associação de Psiquiatria e Psicologia da Infância e da Adolescência (APPIA) – 1972-1982. *In:* JACÓ-VILELA, A. M. (org.). *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2012a.

FIGUEIREDO, A. C. C. de. A Psicanálise dos Psicólogos no Rio de Janeiro dos anos 1970. *Revista Culturas Psi*, Buenos Aires, v. 0, 2012b. Disponível em: http://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/culturaspsi/article/view/3890. Acesso em: 20 jul. 2020.

FREIRE JUNIOR, O. Sobre a relação entre regimes políticos e desenvolvimento científico: apontamentos para um estudo sobre a História da C&T durante o Regime Militar brasileiro. *Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, v. 4, n. 3, p. 1-11, 2007. Disponível em: https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/672. Acesso em: 20 jul. 2020.

GALVÃO, V. L. S. B. Círculo Psicanalítico da Bahia – Trinta anos: marco da psicanálise na Bahia. *Cogito*, Salvador, v. 4, p. 11-15, 2002. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-94792002000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 11 maio 2020.

GASPARI, E. *A ditadura Escancarada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GERBASE, J. Meu encontro com Emílio Rodrigué. *In:* PERES, U. T.; PÊPE, G. (org.). *Emílio Rodrigué*: Velho analista do tempo novo. Salvador: Edufba, 2014. p. 319.

GIL, A. C. O psicólogo e sua ideologia. *Psicologia*: Ciência e Profissão, Brasília, DF, v. 5, n. 1, p. 12-17, 1985. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931985000100005.
Acesso em: 20 jul. 2020.

GÓES, Z. S. *Descrição de intercâmbio verbais monitor-alunos em classe do Mobral*. Dissertação (Mestrado em [Psicologia]) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

GORENDER, J. *Combate nas trevas, a esquerda brasileira*: das ilusões perdidas a luta armada. São Paulo: Editora Ática, 1987.

GUEDES, G. M.; VALENTE, R. de C. T. Casa de Saúde Santa Mônica Ltda. (Espaço Bom Viver – EBV) – 1995. *In:* JACÓ-VILELA, A. M. (org.). *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2012.

HOLLAND, J. G.; SKINNER, B. F. *A Análise do Comportamento*. São Paulo: Herder, 1969.

HUR, D. U. *Políticas da Psicologia de São Paulo*: As Entidades de Classe durante o período do regime militar à redemocratização do país. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-11072006-224031/en.php. Acesso em: 19 jul. 2020.

HUR, D. U. Políticas da Psicologia: histórias e práticas das Associações Profissionais (CRP e SPESP) de São Paulo, entre a Ditadura e a redemocratização do país. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 69-90, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-65642012000100004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 20 jul. 2020.

HUR, D. U.; ARAGUSUKU, H. A. Políticas do movimento estudantil de psicologia no Brasil. *Memorandum*, Belo Horizonte, v. 35, p. 184-204, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6893.
Acesso em: 20 jul. 2020.

JACOBINA, R. R. Hospital Juliano Moreira – 1936-. *In:* JACÓ-VILELA, A. M. (org.). *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2012.

JACÓ-VILELA, A. M. Concepções de pessoa e a emergência do indivíduo moderno. *Interações*, Campo Grande, v. 6, n. 12, p. 11-39, 2001.

JACÓ-VILELA, A. M. História da Psicologia no Brasil: Uma Narrativa por Meio de seu Ensino. *Psicologia*: Ciência e Profissão, Brasília, DF, v. 32, n. esp., p. 28-43, 2012a.

JACÓ-VILELA, A. M. (org.). *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2012b.

JACÓ-VILELA, A. M.; BRAGHINI, S. L. Psicologia, política, organizações sociais – a construção de um imaginário psi. *Psicología Básica y Aplicada*, Assunção, v. 1, n. 2, p. 89-95, 2015. Disponível em: http://www.cliopsyche.uerj.br/wp-content/uploads/2018/07/Psicologia-pol%C3%ADtica-organiza%C3%A7%C3%B5es-sociais-a-constru%C3%A7%C3%A3o-de-um-imagin%C3%A1rio-ps.pdf. Acesso em: 18 abr. 2020.

JACÓ-VILELA, A. M.; CEREZZO, A. C.; RODRIGUES, H. de B. C. (org.). *Clio-psyché hoje*: fazeres e dizeres psi na história do Brasil. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012c. Disponível em: http://books.scielo.org/id/hkyyb. Acesso em: 20 jul. 2020.

JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. *História da Psicologia*: Rumos e percursos. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005.

JACÓ-VILELA, A. M.; JABUR, F.; RODRIGUES, H. de B. C. *Clio-Psyché*: Histórias da Psicologia no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

JACÓ-VILELA, A. M.; MESSIAS, M. C. N. (org.). *Clio-Psyché*: Resistências: Ciência e Política na História da Psicologia. Curitiba: CRV, 2020.

JACÓ-VILELA, A. M.; OLIVEIRA, D. de M. (org.). *Clio-Psyché*: discursos e práticas na história da psicologia. Rio de Janeiro : EDUERJ, p. 103-115, 2018. Disponível em: http://books.scielo.org/id/27bn3. Acesso em: 20 jul. 2020.

JACÓ-VILELA, A. M.; DEGANI-CARNEIRO, F.; ESPÍRITO SANTO, A. A. do. (org.). *Clio-Psyché Psicologia*: Saber moderno, saber nativo. Curitiba: CVR, 2023. v. 4.

JOSÉ, E.; MIRANDA, O. *Lamarca*: o capitão da guerrilha. São Paulo: Global, 2015.

KYRILLOS NETO, F.; PÁDUA, M. L. G. de. Ditadura militar e as Sociedades Psicanalíticas: relações e ressonâncias na práxis. *Revista da SPAGESP*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 32-45, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v16n2/v16n2a04.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

LACERDA JÚNIOR, F. Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica. *Revista Teoría y crítica de la psicología*, [*s. l.*], v. 3, n. 3, p. 216-263, 2013. Disponível em: http://www.teocripsi.com/documents/3LACERDA.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

LANGENBACH, M.; NEGREIROS, T. C. de G. M. A formação complementar: um labirinto profissional. *In:* CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Quem é o Psicólogo Brasileiro?* São Paulo: Edicon, 1988. p. 86-99. Disponível em: http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/en/Acervo_files/QuemPsicologoBrasileiro.pdf. Acesso em: 19 jul. 2020.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. *A vida de laboratório*: A produçao dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LIRA, A. T. do N. *A legislação de Educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985)*: um espaço de disputas. 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/td/1265.pdf. Acesso em: 19 jul. 2020.

LOURENÇO FILHO, M. B. Visão Histórica de Lourenço Filho sobre a Psicologia no Brasil. *Arquivos brasileiros de Psicologia Aplicada*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 113-141, julho/setembro 1971. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpa/article/viewFile/16750/15556. Acesso em: 20 jul. 2020.

LUBISCO, N. M. L.; VIEIRA, S. C. *Manual de Estilo acadêmico*: trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses. 6. ed. rev. ampl. Salvador: Edufba, 2019.

MAJDALANI, L. Instituto de Cegos da Bahia (ICB) – 1933-. *In:* JACÓ-VILELA, A. M. (org.). *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2012.

MANCEBO, D. Formação em psicologia : gênese e primeiros desenvolvimentos. *Mnemosine*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, p. 53-72, 2004. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41338. Acesso em: 20 jul. 2020.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, janeiro/abril 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a02. Acesso em: 20 jul. 2020.

MARTINS, L. A geração AI-5: Um ensaio sobre autoritarismo e alienação. *In*: ENSAYOS de Opinião. Rio de Janeiro: Ed. Inúbia, 1979. p. 72-102.

MATOS, M. A. Carolina Bori: A Psicologia Brasileira como Missão. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 67-70, 1998. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/107739. Acesso em: 20 jul. 2020.

MEGRET, M. *La Guerre psychologique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1956.

MENDES, E. R. P. A presença de Igor Caruso no Brasil. *Estudos de Psicanálise*, Belo Horizonte, n. 39, p. 47-52, julho 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372013000100005. Acesso em: 20 jul. 2020.

MENEZES, M. O. *A psicanálise na Bahia (1926-1937)*: os estudos de Arthur Ramos sobre a loucura, educação infantil e cultura. 2002. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Instituto de Física, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002. Disponível em: https://ppgefhc.ufba.br/sites/ppgefhc.ufba.br/files/maria_odete_menezes_-_dissertacao_-a_psicanalise_na_bahia_1926_-_1937_os_estudos_de_arthur_ramos_sobre_a_loucura_educacao_infantil_e_cultura.pdf. Acesso em: 19 jul. 2020.

MIRANDA, R. L. *Laboratórios de Análise do Comportamento No Brasil*: Percursos Na UFMG Na Década De 1970. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizone, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-8E3KBS/1/dissertacao_rodrigo_miranda.pdf. Acesso em: 3 out. 2019.

MIRANDA, R. L.; CIRINO, S. D. Os primeiros anos dos Laboratórios de Análise do Comportamento no Brasil. *Psychologia Latina*, Madrid, v. 1, p. 79-87, 2010. Disponível em: https://psicologia.ucm.es/data/cont/docs/29-2013-04-25-art5.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

MIRANDA, R. L. *O Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte*: Diálogos entre Psicologia e Educação (1929-1946). 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1315168. Acesso em: 19 jul. 2020.

MIRANDA, R. L.; CIRINO, S. D. O que os laboratórios podem nos dizer sobre a história da psicologia? *Memorandum*, Belo Horizonte, n. 30, p. 104-119, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/303984983_What_can_laboratories_tell_us_about_the_history_of_psychology. Acesso em: 20 jul. 2020.

MORAES, G. S. Carolina Bori, Presença no Nordeste. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 113-116, 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641998000100018. Acesso em: 20 jul. 2020.

MOTTA, R. P. S. Incômoda Memória: Os arquivos das ASI universitárias. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 43-66, julho/dezembro 2008. Disponível em: https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/294. Acesso em: 20 jul. 2020.

MOTTA, R. P. S. *As universidades e o regime militar*: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. (1964, 50 anos depois).

NASCIMENTO, A. B. *Reportagem histórica sobre 46 anos da Faculdade de Filosofia*. Colóquio nº 13. Salvador: Universidade Federal da Bahia-CCE, 1987.

OLIVEIRA, C. L. M. V. Sob o discurso da neutralidade: as posições dos psicanalistas durante a ditadura militar. *História, Ciências, Saúde*, Manguinhos, v. 24, p. 79-90, novembro 2017. Supl. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v24s1/0104-5970-hcsm-24-s1-0079.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

OLIVEIRA, F. de. *O elo perdido*: classe e identidade de classe. São Paulo: Brasiliense, 1987.

OLIVEIRA, G. C. *Repressão a Nelson Soares Pires durante a ditadura militar*: UFBA, Processo e Exílio (1964-1979). 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

PATARRA, J. L. *Iara*: reportagem biográfica. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.

PATTO, M. H. S. Ciência e política na primeira república: origens da psicologia escolar. *Mnemosine*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, p. 203-225, 2004. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/viewFile/41357/pdf_26. Acesso em: 20 jul. 2020.

PAVÓN-CUÉLLAR, D. Psicología y Destrucción del Psiquismo: La Utilización Profesional del Conocimiento Psicológico para la Tortura de Presos Políticos. *Psicologia*: Ciência e Profissão, Brasília, DF, v. 37, n. especial, p. 11-27, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-98932017000500011&lng=pt&nrm=iso&tlng=es. Acesso em: 20 jul. 2020.

PENNA, A. G. Ramos, Arthur (1903-1949). *In*: CAMPOS, R. H. de F. (org.). *Dicionário biográfico da psicologia no Brasil*: pioneiros. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

PEREIRA, F. M.; PEREIRA NETO, A. O psicólogo no Brasil: notas sobre seu processo de profissionalização. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 8, n. 2, p. 19-27, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/pe/v8n2/v8n2a02.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

PEREIRA, L. G. *Nenhuma ilha da liberdade*: Vigilância, Controle e Repressão na Universidade Federal Fluminense (1964-1987). 2016. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/pct/2017/Mencoes-Honrosas/Historia-Ludmila-Gama-Pereira.PDF. Acesso em: 19 jul. 2020.

PERES, U. T.; PÊPE, G. (org.). *Emilio Rodrigué*: velho analista do tempo novo. Salvador: Edufba, 2014.

PESSOTTI, I. Notas para uma história da psicologia brasileira. *In:* CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Quem é o Psicólogo Brasileiro?* São Paulo: Edicon, 1988. p. 17-31. Disponível em: http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/en/Acervo_files/QuemPsicologoBrasileiro.pdf. Acesso em: 19 jul. 2020.

PESTRE, D. Por uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens. *Cadernos IG/UNICAMP*, Campinas, v. 6, n. 1, p. 3-56, 1996. Disponível em: https://ctsadalbertoazevedo.files.wordpress.com/2014/09/pestre1996.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

PICCININI, W. J. História da Psiquiatria: Nelson Pires (1910-1994). *Psychiatry on line*, [*s. l.*], v. 9, n. 9, 2004. Disponível em: http://www.polbr.med.br/ano04/wal0904.php. Acesso em: 20 jul. 2020.

PICKREN, W.; RUTHERFORD, A. *Modern Psychology in Context*. New Jersey: Wiley, 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/40186328/Wade_E._Pickren_Alexandra_Rutherford_A_history_of_modern_psychology_in_context_Wiley_2010_. Acesso em: 20 jul. 2020.

PIÑEDA, M. A.; JACÓ-VILELA, A. M. Ciencia psicológica y profesionalización en Argentina y Brasil: 1930-1980. *Universitas Psychologica*, Colômbia, v. 13, n. 5, p. 2015-2033, 2014. Disponível em: https://psycnet.apa.org/record/2016-43663-030. Acesso em: 20 jul. 2020.

PINTO, L. F. Instituto Psicopedagógico da Bahia (IPPB) – 1965-1973. *In:* JACÓ-VILELA, A. M. (org.). *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2012.

PLOKTIN, M. B. *Freud en las Pampas*: Orígenes y desarrollo de una psicoanalítica en la Argentina (1910-1983). Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2003.

POLANCO, F.; MIRANDA, R. L. Recepción del conductismo en Argentina y Brasil: Un estudio de dos universidades, 1960-1970. *Universitas Psychologica*, Bogotá, v. 13, n. 5, p. 2035-2045, 2014. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/647/64739325031.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278. Acesso em: 20 jul. 2020.

QUASE todos os estudantes fizeram greve simbólica. *Tribuna da Bahia*, Salvador, p. 3, 14 jun. 1977.

RABELO, R. S. Isaías Alves e as aproximações entre a psicologia educacional e a educação matemática. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 44, n. 0, p. 1-19, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022017005008105&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 jul. 2020.

RAPOLD, R. de C. M. *A psicologia da Educação na Bahia:* a história do IDOV pela memória de seus personagens. 2003. Tese (Doutorado em Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

REIMÃO, S. Livro e prisão: o caso Em câmara lenta, de Renato Tapajós. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 99-108, janeiro/junho 2009.

RIBEIRO, M. A. História do movimento estudantil na psicologia – leituras e reflexões acerca do ENEP (Encontro Nacional dos Estudantes de Psicologia). *Memorandum*, Belo Horizonte, n. 13, p. 100-119, 2007. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6706. Acesso em: 20 jul. 2020.

RISÉRIO, A. *Uma história da cidade da Bahia*. Salvador: Omar G. Editora, 2000.

RISÉRIO, A. *Edgard Santos e a reinvenção da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal, 2013.

ROCHA, A. C. S. M. *O que fazer com os rudes?:* Isaías Alves e as divergências sobre o papel da inteligência na organização escolar (1930-1942). 2011. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8177. Acesso em: 19 jul. 2020.

ROCHA, J. F. M. História do Curso de Física da UFBA: da Faculdade de Filosofia da Bahia à contemporaneidade. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 265-287, 2016a. Disponível em: https://www.sbhc.org.br/revistahistoria/view?ID_REVISTA_HISTORIA=57. Acesso em: 20 jul. 2020.

ROCHA, N. M. D. A preocupação com questões psicológicas nas teses da Faculdade de Medicina da Bahia no século XIX. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, v. 8, n. 2, p. 163-173, 2000. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2000000200006. Acesso em: 20 jul. 2020.

ROCHA, N. M. D.; MORAES, E. S. D. de; CARVALHO, M. C. C. de. Memória histórica do Departamento de Psicologia, atual Instituto de Psicologia: sua constituição e desenvolvimento. *In:* TOUTAIN, L. M. B., SILVA, R. R. G. da, (org.). *UFBA*: do século XIX ao século XXI. Salvador: Edufba, 2010. p. 525-543. (Memorial, v. 1). Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/5293. Acesso em: 19 jul. 2020.

ROCHA, N. M. D. Faculdade de Medicina da Bahia (FMB) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) – 2008. *In:* JACÓ-VILELA, A. M. (org.). *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2012.

ROCHA, N. M. D. Fontes para a História da Psicologia na Bahia. *In:* ASSIS, R. M. de; PERES, S. P. (org.). *História da Psicologia*: Tendências Contemporâneas. Belo Horizonte: Artesã, 2016b. p. 240.

ROCHA, N. M. D. Emilio Mira y Lopez na mídia impressa baiana: 1946 a 1961. *In:* JACÓ-VILELA, A. M.; OLIVEIRA, D. M. (org.). *Clio-Psyché*: discursos e práticas na história da psicologia. Rio de Janeiro: Eduerj, 2018. p. 103-115. Disponível em: http://books.scielo.org/id/27bn3. Acesso em: 20 jul. 2020.

RODRIGUÉ, E. *Separações Necessárias*: memórias. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2006.

RODRIGUÉ, E.; LOPES, S. T. *Um sonho de final de análise, Final de análise, um sonho ou Análise final de um sonho*. Rio de Janeiro: Imago, 1986.

ROSAS, D. B. Mattos, Giscele (1920-1997). *In*: CAMPOS, R. H. de F. (org.). *Dicionário biográfico da psicologia no Brasil*: pioneiros. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. Disponível em: https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/8941/material/Roudinesco_Elisabeth_Plon_Michel_Dicionario_de_psicanalise_1998.pdf. Acesso em: 19 jul. 2020.

RUDÁ, C.; ALMEIDA FILHO, N.; COUTINHO, D. Formação em psicologia no Brasil: o período do currículo mínimo (1962-2004). *Memorandum*, Belo Horizonte, v. 29, p. 58-95, 30 ago. 2015. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6471. Acesso em: 20 jul. 2020.

RUSSO, J. *O mundo PSI no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.

RUSSO, J. Uma leitura antropológica do mundo "psi". *Mnemosine*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, p. 38-43, 2004. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41336. Acesso em: 20 jul. 2020.

RUSSO, J. O movimento psicanalítico brasileiro. *In:* JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. (org.). *História da psicologia*: rumos e percursos. Rio de Janeiro: Nau, 2008. p. 413-424.

SALLES, J. C. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas: Breve nota sobre o sentido de sua história. *In:* TOUTAIN, L. M. B., SILVA, R. R. G. da, (org.). *UFBA*: do século XIX ao século XXI. Salvador: Edufba, 2010. p. 343-347. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/5293. Acesso em: 19 jul. 2020.

SALMERON, R. A. *A universidade interrompida*: Brasília 1964-1965. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1999.

SANTOS, A. A. Colégio Estadual da Bahia (Central) – (1837)-. *In:* JACÓ-VILELA, A. M. (org.). *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2012.

SAVIANI, D. O legado educacional do Regime Militar. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, setembro/dezembro 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622008000300002&script=sci_arttext.
Acesso em: 20 jul. 2020.

SCHWARTZMAN, S. *Um espaço para a ciência*: a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília, DF: Ministério de Ciência e Tecnologia, 2001. Disponível em: http://www.schwartzman.org.br/simon/spacept/espaco.htm.
Acesso em: 20 jul. 2020.

SENNA, C. P. Minha querida Faculdade de Filosofia. *In:* BOAVENTURA, E. M. (org.). *UFBA*: Trajetória de uma Universidade (1946-1996). Salvador: EGBA, 1999. p. 238-240.

SILVA, M. V. O. *A emergência da cultura psicológica na Bahia:* do pré-psiquiátrico ao pós-psicanalítico, cursos e percursos de uma trajetória. 1995. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

SILVA, R. M. S. e. Formação dos psicólogos na Bahia durante o período da ditadura militar: contribuição dos psicanalistas argentinos. *In:* JACÓ-VILELA, A. M.; MESSIAS, M. C. N. (org.). *Clio-Psyché*: Resistências: Ciência e Política na História da Psicologia. Curitiba: CRV, 2020. p. 205-220.

SILVA, R. M. S. e. As primeiras gerações de psicólogos da Bahia: uma visão panorâmica e contextualizada. *In*: JACÓ-VILELA, A. M.; DEGANI-CARNEIRO, F.; VASCONCELOS, M. A. G. N. T. *Clio-Psyché*: História da Psicologia e suas Críticas. Curitiba: CRV, 2021a. p. 339-348. (Coleção: História, Psicologia, Sociedade, v. 2).

SILVA, R. M. S. e. História e ensino da Análise do Comportamento na Bahia: da criação do laboratório experimental à formação dos primeiros analistas do comportamento na FFCH/UFBA (1968-1980). *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, Goiás, v. 23, p. 1-23, 2021b.

SILVA, R. M. S. e. O curso de psicologia da FFCH/UFBA. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 14, p. 92-103, 2021c.

SILVA, R. M. S. e. Mendonça, João Inácio de. *The Palgrave Biographical Encyclopedia of Psychology in Latin America*, Londres, p. 1, 2022.

SILVA, R. M. S. e. Mira y López para além das margens do Rio (de Janeiro). *In*: JACÓ-VILELA, A. M.; DEGANI-CARNEIRO, F.; ESPÍRITO SANTO, A. A. do. (org.). *Clio-Psyché Psicologia*: Saber moderno, saber nativo. Curitiba: CVR, 2023. v. 4. p. 93-103.

SILVA, V. M. *No embalo das redes*: cultura, intelectualidade, política e sociabilidades na Bahia (1941-1950). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/15335. Acesso em: 19 jul. 2020.

SILVEIRA, A. A. da. *Sorria, você está sendo espionado*: a atuação do serviço de informação na Universidade Federal da Bahia (1972-1979). 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/31951. Acesso em: 19 jul. 2020.

SIMÕES, R. *A Faculdade de Filosofia e sua identidade perdida*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1990.

SKINNER, B. F. *Ciência e Comportamento Humano*. 3. ed. São Paulo: EDART, 1966-1976.

SOARES, A. R. A Psicologia no Brasil. *Psicologia*: Ciência e Profissão, Brasília, DF, v. 30, n. especia, p. 8-41, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/pcp/v30nspe/v30speca02.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

SOUZA, J. A. M. de; JACÓ-VILELA, A. M. Luta Armada na Psicologia: Prática de Classe contra o Terrorismo de Estado. *Psicologia*: Ciência e Profissão, Brasília, DF, v. 37, p. 44-56, 2017.

SOUZA, J. A. M. de. Pauline Reichstul: uma psicóloga na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). *In:* JACÓ-VILELA, A. M., MESSIAS, M. C. N., (org.). *Clio-Psyché*: resistências: Ciência e Política na História da Psicologia. Curitiba: CRV, 2020. p. 305-328.

SOUZA, S. R. B. da S. *Ousar lutar, ousar vencer*: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971). Salvador: Edufba, 2013.

TAPAJÓS, R. *Em câmara lenta*: romance. São Paulo: Alfa ômega, 1977.

TODOROV, J. C. Behavior analysis in Brazil. *Avances en Psicología Latinoamericana*, Rosário, v. 24, p. 29-36, 2006. Disponível em: https://revistas.urosario.edu.co/index.php/apl/article/view/1226. Acesso em: 20 jul. 2020.

TODOROV, J. C.; MOREIRA, M. B.; MARTONE, R. C. Sistema personalizado de ensino, educação à distância e aprendizagem centrada no aluno. *Psicologia*: Teoria e Pesquisa, Brasília, DF, v. 25, n. 3, p. 289-296, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ptp/v25n3/a02v25n3.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

TODOROV, J. C.; HANNA, E. S. Análise do Comportamento no Brasil. *Psicologia*: Teoria e Pesquisa, Brasília, DF, v. 26, n. esp., p. 143-153, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722010000500013&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 20 jul. 2020.

TOUTAIN, L. M. B.; SILVA, R. R. G. da (org.). *UFBA*: do século XIX ao século XXI. Salvador: Edufba, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/5293. Acesso em: 19 jul. 2020.

Universidade Federal da Bahia. *Relatório final da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade – Golpe Civil-Militar de 1964 na UFBA*: rompendo o silêncio do Estado e reduzindo o espaço da negação. Salvador: UFBA, 2014. Disponível em: https://www.memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/files/original/5c70df8a1b3e3064d5abd99c7058cd4a.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

ULIAN, A. L. A. de O. *et al*. Memórias da Análise do Comportamento no Nordeste – Bahia, Ceará e Maranhão. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Congnitiva*, Goiás, v. 19, n. 1, p. 61-70, 2016. Disponível em: http://www.usp.br/rbtcc/index.php/RBTCC/article/view/950. Acesso em: 20 jul. 2020.

VELHO, G. *Subetividade e Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1986.

VELHO, G. *Individualismo e Cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1987.

VENANCIO, A. T. A. Moreira, Juliano (1873-1933). *In*: CAMPOS, R. H. de F. (org.). *Dicionário biográfico da psicologia no Brasil*: pioneiros. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

VEZZETTI, H. Psicanálise e marxismo: a fratura da Associação Psicanalítica Argentina (1971). *Tempo Social*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 61-85, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ts/v21n2/v21n2a04.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

Anexos

Anexo A Como eles agem. *Veja*, [São Paulo], n. 283, 6 fev. 1974.

Anexo B Carta de Carolina Bori, dirigida ao vice-diretor em exercício da FFCH/UFBA, prof. dr. Joaquim Batista Neves, em 14 nov. 1968.

Anexo C Parecer do prof. Mário Guidi, instrutor do Departamento de Psicologia Social e Experimental da FFCL/USP, em 7 out. 1969.

Anexo D Boletim informativo *Reflexo*, dos estudantes de Psicologia da FFCH/UFBA, edição n. 1, jun. 1973.

Como eles agem

Apesar das fantásticas estatísticas divulgadas pelo ministro Antônio Delfim Netto, o país está à beira do caos e da destruição. O comunismo não dorme, ataca em todas as frentes, mesmo as que por acaso estejam mais à retaguarda, e aproxima-se da vitória, pois nem mesmo o Funrural, o PIS, o Proterra, a reforma do ensino, pilares de impacto sobre os quais o governo pretende construir uma sociedade justa, feliz, ocidental, cristã e familiar, resistem às suas insidiosas investidas.

Nas universidades, os estudantes gastam o tempo longe dos livros e das apostilas, em orgias indescritíveis em que ao despudor do amor livre, em grupo e de portas abertas, soma-se a destruição moral e física dos tóxicos consumidos em todos os estados: sólido, líquido e gasoso. É o resultado evidente das recomendações de Fidel Castro na Conferência Tricontinental de Havana, em 1966: "Apoiar resolutamente a campanha em favor das drogas, baseando-a no princípio do respeito aos direitos individuais". Assim, ao que parece, contaminaram-se até mesmo filhos de eminentes autoridades. Dos professores, em todos os tempos fonte de inestimáveis exemplos para os alunos, infelizmente pouco se pode esperar. Pois muitos deles, inteiramente de acordo "com as idéias do adversário", aparecem em primeiro plano como difundidores das doutrinas desagregadoras, chegando ao cúmulo de "preferirem o cargo de chefes de departamento ao de reitor ou diretor, visando à oportunidade de maior contato com os alunos".

"Um catedrático de universidade que, sem ser membro do Partido, presta-se a servir a URSS, vale mais pela influência que exerce sobre os estudantes do que cem comunistas que pregam cartazes", ensinava o chinês Mao Tsé-tung nos tempos já longínquos em que considerava a União Soviética um país comunista e, portanto, merecedor de auxílio.

O inimigo parece disposto a tudo, inclusive a suportar menores salários em troca de mais horas de trabalho. E, nesse fanatismo, não encontra revide à altura, pois "verifica-se com grande incidência a omissão de professores, diretores e outras autoridades educacionais no trato de assuntos relativos à infiltração comunista". Serão, certamente, os que preferem a reitoria ou mesmo a diretoria, para o gozo de uma tranqüila distância dos turbulentos estudantes. Assim acontecem os desastres. As cadeiras de educação moral e cívica, do ensino médio, e de estudos de problemas brasileiros, no nível universitário — criadas para difundir entre a mocidade os princípios de uma moral sadia e do amor à pátria — tornam-se, pouco a pouco, os melhores instrumentos para divulgação da ideologia subversiva. O Mobral, idealizado para combater valentemente o analfabetismo, sofreu infiltrações mesmo estando sob a direção do economista Mário Henrique Simonsen, provável ministro da Fazenda do governo do general Ernesto Geisel. De resto, nem mesmo o presidente eleito escapou do ataque, pois, visitando recentemente o Centro Acadêmico Luís de Queirós, na Faculdade de Agronomia de Piracicaba, São Paulo, de lá saiu com um gordo maço de panfletos, que prometeu ler em casa, e cujo conteúdo é fácil identificar: críticas ao Proterra, ao Funrural, exigências de reforma agrária, críticas ao decreto-lei 477 (nascido, no entanto, como se sabe, da imperiosa necessidade de restabelecer a lei e a ordem no campus universitário).

LUIS HUMBERTO

A estátua do Alvorada: a subversão diante do governo

Mas não é visado apenas o mundo estudantil. Todo o país sofre a pregação da derrubada de seus mais caros valores morais, feita pelos discípulos do notório contestador e diretor de cinema Jean-Luc Godard, de câmara na mão e idéias vermelhas na cabeça. (VEJA permite-se perguntar: que dizer das intenções de um cinema cuja mais recente produção de sucesso tem o título debochativo: "Vai Trabalhar, Vagabundo"?) E o teatro não fica atrás. Peças como "Oh, Calcutá" e "Hair" mostram-se mil vezes mais eficientes na divulgação das idéias marxistas que os longos, maçantes e às vezes incompreensíveis escritos de propagandistas famosos, como Lênin e Trótski, dois puritanos notórios, embora se situem entre os primeiros responsáveis pela ameaça que paira sobre o mundo ocidental.

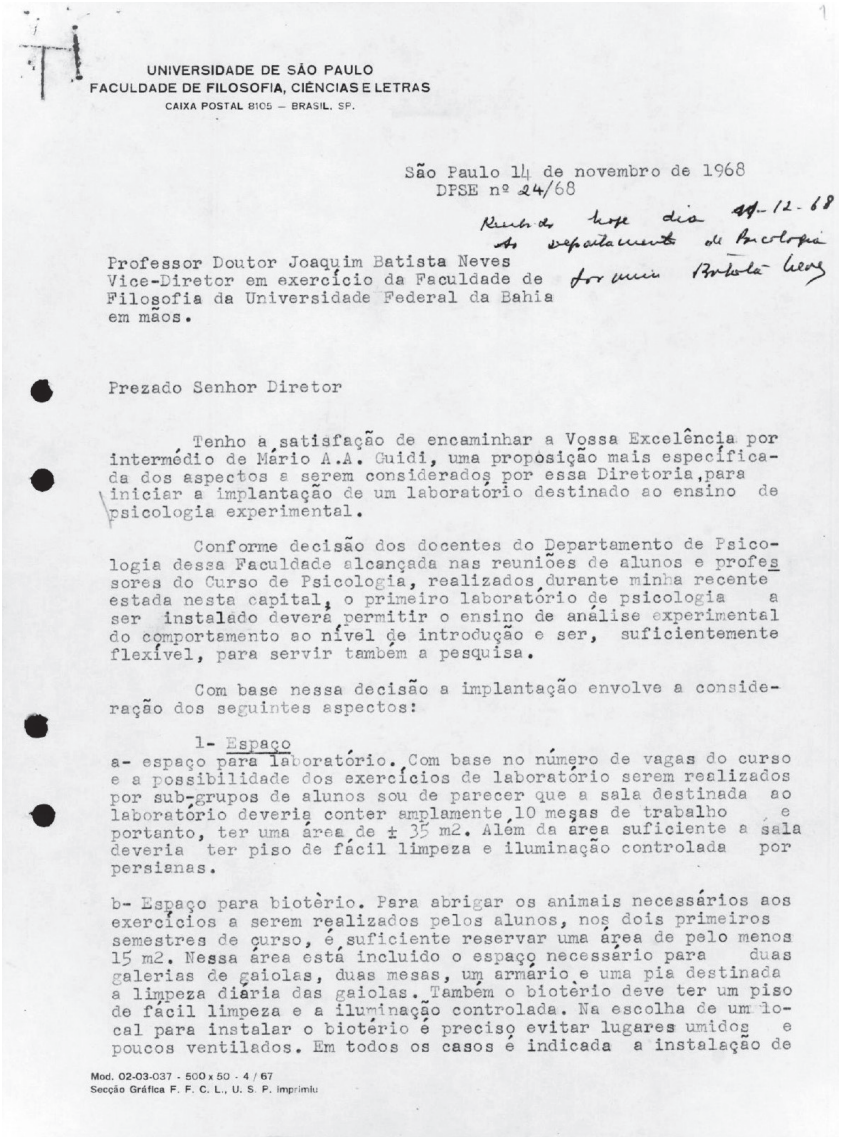
A imprensa faz sua parte inventando, distorcendo e na maioria das vezes escondendo notícias. Nos tempos mais recentes, aliás, há jornais capazes de revelar indisfarçável preferência pelos versos de Camões, conhecido cantor dos sonhos imperialistas e conquistadores de um país estrangeiro.

Dispostos a "degradar todas as formas de expressão artística", os comunistas não hesitam em "eliminar dos parques e edifícios toda boa escultura e substituí-la por configurações informes, sem graça e sem significação", como poderá verificar qualquer turista passeando por perto do Palácio dos Despachos ou mesmo nos jardins do Alvorada, em Brasília. Mas, sem dúvida, a mais terrível arma da subversão é a música popular, que passeia impune "pelos vídeos livres de nossas estações de televisão".

O compositor Francisco Buarque de Holanda, por exemplo, com suas criações sacrílegas, não pode desejar nada mais que a desmoralização da Censura, forçando-a a vetar suas letras inconvenientes. (Outra pergunta de VEJA: que insondáveis propósitos teria a cantora Baby Consuelo ao gritar para as desprevenidas platéias de Silvio Santos os versos de seu sucesso: "O quente, o veneno/ é pluft, pluft, pluft/, é ferro na boneca/, é no go-gó nenen/ é no go-gó nenen/, feras do Saldanha"?)

Felizmente o Ministério da Educação decidiu dar um basta nessa investida subversiva. Num gesto de nunca suficientemente louvada e reconhecida coragem, o MEC publicou o opúsculo "Como eles agem", preparado por sua Divisão de Segurança e Informações, para denunciar todos os ardis dos inimigos da pátria. Alertada, a família brasileira poderá esperar agora que o novo governo saiba neutralizá-los em todas suas manifestações.

Anexo A Como eles agem. *Veja*, [São Paulo], n. 283, 6 fev. 1974.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS
CAIXA POSTAL 8105 – BRASIL, SP.

São Paulo 14 de novembro de 1968
DFSE nº 24/68

Recebi hoje dia 14-12-68
ao departamento de Psicologia
Professor Doutor Joaquim Batista Neves
Vice-Diretor em exercício da Faculdade de
Filosofia da Universidade Federal da Bahia
em mãos.

Prezado Senhor Diretor

Tenho a satisfação de encaminhar a Vossa Excelência por intermédio de Mário A.A. Guidi, uma proposição mais especificada dos aspectos a serem considerados por essa Diretoria, para iniciar a implantação de um laboratório destinado ao ensino de psicologia experimental.

Conforme decisão dos docentes do Departamento de Psicologia dessa Faculdade alcançada nas reuniões de alunos e professores do Curso de Psicologia, realizados durante minha recente estada nesta capital, o primeiro laboratório de psicologia a ser instalado deverá permitir o ensino de análise experimental do comportamento ao nível de introdução e ser, suficientemente flexível, para servir também a pesquisa.

Com base nessa decisão a implantação envolve a consideração dos seguintes aspectos:

1- Espaço

a- espaço para laboratório. Com base no número de vagas do curso e a possibilidade dos exercícios de laboratório serem realizados por sub-grupos de alunos sou de parecer que a sala destinada ao laboratório deveria conter amplamente, 10 mesas de trabalho e portanto, ter uma área de ± 35 m2. Além da área suficiente a sala deveria ter piso de fácil limpeza e iluminação controlada por persianas.

b- Espaço para biotério. Para abrigar os animais necessários aos exercícios a serem realizados pelos alunos, nos dois primeiros semestres de curso, é suficiente reservar uma área de pelo menos 15 m2. Nessa área está incluido o espaço necessário para duas galerias de gaiolas, duas mesas, um armário e uma pia destinada a limpeza diária das gaiolas. Também o biotério deve ter um piso de fácil limpeza e a iluminação controlada. Na escolha de um local para instalar o biotério é preciso evitar lugares umidos e poucos ventilados. Em todos os casos é indicada a instalação de

Mod. 02-03-037 - 500 x 50 - 4 / 67
Secção Gráfica F. F. C. L., U. S. P. imprimiu

Anexo B Carta de Carolina Bori, dirigida ao vice-diretor em exercício da FFCH/UFBA, prof. dr. Joaquim Batista Neves, em 14 nov. 1968.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS
CAIXA POSTAL 8105 – BRASIL, SP.

um exaustor para renovação de ar.

2- Móveis
a- Treze mesas com as seguintes dimensões 1,20 x 0,70 m. de preferência recobertas de formica ou material que permite limpeza com água e desinfetante. As mesas devem ser de construção estável para não se constituirem em uma variável pouco controlável. Onze dessas mesas mobiliariam o laboratório - uma para cada um dos conjuntos de condicionamento operante e uma para o instrutor do curso. As demais seriam utilizadas no biotério - uma para a balança e a pesagem dos animais e outra para o fichário e as anotações que o aluno deverá fazer no recinto do biotério.

b- Dois armários, um para o laboratório, construido de maneira a ter uma parte com pequenas prateleiras, para 10 alunos depositarem seus livros e cadernos, enquanto trabalham no recinto e, outra, mais ampla para armazenar tanto o material(em geral fôlhas mimeografadas) necessário aos cursos, quanto os elementos de equipamento, não utilizados nos exercícios em desenvolvimento.
O outro armário a ser instalado no biotério se destina a armazenar a ração dos animais e o material de limpeza do biotério.

3- Instalação elétrica
a- No laboratório é necessário prever uma rede de instalação elétrica no correr das paredes com tomadas em número suficiente para alimentar cada uma das mesas. É conveniente que cada mesa do laboratório tenha de 3 a 4 tomadas disponíveis.

b- Convém que se instale uma chave geral para maior facilidade de contrôle da rede elétrica do laboratório bem como um estabilizador de voltagem.

4- Equipamento
a- Cada conjunto é composto dos seguintes elementos:
câmara ambiente, painel de controle manual e automático, cronômetro elétrico, painel de luz e dispositivo para lâmpada, estimulador de choque e registrador gráfico. A FUNBEC de São Paulo poderá fornecer esse material sob encomenda. Seria indicado adquirir 10 conjuntos para o laboratório de introdução.

b- Essa mesma Fundação constroe o môdelo de galeria de gaiolas que tem se demonstrado mais econômico, a longo prazo, no que concerne a durabilidade e a maior facilidade de limpeza. Duas galerias de 30 gaiolas cada abrigariam o número de animais necessários para os alunos do curso.

c- Uma balança para pesar ratos (Modêlo FUNBEC)

d- Mimeografo elétrico à alcool.

Mod. 02-03-037 - 500 x 50 - 4 / 67
Secção Gráfica F. F. C. L., U. S. P. Imprimiu

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS
CAIXA POSTAL 8105 – BRASIL, SP.

5- Material bibliográfico
Parte do material para os dois primeiros semestres já foi publicado em tradução brasileira e seria indicado que o curso pudesse contar, pelo menos, com 5 exemplares de cada um dos seguintes livros:

- Keller, F.S. e W.H. Schoenfeld, Princípios de psicologia. São Paulo: Herder, 1966.

- Holland, J.C. e B.F. Skinner, A análise de comportamento. São Paulo: Herder, (em vias de publicação)

- Skinner, B.F. Ciência e comportamento humano. Editora Universidade de Brasília, 1966.

- Guidi, M.A.A. e H.B. Bamermeister Manual de exercícios de laboratório . São Paulo, Fundação Brasileira para o desenvolvimento do ensino de ciências, 1967.

6- Material de papelaria
Considerando que os dois semestres de psicologia experimental serão, provàvelmente, lecionados como curso individualizado programado, coloca-se a necessidade de prever a verba para aquisição de papel e matrizes para a preparação de material didático mimeografado e de fôlhas de instruções para as várias atividades que o curso de psicologia experimental envolve.

Provàvelmente, à medida que se efetivem as determinações para a instalar esse laboratório outras providências, não prevista nesta enumeração, poderão se impor. Entretanto, êstes são os dados que agora submeto a apreciação de Vossa Excelência.

Ao lado desses aspectos mais pròpriamente relacionados com a instalação do laboratório é importante registrar nesta carta aquêles concorrentes ao pessoal docente para o Curso de Psicologia. Nesse sentido quero reiterar a Vossa Excelência a disposição dos docentes dêste Departamento em dar o melhor de sua colaboração para o desenvolvimento do ensino da psicologia experimental na Universidade Federal da Bahia e, insistir no ponto de vista de que seria indicado destacar, pelo menos, dois jovens interessados em fazer carreira acadêmica para, a partir de fevereiro próximo, iniciarem estudos de pós-graduação em psicologia experimental.

Mod. 02-03-037 - 500 x 50 - 4 / 67
Secção Gráfica F. F. C. L., U. S. P. Imprimiu

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS
CAIXA POSTAL 8105 — BRASIL, SP.

Aproveito da oportunidade para apresentar os meus agradecimentos pela acolhida de que fui alvo na Faculdade de Filosofia dirigida por Vossa Excelência e que bem refletiu a generosa hospitalidade da gente baiana.

Muito Cordialmente

Carolina Martuscelli Bori

Carolina Martuscelli Bori

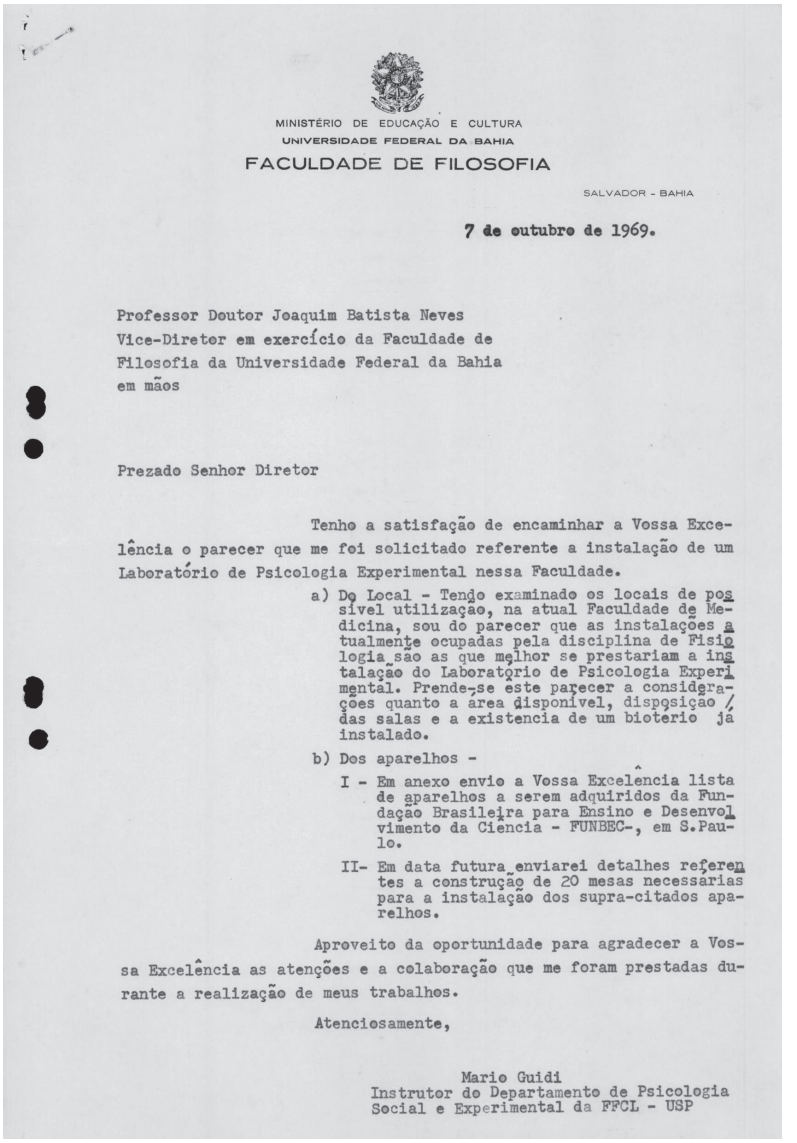
Diretora do Departamento de Psicologia

Social e Experimental.

Resolvido em despacho com o Reitor de 20-5-69
Irmã Batista [illegible]

UNIVERSIDADE DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA
Registrado sob nº 9355
as fls 66 do Livro nº 13 de
Protocolo da Porta
Em 12 de dezembro de 1968
[illegible]
PROTOCOLISTA

Mod. 02-03-037 - 500 x 50 - 4 / 67
Secção Gráfica F. F. C. L., U. S. P. Imprimiu



MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA

SALVADOR - BAHIA

7 de outubro de 1969.

Professor Doutor Joaquim Batista Neves
Vice-Diretor em exercício da Faculdade de
Filosofia da Universidade Federal da Bahia
em mãos

Prezado Senhor Diretor

Tenho a satisfação de encaminhar a Vossa Excelência o parecer que me foi solicitado referente a instalação de um Laboratório de Psicologia Experimental nessa Faculdade.

a) Do Local - Tendo examinado os locais de possível utilizaçao, na atual Faculdade de Medicina, sou do parecer que as instalações atualmente ocupadas pela disciplina de Fisiologia são as que melhor se prestariam a instalação do Laboratório de Psicologia Experimental. Prende-se este parecer a considerações quanto a área disponível, disposição das salas e a existencia de um bioterio já instalado.

b) Dos aparelhos -

I - Em anexo envio a Vossa Excelência lista de aparelhos a serem adquiridos da Fundação Brasileira para Ensino e Desenvolvimento da Ciencia - FUNBEC-, em S.Paulo.

II- Em data futura enviarei detalhes referentes a construção de 20 mesas necessarias para a instalação dos supra-citados aparelhos.

Aproveito da oportunidade para agradecer a Vossa Excelência as atenções e a colaboração que me foram prestadas durante a realização de meus trabalhos.

Atenciosamente,

Mario Guidi
Instrutor do Departamento de Psicologia
Social e Experimental da FFCL - USP

Anexo C Parecer do prof. Mário Guidi, instrutor do Departamento de Psicologia Social e Experimental da FFCL/USP, em 7 out. 1969.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA

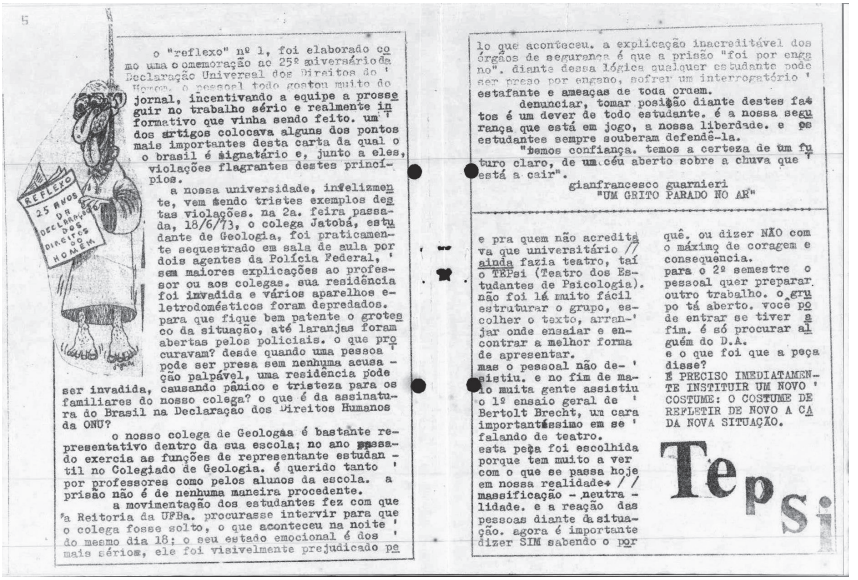
SALVADOR - BAHIA

LISTA DE EQUIPAMENTOS
LABORATÓRIO DE INTRODUÇÃO

II -

Quantidade	Especificação	Prêço Unit.	Prêço Total
15	Caixa de Skinner	350,00	5.250,00
15	Cronômetros Elétricos	80,00	1.200,00
15	Conjuntos p/discriminação	200,00	3.000,00
2	Estantes de Gaiolas p/biotério	3.400,00	6.800,00
10	Estimuladores elétricos	350,00	3.500,00
10	Estimuladores auditivos	80,00	800,00
10	Contadores de resposta	300,00	3.000,00
2	Balanaças p/ratos	220,00	440,00
			23.990,00

Êste material deve ser encaminhado a FUNBEC - Cidade Universitária São Paulo.



o "reflexo" nº 1, foi elaborado co
mo uma comemoração ao 25º aniversário da
Declaração Universal dos Direitos do '
Homem. O pessoal todo gostou muito do
jornal, incentivando a equipe a prosse
guir no trabalho sério e realmente in
formativo que vinha sendo feito. um '
dos artigos colocava alguns dos pontos
mais importantes desta carta da qual o
o brasil é signatário e, junto a eles,
violações flagrantes destes princí-
pios.
a nossa universidade, infelizmen
te, vem sendo tristes exemplos des
tas violações. na 2a. feira passa
da, 18/6/73, o colega Jatobá, estu
dante de Geologia, foi praticamen
te sequestrado em sala de aula por
dois agentes da Polícia Federal, '
sem maiores explicações ao profes
sor ou aos colegas. sua residência
foi invadida e vários aparelhos e-
letrodomésticos foram depredados.
para que fique bem patente o grotes
co da situação, até laranjas foram
abertas pelos policiais. o que pro
curavam? desde quando uma pessoa '
pode ser presa sem nenhuma acusa -
ção palpável, uma residência pode
ser invadida, causando pânico e tristeza para os
familiares do nosso colega? o que é da assinatu-
ra do Brasil na Declaração dos Direitos Humanos
da ONU?
o nosso colega de Geologia é bastante re-
presentativo dentro da sua escola; no ano passa-
do exercia as funções de representante estudan -
til no Colegiado de Geologia. é querido tanto '
por professores como pelos alunos da escola. a
prisão não é de nenhuma maneira procedente.
a movimentação dos estudantes fez com que
a Reitoria da UFBa. procurasse intervir para que
o colega fosse solto, o que aconteceu na noite '
do mesmo dia 18; o seu estado emocional é dos
mais sérios, ele foi visivelmente prejudicado pe

lo que aconteceu. a explicação inacreditável dos
órgãos de segurança é que a prisão "foi por enga
no". diante dessa lógica qualquer estudante pode
ser preso por engano, sofrer um interrogatório '
estafante e ameaças de toda ordem.
denunciar, tomar posição diante destes fa
tos é um dever de todo estudante. é a nossa segu
rança que está em jogo, a nossa liberdade. e os
estudantes sempre souberam defendê-la.
"temos confiança. temos a certeza de um fu
turo claro, de um céu aberto sobre a chuva que '
está a cair".
gianfrancesco guarnieri
"UM GRITO PARADO NO AR"

e pra quem não acredita
va que universitário //
ainda fazia teatro, taí
o TEPsi (Teatro dos Es-
tudantes de Psicologia).
não foi lá muito fácil
estruturar o grupo, es-
colher o texto, arran-
jar onde ensaiar e en-
contrar a melhor forma
de apresentar.
mas o pessoal não de- '
sistiu. e no fim de ma-
io muita gente assistiu
o 1º ensaio geral de '
Bertolt Brecht, um cara
importantíssimo em se '
falando de teatro.
esta peça foi escolhida
porque tem muito a ver
com o que se passa hoje
em nossa realidade+ //
massificação - neutra -
lidade. e a reação das
pessoas diante da situa-
ção. agora é importante
dizer SIM sabendo o por

quê. ou dizer NÃO com
o máximo de coragem e
consequência.
para o 2º semestre o
pessoal quer preparar
outro trabalho. o gru
po tá aberto. você po
de entrar se tiver a
fim. é só procurar al
guém do D.A.
e o que foi que a peça
disse?
É PRECISO INEDIATAMEN-
TE INSTITUIR UM NOVO '
COSTUME: O COSTUME DE
REFLETIR DE NOVO A CA
DA NOVA SITUAÇÃO.

TePSi

Anexo D Boletim informativo *Reflexo*, dos estudantes de Psicologia da FFCH/UFBA, edição n. 1, jun. 1973.

Formato: 15 x 21 cm
Fontes: Newsreader | Schibsted Grotesk
Miolo: Papel Off-Set 75 g/m^2
Capa: Cartão Supremo 300 g/m^2
Impressão: Gráfica 3
Tiragem: 500 exemplares

A história da psicologia no Brasil tem sido contada há quase um século, embora de forma institucionalizada há cerca de 30 anos. Das muitas contribuições feitas nesse período, destaca-se a tese de doutoramento de Rosane Maria Souza e Silva.

A questão da formação do psicólogo é, talvez, um dos temas mais presentes na literatura historiográfica, especialmente a que trata da história da lei que regulamentou a profissão e os cursos de Psicologia. Sabe-se que o curso baiano, em seu início, teve uma forte base na análise experimental do comportamento, criando um corpo docente nessa linha, além de formar psicólogos clínicos, muito em função da presença da psicanálise na região. Rosane se dedicou a contar, de forma contextualiza, a história da criação do curso de Psicologia na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Mas o foco e principal interesse do trabalho de Rosane é compreender como a ditadura empresarial-militar, ao criar instituições de controle universitário e de vida profissional, se imiscuiu na concepção e institucionalização da psicologia na UFBA em seus primeiros anos. E, em consequência, como os corpos docente e discente se organizaram para enfrentar as tensões – internas e externas – e resistir nesse momento difícil da história brasileira.

Ana Maria Jacó-Vilela
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

O livro resgata a história da institucionalização da psicologia na Bahia no período da ditadura militar (1968-1980), mostrando como o contexto autoritário da época afetou o desenvolvimento e modos de atuação da psicologia. Fruto de uma consistente pesquisa documental, o livro tece sua teia narrativa histórica e historiográfica entre a política e a psicologia brasileiras, mais especificamente com a história da psicologia na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Os resultados são analisados, discutidos e situados em um contexto complexo com usos atentos da literatura e dos conceitos na dimensão analítica e nas conclusões desenvolvidas. Trata-se de uma obra inovadora, original e de grande importância para graduandos, professores e pesquisadores, podendo contribuir de modo crucial para a elucidação de práticas relacionadas à psicologia no contexto da UFBA.

fapesb
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

GOVERNO DO ESTADO
BAHIA
SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

ISBN 978-65-5630-612-4
9 786556 306124